Políticas de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa

Acquisition and preservation policies for collections in universities and research institutions

Políticas de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa

Acquisition and preservation policies for collections in universities and research institutions

Organização Lucia Maria Velloso de Oliveira Maria Celina Soares de Mello e Silva

Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST Rio de Janeiro – 2012

Políticas de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa

Acquisition and preservation policies for collections in universities and research institutions

Textos apresentados no V Encontro de Arquivos Científicos, Fifth Conference on Scientific Archives, 26 a 30 de setembro, Rio de Janeiro, 2011.

> Organização Lucia Maria Velloso de Oliveira Maria Celina Soares de Mello e Silva

Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST Rio de Janeiro – 2012

@ 2012 by Museu de Astronomia e Ciências Afins

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação Marco Antonio Raupp

Diretora Interina do Museu de Astronomia e Ciências Afins Heloisa Maria Bertol Domingues

Coordenadora de Documentação e Arquivo

Lucia Alves da Silva Lino

Política de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa

Organização

Lucia Maria Veloso de Oliveira Maria Celina Soares de Mello e Silva

Revisão das Referências

Eloisa Helena Pinto de Almeida

Edição e diagramação

Luci Meri Guimarães

Capa

Vitor Dulfe

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do MAST

P769 Política de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa = Acquisition and preservation policies for collections in universities and research institutions / Organização: Maria Celina Soares de Mello e Silva, Lúcia Maria Velloso de Oliveira. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012.

380p.

Trabalhos apresentados no V Encontro de Arquivos Científicos, de 26 a 30 de setembro de 2011.

Inclui abstract.

1. Arquivos de ciência e tecnologia. 2.Preservação de acervo. 3.Política de preservação. 4.Política de aquisição I. Silva, Maria Celina Soares de Mello e . II. Oliveira, Lúcia Maria Velloso de. IV.Encontro de Arquivos Científicos (5.:2011: Rio de Janeiro).

CDU - 930.25(061.3

SUMÁRIO

Apresentação	7
TEMA 1 - A formação dos acervos científicos: a aquisição o estratégia de produção e preservação da memória científica	omo
Pragmatic appraisal: building collections in the history of science <i>Joe Anderson</i>	17
Marcos da memória: fontes orais para pesquisa em ciência e tecnologia no acervo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas Sônia Troitiño e Cristiane Alves de Sousa	47
A experiência de preservação da memória científica na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp <i>Felipe de Almeida Vieira</i>	63
O diagnóstico de acervos como subsídio para a política de aquisição: a constituição do acervo do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas	
Cátia Alves de Senne, Olga Sofia Fabergé Alves e Maria Cristina da Costa Marque	81
11201 400	00
Documentação, arquivos e memória em universidades Maria Leandra Bizello	99
Documentação, arquivos e memória em universidades	ίο: ο
Documentação, arquivos e memória em universidades Maria Leandra Bizello	ío: o o que
Documentação, arquivos e memória em universidades Maria Leandra Bizello	io: o o que
Documentação, arquivos e memória em universidades Maria Leandra Bizello	io: o que
Documentação, arquivos e memória em universidades Maria Leandra Bizello. TEMA 2 — Políticas de aquisição e políticas de preservaçã desafio institucional de saber quem, como e porque se define deve ser adquirido e preservado Política de aquisição: uma reflexão em torno das questões que orientam o processo de ampliação dos acervos institucionais Lucia Maria Velloso de Oliveira Fatos, atos e hiatos na preservação em arquivos Sérgio Conde de Albite e Silva A perda da memória e a memória da perda: a análise do processo de acumulação de documentos do acervo do Observatório Nacional (1846/1922) Everaldo Pereira Frade, José Benito Yarritu Abellás e Nínive Britez Biçakçi.	115 129
Documentação, arquivos e memória em universidades Maria Leandra Bizello	115 129

Butantan Flávia Andréa Machado Urzua e Suzana César Gouveia Fernandes .	179
TEMA 3 – Pesquisadores, arquivistas e conservadores: o diál em busca de políticas e diretrizes para a preservação patrimônio científico	logo do
Research documentation, quality in research and retention of scientific data: how to improve communication between archives <i>Renata Arovelius</i>	193
do diálogo entre arquivistas e cientistas Maria Celina Soares de Mello e Silva	207
Vulnerabilidade de acervos científicos <i>Yacy-Ara Froner</i>	225
política de extensão Cristina Strohschoen e Neiva Pavezi	245
Turbulência nos arquivos universitários: o papel do Centro de Documentação (CEDOC) da Universidade de Brasília (UnB) na preservação das informações arquivísticas Caroline Lopes Durce e Tânia Maria de Moura Pereira	259
A vida como pista: O papel da biografia no trabalho de organização de acervos pessoais de cientistas – os casos Hussak e Cruls	275
Everaldo Pereira Frade e José Benito Yárritu Abellás	275
TEMA 4 – Usos e usuários dos arquivos científicos: o papel instituições de custódia de acervos na mediação entre o direit acesso e as informações com restrições Archivists as tightrope artists: balancing property and privacy rights while putting users first	das o de
William Maher	295
tecnologia Marcus Granato	315
O direito de autor e o contexto da produção intelectual no âmbito científico Rejane Beatriz Shneider, Adriana Reguete Martins Braga e Márcia dos	0.45
Santos Bastos	341
Sobre os autores	361 369

Apresentação

Fazer a apresentação desse livro sobre a formação de arquivos científicos e a sua preservação é uma honra e uma satisfação. Quando conheci o arquivo do MAST, há quase vinte anos atrás, tive a certeza que lugares como este potencialmente eram chaves para abrir as portas dos mais diferentes lugares de ciências do país, contribuindo para dar vida a um passado tão mal interpretado, ou tão pouco estudado. Este arquivo podia contribuir para destruir a representação das ciências brasileiras, então ainda arraigada entre nós: de que no Brasil as ciências começaram com cientistas estrangeiros e se afirmaram quando o século XX já ia longe.

O arquivo do MAST foi criado, anos 1980, quando também a história da ciência se firmava entre nós, e o olhar dos historiadores começava a voltar-se para os documentos científicos produzidos no país. Muitos cientistas incentivaram a constituição de arquivos, chamando a atenção sobre a importância da preservação dos acervos científicos, vendo-os como meio de redesenhar a identidade nacional. Anos depois, em 1998, quando o arquivo do CNPq acabava de ser organizado, no já então pujante Arquivo de História da Ciência, do MAST, dizíamos que o tempo não era e nem podia ser determinante para guardar um conjunto documental; era preciso haver um objetivo específico e uma decisão para transformar um acervo institucional, como aquele, em arquivo histórico. Tantos anos depois, a questão ainda ronda aqueles que se empenham na prática de guardar acervos documentais, porém, algumas respostas repontam, como acontece neste livro.

O livro começa com uma frase significativa sobre as responsabilidades do arquivista, dizendo que são três: atribuir valor,

preservar e dar acesso. Destas o autor, Joe Anderson, considera a primeira a mais problemática, quando se trata da formação de um arquivo que não está previamente dado, como é o caso de arquivos científicos que não estão atrelados diretamente a uma instituição. Para responder às inquietações que se apresentam ao arquivista ele recorre a própria experiência que teve no arquivo da Sociedade Americana de Física e à história do desse arquivo. Mostra que até um dado momento acreditava-se que o arquivo ideal seria um repositório de documentos, porém, diante das mudanças que ocorreram na visão da história das ciências, a qual "socializou-se", os arquivos ganharam nova e promissora conotação. Houve uma aliança entre historiadores, cientistas, e arquivo da Sociedade de Física Americano ganhou enorme valor social e, também, em recursos financeiros. Emblemático dessa alianca foi o projeto iniciado em 1961, sobre a História da Física Quântica, que deu enorme e decisiva visibilidade ao arquivo, ao mesmo tempo que a história da ciência ganhou um de seus mais conhecidos historiadores, Thomas Kuhn, que foi o coordenador do projeto. O exemplo é eloquente por mostrar o alcance de uma colaboração, que mantém, ao mesmo tempo, a autonomia de cada área envolvida.

O segundo artigo dessa parte do livro fala da constituição de um arquivo de história oral, de pesquisadores do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Ao contrário do primeiro, a seleção dos entrevistados, ou seja, das fontes documentais, não chega a constituir um problema, a questão aqui se coloca na preparação das entrevistas. Para isto recorreram à padronização da coleta de dados e puderam então constituir o *Acervo de Memória Oral do IPT*, que tem sido objeto de pesquisas, de usuários externos, como tem contribuído para divulgar o trabalho realizado na instituição. A história oral é uma iniciativa metodológica importante para a formação de um acervo histórico-científico, ainda de pouca disseminação entre nós.

Os demais artigos dessa primeira parte do livro tratam da formação de arquivos institucionais; da Faculdade de ciências médicas da UNICAMP, do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, do Instituto Butatan, em São Paulo, mostrando que são várias e fundamentais as iniciativas de arquivistas para preservar a memória científica brasileira. Os arquivos universitários, ainda tão pouco trabalhados pelos historiadores das ciências tem ganhado dinamismo com esse trabalho de arquivistas, como bem mostra Maria Leandra Bizello.

A segunda parte do livro trata da política de aquisição e da preservação de acervos, voltando, sob outro ângulo à questão inicial. O primeiro artigo, de Lucia Maria Velloso de Oliveira, trata da ampliação de um acervo arquivístico, da sua preservação e na mesma proporção do descarte de documentos. A autora chama a atenção para a necessidade de definição de metas e prioridades através de projetos que permitam ao arquivo renovar-se e inovar. De certa forma, a autora sugere o que já fora dito, que o arquivista, para a realização da política de aquisição, deve articular-se com setores da sociedade. O arquivo como meio de preservar a vida útil da informação ao longo do tempo, deve iniciar definindo objetivos, diz o segundo artigo dessa parte, questionando o que seja preservar. Seria uma política ou seriam critérios técnicos, envolvendo a ciência da informação? Em última instância, diz Albite Silva, tudo isto é questão de gestão documental. Em artigos seguintes, o histórico de acervos institucionais é analisado, considerando a descontinuidade temporal de certos acervos documentais das ciências, ou os mecanismos de guarda e acesso.

O artigo, cuja autoria é encabeçada por Paulo Elian, discute a diversidade dos arquivos e materiais encontrados numa instituição de pesquisa biológica como é o Instituto Oswaldo Cruz. Ele inclui acervos textuais, fotográficos e biológicos, o que lhe suscitou a pergunta sobre como deveriam proceder à gestão documental no ambiente do laboratório. Ou, como atribuir valor a documentos de

pesquisa? A resposta buscada no interior do próprio laboratório científico, considera que todo e qualquer registro de pesquisa do cientista constitui matéria a preservar, a começar pelo famoso caderno de protocolo. O valor de guarda documental atribuído pelo próprio cientista, diz Elian, está relacionado ao valor por eles atribuído à sua ciência, ou grupo. Porém, "eles têm enorme dificuldade em estabelecer nexos entre o que produzem hoje, o acúmulo do que produziram em suas trajetórias, suas trajetórias e o uso que a sociedade poderá vir a fazer dela.

A terceira parte deste livro trata da participação de diferentes personagens no processo de preservação: os pesquisadores, os arquivistas e os conservadores. O primeiro artigo, de Renata Arovelius discute a relação dos cientistas com os arquivistas, concluindo que esta pouco tem avançado. No entanto, o arquivista necessita acompanhar os avanços das ciências para estabelecer estratégias e políticas de preservação. Ao mesmo tempo pode se valer desses avanços para inovar a capacidade de preservar, como ocorre com os recursos eletrônicos. Ela lembra, por outro lado, que a pesquisa de dados e os registros são a parte central da herança cultural e científica. Para tal, a pesquisa necessita coordenar necessidades históricas, que serão dadas pela história da ciência. O artigo se completa com uma proposta de arranjo arquivístico bastante técnico. Seguindo-se a este, o artigo de Maria Celina chama a atenção sobre a diversidade da documentação científica a preservar, a qual traduz as diferentes práticas de laboratórios. A questão que ela coloca, enquanto arquivista, é o que preservar. Internacionalmente, tem surgido vários manuais de avaliação da produção documental científica, diz ela. Descreve, por fim, a experiência da pesquisa junto aos cientistas na qual concluiu que os cientistas não se preocupam em guardar o que produzem como material documental e, para mudar tal postura, propõe um trabalho de conscientização junto aos produtores de conhecimento, sob iniciativa do arquivista.

Os próximos artigos dessa parte tratam igualmente do processo de conservação. Yacy-Ara Froner traça um histórico importante da prática da preservação de acervos científicos e da construção do campo da ciência da conservação como transdisciplinar. Desde os restauradores que necessitam compreender a estrutura da matéria que preservam até o historiador e o filósofo que decifrarão os conhecimentos simbólicos que um objeto contém. "O objeto existe enquanto um elemento a ser preservado quando lhe é imputado valor histórico, artístico e cultural." Pergunta como foi se transformando no tempo o ato de preservar, e responde mostrando que isto se deu em função das transformações da própria sociedade que preserva. Ela mostra que a própria arte de preservar muda, e o saber-fazer da preservação adapta-se às situações novas e atualiza-se, o que é estratégico para a manutenção dos acervos documentais de toda ordem

Estudos de caso completam esta terceira parte do livro, discutindo a preservação e a construção da memória de universidades que foram aprendendo a se conhecer com a constituição dos seus centros de memória e a organização dos seus acervos, como bem mostram os trabalhos sobre Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e da Universidade de Brasília. A biografia como objeto de preservação de acervos pessoais é discutida a partir de experiências adquiridas no próprio arquivo do MAST.

Por fim, as questões que envolvem os usuários e as formas de uso dos arquivos, considerando o direito de acesso e o uso da informação dos dados sobre o passado científico são discutidas sob a visão das instituições de guarda, mostrando o que lhes concerne nesse processo.

O primeiro artigo desta parte, de William Maher, fala da responsabilidade e ética do trabalho dos arquivistas que devem, ao mesmo tempo, assegurar o acesso ao usuário público, o direito

individual de propriedade intelectual e a privacidade, considerando que um arquivo é formado de documentos, textuais, iconográficos, sonoros etc., que tem autores e que, sendo pessoais, devem ter garantias à privacidade. Por outro lado, chama a atenção Maher, a ética do arquivista deve saber equilibrar o direito de propriedade, contido no documento que guarda, e a necessidade de *copyright* dos usuários, que são também autores.

A legislação sobre os direitos do autor e a patrimonialização dos bens científicos e culturais são objeto dos capítulos que finalizam o livro. Marcus Granato, engajado na política de preservação do patrimônio científico, mostra o quanto tem sido feito no Brasil pela institucionalização desse patrimônio científico-cultural. Argumenta que as ciências, como as artes ou as técnicas, são produção cultural e devem ser reconhecidas como tal. Porém, a legislação que os protege no Brasil, embora bastante abrangente, ainda tem feito pouco pelo patrimônio científico. Para ele também permanece a dúvida sobre quem deve deter o direito sobre o que guardar e sobre a preservação do bem científico e cultural. Por outro lado, Beatriz Schneider, Adriana Braga e Marcia Bastos discutem o direito do autor, daquele que produz o bem científico. Elas historiam o direito autoral no Brasil através das mudanças na legislação, desde o período do governo imperial. A divulgação na atual sociedade da informação fez com que considerassem a propriedade intelectual analisando os vários atores envolvidos no problema: do autor ao arquivista, mas também, ao comerciante que reproduz, sem pejo, imagens, textos, músicas, filmes etc., à margem da legislação.

Toda essa gama de artigos discutindo a complexa tarefa de preservar a memória científica, que vale também para a preservação histórica em geral, faz lembrar Paul Ricoeur ao dizer que a temporalidade histórica encontra no presente o seu referencial, e sua linha, do passado ao futuro, é um agir comum no mundo social.

De certa forma, este livro, que mostra a riqueza do trabalho atual da interdisciplinaridade arquivística, que permite preservar a memória, no caso a científica, por tantos meios que as escolhas cotidianas lhes permitem, evidencia que Ricoeur tem razão: o presente é o nó tanto do passado quanto do futuro, pois ao guardar o passado o arquivista está construindo o futuro.

Heloisa Maria Bertol Domingues Diretora interina do MAST

Tema 1

A formação dos acervos científicos: a aquisição como estratégia de produção e preservação da memória científica

The creation of scientific collections: acquisition as strategy of production and preservation of scientific memory

Pragmatic appraisal:

building collections in the history of science

Joe Anderson

Introduction

Of the three primary responsibilities of archivists – appraisal, preservation, and access – appraisal is the most important and the most difficult. It's the most important because it determines what will be preserved and made accessible to researchers, and it's the most difficult because it requires predicting the future. By that, I mean that when archivists appraise records as either having or not having historical value, they are predicting what society will find interesting and worthy of research many years from now. This is true for both personal papers and institutional records. And as the saying goes, prediction is hard, especially when it comes to the future.

In starting out, I want to emphasize that there are no universal laws of archival value. Archival appraisal is unlike the natural sciences where theoreticians predict universal laws and experimentalists design ways of investigating and proving or disproving the theories. Instead archivists are faced with the problem of identifying a small amount of the total universe of records – somewhere around 1 to 5% according to many authorities – that may reasonably be preserved and that they believe represent a fair reflection of the important

aspects of the area being documented.¹ As archivists doing appraisal we are trying to predict something that doesn't obey laws. We're talking about probabilities instead of absolutes. And based on these probabilities, we commit our institutions to preserving large collections of documents, and we construct an archival memory that we expect will be of value to future generations.

The story that I'm going to tell you this morning is about the appraisal strategies that have been developed at my institution, the American Institute of Physics (AIP), to help construct a cooperative, international archives of the history of physics. astronomy, and allied sciences that is distributed around hundreds of repositories throughout the world, including here in Latin America. There are three reasons that I'm going to describe AIP's collecting program. The first is because it's what I know. second is because I believe that it has applications for other programs and other fields of science as well. And the third reason is that after almost 50 years, these appraisal strategies are continuing to provide a pragmatic model for investigating documentary problems. We are continuing to identify and add new collections to our International Catalog of Sources for the History of Physics, which is a clearinghouse of information that today includes over 9,500 collections at about 800 repositories worldwide. And we continue to work to develop pragmatic solutions hard-to-document areas like government labs and industrial research and development.

The American Institute of Physics set up its first history programs in 1961 and 1962. It created a historical library, called the Niels Bohr

Terry Cook, ed., Controlling the Past: Documenting Society and Institutions; Essays in Honor of Helen Willa Samuels (Chicago: Society of American Archivists, 2011), 3.

Library (which is now the Niels Bohr Library & Archives) and began the Project to Document the Recent History of Physics in the United States, which was funded by a grant from the National Science Foundation to begin collecting records, biographical information, and photographs of American physicists. The Institute itself is a non-profit, umbrella organization that was founded in 1931 to provide services to professional societies that represent physicists, astronomers, and other allied scientists. The member societies include the American Physical Society, the American Astronomical Society, the American Geophysical Union and seven others. Because the Institute's own work has always been based on cooperation with and providing services to the physics community at large, the physicists who founded AIP's history programs provided a vision of a cooperative, documentary effort that would work with existing archives and historical collections. They expected the programs to leverage their money by working with others and obtaining grants and donations to help support their work. In 1965 the Project and the Niels Bohr Library were united into the AIP Center for History of Physics, which was established as a regular division of the Institute. In 2006 AIP restructured the Center and the Library as two separate and equal divisions, and these two divisions work together today as the AIP History Programs.

As I said, physicists provided the vision for a cooperative, national history of physics program, but they left it to the Center staff, which at first consisted of two people, a science historian, Charles Weiner, and a librarian, Joan Warnow-Blewett, who became a self-taught archivist, to actually create a cooperative archival program, which was something new under the sun. Weiner left in a few years for an academic appointment, but Joan stayed at AIP for 32 years and helped create our program's philosophy and techniques. And she deserves the credit for much of what we've accomplished.

Schellenberg and Archival Appraisal

At this point I want to go back a bit to talk a little about existing archival appraisal standards in the U.S. by 1960, and to briefly describe what was happening in the history of science as a whole. The U.S. has been slow to develop archival programs in comparison with much of the rest of the world. Our National Archives wasn't founded until 1934; nearly 150 years after France established the first national archives and about a hundred years behind Brazil, England, and many other American and European countries. And while there were manuscript and archival collections in libraries, historical societies and state archives in America at the time, they were largely amateur affairs that were passive and poorly managed. Altogether, and unlike much of the rest of the western world, U.S. archives in all categories have developed mostly only from the mid 20th century forward.

One result of this slow development is that by the time the U.S. National Archives was founded, the crisis that confronts most archivists today – far more records than any one repository can hold – had already taken place for American government records. The volume of potential records had grown huge, and it was a huge task to try to develop appraisal standards to whittle down millions of cubic feet to a group of records that was small enough to preserve and manage and at the same time large enough to provide reasonable documentation of the national government. By the 1930s the federal government created about one million cubic feet of records a year, and during World War II it generated two million cubic feet of records annually. The volume has continued to grow since then.

When the U.S. National Archives was founded, the only generally available literature on appraisal was the *Manual of Archive Administration*, published in 1922 by Sir Hilary Jenkinson, then Deputy Keeper of the British Public Record Office. He presented a

passive, accept-everything-that's-sent-to-you approach. He said that it was up to the government administrators who created the records to decide what should be transferred and preserved. The archivist's job was to accept what was sent to the archives and preserve and manage it.

However, the staff of the new U.S. National Archives was facing more records than they could reasonably handle from the very beginning. So the Archives hired a group of young historians to develop a new archives program. Theodore Schellenberg was to become the best known of these people, eventually earning the title of the "Father of American Archival Appraisal". Over his long career he developed new approaches to appraisal that were designed to give archivists control over what the archives took in and what it rejected. These new systems were summarized in Schellenberg's two seminal books, the first, Modern Archives: Principles and Techniques, published in 1956, and his second, The Management of Archives, which was published in 1965. Although Schellenberg's entire career was spent in the National Archives, which accepts only official government records, his writings provided the basis for all subsequent American work on appraisal for both personal papers and institutional records. And Schellenberg's writings and lectures have had an important impact internationally as well, especially here in Latin America. His book, Modern Archives, was translated into Portuguese and Spanish, he traveled and lectured throughout the region, served as a consultant in Mexico and Trinidad and Tobago, and directed the Inter-American Archival Seminar in the 1960s.

His two most important innovations were, first, the concept of the life cycle of records and, second, distinguishing two separate kinds of values for documentation. The life cycle of records concept turns Hilary Jenkinson's appraisal theory upside down. Instead of waiting until the record creators are finished with the records and then

letting them decide which should be transferred to the archives, Schellenberg maintained that archivists and records managers should work with the records creators from the very beginning to decide what records should be destroyed at the end of their active life, which should be kept for a number of years in case they were needed for audits or administrative purposes, and which were likely to be of permanent value and should go to the archives.

Schellenberg's other major contribution was to recognize primary and secondary uses for the records. The primary or evidential value is for the creators and their agency. The secondary or informational value is for historians, genealogists, and other researchers, after the records are no longer being actively used. Primary value provides evidence of the government's transactions, and secondary value is the information that they provide about the government, politics, society, the economy, and other matters that are important to a wide universe of researchers. He added that the most valuable records were likely to be those from the upper levels of government, where policy was created and important decisions were made. Schellenberg acknowledged that something as potentially broad as informational value might be hard to limit. But when archivists were making decisions about what records to save and what to destroy, they needed to consider all the reasonable ways in which future generations might be able to use the records, not just as evidence of government actions.²

So with these two concepts – first, working with records managers, records creators, and historians to track records through their life cycle, and second, identifying informational as well as the long-established idea of evidential value – Schellenberg and his

Theodore Shellenberg, *Modern Archives; Principles and Techniques* (Chicago: University of Chicago Press, 1956), 26-32, 138-152.

colleagues created a new appraisal model that gave archivists ultimate control over what the archives accepted and what it rejected. According to Schellenberg, archivists are no longer just custodians who preserve the papers and records that others select. Instead, they are active agents who select what documentation from the past will be preserved and what will not be saved. *Modern Archives* was designed as a textbook, and it became the bedrock of the new archival training that developed in the U.S. in the 1960s and 1970s, spreading his theories to archivists throughout America.

History of Science and Science Archives

At roughly the same time that Schellenberg and his colleagues at the National Archives were redefining the role and responsibilities of the archivist, the role of history was changing and expanding as well. Historians were beginning to explore new aspects of science, society and culture that had been largely ignored before. And the new fields of historical study, which gained momentum in the 1960s and 1970s, had a huge impact both on history writing and on the development of new archives and especially new writings on how to collect and appraise records and personal papers. As a result America has developed an extensive and growing literature on the theory and practice of archival appraisal.

One of these emerging fields was the history of science and technology. In 1957 a conference on "Critical Problems in the History of Science" was held at the University of Wisconsin. The history of science, especially modern science, was still a relatively new field at the time, and the Wisconsin conference represents a milestone in a number of respects. It brought together the most distinguished members of the first wave of science historians in the U.S., and the conference proceedings provided an agenda for a

generation of scholars.³ One of the problems that American historians of modern science faced was that there were almost no archives on recent science in American repositories. For example, there was only one collection of the papers of a 20th century physicist, that of Enrico Fermi, in an American archives by 1960, and by 1969 less than 4% of 20,000 collections listed in the *National Union Catalog of Manuscript Collections* were in the fields of science and technology for the late 19th century forward⁴.

In physics and some other areas of science and technology, the lack of documentation became as much a concern to the scientists themselves as to the emerging groups of historians and archivists interested in these fields. There was a dawning recognition that the sources for the history of science were being scattered and lost. In physics, some of the giants of relativity and the quantum revolution had passed away without being interviewed by historians, and typically without provision for preserving their private archives. Another catalyst was that in 1955 the Smithsonian Institution in Washington began plans to build a new Museum of History and Technology, and leading American physicists were concerned that the early plans seemed to mean the story of their field was going to be largely left out, sublimated to achievements in chemistry and engineering. They wanted to be sure that physics received equal attention.

Yet another government impetus to developing programs and collections in the history of science came about in 1958 when the National Science Foundation (NSF) created a regular division to provide modest funding to support projects in history and other

- 3 Arnold Thackray, ed, "Preface," Osiris 10, 1995, vii.
- 4 Maynard Brichford, *Scientific and Technological Documentation* (Urbana: University of Illinois at Urbana-Champaign, 1969), 6.

social sciences.⁵ By 1961 three science archives undertakings – a national conference and two documentary projects – had gotten underway in the United States with NSF funding.

The "Conference on Science Manuscripts," was held in Washington D.C. in 1960 and covered documentation in all fields of science. The papers from the conference were published in the journal ISIS, and the striking thing, reading the articles fifty years later, is how modern they seem in tone and outlook. Until fairly recently in the United States, archival and manuscript collecting usually consisted of repositories staking a claim in a broad subject or geographical area and acquiring all the materials that they could. Competition among repositories, albeit usually low key, was not uncommon and active cooperation was rare or nonexistent. Unlike most others who talked about archival collecting in the 1960s, speakers at the conference recommended a distinctly cooperative agenda for documenting the history of science. For example, they argued for creating a network of collecting repositories, including academic archives, public manuscript libraries like the Library of Congress, private and institutional archives, plus the U.S. National Archives, to take responsibility for this new mission of documenting the history of science. The participants also specified that the network of repositories would need to share information on their holdings. The speakers themselves represented a mix of scientists, historians, archivists and librarians – that is all the stakeholders, the people who create science records, the people who use them in their research, and the people who would preserve and care for them and they agreed that all of these stakeholders had a role to play in deciding what papers and records should be preserved. Speakers

George T. Mazuzan, The National Science Foundation: A Brief History (Washington, DC: National Science Foundation Publication nsf8816, 1988) 11.

also suggested that professional science organizations should get into the act, serving as advocates for the preservation of records and papers and coordinators of the work that needed to be accomplished.

Nathan Reingold, then curator of science and technology records at the Library of Congress, laid out the problems facing historians of science. He said that 1) scientists by and large don't create good bodies of manuscripts; 2) the manuscripts that they do create generally don't make their way to appropriate repositories; 3) the science collections that do exist are often not reported to the one union catalog [NUCMC] that existed at the time; and 4) the few manuscript collections that actually exist in repositories don't have adequate finding aids. In an earlier article, Reingold had pointed out that scientists don't have an archival tradition, as compared to, say diplomats and the military because they "assume that all significant results will be published, and, therefore, documents created in the course of an investigation are not worth preserving. He added that for a historian who knows that printed works rarely contain the background and richness of detail necessary for a critical study . . . the results of this attitude are often frustrating"⁶.

The attendees at the Washington conference articulated three of the basic concepts of archival appraisal and collecting that have provided bedrock values in our field and that the AIP History Program has followed. The first is the necessity of working

^{6 &}quot;The Conference on Science Manuscripts," *Isis* 53, part 1, no. 171 (1962). See especially remarks of Ernst Posner in a discussion session, 50-51, Luther Evans, 101-105, and Nathan Reingold, 106-112. Nathan Reingold, "The National Archives and the History of Science in America", *Isis* 46 (1955), 23.

<u>cooperatively</u> with other archival and science institutions to meaningfully document the history of physics and allied sciences.

The second is the importance of <u>involving all the stakeholders</u>, again the scientists, historians, archivists and librarians in decisions about what should be saved. And third is the importance <u>of sharing information</u> across repositories on holdings. The conference speakers also pointed out that professional organizations can play a pivotal role.

The two conferences that I've described, "Critical Problems in the History of Science" and the "Conference on Science Manuscripts," addressed the history and documentation of science broadly, while the two NSF-funded documentation projects that began at about the same time focused specifically on the history of physics.

The first project was "Sources for the History of Quantum Physics," which was organized in 1961 as a joint venture by the American Physical Society and the American Philosophical Society. It was headed by Thomas Kuhn and from 1961 through the early 1970s it created the Archives for the History of Quantum Physics (AHQP), which consists of microfilm editions of oral history interviews and manuscript collections of the men who created the quantum revolution. Today, the Archives for the History of Quantum Physics remains one of the most valuable resources in the history of science, and it's available on microfilm at depository libraries throughout most of the world. Plus I'll mention that we at AIP have digitized and put online all but a few of the oral history interviews.⁷

⁷ *Sources for History of Quantum Physics* (Philadelphia: American Philosophical Society, 1967). An updated description of the collection and the depository libraries is available at <www.amphilsoc.org/library/guides/ahqp/>.

AIP's History Programs

The second undertaking was the Project on the History of Recent Physics in the United States by my institution, which also began in 1961. It represents the origins of the Center for History of Physics, which comprises one-half of the American Institute of Physics' History Programs today. The other half, the Niels Bohr Library & Archives, was founded the following year, and the two have worked together since with the shared mission to preserve and make known the history of modern physics.

The two archival documentation projects in physics – the American Institute of Physics' project and the Sources for the History of Quantum Physics – developed separately from the "The Conference on Science Manuscripts," but they both began putting into practice the principles of cooperation that the conference advocated, and both were initiated by professional organizations. The reason for the unique emphasis on archival cooperation fifty years ago stems from the nature of the field that they were working to document and from the large number of physicists and other scientists who played a dominant role in initiating the two projects. Scientists are often competitive, of course, but by 1960 much scientific research depended on cooperation, collaborative strategies and information sharing. So these attributes were grafted onto efforts to document the history of physics in the United States from the beginning.

The AIP History Programs were created by physicists with a very specific cooperative program in mind. They said that AIP should perform those tasks best suited to a central repository and should work with and rely on other repositories to do what they could do best. This was a noble vision, but it was difficult to put into practice because there were no examples or guidelines to follow. Plus at the time many college and universities had only weak archival programs if any at all, and the entire archives infrastructure of the

U.S. was generally underdeveloped. So it was difficult to find others to cooperate with. However the History Center and Library's young staff took the vision seriously and they began a decade-long effort to learn how to create the beginnings of a cooperative archival program. In general they took advantage of existing archival institutions and encouraged them to collect material on the history of physics and allied sciences, and they adapted to changing conditions in a period when the archival landscape in the U.S. was changing fairly rapidly. They also created criteria on what papers and records to collect along with oral histories, photos, and biographical sources, and they began initial efforts to serve as an advocate for preserving the papers of physicists and the records of physics programs at their home institutions. In addition the History Programs quickly became a central clearinghouse for information on collections once they were saved.

During the History Programs' first decade, the staff focused their efforts almost exclusively on learning how to work effectively with scientists and archivists at colleges and universities, because the most important and most visible physics research at the time was being done mostly at universities. Fortunately, the Center and the Library got underway when the prestige of physics was especially high, which meant that it was easier to make a case for preserving the papers of physicists. In addition the late 1960s and especially the 1970s were also a time when many American universities were beginning to develop professional archival programs for the first time. The History Program's staff both responded to and helped promote the establishment of university archives. They responded by adding the new programs to the network that they contacted and worked with, and they helped promote new archives by serving as consultants to academic institutions that expressed interest in developing archives. They also advocated for the development of science collections with professional science, history and archives organizations, and especially by taking a leadership role in the Joint

Committee on the Archives of Science and Technology, which was established by the History of Science Society, the Society for the History of Technology, and the Society of American Archivists in 1978.

The AIP History Programs have relied on an Advisory Board made up of physicists, historians, and archivists, and early on the Advisory Committee helped staff develop a list of important American physicists. In practice they developed our first appraisal standards. In 1965 the criteria consisted of:

- 1. Physicists who had been invited to give papers at any of AIP's Member Societies two or more times.
- 2. Officers of Member Societies.
- 3. Award winners and medalists of Member Societies.
- 4. Then a catchall category that included significant scientists whose names appeared in current newspaper articles, or were recommended by others, or who had died recently.

Once they had compiled lists, AIP staff distinguished between a top tier of physicists who had made major contributions – based on their publications, awards, reputation in the science community and other factors – and a second and third tier whose work was significant but less important. The staff then sent out separate form letters to people in the three tiers. For tier three, that is, the scientists who were judged to be significant but less important, the letter asked them to send AIP an updated biographical entry from *American Men of Science*, one or more photographs, and a bibliography.

The more important scientists, those in tier two, received a letter that asked for the above materials plus an intellectual autobiography and annotated copies of their publications. And AIP asked the most select group – physicists who had made major scientific

achievements – to contact them if they had their own archival materials or knew of other important scientists who did. The kinds of archival materials specified were letters, diaries, laboratory notebooks, other manuscripts and scientific apparatus. By 1964 our staff had contacted 1,500 scientists.

So in the first few years AIP established appraisal criteria that governed whose papers it would try to preserve and how it would identify them - that is with the help of scientists and science historians. Importantly, it didn't limit collecting only to the very most important physicists. Instead it included lesser figures that were doing significant work, although it didn't try to include documentation on all physicists. It also established a sense of what kinds of material we would collect, and decided that it would focus on the papers of people rather than the records of organizations. During the same period the History Programs staff began building other parts of a nationwide effort to document the history of physics and allied sciences, work that expanded to the international physics community within a few years. If the target scientist's home institution had an archives, AIP staff worked with the physicist or his heirs to place the papers at that archives. However, in the early years many universities didn't have professional archives, and in those cases, especially for very important scientists, AIP took in the papers. We also began compiling a catalog of collections at AIP and other U.S. archives, which served as a general clearinghouse for information on physics/allied science collections. This developed into what soon became the National Catalog of Sources for the History of Physics and Allied Sciences and later became the International Catalog. Another important development in the mid 1960s was the beginning of an oral history program that was designed to fill gaps in the documentary record, at least for the most important physicists.

Creating a Network of Academic Archives

AIPs history program from the beginning has been shaped by pragmatic forces, including institutional limitations - especially limitations on space and budget, by changes in the archival world and in technology, and by changing opportunities for cooperative action, as well as a continuing adherence to the original vision of our founders to document the history of physics and allied sciences as a whole. By the 1970s the History Programs' collection was reaching the space limits in AIP's headquarters, which was then in New York City. At the same time, as I mentioned before, the 1960s and especially the 1970s were a time of tremendous growth and development in university archives, with many new programs starting up and existing programs becoming stronger. For example, the California Institute of Technology created an archives in 1968, the Harvard University Archives hired a science/technology specialist as assistant curator in 1973, and the Massachusetts Institute of Technology hired its first full-time archivist in 1977. Another important development was the creation of a sister institution in the U.K., the Contemporary Scientific Archives Centre, in 1973. The Archives Centre, like AIP's History Programs. worked to preserve the papers of scientists nationally, and its creation offered an opportunity for international cooperative work. The name of AIP's National Catalog of Sources was soon changed to the International Catalog of Sources for the History of Physics and Allied Sciences as we began to include collections from first the UK and then other countries.

All of these factors had important effects on the program of the History Center and the Niels Bohr Library. A major impact was that it allowed them to sharply decrease the number of collections that they took in as they were able to find viable placements at the new academic archives that were springing up around the country. This was important for three reasons. First, it allowed for development of a genuinely cooperative and distributed archive for the history of

physics. Second, the Library was running out of space for new collections. Third, it allowed staff to focus more centrally on advocacy and providing advice and support to archivists at other institutions. During the 1970s the techniques that AIP staff used in field work changed to reflect these new archival resources. In the early years staff usually contacted scientists or their survivors directly about their papers and then either took in important collections or worked to place them at other archives when they existed. As more archives became available, our staff learned that it was more effective to work through university archivists. This meant contacting archivists at universities across the country instead of the scientists when we learned the papers of physicists might be available because of death, retirement, or other factors. The main catch in this approach was that most American university archivists have degrees in the humanities and social sciences, and many proved reluctant to contact physicists or take in their papers. However, the AIP staff learned to provide support for academic archivists and to persuade them that preserving the papers of physicists, astronomers, and allied scientists was an important part of documenting their university's program. This was a major change. By learning to work through the archival community we were able to make a significant change in academic archives teaching, encouraging and supporting them in being concerned about the history of physics and other scientific fields

By the 1970s we had started using a case method in working with university archives. We contacted them when important scientists on their faculty died or retired, providing information on the person's important work, and encouraging them to appraise the papers and take them in if there was valuable documentation. Today we create on average about 30 cases a year, and once we've contacted an archives about a scientist's papers, we follow up periodically until we receive a response, either positive or negative. For the top tier physicists, we try to find an alternative placement if

the individual's home institution archives is unable or unwilling to accept the collection. For all the collections that we place, we request a catalog record that we'll add to the International Catalog of Sources for the History of Physics and Allied Sciences, which is known as ICOS for short. The criteria that we use today for selecting scientists whose papers should be preserved are a refinement of the criteria we first developed in the 1960s, and the papers that we attempt to preserve are similar to the list that we first created.

By the mid-1970s the History Programs began returning collections that it had acquired to newly active university archives, including papers of top scientists and Nobel Prize winners, following a reconfirmed policy of placing historically significant papers and records in the most appropriate repositories. The Niels Bohr Library & Archives preserves the records of AIP and of its ten Member Societies, and it continues to expand its collection of books, photographs, oral histories, biographical files, and ephemera. But it takes in personal papers of scientists only if the collection is 1) of major importance; 2) cannot be placed at its home institution, and 3) we can't find an alternate placement like the Library of Congress or other historical collections. We call the few collections that we take in "orphans," and in practice we've taken in very few, perhaps one every two years.

The 1970s saw the first phase of the History Programs' efforts to create an international, cooperative archives of the history of physics, astronomy, and allied fields firmly in place. We had helped create a network of academic archives across the U.S. that were generally responsive to the importance of preserving the records of physics. We have continued to maintain and cultivate relationships with academic archives, both here and abroad. For example, we completed surveys of records nationally and internationally in the early 1990s, and began to expand the entries in ICOS from about

1,500 to more than 9,500. Today we continue to do records surveys, covering about 200 mostly American repositories over a two year cycle. About three quarters of the 9,500 collections in ICOS are for U.S. archives and one quarter for foreign repositories. In 1997 we put ICOS online, added a consortium of online finding aids in 2001, and have continued to expand and automate our programs. And in 1998 we started a program of grants to archives to help process records in our field.

DOE Study

A major change in our program began in the late 1970s as we expanded our reach beyond personal papers and university archives to investigate and work to develop documentary solutions in other areas of physics and allied sciences that are harder to document, at least within the American context of archives and science. I want to finish by discussing some of these new directions and new research that we've conducted. In 1977 the U.S. Department of Energy, which operates all of America's major high-energy physics laboratories – places like Brookhaven, Fermi, and Lawrence Berkeley – approached AIP about doing a project to evaluate records keeping at the national labs. This was a major turning point in AIP's documentation work. It provided us with an opportunity to deal with the serious problem of preserving the records of the great physics laboratories that had grown up in the United States since the 1940s – an area that we had not been able to consider before.

The research project got underway in 1978, and it was headed by Joan Warnow, whom I've already mentioned. Over six years AIP staff spent many hours onsite at three of the labs examining records, talking with scientists, and reviewing the Records Retention and Disposition Schedules that had been set up by the National Archives. Because the DOE laboratories are federal contract facilities, the records that the lab scientists create are officially the property of the federal government and under the jurisdiction of the

National Archives. However, the AIP study found that the labs and the National Archives were not doing an adequate job in documenting the important science that was being done there. One of the problems was that the National Archives, following the guidelines that Schellenberg and others had created, were mostly saving the records of the top administrators at the labs, and letting the records of the lab scientists, who were near the bottom of the organizational charts but were creating often breakthrough science, to be destroyed. Our final reports, which were authored by Warnow, pointed out other problems as well. It created a basic filing manual for clerical workers at the labs so that the records would be organized in a uniform and logical way, and it cataloged the most historically valuable records that the AIP team found. And the report made three major recommendations:

- 1. The Retention and Disposition Schedules for all federal science records should be changed to include the records of laboratory scientists, not just administrators.
- 2. The labs and the National Archives should identify the most important projects that the labs were doing and document them in depth. Other less important projects could be documented at a summary level.
- 3. Each DOE laboratory should hire an archivist to work as a liaison between the National Archives and the Lab's records manager.⁸
- The reports produced by the DOE study listed below are available free from the AIP History Center and can also be found on our Website (http://aip.org/history): Joan Warnow, et al, A Study of Preservation of Documents at Department of Energy Laboratories, 33 pp., January 1982. Joan Warnow and the AIP Advisory Committee on the Documentation of Postwar Science, Guidelines for Records Appraisal at Major Research Facilities; Selection of Permanent Records of DOE Laboratories: Institutional Management and Policy, and Physics Research, 31 pp., 1982, revised 1985. Jane Wolff, Files Maintenance and Records Disposition: A Handbook for Secretaries at Department of Energy Laboratories, 21 pp., 1982, revised 1985.

These recommendations over time have had an important effect; they have helped change the policies and practices of two large government bureaucracies: the National Archives and the DOE laboratories. It's surprising that an organization as small as the AIP History Programs has been able to cause two very large government agencies to change their programs. By 2003 seven of the labs had archivists. And the National Archives suspended its existing Records Retention and Disposition Schedule for science and technology records in the early 1990s and in 1998 introduced a new schedule based largely on the work of Joan Warnow and her team.

Documentation Research

During the 1980s Warnow collaborated with archivists at other repositories to formulate and publish the new appraisal strategies that were developing at the AIP History Programs and some other places. The new approach, which was called Documentation Strategies, was articulated in three articles published in *The* American Archivist in 1986 and 1987 and authored or co-authored by science archivists. Documentation Strategies differed from other collecting models in a number of ways, but the most important distinction was the emphasis on cooperation between repositories and among all the stakeholders. In the third of the three articles, Philip Alexander and Helen Samuels stated that traditional collecting models, based on the priorities of individual institutions, "no longer adequately respond to the challenges presented by modern records." And in the second article, Joan Warnow and Larry Hackman presented a case study of the documentation strategy process based on work that was being done at AIP, emphasizing the participation of scientists and historians as well as archivists.9

9 The three articles that introduced the documentation strategy model are Helen W. Samuels, "Who Controls the Past?," *American Archivist* 49:2 (Spring 1986), p. 109-124; Philip N. Alexander and Helen W. Samuels,

Documentation strategies are planning tools, and the underlying principles are:

- A good knowledge of the universe of documentation that's potentially available is needed before decisions about collecting can be made.
- Planning and analysis should precede efforts to collect records and papers.
- Modern documentation is linked across institutional lines, so they should cooperate together to be effective in documenting areas of shared interest.
- All the stakeholders in archival records creators, users, and preservers - should work together to decide what can and should be preserved and to develop appraisal guidelines.
- Repositories should share information on collections.

A completed documentation strategy describes the universe of potential sources in the area, specifies who are responsible for preserving records and papers, identifies appraisal guidelines covering the small percentage of records that are likely to be of permanent historical value, and describes institutional changes that are needed to implement the strategy. It also provides for a means of sharing information on the records that are preserved.

The immediate reaction within the American archival community to documentation strategies was enthusiastic, and a number of repositories tried to establish documentation projects in a variety of

"The Roots of 128; A Hypothetical Documentation Strategy," *American Archivist* 50-4 (Fall 1987), 518-531; and Larry J. Hackman and Joan Warnow Blewett, "The Documentation Strategy Process: A Model and a Case Study," *American Archivist* 50 (Winter 1987), 12-47.

different fields. Within a few years the initial enthusiasm waned as it proved difficult to apply the new model in other areas. However, documentation strategies remain a primary tool of the AIP History Programs and have allowed us to explore areas in the history of physics that are, in the American context, new and difficult to document. And the DOE study and the formulation of documentation study research has led us to pursue major studies in multi-institutional collaborations, which provide the infrastructure for "big science" projects and in industrial physics.

During her work on the DOE study, Joan Warnow began to realize that a special organizational approach to high-energy physics had developed at the DOE laboratories in the United States and at CERN in Europe. In order to conduct major experiments, scientists from many different institutions, including a variety of universities and government labs in the United States and abroad, and occasionally corporate labs as well, were joining together in temporary collaborations that might last a few years or more. Their work represented cutting-edge science, but they were largely ignored in the historical literature of the time, and they presented special problems for archivists because of the large number of participants from different organizations, the sizeable amounts of records that they produced, and the lack of a permanent institutional home. Once the experiment ended, the records were dispersed or destroyed – if they hadn't already been lost along the way - and the only remains would be the published literature that the collaboration produced.

Warnow and other staff decided to develop a project to investigate how multi-institutional collaborations worked and how their historically valuable records could be identified and preserved. They obtained funding from the National Science Foundation and began a series of studies, starting with high-energy physics and then moving on to space science, geophysics, ground-based astronomy, heavy-ion and nuclear physics, and other specialties. AIP's study of multi-institutional collaborations continued for ten years from 1990 to 2000 and produced a series of detailed reports that answered questions about what materials best document the collaborations' functions and activities, what steps should be taken to secure these materials for the future, and what role multiple repositories could play in preserving the records.

The collaborations study is the most detailed project of its kind in trying to understand the nature and value of modern science records, and it produced ten detailed reports. The final recommendations are based on over 650 interviews with participants of selected collaborations and scores of site visits to archivists and records managers in academia, government-contract laboratories, federal agencies, and elsewhere, and they represent a call to action. The study's reports provide detailed descriptions of the records that are most likely to be of lasting historical value in each of the science areas, and the final report contains a number of recommendations, including the following:

- 1. University archives should preserve the records of their faculty who participate in major collaborations.
- 2. The U.S. National Science Foundation, which supports major science facilities and research centers should fund archives for the programs it supports.
- 3. The National Archives should take in the complete scientific archives of major collaboration scientists who are federal employees, not just their official

government records. Separating the two means that their private papers are often lost. 10

It's hard to determine the full impact that the study has had to this point, although I think that the need to include the records of big science at government labs and multi-institutional collaborations is widely recognized today. In addition the National Archives has recently agreed to take in the personal papers along with the government records of selected DOE scientists, again representing a major impact.

In the same way that our work at the Department of Energy national labs led to recognizing the need to preserve the records of multi-institutional collaborations, the Collaborations study – where we found industrial partners in some of the teams we studied – made us more aware of the problems of preserving records at industrial R&D laboratories. This in turn has led to new documentation strategy research in the history of industrial R&D. About half of new PhDs in physics in the U.S. go into the corporate sector, but when we began our first industrial study in 2003 there was little information on the kinds of work they did or the kinds of records that they created. The study was focused on physicists who worked at 15 of the largest industrial research labs in the U.S., and

The AIP Study of Multi-Institutional Collaborations published reports at the completion of each phase of the study: Phase I: High Energy Physics, 4 reports, 1993; Phase II: Space Science and Geophysics, 2 reports, 1995; and Phase III: Ground-Based Astronomy, Materials Science, Heavy-Ion and Nuclear Physics, Medical Physics, and Computer-Mediated Collaborations,, 2 reports. 1999. In addition final reports consisting of Highlights and Project Recommendations and the more complete Documenting Multi-Institutional Collaborations were published in 2001. All but one of the reports are available online at www.aip.org/history/pubslst.htm#collabs and are also available free in paper. The other report is a now outdated inventory of collections; current information on collections is available in the International Catalog of Sources.

over the five years of the study we did site visits and conducted interviews with about 130 physicists, R&D managers, and information professionals at the labs. Because repositories that collect industrial records are far fewer in the U.S. than those that preserve academic records, we believed from the outset that we would have limited luck in preserving a significant amount of the records, so we included a program of longer biographical interviews with major industrial physicists to help fill in the gaps in the documentary records.

Our findings confirmed that the records of most industrial physicists are not preserved and many no longer fill in lab notebooks, which have traditionally been seen as one of the most important sources in documenting laboratory science. However, we identified and cataloged some extant collections. We also found that a few companies are working with private and public archives to preserve some of their records, and in our published report we recommended that others follow this lead and insure that they include the records of industrial R&D. As planned we completed about 20 long, career length oral histories with major figures in industrial physics, and we're continuing to schedule more. We also found that the major research labs were putting much more emphasis on developing products rather than on longer term research, which is riskier but may provide important breakthroughs. Instead, they looked to entrepreneurial startup companies created by physicists and others for innovative new technology, either licensing the startups' research or buying the company¹¹.

Like our previous documentation research, the latter finding has led to our current project, which is to study the History of Physics

R. Joseph Anderson and Butler, Orville, *History of Physicists in Industry; Final Report*, 2008 is available online at http://aip.org/history/pubs/HOPI Final report.pdf> and also free in paper.

Entrepreneurship. Like the other similar studies that we've done, this project is funded jointly by AIP and by a grant from the National Science Foundation, and we are two-thirds of the way through the three-year project. We've conducted site visits and interviews with about 150 individuals in entrepreneurial hotspots like Silicon Valley and the Boston outer belt as well as in a variety of other areas across the U.S. We're currently analyzing the interviews and we've already started working with other archives to take in the papers of some of the startups. These are all young companies with fairly small collections of records, and we believe that we may be able to find university or pubic archives that are interested in accessioning the records of some of them.

Conclusion

So I've told you a lot about our documentation work, but what have we actually accomplished in terms of helping to construct an archives of the history of physics and allied science? My views are clearly subjective and, I'm sure, biased, and I rate our accomplishments differently in different areas. I'd give us a B+ or Ain helping to create a network of academic archives that continues to grow and expand and that helps to document academic physics, astronomy and related fields internationally. In government science agencies, I think we would get maybe a C+ or even a B for helping to change policies at major government agencies, although the implementation is still very much an uphill battle. And in industry we deserve perhaps a C for raising awareness and pioneering effort but at best a D for accomplishment so far. I hope that in a few years I'll be able to report that all of these grades have improved and that we're passing the test in industry However, in all three of the areas where physicists work, documentation research has given us tools to explore, to investigate, and to engage with many hundreds of records creators in site visits and interviews, and finally to consider approaches that will help solve documentary problems.

In closing, I want to quote from Helen Samuels, who along with Joan Warnow helped to create and formulate the concept of documentation strategies. In 1986 she wrote that "A modern, complex, information-rich society requires that archivists reexamine their role as selectors. The changing structure of modern institutions and the use of sophisticated technologies have altered the nature of records, and only a small portion of the vast documentation can be kept. Archivists are challenged to select a lasting record, but they lack techniques to support this decision-making". She and Joan Warnow and others developed documentation strategies so that archivists from a wide variety of different institutions and different settings can work together with one another and with those who create and use the records of science to investigate and propose solutions to the problems that are presented by the effort to preserve historically valuable records in the modern world. Our goal isn't easy: identifying a small kernel somewhere between perhaps 1 to 5% of the total of the records that are created - and coming up with strategies to move them into archival custody. At the same time, because we live in an age of mass communications and mass duplication, the small percentage of records that we're targeting actually represents a huge mass of material that can only be preserved in a cooperative and shared archival environment.

I've been talking about the world that the AIP History Programs are part of and the problems that we've addressed. My institution exists in an American archival setting where university repositories are fairly strong but are often staffed by humanities majors who may seem uncomfortable in dealing with scientists and happy to let their records slip by. It's a world where the National Archives, still a young institution by international standards, struggles to meet its mandate and whose appraisal standards and Records Retention and Disposition Schedules are sometimes based on outmoded concepts, and it's a world with a very poor track record in preserving the

history of business, including the history of industrial research and development. Each of the projects that we've undertaken – from our first efforts in learning how to work with academic archives, to investigating DOE laboratory records, to research projects in multi-institutional collaborations and industrial R&D – have produced a variety of specific criteria for what to document and for which records are likely to be of historical value. And there are lists of these in the AIP publications that are cited in the endnotes. However, as I said at the beginning, there are no absolute laws of what should be preserved, only probabilities.

I know that your world – and the world of archivists elsewhere – has different strengths and different weaknesses than mine. In Germany, for example, I found that there's a tradition of strong business archives and weak academic repositories, and here in Brazil I've been told that the strongest science archives are usually those that are established and funded by the government. So in the same way that there are no absolute appraisal standards, there is no one-size-fits-all solution for how and why to collect. documentation strategies are a flexible, pragmatic, problem-solving approach to understanding the nature and likely value of documentation created in different fields of science. By giving archivists tools to focus attention on poorly documented areas. identify specific problems, and develop recommendations and collaborative strategies for addressing the problems, they allow us to raise awareness about documentary problems; expand the knowledge base that scientists, archivists, and historians can use to preserve the history of scientific research; and stimulate ongoing discussion and research on the issues.

Marcos da memória:

fontes orais para pesquisa em ciência e tecnologia no acervo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas

> Sônia Troitiño Cristiane Alves de Sousa

Introdução

Na atualidade, o número de pesquisas que fazem uso de testemunhos orais vem aumentado ano a ano. Percebendo a importância dessas informações, assim como a crescente procura por esse tipo de fonte, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) desde 2002 tem desenvolvido um projeto voltado a captação de registro de depoimentos, concedidos por pesquisadores e funcionários da instituição, com a intenção de complementar e expandir dados referentes à história da ciência e tecnologia brasileira e do próprio IPT.

Diversas foram às razões que motivaram essa iniciativa: em primeiro lugar, colocava-se a necessidade de resgatar a trajetória do próprio instituto, objetivando o fomento de uma cultura de preservação da memória institucional e o envolvimento da comunidade ipeteana nesse movimento. Em segundo lugar, colocava- se a utilidade das informações presentes nesses relatos – dados que podem tanto auxiliar nas atividades de organização do acervo do IPT, por fornecer potencialmente importantes elementos

de contextualização, como também servir aos usuários de seu arquivo.

Dessa forma, no intuito de preservar a memória e contribuir para que o profissional de ciência e tecnologia, o pesquisador da área e o estudante compreendam as condições históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas de produção do conhecimento e desenvolvimento tecnológico, houve o entendimento da necessidade de resgatar a história do instituto por meio de depoimentos dos vários profissionais de diversas áreas (técnicos, operacionais, pesquisadores e administrativos) que atuaram no IPT entre as décadas de 1930 e 1950.

Com este intuito, o estabelecimento do projeto Acervo da Memória Oral do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, apoiado pelo CNPq, teve por objetivo ampliar o acervo documental custodiado pelo IPT através da inclusão de testemunhos orais. Três foram os eixos norteadores desta iniciativa: a busca do aperfeiçoamento do sistema de consultas, a ampliação das fontes de pesquisas existentes e o trabalho de conscientização da importância da preservação da memória na instituição. Diante, destas orientações, houve o entendimento que a incorporação de um acervo de depoimentos orais possibilitaria o registro de memórias individuais sobre episódios pessoais e coletivos, nas palavras de quem vivenciou aquela realidade, sejam relatos referentes ao momento histórico brasileiro, sobre a atuação do IPT no cenário brasileiro ou sobre a contribuição particular desses indivíduos para a sociedade.

Além do trabalho de registro de depoimentos, pautado largamente na metodologia pertencente ao campo da história oral, a simples incorporação de seu produto ao acervo histórico do IPT não garantia o acesso a essa informação. Assim sendo, tornou-se imprescindível a produção de um catálogo das entrevistas

realizadas que atendesse à demanda de consulta. Da mesma forma, na produção desse instrumento de acesso, houve a preocupação com o cruzamento de dados entre o conteúdo das entrevistas e documentos de outras origens, pertencentes ao arquivo da instituição, fundos privados, coleções, trabalhos de pesquisa e publicações etc.¹²

A incorporação de depoimentos ao acervo do IPT vem ao encontro da já estabelecida política de aquisição de acervos pessoais de pesquisadores e funcionários do instituto que notadamente contribuíram para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil. Contudo, queremos deixar aqui bem clara a seguinte diferenciação: não se deve confundir o projeto de memória oral com o de captação de fundos pessoais - ambos desenvolvidos pelo IPT. São duas iniciativas de natureza distinta, posto que a reunião das entrevistas concedidas configura uma coleção específica denominada *Memória Oral do IPT*, enquanto que os fundos pessoais captados foram batizados de acordo com sua proveniência – como nos casos dos fundos Pereira de Castro, Eston Nedo e do engenheiro Miguel Sieguel.

Seleção do material e constituição do acervo

Um dos pontos cruciais do projeto *Acervo da Memória Oral do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo* consiste em definir o quadro de entrevistado e, consequentemente, ter seu depoimento registrado, preservado e divulgado pelo IPT.

Para a seleção de pessoas a ser entrevistadas foi necessária realizar uma série de procedimentos de preparação tanto da equipe e do

12 Atualmente esse catálogo vem sendo adaptado para brevemente ser disponibilizado na web.

material a ser utilizado, como da definição dos critérios teórico-metodológicos a serem empregados no momento da captação dos registros, e da metodologia empregada no tratamento documental desses depoimentos posteriormente.

Inicialmente, houve capacitação da equipe através de leituras técnicas, do histórico da instituição, bem como do estudo e discussão sobre os métodos, abordagem e objetivos norteadores do projeto. Nesse sentido, foram elaboradas pesquisas preliminares e realizadas oficinas de história oral para treinamento da equipe. Da mesma forma, alguns dos funcionários mais antigos da casa foram contatados, assim como se fez imprescindível a pesquisa documental nos arquivos da instituição.

Dessa maneira, estabeleceram-se uma rede de informações que permitiu a identificação de ex-funcionários e/ou pesquisadores, tornando possível eleger alguns deles para a realização das entrevistas. Entre os critérios adotados para a seleção estão a escolha de profissionais que trabalharam no Instituto no período compreendido entre os anos 1930 e 1950, aqueles que desenvolveram trabalhos significativos em diferentes áreas do Instituto, e as mulheres que atuaram em áreas técnicas.

Em posse destes norteadores, iniciou-se a busca pelos funcionários selecionados. Constatou-se que muitos haviam falecido, alguns se encontravam com o estado de saúde bastante debilitado e outros estavam com seus endereços desatualizados – que exigiu nova pesquisa para a localização dos mesmos. À medida que as entrevistas eram feitas novos profissionais eram indicados, localizados e entrevistados. Ao total, foram entrevistados 45 profissionais. A duração das gravações das entrevistas varia entre 45 e 2h20min, aproximadamente, totalizando a quantia de 88 fitas cassetes, com cerca de 35h63min de gravações, incluindo as cópias de segurança.

Após a realização das entrevistas foi elaborada uma ficha descritiva contendo o resumo e dados complementares das entrevistas e dos entrevistados. Cada entrevista, independente do tempo de duração e da quantidade de fitas utilizadas, deu origem a uma unidade documental e foi respectivamente descrita dentro do conceito de coleção.

Em alguns casos, os entrevistados além de prestarem depoimento relatando as sucessivas fases de suas vidas privadas e profissionais, também optaram por doar documentos pessoais e/ou resultantes de suas pesquisas. Dessa forma, também foram incorporados periódicos, livros, artigos, fotos e outros objetos provenientes desses colaboradores da comunidade ipteana, documentos que contribuíram ainda mais para o incremento do acervo histórico do IPT e para (re)compor parte da história da instituição.

Entre os entrevistados que doaram documentos podemos mencionar os pesquisadores: Agenor Guerra Correa Filho, Alberto Pereira de Castro, Antônio Sacco Neto, Romeu Corsini, Alice Judith Kozuta, Silvia Moro, Maurício Novinsk, Tharcisio Damy de Souza Santos; e os técnicos: Alcides Fernandes Scarpelini, Gonçalo Cairo, Margarida Lúcia Murbach dos Santos, Olga Toledo.

Coleta e tratamento dos dados

Uma vez selecionado o rol de entrevistados, foi estabelecido o protocolo a ser empregado no momento da entrevista – sempre conscientes de que esses depoimentos não acontecem de modo meramente espontâneo, mas fazem parte de um programa previamente estabelecido e direcionado, promovendo a reunião de informações, ou seja, antes do momento do registro desses depoimentos, houve um trabalho prévio por parte da equipe envolvida no sentido do estabelecimento da pauta da entrevista, do

levantamento de dados biográficos e da pesquisa histórica de documentos que pudessem contribuir para a consistência dos dados a serem coletados. Da mesma forma, foi elaborada uma ficha cadastral correspondente a cada entrevista realizada, mais tarde incorporada ao catálogo da coleção *Acervo de Memória Oral do IPT*.

Apesar das pautas das entrevistas levarem em consideração aspectos particulares de cada depoente – e para isso o levantamento histórico teve papel fundamental –, foi estabelecido, com fins metodológicos, um roteiro básico a ser seguido em cada entrevista. Compõem esse roteiro as seguintes questões a serem indagadas:

- 1. Projeto.
- 2. Fita(s) No.
- 3. Identificação.
- 4. Nome completo.
- 5. Local e data de nascimento.
- 6. Infância e família.
- 7. Nomes dos pais.
- 8. O que faziam os pais?
- 9. Qual era o grau de escolaridades dos pais?
- 10. Onde passou a infância?
- 11. Onde vivia a família?
- 12. Escolaridade e formação profissional.
- 13. Onde estudou (primário, ginásio, colégio)?
- 14. No caso de ter formação superior, qual?
- 15. Outros cursos, pós-graduação, carreira acadêmica.
- 16. Trajetória profissional anterior ao IPT.
- 17. Trabalhos anteriores ao IPT.
- 18. Admissão no IPT.
- 19. Em que ano entrou no IPT.
- 20. Como foi o processo de admissão no IPT?

- 21. Em que função?
- 22. Qual era o trabalho?
- 23. Descrição do IPT.
- 24. Como era o IPT na época? (descrever fisicamente, perfil etc.).
- 25. Como era a região e a Cidade Universitária?
- 26. O que lembra das construções e equipamentos?
- 27. Como foi a trajetória profissional no IPT?
- 28. Em que divisões trabalhou?
- 29. Quais os projetos de que participou na sua seção/divisão.
- 30. Discorrer sobre outros projetos marcantes.
- 31. Descrição dos projetos, equipamentos e laboratórios.
- 32. Quem eram os clientes?
- 33. Em quais as outras funções e/ou trabalho assumiu e/ou participou?
- 34. Em que anos?
- 35. Descrição da carreira.
- 36. Fale sobre os colegas de trabalho.
- 37. Fale sobre a vida social e política no IPT na época.
- 38. Como era a vida social com os colegas do IPT se saiam juntos etc..
- 39. Participou de algum movimento cultural ou político.
- 40. Como é a vida pessoal e familiar.
- 41. É casado, tem filhos?
- 42. Alguém mais da família trabalha no IPT?
- 43. Há outros nomes que possam ser indicados para esse trabalho?
- 44. Tem documentos (do IPT da época)?
- 45. Nome dos entrevistadores.

- 46. Local da entrevista.
- 47. Data.
- 48. Duração da entrevista.

Este roteiro funcionou como um instrumento direcionador no momento da gravação dos depoimentos. Vale mencionar que houve a opção por não transcrever o produto dessas entrevistas, primeiramente devido ao fato desse procedimento ser lento e oneroso, além do alto risco de perda eminente de detalhes característicos de cada depoente como os são ênfases e marcas da linguagem oral, detalhes extremamente significativos para a compreensão da mensagem e que, ao serem transpostos para a linguagem escrita, se perdem nas edições transcritas. Por essa razão, arquivos e centros de documentação e memória têm recorrido cada vez menos a transcrições integrais das entrevistas gravadas.

O sistema de consulta ao teor informacional dessas fontes é notadamente mais eficiente quando o pesquisador tem acesso aos registros sonoros disponíveis, ao invés de suas transcrições. A bibliografia recomenda que, em substituição à transcrição, seja feito um sumário correspondente ao teor informacional da entrevista. A reunião dessas e de outras informações devem ficar disponíveis à consulta pública em instrumento de pesquisa próprio, como o são os catálogos de coleções.

Observemos o exemplo de duas das fichas desenvolvidas para o controle de entrevistas e incorporadas ao catálogo da coleção:



PT CATÁLOGO DAS COLEÇÕES

COLEÇÃO: Acervo da Memória Oral do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo.

•				
TIPO DE ENTREVISTA () história de vida (X) depoimento individual () depoimento coletivo	A :			
NOME (S) DO (S) ENTREVISTADO (S): Miguel Siegel				
DADOS BIOGRÁFICOS:				
Miguel Siegel nasceu na capital da Lituânia, Wilno, veio para o Brasil com um ano e meio de idade, estudou na Escola Politécnica de 1927 a 1932, cursou engenharia elétrica, em 1930, ingressou no Laboratório de Ensaios Materiais - LEM, como assistente-aluno, na Seção de Ensaios de Metais, onde permaneceu até 1945, em 1976 retornou ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT como consultor para reativar a Seção de Fundição.				
NOME (S) DO (S) ENTREVISTADOR (ES):				
1. Cristiane Alves de Souza				
2. Roney Cytrynowicz				
LOCAL DA ENTREVISTA: Residência do entrevistado, São Paulo				
DATA DA ENTREVIS	ГΑ	: 26/03 /2002	D	URAÇÃO: 1h e 45 min
CONDIÇÕES DA GRAVAÇÃO: A gravação está boa.				
CADERNO DE CAMPO:	()	X) sim	() não
TRANSCRIÇÃO:	() sim	()	X) não
() manuscrito	() impresso	() em disquete
NOTAÇÃO: mig.sie.01				

SUMÁRIO:

Relata sobre sua família e em especial do seu tio Lasar Segal, seu período escolar no colégio Porto Seguro, foi para os Estados Unidos, em 1918, conta sua experiência no país, dos estudos no colégio Anglo Brasileiro de origem britânica. Conta que a paixão por engenharia elétrica vem desde sua infância. Fala do início de sua carreira ainda no Laboratório de Ensaios Materiais – LEM, na Seção de Ensaios Materiais durante dois anos como assistente-aluno, descreve alguns trabalhos realizados na época como ensaios para estradas de ferro da prefeitura.

Comenta a sua participação na Revolução de 1932, relata detalhes interessantes da Revolução Constitucionalista e traça o panorama político da época. Lembra o acidente com uma granada em que Dr. Adriano Marchini se feriu e perdeu a mão. Miguel Siegel fez chapas de aço para blindagem de trens, explica os ensaios feitos por ele e seus colegas.

Lembra um estágio aos Estados Unidos durante 11 meses, visitando indústrias para aprender técnicas de fundição, fala do trabalho na implantação da Seção de Fundição, onde os funcionários eram devidamente treinados, logo que a fundição foi instalada eclodiu a Segunda Guerra Mundial, o IPT aumentou sua produção, já que a importação de aço e ferro para o Brasil cessou, comenta sobre o processo de substituição da importação de produtos metalúrgicos durante a Segunda Guerra.

Conta sobre a utilização de óleo de rícino, de gasogênio, fala de um caso curioso do ensaio de um viaduto próximo a Juiz de Fora em Minas Gerais. Lembra da visita de Getúlio Vargas ao IPT. Fala das normas utilizadas para os ensaios realizados em metalurgia e da preocupação com a qualidade dos produtos e serviços. Trabalhou em empresa própria durante 30 anos, fala sobre seus colegas Olavo Setúbal, Dr. Alberto Perreira de Casto, Tharcísio Damy, diz que no seu tempo no IPT só existiam as seções de madeiras, concreto, metalurgia, metalografia e química. Atualmente o IPT expandiu muito suas atividades. Comenta sobre sua vida pessoal.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES EXISTENTES NO CENTRO DE MEMÓRIA NO IPT:

Cópia do Prontuário do Entrevistado

PALAVRAS-CHAVE:

Miguel Siegel: engenharia elétrica; Escola Politécnica; Laboratório de Ensaios Materiais – LEM, Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT; Revolução de 1932; São Paulo (cidade).

OBSERVAÇÕES:

PREENCHIDA POR: Michelle Almeida Tito

DATA: Agosto de 2005



PROJETO: Acervo da Memória Oral do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo.

QUANTIDADE DE FITA (S): 02 cassetes

COLEÇÃO: Memória Histórica do IPT

NOTAÇÃO: mig.sie.01 e mig.sie.02

TIPO DE ENTREVISTA

- () história de vida
- (X) depoimento individual
- () depoimento coletivo

NOME (S) DO (S) ENTREVISTADO (S): Miguel Siegel

NOME (S) DO (S) ENTREVISTADOR (ES):

- 1. Cristiane Alves de Souza
- 2. Roney Cytrynowicz

LOCAL DA ENTREVISTA: Residência do entrevistado, São Paulo.

DATA DA ENTREVISTA:26/03/2002 DURAÇÃO: 1 h e 45 min

FITA: mig.sie.01

TIPO E DURAÇÃO DA FITA: Ferro 60 minutos

LADO A DURAÇÃO: 30 minutos

LADO B DURAÇÃO: 30 minutos

FITA: mig.sie.02

TIPO E DURAÇÃO DA FITA: Ferro 60 minutos

LADO ADURAÇÃO: 30 minutos LADO B DURAÇÃO: 15 minutos

PESQUISA E ROTEIRO: Cristiane Alves de Souza e Roney Cytrynowicz CONTROLE DE OUALIDADE DA GRAVAÇÃO: Michelle A. Tito

DATA: 11/08/2005

DUPLICAÇÃO DATA
TRANSCRIÇÃO DATA
EDIÇÃO DATA
REVISÃO DE TEXTO DATA
ORGANIZAÇÃO DATA
CATALOGAÇÃO DATA

CARTA DE CESSÃO: SIM DATA: 26/03/2002

RESTRICÕES À CONSULTA: não há.

Com base nas informações adquiridas e estruturadas, além das fichas de conteúdo e técnica da entrevista, elaborou-se um banco de dados com as informações coletadas durante as entrevistas e sobre os entrevistados, objetivando a sistematização de informações de forma a garantir o acesso de forma mais eficiente. Compõem os campos desse banco os dos seguintes dados:

1. Informações pessoais:

- 1.1 nome do entrevistado;
- 1.2 local de nascimento;
- 1.3 data de nascimento:
- 1.4 endereco residencial:
- 1.5 cidade residência;
- 1.6 estado residência;
- 1.7 CEP residência;
- 1.8 telefone residência;
- 1.9 ramal residência;
- 1.10 celular;
- 1.11 e-mail; e
- 1.12 foto.

2.Informações profissionais:

- 2.1 endereço profissional;
- 2.2 cidade profissional;
- 2.3 estado profissional;
- 2.4 CEP profissional;
- 2.5 telefone profissional;
- 2.4 ramal profissional;
- 2.5 fax profissional;
- 2.6 profissão.
- 3. Informações primordiais sobre atuação no IPT:
 - 3.1 data início;
 - 3.2 data término;

- 3.3 função; e
- 3.4 código da unidade técnica.

Usos e usuários de fontes orais

Desde sua liberação para consulta, esse tipo de fonte vem sendo recorrentemente solicitado e tem se mostrado de interesse do ponto de vista informacional. Atualmente essa coleção é consultada por pesquisadores internos, externos e também por instituições internacionais como a Universidade do Texas, o Instituto Federal de Tecnologia de Zurique – ETH Zurich – Suíça, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC-Portugal) e a Universidade Antofagasta – Chile.

Contudo, além de dar suporte as atividades de pesquisa, este acervo oral tem contribuído para a realização de algumas ações educativas dentro do IPT. Entre elas, está o projeto *Personalidade*, implantado em 2011, que visa divulgar a atuação profissional de membros do instituto. Para isso, os depoimentos dos entrevistados são utilizados como fonte para complementar e interpretar informações não encontradas no arquivo institucional, assim como também auxiliam na contextualização de alguns documentos pertencentes ao arquivo que, sem dados externos, tinham sua compreensão em relação à sua importância/significado limitados.

O projeto *Personalidade* consiste em exposições mensais, fixada em área de grande circulação de pessoal e no site do IPT, sobre a história de seus funcionários, entre técnicos, pesquisadores e superintendentes, que foram fundamentais para o desenvolvimento do instituto e de suas linhas de pesquisa, bem como para a história da ciência e tecnologia no Brasil. Tematicamente são abordadas: biografia; contexto histórico; área de atuação; as contribuições para o IPT e para a ciência e tecnologia Brasil; e eventuais publicações

dos ipeteanos em destaque. Além disso, esse projeto faz-se também importante no atual momento de intensa renovação do quadro de funcionários, por difundir entre os novos integrantes a importância e centenária história do IPT, de forma a criar valor e estimular vínculos afetivos e de comprometimento com o Instituto.

Algumas considerações finais

Procuramos aqui, fazer um relato sobre a experiência do IPT em relação ao estabelecimento de uma política de aquisição de acervos complementares ao oriundo de suas próprias atividades. Houve o entendimento que a opção por agregar documentos e informações extra documentadas por suas atividades possibilita o incremento de seu próprio acervo, além de trazer benefícios para os pesquisadores que buscam no instituto documentos relativos à evolução e história de ciência e tecnologia brasileira.

Contudo, gostaríamos de reafirmar o cuidado necessário na identificação dos limites impostos pela proveniência do documento no momento da incorporação de acervos. Estes são de fundamental importância e devem ser invioláveis, posto que a quebra da proveniência e de outros princípios arquivísticos interfere diretamente na contextualização e compreensão dos documentos, de acordo com seu momento de produção, tramitação, uso e guarda.

Se documentos são sempre produtos de ações registradas, evidentemente que a mistura de documentos provenientes de ações de naturezas distintas, cria novas combinações, por assim dizer, gerando em consequência novos significados que distanciam o registro do que eles deveriam representar em sua origem.

Porém, isto não significa que conexões e cruzamento de dados não possam ser feitos entre fundos, coleções e/ou acervos distintos em ambientes arquivísticos, apenas significa que a preservação da informação deve estar ligada também ao que ela representa enquanto registro.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes et al. (Org.). *História oral:* desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CPDOC, 2000.

FERREIRA, Marieta de Morais (Coord.). Entre-vistas abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. *IPT 100 anos de tecnologia*. São Paulo: IPT, 1999. (Publicação IPT 2600).

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. Relatório das Atividades correspondentes aos anos de 1935 a 1964. São Paulo, 1965.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

NESMITH, Tom. What's history got to do with it? Reconsidering the place of historical knowledge in archival work. *Archivaria*, Canadá, n. 57, 2004.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social, em *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento de igualdade. In.: *Projeto-História*:

Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo: EDUC, n. 14, abril 1997.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Archives, records, and power: the making of modern memory. *Archival Science*, Dordrecht, v. 2, n. 1-2, p. 1-19, 2002.

SIMSON, Olga de Moraes Von (Org.). Os desafios contemporâneos da história oral. Campinas: UNICAMP/CMU/ABHO, 1996.

VARGAS, Milton et al. (Org). História da técnica e tecnologia no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

A experiência de preservação da memória científica na faculdade de ciências médicas da UNICAMP

Felipe de Almeida Vieira

O texto propõe apresentar e discutir a experiência de formação de acervo que está sendo desenvolvida na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, levando em conta alguns princípios orientadores do trabalho do Centro de Memória e Arquivo (CMA/FCM) como forma de produção e preservação da memória científica dessa instituição. Orientado para ser, além de um arquivo institucional, um "arquivo de ciência", o CMA/FCM tem atuado na constituição de um acervo documental representativo das atividades da Faculdade e relevante para a temática da História das Ciências da Saúde. Em decorrência disso, o CMA/FCM tem constituído um acervo que oferece possibilidades de pesquisa a respeito do ensino das Ciências da Saúde nos níveis de graduação, pós-graduação e residência médica, bem como sobre a produção científica relacionada a esse campo do saber, além da história administrativa da instituição.

A origem da atual Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp remonta ainda à década de 1940, a partir de um movimento que envolveu diversos setores da sociedade campineira, mobilizados para a criação de uma instituição de ensino superior na cidade, mais especificamente de formação médica. Ainda no ano de 1946, o

jornalista do *Diário do Povo*, Luso Ventura, iniciou uma "campanha pela instalação de uma faculdade de medicina" em Campinas. Nesse sentido, em 24 de setembro de 1948 foi aprovada pela Assembleia Legislativa de São Paulo a Lei nº 161, dispondo sobre "a criação de estabelecimentos de ensino superior em cidades do interior paulista". Somente em 30 de junho de 1953 essa legislação surtiu algum efeito e o governador Lucas Nogueira Garcez criou a "Faculdade de Medicina de Campinas", através da Lei n.º 2.154, sem, no entanto, que a medida fosse realmente efetivada nos anos seguintes.

O tema foi retomado em 1955, por iniciativa da Associação Comercial e do Centro de Ciências, Letras e Artes que criaram o Conselho de Entidades de Campinas. A finalidade do Conselho era debater "os problemas sociais e defender os interesses da cidade e de sua coletividade", entre os quais a instalação da Faculdade de Medicina no município. Cinco anos mais tarde, o governo do estado de São Paulo aprovou nova lei dispondo sobre a criação da instituição de ensino e até mesmo nomeou um diretor *pro tempore*, o professor Cantídio de Moura Campos, mas faltava ainda prover os meios materiais necessários para a definitiva instalação da escola médica. Nos anos seguintes a bancada campineira na Assembleia Legislativa estadual e a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas (SMCC), através de seu presidente Roberto Franco do Amaral, igualmente pressionaram em favor da criação da Faculdade de Medicina.

A iniciativa ganhou força de fato somente em 1961, quando o reitor da Universidade de São Paulo, professor Antonio Barros de Ulhôa Cintra, a pedido do governador Carlos Alberto de Carvalho Pinto, constituiu um grupo de trabalho para estudar e propor a criação de núcleo universitário em Campinas, e que resultou no projeto de lei de criação da Universidade Estadual de Campinas (UEC, posteriormente Unicamp). Faziam parte desse grupo de trabalho os

professores Cantídio de Moura Campos, Ruy Aguiar da Silva Leme, Paulo Emílio Vanzolini e Isaias Raw. O projeto previa que a Universidade seria integrada pela Faculdade de Medicina, que fora criada por lei em 1959. O Conselho de Entidades seguiu pressionando o governo do Estado e a Assembleia Legislativa, e para isso constituiu onze comissões a fim de mobilizar a comunidade, a imprensa e os prefeitos da região em torno da demanda. A Universidade Estadual de Campinas foi legalmente criada, como entidade autárquica, através da Lei nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962, incorporando a Faculdade de Medicina de Campinas, como previsto no projeto. Cantídio de Moura Campos foi designado como o primeiro reitor com a responsabilidade principal de promover a instalação da nova Universidade, assumindo o cargo em 13 de janeiro do ano seguinte e exercendo-o por oito meses.

O ano de 1963 ficou marcado como o da fundação da FCM, que começou a funcionar, provisoriamente, nas dependências da Maternidade de Campinas. Em 1965, após acordo entre as direções das duas instituições, a Santa Casa de Misericórdia de Campinas passou a ser utilizada como local de treinamento clínico e cirúrgico para os alunos da Faculdade, o que perdurou até a inauguração do Hospital das Clínicas da Unicamp no campus de Barão Geraldo, em 1986. Ainda em fevereiro de 1963, foi contratado o primeiro docente, professor Walter August Hadler, para a cadeira de histologia e embriologia, e nomeado como diretor da Faculdade de Medicina, o médico oftalmologista Antonio Augusto de Almeida. O primeiro vestibular foi realizado já em abril, para o qual se inscreveram 1592 candidatos, disputando as 50 vagas existentes. Para recepcionar os aprovados, em 20 de maio realizou-se a aula inaugural proferida pelo professor Antônio Barros de Ulhôa Cintra, reitor da Universidade de São Paulo (USP), marcando nessa data, a instalação oficial da Faculdade.

Antes mesmo de sua fundação e funcionamento, a FCM já mobilizava o interesse público como instituição voltada ao conhecimento das Ciências da Saúde e não apenas por se tratar de uma unidade de ensino e pesquisa de universidade pública estadual. A criação de uma instituição de ensino médico em Campinas não pode ser considerada como sendo uma iniciativa restrita ao âmbito acadêmico paulista ou em função da constituição da Unicamp ocorrida na década de 1960. Como foi referido, trata-se de um projeto que surgiu e mobilizou, desde o final dos anos 1940. diferentes forcas sociais e políticas da região de Campinas. Por outro lado, a FCM/Unicamp não permaneceu com seu campo de ação restrito à cidade ou região em que se estabeleceu. Logo cedo obteve alcance de influência nacional e internacional como instituição de pesquisa e de formação de recursos humanos na área da saúde, bem como complexo assistencial que oferece inúmeros serviços de saúde à população, o que vem mantendo até o presente. Além disso, a atuação da Faculdade, em grande medida, esteve voltada desde seus primórdios para as questões de política de Saúde Pública no país, com participação intensa de alguns de seus colaboradores em debates e momentos importantes da chamada "Reforma Sanitária Brasileira" e na construção do "Sistema Único de Saúde", por exemplo (BRASIL, 2006, p. 54-56). Por razões como essas, a FCM representa um patrimônio de toda a sociedade e tudo aquilo que diz respeito ao seu funcionamento e existência são passíveis de se tornarem objetos de interesse coletivo. Não seria diferente em relação à preservação da memória histórica da instituição e do seu patrimônio documental, entendido como suporte físico dessa memória.

A preocupação com a preservação do patrimônio documental, bem como a elaboração e divulgação de uma memória institucional, ganharam impulso na FCM, sobretudo, a partir das comemorações dos 40 anos de criação da Faculdade, no ano de 2003. Nessa ocasião, a Diretoria e alguns servidores mobilizaram-se para marcar

a data festiva, constituindo uma comissão com a finalidade de organizar as atividades comemorativas. Além disso, a Comissão dos 40 anos foi responsável pela criação de uma página virtual na *internet* para a preservação e divulgação de imagens e documentos referentes a momentos marcantes da história da instituição, assim como depoimentos de alguns indivíduos que contribuíram para a formação da Faculdade. Por fim, também ocorreu o lançamento do "Livro Memórias da Faculdade de Ciências Médicas/Unicamp", publicação que reproduz e divulga parte desse acervo reunido em função da comemoração dos 40 anos (COSTALLAT, 2004).

A partir dessas iniciativas isoladas relacionadas à memória institucional e a preservação de documentos históricos, desenvolveu-se no âmbito da FCM a ideia de uma estrutura dedicada exclusivamente a atender essas necessidades. Assim, por orientação dos técnicos do Arquivo Central da Unicamp e dentro da perspectiva do Sistema de Arquivos da Universidade (Siarq), que estava sendo implantado desde a década de 1990, no ano de 2006 foi nomeada pela Direção da FCM uma Comissão Setorial de Arquivos (CSArq), composta por representantes de diferentes áreas da Faculdade. Da mesma forma, criou-se na Faculdade de Ciências Médicas, em 2007, o Grupo de Estudos em História das Ciências da Saúde (GEHCSaúde), composto por docentes da instituição interessados na temática, mas aberto a representantes discentes dos diferentes níveis de ensino e integrado por especialistas da área que podem ser convidados a participar. O Grupo em questão tem como meta estabelecer um campo de conhecimento e debate a respeito da História das Ciências da Saúde, visando incluir a questão na formação dos alunos da Faculdade e auxiliar na preservação da memória institucional e científica no âmbito da FCM. Para tal vem promovendo reuniões periódicas de seus membros e cursos de extensão para o público em geral.

Como desdobramento desse processo e levando mais adiante o projeto acima mencionado, o Centro de Memória e Arquivo da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp (CMA/FCM) foi criado em 26 de maio de 2008. Esse órgão tem como meta ser um espaço dedicado à preservação e difusão da memória institucional e ao estudo da História das Ciências da Saúde, aberto a toda comunidade. Para tal, a Comissão e o CMA/FCM, em conjunto com o Arquivo Central da Unicamp, vêm planejando e desenvolvendo ações de "Gestão Documental" nos diversos departamentos, centros e núcleos de pesquisa, laboratórios e áreas administrativas da unidade acadêmica. Essa atuação visa, sobretudo, o correto arquivamento em fase corrente e intermediária e a destinação de documentos com valor histórico para arquivamento permanente no CMA/FCM.

Entre as referidas atividades de "Gestão Documental", o CMA e a CSArq prestam orientações aos funcionários e docentes das diferentes áreas, através de visitas técnicas, esclarecendo a função e a forma de organização dos arquivos correntes e intermediários com base na *Tabela de Temporalidade de Documentos da Unicamp*, apresentando alguns conceitos básicos sobre o tema e alertando para a importância da Gestão Documental na preservação da memória institucional. Nesse curto período de atuação dos referidos órgãos, também foram promovidos fóruns, abertos ao público, tratando da Gestão Documental e visando sensibilizar os

Prevista pela Lei Nacional n.º 8.159 de 8 de Janeiro de 1991, que "dispõe sobre a Política de Arquivos Públicos e Privados", a Gestão Documental abrange "procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária dos documentos, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente, conforme o artigo 3º (BRASIL, 1991).

colaboradores para a questão. Trata-se de uma oportunidade para que os profissionais que já participaram do trabalho de gestão, e que dão continuidade através do que se convencionou chamar de "Pós-Gestão", relatam as experiências, as dificuldades e os ganhos administrativos alcançados no processo, incentivando outros a participarem.

Em decorrência disso, nesses quase três anos, o CMA/FCM tem constituído um acervo que oferece possibilidades de pesquisa a respeito do ensino das Ciências da Saúde nos níveis de graduação, pós-graduação e residência médica da instituição e de sua história administrativa, bem como sobre produção científica relacionada a esse campo do saber. Os conjuntos documentais encontram-se em diferentes etapas do processamento técnico, visando sempre melhorar sua disponibilização pública. Apesar de que ainda há um longo caminho a trilhar nesse minucioso trabalho, dado o pouco tempo de existência do CMA/FCM, é possível afirmar que muito já se avançou em sua organização e no alcance de sua atuação.

Através do referido processo de Gestão Documental, que se realiza desde 2007 no âmbito da FCM, constatou-se que alguns docentes da significativa Faculdade produziram uma quantidade documentos relacionados ao desenvolvimento de pesquisas e colecionaram grandes massas documentais em função das diversas atividades que desenvolveram na Universidade. Assim, uma considerável parte do acervo sob guarda do CMA/FCM diz respeito a conjuntos documentais acumulados por esses docentes que participaram da formulação dos primeiros cursos e estruturas institucionais. Até o momento foram incorporados conjuntos documentais referentes ao Prof. Dr. José Lopes de Faria, fundador do Departamento de Anatomia Patológica e Diretor da FCM, Prof. Dr. José Martins Filho, que além de Diretor foi Reitor da Unicamp e fundador do Centro de Investigação em Pediatria (CIPED), Prof. Dr. Oswaldo Vital Brazil, criador do Departamento

Farmacologia e que desenvolveu relevantes pesquisas nessa área, e Prof. Dr. Mario Mantovani, superintendente do Hospital de Clínicas da Unicamp e docente de Cirurgia. Além desses citados, está em trâmite a doação, por parte da família, dos documentos relativos ao Prof. Dr. Bernardo Beiguelman, pioneiro no ensino e na pesquisa da Genética Médica no Brasil. E ainda devem ser considerados os conjuntos documentais reunidos por alguns Departamentos da instituição, sem que estivessem vinculados a um docente específico, e que também foram incorporados ao acervo do CMA/FCM.

Cabe ressaltar que, anteriormente à incorporação ao acervo, faz-se necessário a manifestação de interesse do detentor da documentação (familiar e/ou responsável pelo departamento de origem do docente) por meio de oficio à Diretoria da FCM, que instaura uma comissão de avaliação documental. Essa comissão deve ser composta por docentes da Faculdade, técnicos do CMA, do Arquivo Central da Unicamp e da Biblioteca Central. Ao término do processo, expede-se um parecer final encaminhado para a Diretoria da FCM, sugerindo a destinação que deve se providenciar ao conjunto documental.

Os documentos produzidos e reunidos por um docente ao longo de extensa e intensa atuação em um instituto, que é, ao mesmo tempo, espaço de ensino, de produção científica, de atividades extensão, do exercício de funções administrativas, de relações institucionais e pessoais, representam um conjunto muito diversificado de informações. Nesse contexto, frequentemente, confundem-se os âmbitos de atuação institucional e pessoal e esse limite tênue entre as duas esferas também se apresenta em relação à produção e guarda de documentos por parte desses docentes.

Em parte, esses acervos se constituem de documentação mais claramente identificada como sendo institucional, que tem caráter

administrativo, ou seja, documentos reportando uma série de atividades decorrentes das funções que esses docentes desempenharam na FCM. E entre essas atribuições é possível incluir as relacionadas à docência propriamente, que muitas vezes constituem-se como as mais significativas em termos de dedicação, o que acaba por refletir no volume da documentação. Por outro lado, esses docentes, durante suas trajetórias na FCM, igualmente desempenharam atividades de cunho estritamente científico e atuaram em laboratórios e núcleos de pesquisa na área biomédica. Dessa forma, nos conjuntos documentais vinculados aos docentes também se encontram documentos que remetem a esse campo de atuação e, justamente, esses tendem a ser mais confundidos como sendo de cunho pessoal, mesmo que produzidos no âmbito da instituição.

Além dos princípios da Gestão Documental, o trabalho desenvolvido pelo CMA/FCM e a formação de seu acervo procura se apoiar nas definições utilizadas por Paulo Roberto Elian dos Santos, entre outros, ao estudar o que se convencionou chamar de "arquivos de ciência", e cuja definição guarda semelhanças com o acervo em destaque. Cabe esclarecer que esse tema ainda é de recente discussão no Brasil, em comparação ao que se desenvolve, por exemplo, na França e nos Estados Unidos e, por isso, traz muitas indefinições e controvérsias em sua conceituação. O acervo do Centro de Memória e Arquivo da FCM/Unicamp pode ser considerado como um arquivo de "instituição de pesquisa e ensino", pois apresenta ao mesmo tempo características administrativas e de "arquivos de laboratórios", na medida em que retratam funções administrativas e atividades de pesquisa propriamente dita (exploração, experimentação e teorização). Os conjuntos documentais em questão também estão relacionados mais especificamente com a definição acerca de "arquivos pessoais de cientistas", que seriam aqueles formados pelos documentos

produzidos e guardados pelo "cientista" no decorrer de sua trajetória.

Para o autor citado, o "laboratório", compreendendo o espaço onde o cientista atua e desenvolve suas pesquisas, é "o elo entre o institucional e o pessoal" e, portanto, os documentos ali produzidos e preservados são entendidos como "materiais documentais da ciência". Esse *locus* por excelência de produção do conhecimento científico em alguns campos do saber é também lugar de produção e conservação dos documentos que revelam todo o processo de construção da ciência, incluindo mesmo aqueles documentos vinculados estritamente à gestão administrativa da unidade de pesquisa. O "arquivo pessoal do cientista", que nesse caso também é docente, confunde-se com o próprio espaço de sua atuação acadêmica, principalmente se ele exerceu funções de chefia. Disso decorre a dificuldade em estabelecer limites entre pessoal e institucional nesses documentos, pois os que o pesquisador considera seus, ele o guarda durante as atividades e depois ao aposentar-se, assim como aqueles que ele entende servir para a continuidade da atividade científica da equipe que chefia (SANTOS, 2008, p. 154-218).

Em função dessas especificidades, os conjuntos documentais em questão impõem uma série de desafios para as instituições arquivísticas responsáveis por sua guarda, como é o caso do Centro de Memória e Arquivo da FCM. Dificuldades em relação à pessoalização dos conjuntos documentais, como mencionado, mas também em função do controle e sigilo dos dados ou da desconfiança que os envolvidos podem ter sobre a necessidade e eficácia do arquivamento, por exemplo. Além disso, a atividade científica produz registros em diversos suportes inusitados e que não são nem mesmo considerados como documentos pelos produtores, bem como formatos inteligíveis somente aos cientistas que os produziram (SANTOS, 2008, p. 171). E talvez por essas

especificidades, o tipo de documentação referida oferece diversidade de campos de pesquisa e temáticas ainda pouco explorados.

Na experiência desenvolvida, considera-se também que para a História e as Ciências Sociais, sobretudo a partir de autores como Pierre Bourdieu e Bruno Latour, não só o produto final da ciência é importante – apesar do que pensam e de como agem os próprios cientistas –, mas também interessa todo o caminho percorrido, os apoios e patrocínios, a estrutura institucional que propiciou a pesquisa, a equipe participante, o intercâmbio com outros cientistas e as dificuldades enfrentadas no seu desenvolvimento (SILVA, 2007, p. 26). Na verdade, é justamente o processo de construção da ciência e de imposição de um consenso no campo científico a respeito do conhecimento produzido que desperta considerável interesse dos historiadores da ciência na atualidade e esse tipo de temática vem ganhando cada vez mais força. E, como sabemos, o processo de construção da ciência está repleto de inscrições e documentos que só poderão ser acessados pelos historiadores com auxílio das instituições e profissionais responsáveis pela guarda desse patrimônio.

Deve se levar em conta que, como afirma Elian dos Santos a respeito da pesquisa científica, "o trabalho final não revela as diversas etapas de construção de uma obra, eliminando de sua trajetória os vestígios, dando a impressão de ordem e racionalidade" para os "fatos científicos" que se pretende apresentar como estabilizados e consensuais. Assim, "o artigo é, muitas vezes, o meio de revelar o fato científico 'estável' e 'natural', resultando de um processo de construção que tem a peculiaridade de só se completar enquanto tal na medida em que for capaz de apagar qualquer traço de si próprio" (SANTOS, 2008, p. 81).

Portanto, diferentes documentos são necessários para a realização de estudos que tenham a "ciência dos laboratórios" como objeto. independentemente da abordagem adotada. É necessário incluir os registros das etapas intermediárias da pesquisa científica até a publicação dos resultados finais. O processo de "fazer-se" da ciência, ou seja, o "trabalho sujo" que não aparece no resultado final, gera muitos documentos como anotações, rascunhos, correspondência, registros de protocolo, entre outros. Documentos que nem mesmo são percebidos como sendo "documentos" por seus produtores. Em geral, esses registros são descartados pelos cientistas por serem considerados sem valor e, por isso, tais documentos não costumam chegar com frequência aos arquivos institucionais (SILVA, 2007, p. 27). E como foi dito, apenas uma parte do conteúdo desses documentos ganha espaço na publicação no produto final, por exemplo, na forma de artigo. Desse modo, as etapas intermediárias do processo da ciência são quase que completamente esquecidas (SANTOS, 2008, p. 78-80).

Outro princípio norteador das práticas do CMA/FCM encontra-se na definição, já clássica, de Jacques Le Goff de que "o documento é monumento", pois "resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias" (LE GOFF, 1990, p. 548). A formação e preservação de um acervo não podem ser entendidas tão somente como obras do acaso, nem mesmo a produção de um documento e sua guarda pelo produtores, em detrimento de outros documentos, é um fato desprovido de interesses.

A preservação da memória científica depende, em grande medida, da preservação material da documentação, ou seja, do suporte físico utilizado para registrar as atividades desse tipo. Essa tarefa está a cargo de órgãos como o Centro de Memória e Arquivo da FCM/Unicamp, mas dependem igualmente das entidades que promovem a ciência no país e definem as políticas de investimento

nessa área e dos próprios cientistas e docentes (BARROS, 2006). Dessa forma, cabe às instituições arquivísticas, em primeiro lugar, zelar por esse patrimônio cultural através de técnicas apropriadas de conservação e arquivamento, bem como de métodos e formas de disponibilizar sua consulta ao público de maneira facilitada e correta, resguardando informações sigilosas quando necessário. Além disso, é sempre necessário suscitar o debate e a reflexão a respeito da preservação desse tipo de patrimônio cultural e alertar a sociedade quando este estiver correndo risco de dissipação.

No entanto, a preservação da memória não se faz unicamente com a correta guarda da documentação, pois o documento em si mesmo, depositado nos arquivos, não gera memória nenhuma. Dessa maneira, entendendo a memória como construção simbólica e componente essencial na identidade de um grupo, sua preservação depende, sobretudo, da pesquisa e da reflexão a respeito do passado coletivo, tarefa que está nas mãos dos pesquisadores, mas também ao alcance das instituições arquivísticas e de seus funcionários especializados. Evidentemente, o CMA/FCM toma essa função para si, como parte fundamental de sua missão, mas que no momento cumpre com dificuldades, em função da carga de atribuições que se impõe.

A memória está sempre sujeita ao esquecimento, voluntário ou não, com diferentes formas de silenciamento de alguns agentes sociais por outros. No limite, é possível afirmar que toda memória social, ao estabelecer a lembrança e a perpetuação de certos elementos do passado, impõe ao mesmo tempo o esquecimento de outros, pois se trata sempre de construção simbólica seletiva e com critérios arbitrários. Em outras palavras, para lembrar é necessário esquecer algo, sob pena de não recordar aquilo que se julga importante. Cabe às instituições e aos indivíduos encarregados da tarefa de gerir memórias coletivas, tornar essa construção mais plural possível,

contando com a participação e representação do maior número de agentes e interesses ligados ao patrimônio em questão.

A historiografia já abordou vastamente a memória como instrumento de dominação simbólica e disputa social. estabelecendo inclusive sua distinção em relação ao conhecimento produzido pela História¹⁴. Esses aspectos não podem ser ignorados na "gestão da memória" e deve pautar as ações das instituições no sentido da participação e inclusão. Portanto, não se trata aqui de desconsiderar o caráter conflitivo da "constituição e formalização das memórias" (POLLAK, 1992), mas de utilizar a memória como forma de estímulo ao debate, à cidadania e à pluralidade. Tendo em vista que a memória é elemento fundamental para a construção e afirmação das identidades sociais, resta à sociedade e aos grupos empenhados nessa tarefa questionarem-se constantemente a respeito de quais valores estão sendo afirmados nesse processo. Trata-se de interrogar sobre qual memória se pretende preservar, e por consequência o que pode estar sendo esquecido e silenciado, ou ainda, quais identidades sociais ganham expressão com a construção dessa memória e quais identidades precisam ser expressas.

A questão das relações entre memória e história tem sido tratada, basicamente, através de duas vertentes que remetem a matrizes epistemológicas distintas: a filosófico-literária e a sociológica. De um lado, se enfatizou a memória como fenômeno individual e espontâneo, de outro se enfocou a reconstrução coletiva, mais ou menos deliberada. Halbwachs e outros autores do enfoque sociológico diferenciaram claramente os dois conceitos. Nessa perspectiva, a memória seria um elemento espontâneo e "vivo", de interiorização dos quadros sociais, e a história, ao contrário, estaria marcada pela racionalidade, por isso seria laicizante, universal e exterior. Não acredito que essa diferenciação possa contribuir com a presente análise, pois os agentes manifestavam claramente a intenção de escrever "história" e, ao mesmo tempo, parece que não compreendiam da mesma forma a história distinta da memória, como na definição sociológica (SCHMIDT, 2006).

Evidentemente, essa questão está longe de ser resolvida facilmente e, por isso, deve fazer parte de forma permanente da agenda das instituições envolvidas com o tema, entre elas as de caráter arquivístico e de preservação histórica.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985.

BARROS, Henrique Lins de. A construção social da memória científica. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2006. p. 33-37.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu:* Sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.

_____. *Os usos sociais da ciência:* por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: jan. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. *A construção do SUS*: histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/construcao_do_SUS.pdf. Acesso em: jan. 2011.

BRITO, Verônica Martins. A preservação da memória científica da Fiocruz: a visão de quem faz ciência. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

COSTALLAT, Lilian Tereza Lavras (Org.). *Livro de memórias da FCM/Unicamp*. Campinas: FCM/Unicamp, 2004.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação:* como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório:* a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *A arquivística no laboratório:* história, teoria e métodos de uma disciplina. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SCHMIDT, Benito Bisso. Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e memória. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 85-97, jun. 2006.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. *Visitando laboratórios:* o cientista e a preservação de documentos. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Org.). *Arquivos científicos:* referências bibliográficas. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2005. Disponível em:

http://www.mast.br/downloads/arquivos_cientificos_bibliograf ia.pdf>. Acesso em: jan. 2011.

O diagnóstico de acervos como subsídio para a política de aquisição:

a constituição do acervo do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas

> Cátia Alves de Senne Olga Sofia Fabergé Alves Maria Cristina da Costa Marque

Introdução

Esse trabalho é parte integrante da primeira etapa do diagnóstico do acervo que vem sendo desenvolvido pelo Núcleo de Documentação do Instituto Butantan no Museu de Saúde Pública Emílio Ribas (Musper) e tem como objetivo principal fazer um levantamento da história institucional e do processo de formação de seu acervo, identificando o quanto essa trajetória influenciou em suas características e especificidades.

A primeira etapa do diagnóstico baseou-se no levantamento de documentos do museu que registram a entrada dos acervos, o seu processo de formação, entrevista com a ex-diretora Jandira Lopes de Oliveira¹⁵ e identificação dos conjuntos documentais que compõem o seu acervo.

Uma versão desse trabalho, assim como a entrevista com Jandira Lopes de Oliveira, realizada em 09 de junho de 2011 serão publicados no periódico Cadernos de História da Ciência: Oliveira, J. Seção Depoimentos. *Cad. Hist. Ciên.* São Paulo: 2010; v. 6, n.2. [no prelo].

O acervo do Musper é formado em sua maioria por documentos de arquivo da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (SES), possuindo também acervos museológicos e bibliográficos. Seu núcleo principal foi formado no começo da década de 1980, como fruto das ações de uma comissão formada para comemorar o centenário dos serviços públicos de saúde no Estado.

O Museu de Saúde Pública Emílio Ribas encontra-se atualmente vinculado ao Centro de Desenvolvimento Cultural do Instituto Butantan que passou por um processo de reestruturação, apresentado nos termos do Decreto nº 55.315, de 5 de janeiro de 2010, que incluiu também a criação do Núcleo de Documentação. Ao ser integrado, o Musper passou a dialogar com as demais áreas do Instituto, contribuindo para a ampliação das perspectivas de desenvolvimento de projetos voltados à produção de conhecimento na área de história das ciências e da saúde pública e ao acesso e democratização da informação cultural à sociedade.

O Museu de Saúde Pública "Emílio Ribas" e sua história

O Museu de Saúde Pública Emílio Ribas foi concebido originalmente para servir como um espaço de preservação da memória do médico sanitarista Emílio Marcondes Ribas e sua atuação no Estado de São Paulo. O Decreto n. 44.572, de 22 de fevereiro de 1965 referenciou pela primeira vez esse objetivo, ao dispor sobre um "museu a ser instalado no Hospital do Isolamento "Emílio Ribas", do Departamento de Saúde" 16. O decreto previa

Decreto n. 44.572, de 22/02/1965, dispõe sobre museu a ser instalado no Hospital do Isolamento "Emílio Ribas", do Departamento de Saúde. O Hospital localiza-se na Avenida Dr. Arnaldo, 165, Cerqueira César, São Paulo (SP).

que o acervo do museu fosse composto a partir do recolhimento de tudo o que lembrasse a figura de Emílio Ribas.

Em 1969 foi publicado um novo decreto¹⁷, que possuía os mesmos objetivos do decreto de 1965. Instituiu-se que a Secretaria de Estado da Saúde seria responsável por instalar o Museu, ou seja, disponibilizar funcionários, espaço e mobiliários, além de recolher e zelar pelo acervo, que poderia ser composto por doações, mesmo financeiras, referentes à vida e obra de Emílio Ribas. O decreto anterior foi revogado.

A proposição também não saiu do papel e no final do ano de 1975, José Antônio Alves dos Santos, assessor técnico da Secretaria de Estado da Saúde, vendo que o museu ainda não fora instalado no edifício do Hospital Emílio Ribas, sugeriu ao Secretário de Saúde, Walter Sidney Pereira Leser, como uma alternativa provisória, que o museu fosse instalado no edifício situado à Rua Tenente Pena, n. 100, local onde funcionou o antigo Desinfectório Central¹⁸. José Antonio Alves dos Santos foi o principal responsável por encaminhar as ações de instalação, recolhimento e preservação dos documentos para comporem o museu neste espaço. Um importante conjunto documental recolhido neste contexto foi o de documentos da antiga Inspetoria de Higiene, criada em 1886 e uma das primeiras instituições de saúde pública do Estado de São Paulo¹⁹.

Percebemos que o núcleo inicial da documentação possuía caráter de coleção, pois se preocupava em reunir documentos que

- 17 Decreto s./n. de 29 de outubro de 1969, dispõe sobre a criação do Museu Histórico "Emílio Ribas".
- Informação retirada de Ofício encaminhado por José Antônio Alves dos Santos para o Secretário de Estado da Saúde, Walter Sidney Pereira Leser, em 12 de novembro de 1975, OF. GS. n. 1619/75. Acervo Musper.
- Oficio CTPM-08/91, de 24 de abril de 1991, Acervo Musper.

unicamente tratassem de prestigiar a memória do médico sanitarista.

Em 1979, um novo decreto alterou o nome do Museu Histórico "Emílio Ribas", que passou a denominar-se Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, vinculado institucionalmente ao Gabinete da SES. De acordo com Jandira Lopes de Oliveira, o Musper foi inaugurado nesse ano, mas ainda faltava um projeto que integrasse todas as atividades as quais se propôs, assim como uma efetiva divulgação de seu acervo para o público²⁰.

Depois de inaugurado, o Musper acompanhou as sucessivas transformações estruturais e administrativas ocorridas na organização da SES, estando ora vinculado ao Gabinete do Secretário, ora ligado às diversas instituições da Secretaria, como será descrito em seguida.

Em 11 de setembro de 1984, por meio do decreto nº 22.684, o Musper passou a subordinar-se diretamente ao Diretor do Instituto de Saúde, da Coordenadoria de Serviços Técnicos Especializados, da SES.

Nesse ano foi nomeada uma comissão pelo Secretário de Saúde que ficaria responsável por organizar os eventos de comemoração do centenário dos serviços de saúde pública no Estado de São Paulo. Essa comissão era presidida por José Antônio Alves dos Santos e por Jandira Lopes de Oliveira, que nesse período era diretora do Museu Histórico do Instituto Butantan. Como resultado dos trabalhos da comissão, foi elaborado um projeto de revitalização do

20 OLIVEIRA, J. L. de. Op. Cit., p. 203.

espaço do Musper²¹, bem como a recuperação e preservação de seu acervo. Esse processo resultou no tombamento do edifício.

Embora criado em 1965 e estruturado e instalado em 1979, foi somente no ano de 1985 que o museu abriu suas portas ao público com um projeto mais definido, resultado direto das ações e direcionamentos da comissão. Jandira foi uma das principais responsáveis pelo encaminhamento dessas ações, o que fez com que fosse designada diretora do Musper.

Dois anos depois, uma reformulação estrutural da SES, pelo decreto nº 26.774, de 18 de fevereiro, transferiu o Musper do Instituto de Saúde para o Centro de Apoio ao Desenvolvimento da Assistência Integral à Saúde – CADAIS. Tratava-se de um órgão criado com o objetivo principal de viabilizar as políticas de saúde, fornecendo instrumentos de apoio logístico e de infraestrutura, visando à implementação da descentralização dos serviços de saúde no Estado. Foi instituído pelo mesmo decreto o Centro Técnico de Preservação da Memória – CTPM, com a proposta de recuperar, preservar e divulgar a memória da SES²². No projeto, o CTPM se configurou como órgão central dentro das atribuições do CADAIS de conduzir uma política de acesso à informação, através da implantação da gestão documental da SES, tendo como espaço físico o Musper, que guardaria a documentação de valor permanente.

Através desta estruturação, o Musper e o CTPM foram configurados como espaços distintos. O CTPM foi concebido para ser o órgão central na condução das ações de gestão da informação e

- 21 OIVEIRA, J. L. Op. Cit., p. 203. Resolução SS n. 42/83, de 10 de agosto de 1983.
- Informe nº 7/88, do Centro Técnico de Preservação da Memória, assinado por Jandira Lopes de Oliveira, diretora técnica do CTPM, 29 de setembro de 1988. Acervo Musper. Decreto n. 26.774, de 18 de fevereiro de 1987, dispõe sobre a organização da Secretaria da Saúde e dá providências correlatas, publicado no Diário Oficial no dia 19 de fevereiro de 1987.

preservação da memória, com a implantação de uma política de gestão documental dentro da SES, enquanto que o Musper ficou com a responsabilidade de salvaguarda e disponibilização da documentação de valor histórico da SES. Isso não significava que toda a documentação deveria ser mantida lá, mas que ao museu caberia referenciar a localização dos documentos mantidos em suas instituições de origem.

No ano seguinte uma Resolução da Secretaria de Saúde vinculou, excepcionalmente, o CTPM com o Musper à Coordenação dos Institutos de Pesquisa²³.

Em 1990 ocorreu a desvinculação, e o CTPM com o Musper voltaram a ser vinculados ao CADAIS²⁴. Estas idas e vindas, em pouco tempo, demonstram que o projeto não foi realizado a contento pelo CTPM e CADAIS.

Na década seguinte, em 1996, como a Secretaria de Saúde passou por uma nova reestruturação, o CTPM com o Musper foram transferidos e vinculados novamente ao Gabinete do Secretário²⁵.

Quase dez anos depois, no início do ano de 2005, uma nova reformulação nos serviços de saúde transferiu o CTPM do Gabinete do Secretário para a Coordenadoria de Controle de Doenças – CCD, alterando a sua denominação, de Centro Técnico de

- 23 Resolução SS-25, de 12 de fevereiro de 1988, da SES.
- Resolução SS-103, de 11 de abril de 1990, derroga a Resolução SS-25/88, publicada no Diário Oficial no dia 12 de abril de 1990.
- Decreto n. 41.315, de 13 de novembro de 1996, publicado no Diário Oficial em 14 de novembro de 1996, reorganiza a Coordenadoria de Planejamento de Saúde, e dá providências correlatas.

Preservação da Memória para Centro de Preservação da Memória da Saúde Pública²⁶.

Nesse mesmo ano, em agosto, houve a instituição do Grupo Técnico de Memória em Saúde, responsável por estudar, reunir e divulgar os acervos referentes à memória da saúde pública em São Paulo. A mesma resolução que o criou, subordinado à direção do Instituto de Saúde, da Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, vinculou tecnicamente o Centro de Preservação da Memória da Saúde Pública às suas atividades²⁷.

Em 2009, um decreto extinguiu o Centro de Preservação da Memória da Saúde Pública, criando na Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos de Saúde, o Centro de Difusão Científica — CDC, responsável por encaminhar "ações de preservação e difusão do patrimônio referente à memória da ciência e da pesquisa em saúde"²⁸. Parece-nos que, neste momento, o Musper fica sem vinculação institucional, mas ainda sob a responsabilidade da SES, até que em 2010 integrou o quadro de museus do Instituto Butantan. Desde então, vem realizando um processo de revitalização e reorganização de suas funções, voltando-se para a preservação e organização de seus acervos, bem como se estrutura para o desenvolvimento de pesquisas em sua área de atuação.

Decreto n. 49.343, de 24 de janeiro de 2005, publicado no Diário Oficial no dia 25 de janeiro de 2005.

²⁷ Resolução SS-138, de 6 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial em 8 de novembro de 2005.

²⁸ Decreto n. 54.036, de 18 de fevereiro de 2009.

As principais diretrizes de trabalho do Musper, nesse momento, visam consolidar o museu como um centro de referência em história da saúde pública e da ciência, desenvolver atividades de formação, realizar exposições e organizar e divulgar os acervos sob sua guarda.

O Museu de Saúde Pública "Emílio Ribas" e o seu acervo

O Musper tem sob sua guarda um importante acervo sobre a saúde pública paulista. Atualmente conta com aproximadamente 1.600 metros lineares de documentos textuais, iconográficos, audiovisuais e cerca de 200 objetos tridimensionais.

A documentação textual é composta por livros e documentos de arquivo. A biblioteca contém periódico e uma seção de livros raros referentes às ciências de saúde. Os documentos de arquivo são de tipologias diversas, contendo ofícios, memorandos, relatórios, atas de reunião, livros de registros de profissionais, livros estatísticos, livro-ponto etc.

O setor de iconografia é composto por fotografias, cartazes, panfletos, mapas e plantas. O museu também conta com um grande acervo audiovisual, depositado na Cinemateca Brasileira.

Contém fundos pessoais doados por médicos, ex-secretários da saúde e dirigentes da saúde pública do estado de São Paulo, tais como: Dr. João Yunes, Dr. Humberto Pascale, Dr. José Alves dos Santos, Dr. Toledo Piza, Dr. Walter Leser.

O acervo museológico possui objetos produzidos e/ou utilizados nos serviços de saúde do Estado, a destacar equipamentos de diferentes tecnologias utilizados em laboratórios e ambulatórios, oriundos dos órgãos da SES e de fundos particulares, como móveis de uso pessoal de Emílio Ribas. Possui três viaturas, sendo duas "jardineiras" [1911 e 1923], usadas nos serviços do antigo Desinfectório Central.

Essa documentação é de procedência de diversos órgãos da SES do Estado de São Paulo, alguns extintos, outros ainda em funcionamento e começou a ser reunida ao que tudo indica em 1965.

A primeira proposta de organização do acervo do Musper foi elaborada por Jandira Lopes de Oliveira, enquanto diretora do CTPM, e fez parte do projeto de revitalização do museu iniciado em 1984 descrito acima. Essa proposta resultou em seu trabalho de dissertação de mestrado defendido na Pontificia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, no ano de 1986.

Nesse projeto buscou-se delimitar as funções de recuperação, preservação e divulgação do acervo nas suas diferentes categorias documentais, ou seja, arquivísticas, museológicas, bibliográficas, ampliando-as para outras como as arquitetônicas, de referência e história oral. A proposta desse projeto era expandir a atuação de um Museu e colocá-lo como um Centro de Memória da SES, o que foi em parte justificado pelas características diversificadas de seu acervo, que podem ser observadas na descrição feita por Jandira:

Quando definimos o Centro de Memória, os suportes dessa Memória estão em diferentes categorias de bens – os bens arquivísticos, no caso, o fundo da Secretaria da Saúde; os documentos privados e/ou gerados por outras instituições/pessoas e que se referem à Secretaria da Saúde (documentos gráficos múltiplos, audiovisuais, etc.); os documentos bibliográficos (produção técnico-científica, cultural/artística, produzidos com a finalidade de informação e conhecimento); os bens museológicos (objetos e artefatos de caráter funcional e/ou artístico que podem informar/testemunhar, significativos para o conhecimento da relação homem/meio ambiente); os documentos 'fabricados' – a história oral – gravação de depoimentos, vídeos etc.; os monumentos e sítios naturais (...)"

29 OLIVEIRA, J. L. de. Op. Cit., p. 206.

Um Centro de Documentação ou Centro de Memória é conceitualmente entendido como uma entidade mista, que o diferencia dos arquivos, museus e bibliotecas, por não possuir uma metodologia específica para tratamento de seu acervo e por representar uma mescla dessas três instituições³⁰.

Outro motivo que justificou a elaboração de um projeto maior para o Musper foi a criação do SAESP – Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo, em 1984. Tratou-se de uma iniciativa do governo estadual, encabeçada pela Secretaria de Cultura, visando "a proteção e a preservação dos documentos do Poder Público Estadual, tendo em vista o seu valor administrativo e histórico e os interesses da comunidade" ³¹.

O SAESP iniciou um trabalho com os diversos órgãos do governo com o objetivo de levantar o histórico de suas funções e realizar um diagnóstico da documentação produzida e acumulada, a fim de racionalizar a produção de documentos, preservar os de valores históricos e administrativos e facilitar a gestão da administração pública. Para isso foram formadas comissões dentro de cada órgão da administração direta e indireta.

Na SES foi montada uma comissão com membros do Departamento de Administração da Secretaria – DAS, do Musper e por técnicos da Fundap³², contratados para realizar o levantamento histórico-institucional da SES.

³⁰ TESSITORE, Viviane. "Como implantar Centros de Documentação". Coleção Como fazer, v. 9. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2003.

³¹ Decreto n. 22.789, de 19 de outubro de 1984.

³² Fundap – Fundação do Desenvolvimento Administrativo.

Como resultado dos trabalhos dessa comissão foi realizado o mapeamento da produção documental da SES e criadas tabelas de avaliação dos documentos localizados na DAS, que poderiam ser aplicadas em outros órgãos da Secretaria por se tratar de documentos de tipologias documentais semelhantes³³.

Nesse processo de diagnóstico da produção documental procedeu-se o recolhimento de documentos que estavam dispersos em diversos locais, pertencentes a instituições que deixaram de existir. Esses conjuntos documentais foram denominados por Jandira L. de Oliveira de "fundos fechados" e encaminhados para o Musper³⁴. As grandes massas documentais das instituições da SES foram tratadas sob o seguinte critério: com orientação da comissão, foram constituídas equipes de funcionários para proceder ao levantamento de documentos de valor jurídico/administrativo e históricos que deveriam ser preservados. Os documentos de valor jurídico/administrativo foram transferidos para o Arquivo Intermediário³⁵.

Em 1987, com a criação do CADAIS, órgão da gestão administrativa da SES, responsável por facilitar a implantação das políticas de saúde, a proposta de trabalho do CTPM se fortaleceu.

O CTPM assume a posição de órgão central do Sistema de Arquivos dentro da SES, com a função de não somente preservar a

- 33 OLIVEIRA, J. L. de. Op. Cit., p. 264 e Officio CADAIS n. 118/87, de 16 de outubro de 1987.
- 34 Um exemplo citado por Jandira foi um conjunto documental de Fiscalização do Exercício Profissional, atividade exercida pelo antigo Serviço Sanitário. OLIVEIRA, J. L. de. Op. Cit. p. 263.
- Officio CTPM 08/91, de 24 de abril de 1991. O Arquivo Intermediário da SES localizava-se de acordo com esse documento na Avenida Nove de Julho. A Comissão de Arquivos da SES era presidida por Maria Aparecida Ribeiro, diretora do Departamento de Administração da Secretaria – DAS.

documentação de valor histórico, mas de realizar a gestão documental e indicar seu destino. Dessa forma, a proposta era racionalizar a produção documental e descentralizar a guarda, mantendo os acervos em seus diferentes locais de origem, preservando o seu sentido original. O CTPM ficaria responsável pela preservação do acervo de valor permanente. Sua função era se colocar um órgão referenciador em sua área de especialidade, ou seja, a história da saúde pública paulista, reunindo acervos e divulgando-os.

Considerações finais

O nascimento e as propostas de organização do Musper se enquadram em um contexto histórico de profundas transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais passaram o Estado de São Paulo e o país na transição para a redemocratização. A saúde pública foi um dos palcos destas transformações.

Como vimos, seu acervo começou a ser formado em 1965, com a reunião de objetos e documentos referentes a memória do médico Emílio Ribas, ou seja, o acervo reunido possuía um caráter de coleção que lhe era inerente. Em 1979, passou a receber doações de diversas instituições e de pessoas ligadas à saúde pública paulista. Mas foi a partir de 1984, com a criação de uma comissão para organização da comemoração do centenário das instituições de saúde paulistas, que diversas ações foram empreendidas visando recuperar o patrimônio histórico da saúde e disponibilizá-lo para o público. Isso foi feito através do recolhimento de fundos de diversas instituições da saúde que foram encaminhados para o Musper.

Percebemos que o Musper não conseguiu desenvolver uma política de gestão documental efetiva e duradoura dentro da SES. Suas principais ações foram concentradas nesse momento, com as ações das duas comissões citadas, a comissão de organização do

centenário dos serviços de saúde paulistas, em 1984, e a Comissão de Arquivos da SES, em 1986, e foram se tornando limitadas com o passar do tempo. Isso é em parte devido à falta de vontade política que se refletia nas diversas vinculações institucionais pelas quais passou o museu, que também tinha problemas estruturais graves que afetavam sobremaneira as suas atividades nas décadas seguintes, como falta de funcionários, problemas na infraestrutura no prédio de exposição e no galpão de guarda do acervo, o que pode ser conferido em diversos relatórios existentes, além de uma indefinição institucional sobre a vocação do museu e seu papel dentro da SES.

Atualmente estão sendo encaminhadas ações mais efetivas do SAESP junto aos órgãos do governo. O Arquivo do Estado, como órgão central do Sistema de Arquivos foi vinculado a Casa Civil em 2006, o que proporciona melhores condições para atuar mais efetivamente na implantação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo.

O Musper se coloca atualmente como um importante espaço de preservação da memória da saúde pública paulista, importância justificada tanto pela relevância de seu acervo, que contém diversos fundos arquivísticos da SES, como por sua localização no complexo arquitetônico da Rua Tenente Pena.

As diversas mudanças institucionais pelas quais passaram a SES e seus diversos órgãos definiram a trajetória e a história do Musper que, apesar das crises, sempre se manteve na Secretaria de Saúde.

Percebemos com esse diagnóstico que a política de acervos foi restrita e teve seu alcance limitado, embora o projeto inicial fosse o de colocar o Musper como órgão central dentro da política de gestão documental da SES.

A dificuldade de recolhimento da documentação permanente da SES, depois desse período, é em parte consequência da não implantação de uma política efetiva de gestão documental dentro da estrutura de governo do Estado de São Paulo. Apenas em 2004 foi aprovado o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio³⁶. Desde 2008, estão sendo encaminhadas ações para a elaboração do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade das Atividades-fins das Secretarias de Governo e recentemente o Musper iniciou sua participação neste processo.

Dessa forma, o Musper reestrutura suas funções e objetivos baseado na importância de seu acervo e no potencial de pesquisa e divulgação que a sua inserção atual na estrutura do Instituto Butantan oferece. O diagnóstico de seu acervo nos fornece subsídios para a compreensão de sua importância no contexto da preservação da memória da saúde pública paulista e trata-se da primeira etapa de desenvolvimento da elaboração de uma política de aquisição condizente com essa importância e com o papel que gostaria de assumir nesse contexto.

Referências

<u>Legislação</u>

Decreto n. 44.572, de 22/02/1965, dispõe sobre museu a ser instalado no Hospital do Isolamento "Emílio Ribas", do Departamento de Saúde.

Decreto de 29 de outubro de 1969, dispõe sobre a criação do Museu Histórico "Emílio Ribas".

36 Decreto n. 48.898 de 27 de agosto de 2004.

Decreto n. 13.935, de 13/09/1979, altera o decreto de 29 de outubro de 1969, que criou o Museu Histórico "Emílio Ribas".

Decreto n. 22.789, de 19 de outubro de 1984.

Decreto n. 26.774, de 18 de fevereiro de 1987, dispõe sobre a organização da Secretaria da Saúde e dá providências correlatas, publicado no Diário Oficial no dia 19 de fevereiro de 1987.

Decreto n. 41.315, de 13 de novembro de 1996, publicado no Diário Oficial em 14 de novembro de 1996, reorganiza a Coordenadoria de Planejamento de Saúde, e dá providências correlatas.

Decreto n. 48.898 de 27 de agosto de 2004.

Decreto n. 49.343, de 24 de janeiro de 2005, publicado no Diário Oficial no dia 25 de janeiro de 2005.

Decreto n. 54.036, de 18 de fevereiro de 2009.

Decreto nº 55.315, de 5 de janeiro de 2010.

São Paulo (Estado). Resolução SS, de 29/07/1976. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S.A., (Diário Oficial do Estado), 30 de julho de 1976.

São Paulo (Estado). Resolução SS n. 42/83. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S.A. (Diário Oficial do Estado), 10 de agosto de 1983.

São Paulo (Estado). Resolução SS-25/88. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S.A. (Diário Oficial do Estado), 12 de fevereiro de 1988.

São Paulo (Estado). Resolução SS-103, derroga a Resolução SS-25/88, publicada no Diário Oficial no dia 12 de fevereiro de 1990. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A. (Diário Oficial do Estado), 11 de abril de 1990. São Paulo (Estado).

Resolução SS-138. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S.A. (Diário Oficial do Estado), 8 de novembro de 2005.

Fontes primárias

Acervo Musper:

Oficio OF, GS, n. 1619/75.

Oficio CTPM-08/91, de 24 de abril de 1991.

Mem. GS. n° 116/76, de 17 de fevereiro de 1976.

Proc. n° 1722/76 – Apenso Proc. n° 2922/76 e Aut. Prov. n° 3599/75 do Proc. n° 2922/76, de 23 de setembro de 1977, assinado por José Antonio Alves dos Santos.

Ofício G.S. n° 1001/78, de 15 de dezembro de 1978, assinado por José Antonio Alves dos Santos. Acervo Musper.

Informe nº 7/88, do Centro Técnico de Preservação da Memória, assinado por Jandira Lopes de Oliveira, diretora técnica do CTPM, 29 de setembro de 1988.

Oficio CADAIS n. 118/87, de 16 de outubro de 1987.

Oficio CTPM 08/91, de 24 de abril de 1991.

Informe nº 7/88, do Centro Técnico de Preservação da Memória, assinado por Jandira Lopes de Oliveira, diretora técnica do CTPM, 29 de setembro de 1988.

Livros e artigos

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes:* tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CORNELSEN, J. M.; NELLI, V. J. Gestão integrada da informação arquivística: o diagnóstico de arquivos. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 70-84, ago./dez. 2006.

LOPES, Luís Carlos. *A informação e os arquivos*: teorias e práticas. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCAR, 1996.

OLIVEIRA, Jandira Lopes de. *Contribuição para a história da saúde pública paulista:* o projeto de revitalização do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica . São Paulo, 1986.

OLIVEIRA, Jandira Lopes de. O Museu de Saúde Pública 'Emílio Ribas': recortes de uma memória vivida. *Boletim do Instituto de Saúde – BIS*, São Paulo , n. 38, p. 47-50, 2006.

OLIVEIRA, J. Seção Depoimentos. *Cadernos de História da Ciência*, São Paulo, v. 6, n. 2. 2010. [no prelo].

PAES, Marilena Leite. *Arquivo:* teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SCHELLENBERG, T. *Arquivos modernos:* princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SENNE, C.A. de.; URZUA, F. A. M. de. A constituição do acervo do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas: subsídios para a análise de sua trajetória institucional. *Cadernos de História da Ciência*, São Paulo, v. 6, n. 2, 2010. [no prelo]

TESSITORE, Viviane. *Como implantar Centros de Documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Coleção como fazer, n. 9).

Documentação, arquivos e memória em universidades

Maria Leandra Bizello

O estudo apresentado faz parte das diversas preocupações da linha de pesquisa Informação e Sociedade do Departamento de Ciência da Informação da UNESP – Marília e do Grupo de Estudos Memória, e pertence ao projeto Arquivo, Memória e Produção de Conhecimento. As discussões que levantamos fazem parte das reuniões e de algumas pesquisas desenvolvidas por seus participantes voltadas para o estudo do acesso à informação nos arquivos históricos e o trabalho que desenvolvem com a memória.

A memória sempre foi um atributo do arquivo como instituição. O papel social do arquivo está tradicionalmente ligado à guarda da documentação histórica de uma dada sociedade e, portanto, falar de arquivo é se referir ao resgate da memória. No entanto, essa relação que tende a ser naturalizada passa por uma revisão e o que contribui para ela são dois pontos: a gestão documental e a compreensão do arquivo como um lugar de memória.

Na gestão documental, a compreensão do perfil do arquivista e o tratamento documental mudaram: o profissional não se dedica tão somente ao trabalho no arquivo permanente tratando os documentos de valor histórico, ele atua ativamente na administração de documentos em uso constante, isto é, o arquivista pensa no todo do documento, no seu ciclo de vida, da gênese a sua destinação final, na eliminação ou sua guarda permanente. Ele

influencia nas decisões tomadas pelos administradores, sendo responsável pela racionalização e otimização do trabalho burocrático. A avaliação documental nos arquivos correntes pode ser considerada um momento essencial de atuação do arquivista como líder de equipe, pois para que a avaliação aconteça, ele deve consultar profissionais de outras áreas fundamentais para o entendimento da ação do documento, o que ele significa jurídica e administrativamente e seu trâmite

Se o arquivista é atuante nessa fase em que o documento tem seu valor primário, ele tem todas as condições de pensar o documento quando de guarda permanente, ao estabelecer o ciclo de vida documental, aí estão os fundamentos do arquivo permanente e da memória. O espaço do arquivo implica muito mais que estantes onde os documentos são acondicionados, laboratórios de restauração, salas de tratamento técnico, ele comporta espaço para pesquisadores e cidadãos à procura de informações.

Assim, o arquivista é um influente profissional da informação não apenas porque trabalha com ela e a pensa em seu fluxo no arquivo, mas faz um trabalho essencial de mediação entre a informação produzida e guardada e aqueles que necessitam dela em algum momento de suas vidas.

O acesso à informação

O documento arquivístico é a materialização da informação ainda em um plano abstrato, e ela "[...] representa uma sucessão de atos ou fragmentos que possam ser definidos como fatos" (LOPES, 1996, p. 26).

Há o tratamento arquivístico desse documento com informação registrada, que tem o caráter probatório tanto quando está em atividade administrativa no arquivo corrente, como quando é prova no processo de avaliação e seu destino é a guarda permanente. No

arquivo histórico a informação registrada, depois de processada, serve ao usuário que a transformará em conhecimento.

De maneira mais específica, as instituições de ensino superior produzem informação registrada que diz respeito a ela mesma, a sua administração, à produção científica ligada ao ensino, à extensão e à pesquisa.

A informação registrada voltada ao ensino e à pesquisa acontece das mais diferentes maneiras, podemos elencá-las como aquelas que se voltam para a administração das atividades escolares e referentes ao trabalho do professor na sala de aula; outras dizem respeito a esse mesmo professor que, ao desenvolver pesquisa e extensão, também registra essas atividades em projetos financiados por agências responsáveis pelo fomento à pesquisa científica. Os projetos voltados para a comunidade, os de extensão, registram as atividades que os professores desenvolvem na relação que a universidade estabelece com a comunidade a qual está inserida.

Podemos notar que nas instituições de ensino a informação registrada é probatória da ação da atividade do professor/pesquisador em diversas dimensões. É, no entanto, na pesquisa que a informação materializada não é produzida apenas na universidade, mas depende de uma série de relações que a instituição estabelece com a sociedade.

Os arquivos históricos e centros de documentação dessas instituições de ensino superior são responsáveis por guardar documentos de interesse à pesquisa desenvolvida pelo corpo de pesquisadores que ali atua e numa dimensão mais ampla, a todos os cidadãos que de alguma maneira queiram ou necessitem deles. Tais acervos fazem parte de políticas institucionais de custódia documental repleta de conflitos e tensões para a aquisição de acervos e/ou a urgência que quase sempre permeia as custódias numa espécie de salvamento de conjuntos documentais em perigo,

isto é, riscos advindos de desastres naturais ou da ação, e qualquer ação, do próprio homem, seja aquele que produziu o acervo ou aqueles que o herdaram.

Há, portanto, usuários mais específicos e outros que não tão especializados, mas também desejam debruçar-se sobre a informação registrada e materializada para gerar conhecimento. O acesso a informação é, pois, um momento em que o arquivista é o mediador da informação organizada e aquela que gerará conhecimento a partir do trabalho do pesquisador.

Os processos de disseminação da informação não se restringem aos instrumentos de pesquisa voltados a sua recuperação como guias, catálogos e índices, hoje outras formas de recuperação da informação são utilizadas com propostas de disseminação da informação que também levam a difusão da instituição e projetos desenvolvidos por pesquisadores internos.

Memória e informação

A Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) possuem centros de documentação e arquivos históricos que nos permitem fazer reflexões sobre as relações que tecem com a questão da memória e mais especificamente da memória científica.

Vamos deter nossa primeira análise em duas dessas unidades de informação: o Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM e o Arquivo Edgard Leuenroth – AEL, na UNICAMP.

O CEDEM – UNESP, em atividade desde 1987, tem "[...] como objetivo preservar, pesquisar e difundir a memória dos movimentos sociais brasileiros contemporâneos, bem como outras fontes

produzidas no âmbito da missão da Universidade: ensino, pesquisa, extensão". ³⁷ Esse trecho do texto de apresentação que reproduzimos acima está na página do Centro de Documentação e Memória que por sua vez está no portal da UNESP. Ali o usuário poderá ter o primeiro contato com o CEDEM, explorando as possibilidades dadas pela página virtual.

As informações procuram dar conta do corpo técnico, das publicações, dos eventos realizados no Centro, do acervo e de que maneira o usuário entra em contato com o Cedem para obter informações que não conseguiu na página, e pode preencher um cadastro para estabelecimento de uma relação maior com a instituição. Dentre as publicações, o Guia do Acervo, disponível para download, nos dá uma ideia mais clara das propostas arquivísticas em relação aos conjuntos documentais e como tais conjuntos foram adquiridos pela instituição.

De 1987 a 1994 o CEDEM está voltado para o projeto Memória da Universidade de cunho institucional. Em 1994, passa a custodiar conjuntos documentais referentes à história política e social brasileira do século XX, e preocupa-se também com a memória da política e movimentos sociais brasileiros contemporâneos. Dessa maneira há duas linhas em seu acervo:

- História do Ensino Superior e Formação da Comunidade
 Científica no Estado de São Paulo.
- História Política Contemporânea: Memória da Esquerda e dos Movimentos Sociais no Brasil.

Esse acervo que recebe constantemente doações de acervos referentes a essas temáticas serve às necessidades de pesquisadores

37 Ver: http://www.cedem.unesp.br/>.

que tenham suas temáticas coincidentes com as do CEDEM, ou que as contemplem de alguma maneira.

Seja por custódia, ou por doação, os conjuntos documentais refletem interesses da pesquisa acadêmica. Isso é estendido aos projetos de pesquisa de alunos de graduação à partir de projetos de iniciação de pesquisa, e alunos de pós-graduação que no âmbito do mestrado e do doutorado também se debruçam sobre a multiplicidade de temas da política e movimentos sociais contemporâneos brasileiros.

O Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) iniciou suas atividades em 1974, com a chegada da coleção de documentos impressos reunidos por Edgard Leuenroth, pensador anarquista, militante das causas operárias, linotipista e jornalista por ofício e paixão. Tais fontes foram adquiridas na época pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para constituir um centro de documentação que possibilitasse acesso às fontes primárias necessárias aos trabalhos do então recém criado programa de pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. 38

O início do Arquivo está essencialmente ligado às necessidades dos pesquisadores da área das Ciências Humanas da Universidade. O seu crescimento também está ligado tanto à expansão dos programas de pós-graduação quanto à multiplicidade de temáticas nessa mesma área durante o final do século XX. No entanto, apesar do amplo espectro dos conjuntos documentais que foram custodiados ou recebidos em doação desde a década de 1970, ainda assim, há uma delimitação para a recepção de acervos.

A delimitação ainda se refere à história social, política e cultural do Brasil e da América Latina, sendo ampliada para preocupações com a história da colonização na América, Ásia e África. Tais

Ver:
<

preocupações e diversidades temáticas no âmbito da pesquisa estão tanto na graduação como na pós-graduação, pois os professores—pesquisadores atuam em ambos os domínios.

Através da página do Arquivo Edgard Leuenroth o pesquisador tem acesso aos acervos que custodia, às publicações, aos técnicos que ali trabalham e a uma preocupação centrada no usuário oferecendo o cadastro; há também um boletim enviado pela internet no qual o usuário recebe informações sobre cursos voltados para a arquivologia, museologia, restauração, história, sociologia, política, que acontecem no país, além de informações sobre a documentação recebida pelo Arquivo.

Essas duas instituições voltadas para a memória procuram ampliar a disseminação da informação, mas acima de tudo, estão preocupadas em preservar conjuntos documentais voltados para a pesquisa científica de pesquisadores das instituições que as acolhem. Centram-se na divulgação desses documentos que guardam, pois nesse século XXI, a questão do acesso à informação para todos é o que direciona o trabalho de arquivos e centros de documentação.

Pensar a memória

O conceito de memória para Jacques Le Goff está intimamente ligado à ciência e à história como tal. Dessa forma, estudar a memória é também delimitar uma fronteira muito tênue entre as diversas ciências que se ocupam dela e, por outro lado, utilizar tais ciências para sua compreensão. Esse conjunto de áreas científicas que se debruçam sobre o mesmo objeto podem entender a memória da seguinte forma, para Le Goff:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações

passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1990, p. 423).

No entanto, para uma compreensão mais ampla da dimensão da memória, Le Goff a estuda historicamente. Baseando-se em Leroi-Gourhan aborda essencialmente a memória coletiva das sociedades e as relações que desenvolve com a história, dividindo a história da memória coletiva em cinco períodos:

1) a memória étnica nas sociedades sem escrita, ditas "selvagens"; 2) o desenvolvimento da memória, da oralidade à escrita, da Pré-história à Antiguidade; 3) a memória medieval, em equilíbrio entre o oral e o escrito; 4) os progressos da memória escrita, do século XVI aos nossos dias; 5) os desenvolvimentos atuais da memória. (LE GOFF, 1990, p. 427).

Dessa periodização interessa-nos o quarto e o quinto períodos. Neles a memória se expande em seus suportes. Lentamente, essa expansão acontece com a imprensa, no fim da Idade Média. Até então, a produção e transmissão da memória eram essencialmente orais, mesmo que a escrita tenha aparecido possibilitando uma outra maneira de guardar e produzir memória.

A memória coletiva das sociedades sem escrita está ligada ao mito e à narração. Nela não há preocupação da reprodução palavra por palavra, mas uma *reconstrução generativa* (LE GOFF, 1990, p. 430), ou seja, a narração propõe uma dimensão mais criativa cada vez que o *homem-memória* evoca um acontecimento que lhe foi transmitido oralmente, ocorrendo aí diversas versões do mito ou do acontecimento.

A escrita transforma profundamente a memória coletiva, pois permite duas formas de memória: a comemoração, cujo suporte é o "monumento comemorativo de um acontecimento memorável" (LE GOFF, 1990, p. 431) e o "documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita" (Ibidem, p. 432). Le Goff

destaca, nesse momento, o caráter de monumento do documento. Há, nessa passagem da memória oral para a memória escrita, um acrescentar.

Mas, voltemos aos períodos importantes para nosso estudo.

A invenção da imprensa possibilitou, ao mesmo tempo, a expansão da memória coletiva e uma "[...] longa agonia da arte da memória [...]" (Ibidem, p. 457) da Antiguidade e da Idade Média, mergulhada na transmissão oral.

Dicionários, enciclopédias, bibliotecas, museus, moedas, medalhas, selos e uma série de *souvenirs*, são a partir do século XVIII, suportes da memória coletiva alargada; essa memória torna-se múltipla, e nessa multiplicidade ela é apresentada ao indivíduo que, no entanto, não consegue fixá-la integralmente, tal é o seu tamanho.

Jacques Le Goff situa no século XIX e início do século XX dois fenômenos significativos para a memória coletiva: "[...] a construção de monumentos aos mortos" [...](Ibidem, p. 465) e a invenção da fotografia. Esse segundo fenômeno revoluciona a memória na medida em que a multiplica e democratiza.

No século XX, principalmente após 1950, a eletrônica revoluciona a memória. As máquinas de calcular, a fabricação de cérebros artificiais, os computadores, são máquinas que ultrapassam o cérebro humano, mas em relação à memória humana são auxiliares, não a substituem. Auxiliam como banco de dados – inclusive para a história – ou como instrumentos para a biologia, a medicina dentre outras aplicações.

A memória, para Le Goff, individual ou coletiva, é um elemento essencial na busca da identidade de indivíduos ou de sociedades. É também instrumento e objeto de poder, sempre propício à

manipulação. Mas Le Goff entende que "[...] os profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos [...] (LE GOFF, 1990, p. 477) devem lutar pela democratização da memória social, pois:

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

Em seus estudos sobre a memória Halbwachs (1990) entende que a memória individual apoia-se na memória coletiva na medida em que as *minhas* lembranças são estimuladas pelas lembranças dos outros que fazem parte do grupo a que pertenço. O pertencimento a um grupo reforça a noção de identidade, fortalecendo a memória coletiva e social.

Para Paul Ricoeur (1998, p. 18, tradução nossa) há um dilema ao se tratar os conceitos de memória individual ou privada e de memória coletiva. A memória individual relaciona-se de maneira possessiva com as lembranças: "Minhas lembranças não são as suas lembranças"; há o que ele chama de sentimento de continuidade e as "estreitas ligações privilegiadas com esquecimento". Existe a memória coletiva? Qual o seu objeto? As lembranças referentes a um determinado evento histórico partem de uma coletividade ou de um indivíduo? Podemos estabelecer fronteiras entre essas lembranças?

A solução desse dilema está na proposta que Ricoeur (1998, p. 20, tradução nossa) faz sobre a "hipótese de uma constituição mútua, cruzada, de duas subjetividades, privada e coletiva". É através da linguagem que lembramos, há uma "mediação narrativa da memória a mais privada", mas teremos esse movimento também na memória coletiva.

A ideia de memória está então desde a necessidade de sua expansão, na medida em que não damos mais conta, ou não conseguimos mais guardar em nossa própria memória tudo aquilo que desejamos, e criamos, assim, expansões de memória: o computador e seus acessórios, nossas agendas em papel ou digitais.

As mediações são sempre necessárias na medida em que, ao querermos guardar para sempre, corremos o risco de perder cada vez mais, mesmo que nossa memória individual se apoie na coletiva ou nela se entrelace a partir de subjetividades.

Algumas considerações

Centros de Documentação e Arquivos que guardam conjuntos documentais permanentes situados dentro de universidades voltam-se, sobretudo, para as necessidades de pesquisas de cientistas que ali trabalham. Nos casos que discutimos acima, o início, tanto do Centro de Memória da UNESP, quanto do Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP, está essencialmente ligado aos temas desenvolvidos em pesquisas científicas.

Há ainda a expansão da pós-graduação e da pesquisa no Brasil de uma forma geral e mais especificamente na área das Humanidades. Houve então a necessidade de dar aos cientistas sociais espaços de pesquisa, não deixar que acervos considerados históricos saíssem do Brasil, se perdessem conjuntos documentais importantes, seja por causa de desastres naturais ou pela ação humana, ou ainda pela venda indiscriminada para colecionadores nacionais ou estrangeiros ou universidades de outros países. Diante de estados de urgência há então a necessidade de retirar conjuntos documentais de situações de risco.

A aquisição de acervos para a pesquisa científica implicou também em dar acesso a essa documentação depois de seu adequado acondicionamento e tratamento arquivístico. O acesso, por sua vez,

é universalizado na medida em que não apenas os pesquisadores se interessam por conjuntos documentais, mas indivíduos que não estão ligados ao meio acadêmico também se interessam pela pesquisa a esses documentos.

Vimos que os temas tanto do CEDEM como do AEL dizem respeito às temáticas ligadas à história do Brasil em sua contemporaneidade, em momentos de repressão e regimes de exceção. São instituições que estão claramente empenhadas em custodiar o que esteve do outro lado do Estado, do oficial, daqueles que tiveram suas vozes sufocadas, caladas, durante o século XX, cujo risco de desaparecerem e de serem esquecidas era muito grande. Nesse sentido, são lugares de memória da e para a pesquisa científica.

Lugares de memória de classes sociais, indivíduos, movimentos sociais que, resistentes à marginalização, ainda estão submetidos às políticas de memória que tais lugares fazem, pois vimos que há critérios amplos para que os conjuntos documentais sejam considerados de importância histórica e de interesse científico para que componham os acervos desses centros e arquivos.

Referências

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento:* indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Archive, records and power: from (postmodern) theory to (archival) performance. *Archival Science*, Netherlands, n. 2, p. 171-185, 2002.

COSTA, C. M. L.; FRAIZ, P. M. V. Acesso à informação nos arquivos brasileiros. Disponível em:

http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/47.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2008.

FONSECA, M. O. Arquivologia e ciência da informação. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HEREDIA HERRERA, A. *Archivistica general:* teoría y práctica. 5. ed. act. y aum. Sevilha: Diputación Provincial, 1991. p. 491-505.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão *et al*. Campinas : Editora da Unicamp, 1990.

LOPES, Luís Carlos. *A informação e os arquivos:* teorias e práticas. Niterói; São Carlos: EdUFF; EdUFSCAR, 1996.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História, n.* 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de. O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

RICOEUR, Paul. "Histoire et mémoire" BAECQUE, Antoine de & DELAGE, Christian (dir.). *De l'histoire au cinéma*. Bruxelles: Éditions Complexe, 1998. p.17-28.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos*: princípios e técnicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SILVA, A. M. et al. *Arquivistica*: teoria e prática de uma Ciência da Informação. Porto: Afrontamentos, 1998.

TRAVERSO, Enzo. Le passé, modes d'emploi: histoire, mémoire, politique. Paris : La Fabrique éditions, 2005.

Tema 2

Políticas de aquisição e políticas de preservação: o desafio institucional de saber quem, como e porque se define o que deve ser adquirido e preservado

The policies of acquisition and of preservation: the institutional challenge of knowing by whom, how and why must be acquired and preserved is defined

Política de aquisição:

uma reflexão em torno das questões que orientam o processo de ampliação dos acervos institucionais

Lucia Maria Velloso de Oliveira

A questão da aquisição dos acervos arquivísticos deveria ocupar um lugar central na agenda das instituições com a responsabilidade de preservar e dar acesso ao patrimônio arquivístico, na medida em que relaciona explicitamente duas ações importantes para as instituições: o crescimento do acervo e a sua preservação. Observamos, contudo, que essa relação ainda ocupa um lugar obscuro no âmbito da estratégia e das ações institucionais. Minha hipótese é que as instituições persistem em uma perspectiva sem uma visão gerencial dos arquivos. Mas vamos retomar essa hipótese mais adiante.

Para dar continuidade às minhas reflexões seria interessante definir alguns parâmetros. Inicialmente, vou me concentrar nas instituições que desenvolvem atividades científicas (num sentido mais amplo do termo). Esse universo reúne instituições cuja missão envolve, ou não, a preservação de acervos. Este aspecto pode não parecer significativo mas, quando olhamos com maior atenção para o problema, percebemos que tal dado pode influenciar de forma estruturante o cotidiano das atividades arquivísticas, incluindo o crescimento do acervo e sua preservação. As minhas reflexões pretendem abarcar ambos os casos: instituições com a missão de

preservar e de dar acesso aos acervos, e aquelas que não possuem esse compromisso institucional.

Para darmos prosseguimento a esta reflexão, gostaria de estabelecer algumas definições e declarar a opção conceitual que marca o presente texto.

Mas, antes, o que a área entende como aquisição de acervos?

O Dicionário de Terminologia Arquivística, uma publicação da Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo de São Paulo, 1996, define aquisição como: "ação formal em que se funda a transmissão de propriedade de documentos e arquivos" (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 4, grifo nosso). Já o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, publicado pela Briquet de Lemos, define o termo como o "conjunto de documentos que foram recebidos por um arquivo durante determinado período, por transferência, recolhimento, compra, doação ou legado" (CUNHA, 2008, p. 20-21, grifo nosso). A definição dada por este Dicionário se assemelha à definição utilizada pelo Glossário de Terminologia Arquivística publicado pela *Society of American Archivists*, 2005.

Por sua vez, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística publicado pelo Arquivo Nacional anula o termo e adota a expressão entrada de documentos, definida como:

- Ingresso de documentos num arquivo (2), seja por comodato, compra, custódia, dação, depósito (2), doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração (1) ou transferência. Ver também registro de entrada de documentos.
- Ingresso de documentos num arquivo corrente (2) através do protocolo (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 84).

O glossário da Norma Canadense de Descrição Arquivística – RAD, em sua versão de 2008, define aquisição como: "um acréscimo às coleções em um repositório" (RAD, 2008, p. 8, glossário, tradução nossa).

Já o dicionário publicado em 2002 pela Direção dos Arquivos³⁹ da França define aquisição como "o conjunto de procedimentos de entrada de documentos ou fundos privados em um serviço de arquivo, embora o termo não se refira estritamente às entradas feitas por meio oneroso" (tradução nossa).

Segundo a professora Maria Luisa Conde, em seu artigo *Evolution des principes de la collecte et la selection*, na Espanha, o termo não é adotado, uma vez que não ocorre uma ruptura entre o período em que a documentação cumpre suas função primária e passa a ser utilizada para fins de pesquisa. De acordo com a autora, na Espanha, o ciclo vital dos documentos cumpre quatro etapas, gerenciadas pelo arquivista: corrente, arquivo central da instituição produtora, arquivo intermediário e arquivo histórico.

O grupo de terminologia do Conselho Internacional de Arquivos, DAT III *Project Group on Terminology of the ICA* (ICA/DAT⁴⁰, versão atualizada em 2004), conceitua aquisição como o "processo de acréscimos de coleções em um arquivo ou em um serviço arquivístico por transferência dentro de um procedimento estabelecido ou legal; por depósito, compra ou doação." Aqui o termo transferência é utilizado também para o processo de passagem de custódia física, com ou sem passagem de custódia legal.

³⁹ Ver: http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/gerer/publications/terminologie-archivistique/>.

⁴⁰ Ver: http://staff-www.uni-marburg.de/~mennehar/datiii/engterm.html

Em minhas reflexões, utilizo a definição do Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (CUNHA; CAVALCANTI, 2008. p. 20-21), que define aquisição como "o conjunto de documentos que foram recebidos por um arquivo durante determinado período, por transferência, recolhimento, compra, doação ou legado". Entendo que essa definição esclarece melhor a abrangência do termo, uma vez que explicita os processos inseridos na gestão de documentos (transferência e recolhimento) ou fora do processo de gestão (compra, doação ou legado).

Uma vez estabelecido o conceito de aquisição, retomo a discussão em relação à importância da missão institucional, elemento central que deveria nortear as aquisições fora do processo de gestão de documentos. Se a instituição tem como objetivo eminente a preservação de arquivos ou coleções de um determinado setor da sociedade, sua linha de acervo deve refletir esse objetivo, assim como suas políticas de captação e de aquisição. A clareza nesse aspecto, a meu ver, beneficia não só a própria instituição - que pode estabelecer planos de longo prazo de ampliação de arquivos sob sua custódia, além de poder definir de modo mais articulado seus investimentos em infraestrutura, recursos humanos e tecnológicos mas também beneficia o usuário, na medida em que é possível diminuir a pulverização de acervos de um mesmo setor da sociedade.

Jardim (2006) define políticas públicas arquivísticas como:

O conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada. Políticas públicas arquivísticas devem ser setoriais (em função das características de produção dos arquivos, tipologia, utilização, demarcação administrativa etc.) e podem apresentar uma configuração nacional, regional ou local (JARDIM, 2006, p. 10).

As instituições do setor público, portanto, devem definir suas políticas institucionais inserindo-as na agenda governamental e considerando o interesse social. Para tal, sugiro que possamos refletir sobre o conceito utilizado pela Biblioteconomia para o termo "desenvolvimento de coleções" que, de acordo com o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, é:

o planejamento para aquisição de material bibliográfico de acordo com o interesse dos usuários. Pode incluir a avaliação sistemática do tamanho e da utilidade do acervo em relação aos objetivos da biblioteca, dos usuários e da organização à qual a biblioteca está subordinada (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 120).

O conceito de desenvolvimento de coleções utilizado pelos nossos colegas bibliotecários em muito se assemelha ao que podemos almejar como um programa de aquisição arquivístico. No entanto, apresenta um elemento que não aparece em nenhum dos conceitos que vimos anteriormente sobre aquisição em arquivos: **o usuário**.

Acrescentaremos então mais esse elemento a ser considerado para a definição de uma política institucional de aquisição.

Quem é o usuário? Quais são seus interesses? O quê ele pesquisa em nossas instituições? Quais serviços ele demanda? Estas e outras perguntas mais devem fazer parte de um programa continuado de acompanhamento do uso dos arquivos, de forma que seus indicadores possam orientar um conjunto de medidas; entre elas, a própria política institucional de aquisição.

No âmbito da gestão de documentos, essa questão fica mais harmonizada uma vez que, nas fases corrente e intermediária, o perfil predominante de usuário é o do usuário/produtor. Quando os documentos ingressam na fase permanente, as análises quanto aos possíveis usos dos acervos e os perfis de seus usuários estão inseridas na discussão da temporalidade dos documentos e no escopo do processo de avaliação.

Contudo, apesar dessa lógica quase matemática, esse quadro se dá com ambivalências que decorrem de fatores externos aos processos eminentemente arquivísticos da gestão. O resultado que se almeja, ao final da avaliação de documentos com base na tabela de temporalidade, é que se mantenha uma representação acurada da organização, de suas funções e atividades, dentro de um determinado contexto institucional, mas que ao mesmo tempo, o extrato documental atenda à expectativas das pesquisas. Mas quais pesquisas? E para quem pesquisar?

Nesse ponto do problema muitas vezes os interesses são distintos e talvez até antagônicos. Não se pode preservar tudo e não se pode eliminar tudo. Ou nem mesmo pode-se eliminar utilizando como critério a necessidade de espaço. Os critérios norteadores do processo de avaliação e seleção dos quais resultará a memória institucional – e, assim sendo, o conjunto de documentos objeto de preservação – devem ser de cunho técnico-científicos ou de embasamento legal, mas que também prevejam a possibilidade de uso dos acervos pela sociedade.

Outro ponto: a instituição tem como missão assegurar o acesso ao usuário? Dependendo da resposta, surgem novos desdobramentos. Caso não faça parte dos objetivos da instituição garantir um serviço de atendimento ao usuário e o acesso aos documentos, a instituição precisará rever sua missão e seus objetivos e, com isso, instalar esses serviços, ou recolher o seu arquivo permanente (mesmo como aberto) uma instituição arquivística, responsabilidade social de preservar e dar acesso ao patrimônio arquivístico. Essas decisões são importantes quando se detém um acervo de interesse social ou científico, em especial no universo das instituições públicas, mas que também seja de importância para a própria instituição produtora, uma vez que a preservação de acervos é uma atividade que exige um investimento alto e, a respeito disso, parece-me que não temos mais dúvidas.

Na medida em que a *internet* possibilita maior visibilidade das instituições, dos investimentos em projetos de acervos etc., mais se amplia a demanda de uso dos arquivos. Serviços arquivísticos que antes lidavam apenas com o usuário/produtor hoje podem ser solicitados pelo pesquisador. Ao passo que serviços que antes atendiam a apenas um ou dois perfis de usuários, atualmente recebem solicitações de um perfil variado de usuário. Este aspecto igualmente merece consideração por parte da instituição. A implementação e manutenção de um serviço continuado de atendimento ao usuário requer a assimilação dessa realidade, o que pode ser um requisito a ser analisado quando a entidade não tem a vocação institucional para a preservação e acesso a acervos.

A política arquivística de aquisição envolve minimamente a definição de prioridades e metas a curto, médio e longo prazo; o estabelecimento da relação custo-benefício para orientação do processo decisório, a elaboração de rotinas e procedimentos; a captação e gerenciamento de recursos; a necessidade de elaboração de projetos específicos; o estabelecimento de ações de intervenções físicas, de vistorias, de reprodução para preservação e para acesso; e também a inovação de processos.

Em relação à infraestrutura, o primeiro ponto a ser considerado é assumir que o investimento na gestão de acervos é impactante. Envolve diversos processos, como as condições de guarda, materiais especiais para acondicionamento e armazenamento, utilização de recursos tecnológicos para diferentes fins, processamento técnico, iniciativas de divulgação, desenvolvimento de pesquisas e manutenção de rotinas, entre tantos. Devem ser feitos investimentos em materiais, espaço, serviços, tecnologia de comunicação e informação e capacitação. Quando a instituição possui a função de captar acervos, fica maior o nível de investimento e o mesmo deve se justificar pela utilização dos arquivos pela sociedade.

Como vimos, as iniciativas de aquisição de acervos está diretamente relacionada à missão, aos investimentos permanentes de preservação e no acesso aos documentos sob custódia. Por outro lado, devemos igualmente considerar o papel das instituições criadas para a preservação e acesso ao patrimônio arquivístico. Em alguns países, organizações como universidades e sociedades históricas tradicionalmente vêm ocupando o lugar das instituições arquivísticas, recolhendo ou comprando fundos e coleções e incorporando-os aos seus acervos. Essas organizações objetivam oferecer ao seu usuário um maior número de fontes de pesquisa, o que é perfeitamente compreensível, mas, em algumas situações, o resultado pode ser o enfraquecimento político da instituição arquivística local.

Chegamos então em outro ponto que também demanda dos arquivistas uma reflexão: como se dá o processo de escolha do que deve ser adquirido pela instituição por meio de compra ou doação? Como se define uma estratégia de captação de arquivos pertinentes à linha de acervo institucional e inserida na política de aquisição?

Em primeiro lugar, algumas diretrizes deveriam ser estabelecidas pela instituição, tais como a linha de acervo, que deve manter-se em consonância com os objetivos da instituição e a natureza de suas atividades; o perfil do usuário; e os usos mais frequentes desses acervos.

Além disso, os arquivistas devem se articular com os setores da sociedade, de forma que se possa identificar arquivos com potencial de incorporação aos acervos. É consenso que o arquivista não pode prever com exatidão quais arquivos serão considerados de importância para a sociedade no futuro. O processo de identificação desses arquivos exige uma integração entre os arquivistas e os usuários, inserida no contexto social e científico do momento da identificação e captação desses documentos.

Os gestores de acervos devem igualmente preocupar-se com os procedimentos técnicos e legais para o ingresso de arquivos nos repositórios: mecanismo de aquisição, pacto regulador de acesso e de reprodução, amparo legal que embasa todo o processo etc. Mas tais procedimentos estão inseridos em um contexto mais amplo e dinâmico, que é o momento político-social da própria organização. Sem dúvida, tal circunstância pode extrapolar a problemática arquivística. Os parâmetros e diretrizes, a coerência com a missão e objetivos institucionais evitam que gostos ou interesses pessoais influenciem na construção do patrimônio arquivístico da sociedade. E a sociedade, por princípio, deve ocupar um lugar participativo nessa construção.

As instituições comprometidas com a preservação e acesso deveriam desenvolver atividades de mapeamento dos arquivos dos setores/segmentos que representam ou que sejam de interesse de seu usuário, para que possam adotar uma atitude mais agressiva de captação de acervos. De acordo com Oliveira (2011, p. 233), as instituições deveriam igualmente avaliar suas práticas e dialogar entre si. Para a autora, as instituições poderiam definir claramente suas linhas de acervo "em busca de uma acomodação entre as linhas institucionais em prol do usuário e dos acervos, evitando-se, entre outros problemas, o desmembramento de arquivos entre instituições". O professor Nesmith (2010), em seu artigo Conhecimento e educação para a sociedade dos arquivos, diz que o arquivista deve **provocar** (grifo nosso) uma utilização mais ampla dos arquivos. Essa atitude proativa, defendida pelo professor canadense, anuncia uma expansão para a discussão da aquisição de acervos, uma vez que se pressupõe uma articulação entre as políticas de aquisição e de uso do patrimônio arquivístico.

Outro aspecto que devemos observar está relacionado ao ambiente de constituição dos arquivos, seja o público ou o privado. Entretanto, no caso específico dos arquivos produzidos no âmbito

do ambiente privado, o estabelecimento de uma política de aguisição, que compreenda o contexto de produção e o usuário pesquisador, apresenta-se de forma mais complexa. A iniciativa privada, a princípio, não tem o compromisso social com a preservação de acervos ou de seu acesso. É bem verdade que temos observado alguns movimentos corporativos visando a preservação de sua memória, mas tais movimentos ainda são pontuais e nem sempre passam necessariamente por uma discussão arquivística. De qualquer forma, o ambiente de diálogo com a sociedade é outro, fundamentalmente corporativo e normalmente fora da dimensão da pesquisa e do estudo do usuário. Nos casos onde a sociedade reconhece um conjunto documental como de relevância para o seu processo de identificação e para a sua história, deve-se considerar a passagem desses documentos para o contexto público. Nesta situação, ocorre o deslocamento do foco de importância do contexto de produção do arquivo para o contexto de uso e acesso pelo público.

Segundo Thomassen (2006, p. 7), os arquivos: "funcionam como memória dos produtores de documentos e da sociedade de forma geral. Tanto os produtores de documentos públicos quanto os de privados mantêm registros para lembrar ou para serem lembrados". O resultado dessa necessidade de memória em menor escala, seja no público ou no privado, é a possibilidade de constituição de uma memória coletiva a partir de uma perspectiva que entenda a relação entre a construção de uma memória, a preservação do patrimônio arquivístico e o seu acesso.

A discussão central remonta ao lugar do arquivo na sociedade e às principais funções arquivísticas. Se, no processo de sua produção, o arquivo responde às demandas de seu produtor, quando passa a ser considerado relevante para a construção da identidade de grupos sociais e para a representação da própria sociedade, esse mesmo arquivo transforma-se em fonte para os usuários. Esse

deslocamento perpassa questões centrais da Arquivologia, como a avaliação de documentos, política de aquisição de acervos e linhas de acervo institucionais, preservação do patrimônio arquivístico e acesso aos documentos. O arquivista e as instituições necessitam inserir de forma mais sistemática esses problemas em suas agendas, incluindo o usuário nesse quadro. Associada a esse movimento está a compreensão da finalidade da preservação como um meio de acesso, e assim sendo, no ambiente institucional ou para a sociedade deveria ser compreendida como um conjunto de ações e de atividades continuadas. Mas, para que os resultados sejam satisfatórios, é fundamental uma articulação entre os diferentes agentes envolvidos na definição e manutenção do que deve ser preservado.

A questão da aquisição de acervos está diretamente relacionada à razão de ser das instituições que se propõem a custodiar arquivos e coleções e aos motivos que as levam à preservação de determinados conjuntos documentais. Como vimos, são muitos os aspectos que devem ser considerados e diferentes agentes participam desses processos mas, ao final, todos são responsáveis pela legitimização das escolhas, das políticas, das não-políticas, do gerenciamento ou não, e pela preservação dos registros relevantes para a sociedade.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro, 2005. (Publicações técnicas, 51).

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTO, Heloísa Liberalli (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Núcleo Regional de São Paulo/Associação dos Arquivistas Brasileiros, Secretaria de Estado e Cultura, 1996.

COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

CONDE VILLAVERDE, Maria Luisa. Evolution des principes de la collecte et la selection. *COMMA* 2002.1-2. p. 45-50, 2002. Disponível em: http://www.wien2004.ica.org/en/node/30278>. Acesso em: 10 ago. 2011.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Ed.). Currents of archival thinking. Santa Barbara, CA: Libraries Unlimited, 2009. p. 3-21.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, 1995.

_____. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, jul./dez. 2006.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. (Coleção Repertório).p. 423-484.

NESMITH, Tom. Conhecimento e educação para a sociedade dos arquivos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 15 – 30, jul./dez. 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-46, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. O patrimônio arquivístico, identidade e memória. In: CUREAU, Sandra et al [Org.] *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural.* Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 227-238.

_____. O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos. Rio de Janeiro: UFF: IBICT, 2006. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2006.

PEARCE-MOSES, Richard. *A glossary of archival and records terminology*. Chicago: Society of American Archivists, 2005. Disponível em: http://www.archivists.org/glossary/index.asp. Acesso em: 18 mar. 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

Project Group on Terminology of the ICA (ICA/DAT). Disponível em: http://www.staff.uni-marburg.de/ ~mennehar/datiii/ engterm.html>. acesso em: 10 abr. 2012.

RULES for archival description. Ottawa: Planning Committee on Descriptive Standards/Bureau of Canadian Archivists, 1990. Glossary. Revised version: July 2008. Disponível em: http://www.cdncouncilarchives.ca/archdesrules.html>. Acesso em: 19 mar. 2012.

SAMUELS, Helen Willa. Who controls the past. In: JIMERSON, Randall C. (Ed.). *American archival studies:* readings in theory and practice. Chicago: The Society of American Archivists, 2004. p. 193-210.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5- 16, jan/jun. 2006.

______. Turning archival thinking upside down: archival theory and the use of data bases. In: ENCONTRO DE BASES DE DADOS SOBRE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS, 2., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* . Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2007. p. 10-21.

Fatos, atos e hiatos na preservação em arquivos

Sérgio Conde de Albite Silva

Agradeço o convite para participar desta mesa e felicito os organizadores pela promoção deste V Encontro sobre Arquivos Científicos. Agradeço também, aos ouvintes que se dispuseram a me ouvir.

Na preparação desta conferência, fiquei me perguntando como dizer algo que interessasse aos presentes e fosse, ao mesmo tempo, minimamente útil. Isto é, preocupei-me em encontrar uma forma em que todos aproveitássemos mais e melhor o tempo e o dinheiro gasto para reunir pesquisadores, professores, especialistas e estudantes da área aqui e fazer desta reunião algo o mais produtivo possível.

A primeira decisão foi apresentar minhas impressões, vivências e dúvidas muito mais do que algum levantamento estatístico ou mesmo resultados de alguma pesquisa em desenvolvimento. Esses aspectos eu prefiro apresentar na forma de artigo científico submetida à publicação em algum dos periódicos da área. Assim, acabei recheando minha fala muito mais com perguntas do que com respostas.

Quero dizer que vou propor uma espécie de exercício especulativo, bem no sentido dicionarizado, isto é, farei a exposição de uma busca arriscada.

Em síntese, o teor de minha fala trata de alguns fatos que venho observando, alguns atos que julgo necessários e outros tantos hiatos percebidos em relação à preservação de acervos em arquivos.

Nestes termos, algumas perguntas logo se impõem:

- Qual o papel da preservação, entendida esta como uma função arquivística?
- E nessa circunstância, onde a preservação pode ser enquadrada?
- Qual a relação entre gestão de documentos e preservação?
- Qual o papel do arquivista na preservação dos acervos sob sua responsabilidade?
- Se preservar também significa escolher e decidir, de que forma o arquivista pode participar dessas escolhas e decisões?
- E as questões financeiras, o abastecimento das rubricas orçamentárias, as disputas por verbas, são parte do papel e das responsabilidades dos arquivistas em relação à preservação nos arquivos?
- Se a preservação for entendida como um "produto" que é "vendido" hoje para uma "entrega" que nunca se concretiza totalmente, como proceder?
- Em que a preservação dos acervos de instituições científicas se diferencia?

Assim, o objetivo de minha fala é tentar manifestar algumas inquietações profissionais, bem como trazer à tona alguns aspectos que penso serem interessantes para se refletir e, assim, aproveitar a presença dos que me ouvem, neste momento.

Quero frisar desde logo que considero a preservação como uma função essencial e inexoravelmente arquivística.

O pressuposto de que a preservação é componente indissociável do fazer e do pensar arquivísticos deriva da ideia de que somente é possível classificar, avaliar, organizar, descrever, recuperar, disseminar e dar acesso à informação arquivística que esteja registrada e preservada em algum suporte material (SILVA, 2008, p. 99).

O desafio proposto e expresso no título desta plenária ("...o desafio institucional de saber quem, como e por que se define o que deve ser adquirido e preservado..."), em relação à preservação, uma ação que visa prolongar a vida útil da informação ao longo do tempo, deve iniciar-se pela definição de seus objetivos. Assim, a preservação, como disciplina e objeto de pesquisa da Arquivologia, objetiva o aprimoramento integral da formação dos arquivistas; como intervenção técnica, objetiva assegurar a durabilidade e permanência dos suportes físicos para garantir o acesso à informação; e, na sua dimensão política, municiar os profissionais que atuam nos arquivos para que estes possam cumprir sua função social e responsabilidade civil.

Nesse sentido, a avaliação ou a reavaliação do que seja a preservação em arquivos exige muito mais de nós do que simples levantamentos estatísticos ou dados retrospectivos. Não que estes não sejam importantes. São fundamentais, mas insuficientes. Pelo menos, no meu entendimento e nos dias de hoje.

O que estou querendo dizer é que tenho a impressão (esta palestra, no fim das contas, é quase toda impressionista, como frisei anteriormente) de que a preservação nos arquivos não acompanha as discussões, os debates, os confrontos, as dúvidas que têm aparecido e nos ocupados em relação às outras funções arquivísticas e à própria Arquivologia como área do conhecimento. A Arquivologia, como disciplina, tem se questionado e se reconfigurado em seus aspectos teóricos, conceituais e

metodológicos. Mas a preservação parece não acompanhar essas alterações e conflitos, pelo menos no mesmo nível e grau. Aparentemente, a preservação nos arquivos acaba aparecendo como algo um tanto diferente, especial, quase exótico e, por isso, ainda bastante desconhecida.

Alguns poderiam argumentar ou até apontar um equívoco, lembrando dos enormes desafios que as tecnologias digitais tem trazido para a preservação.

É verdade, mas o fato é que, mesmo em relação a isso, tais supostas novas formas de intervenção e novas propostas de procedimentos acabam apenas tentando adaptar a preservação nos arquivos a essa nova circunstância sem alterar a sua essência.

A dita preservação do século XXI é ainda desconhecida pela maioria. E não estou falando dos leigos ou dos curiosos ou da sociedade em geral. Não! Estou me referindo a nós arquivistas. Eu continuo me surpreendendo como a preservação hoje, para grande parte dos arquivistas e dos que atuam em arquivos, ainda é entendida, de um lado, como um mistério conceitual e terminológico quase indecifrável, e, de outro, como um emaranhado de intervenções diretas nos suportes.

Poderíamos aproveitar este momento e perguntar: sabemos o que é preservação? O que significa conservação? E o que é restauração? O que é conservação preventiva? São todos sinônimos? Ou cada um deve ser compreendido em suas especificidades? Essas diferenças ou semelhanças estão claras para nós, arquivistas?

Ou então, para aproveitar um termo muito em voga, perguntar: o que significa exatamente "preservação digital"?

Sabemos que um adjetivo altera um substantivo. Então, isto significa que o substantivo "preservação" foi alterado pelo adjetivo

"digital"? Se for isso mesmo, então preservação digital significa uma preservação de dois dígitos? Ora, parece-me que não. Penso que o documento é digital, não a preservação!

E quanto à preservação nos arquivos ser uma intervenção direta nos suportes, significa que ela continua sendo prioritariamente uma atividade laboratorial, física, química, material? Se assim for, o arquivista, formado na área de Ciências Sociais Aplicadas, onde se enquadra? É um aventureiro nesse ambiente? Ou, por outro lado, não lhe compete a responsabilidade pela preservação nos arquivos?

Frente a todos esses questionamentos, há uma que talvez possa ser considerada a maior novidade na preservação: a associação da preservação à política (novamente, como consta do tema desta plenária). No entanto, se formos aprofundar um pouco mais é possível perceber que essa associação se dá muito mais pelo fascínio e popularidade que o termo "política" goza nos dias de hoje do que por ser uma afirmação bem delimitada, conceitualmente verticalizada e metodologicamente consistente.

Em certo grau, tal fragilidade se evidencia pela tendência de se confundir discurso com ação. É possível constatar, ainda que empiricamente, que preferimos a reação ao planejamento. Fazemos poucos e raros planos. E, quando os fazemos, não os seguimos. Ora, dessa forma, seria possível falar em preservação como política?

Evidentemente, todo julgamento, toda decisão tem um forte elemento político, por que implica escolhas entre as inúmeras possibilidades técnicas e também políticas. Reconhecer a dimensão política da preservação implica repensar os critérios técnicos adotados, avaliar os resultados obtidos e corrigir rumos com alternativas ainda não implementadas. Em consequência, isso significa refazer a forma e o conteúdo do que vinha sendo feito e que foi constatado como não mais eficiente. Isto é, olhar em retrospectiva e refazer o que for necessário.

Ouvido assim, para ser fácil de se concordar, mas... será que agimos assim?

No levantamento que fiz para a minha tese, defendida em 2008, verifiquei que em mais de 2.220 títulos publicados sobre preservação, apenas 7 títulos relacionam preservação com política. E mesmo assim, 4 desses trabalhos supostamente sobre preservação e políticas, na verdade, continham "dicas", normas e orientações para pequenos reparos e acondicionamento de documentos (SILVA, 2008, p. 107). Sequer definiam o que seria uma política.

Está aí uma amostra simples da diferença entre discurso e ação.

Aproveito o mote, e pergunto: qual será o resultado de uma fala como esta, ou de qualquer uma das demais conferências e palestras que já foram feitas e que se seguirão, após esta mesa? Haverá sequência? Haverá consequências? Quais serão os seus resultados? Existirão? Se vierem a existir serão mais tarde levados em conta, identificados, analisados, avaliados? Se, ao modo da Ciência da Informação, informação é elemento, processo, fenômeno que modifica estruturas cognitivas, isso ocorre depois de um evento como este? Em que sentido? Em que grau e dimensão? Ou sairemos os mesmos deste V Encontro de Arquivos Científicos?

Essa falta de sequência e consequência aparece em inúmeras situações em nossa área.

Um primeiro exemplo dessa situação é, voltando, mais uma vez à pesquisa que fiz entre 2004 e 2008, a análise das atas das reuniões do CONARQ que possibilitou perceber certa tendência de não se retomar as discussões sobre temas que ficaram pendentes. A descontinuidade e a não conclusão de assuntos relevantes não são características exclusivas das discussões sobre a preservação de acervos. Raras são as vezes que, em nossa área, uma discussão inacabada sobre qualquer assunto é retomada nas reuniões

subsequentes e, em algum momento, concluída (SILVA, 2008, p. 164 e seguintes).

Um segundo exemplo pode ser encontrado na pesquisa da Maria Celina de Mello e Silva, também publicada como artigo "Arquivos de Laboratório: o cientista e a preservação de documentos", em 2008. Nesse artigo, Silva (2009, p. 108) constatava:

Em 2003, o CNPq nomeou uma Comissão com o objetivo de estudar e propor uma política de preservação da memória da C&T nacional. Após ouvir cientistas, políticos, dirigentes de instituições de pesquisa e de preservação da memória, historiadores e muitos profissionais envolvidos direta ou indiretamente com acervos científicos e instituições científicas, a Comissão produziu um relatório final com as conclusões dos trabalhos. Entre outros aspectos o Relatório finaliza com 10 (dez) recomendações para a elaboração de uma Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia. Das dez recomendações lançadas pelo Relatório em 2003, até o final de 2007, apenas as de número 4 e 9, referentes a editais de apoio a iniciativas de preservação, foram implementadas.

Poucos dias antes desta conferência, já preparando o que traria para dizer a vocês, tentei verificar se algumas outras dessas recomendações teria saído do papel. Nada localizei. Aparentemente, esse relatório foi também esquecido.

Um terceiro exemplo.

As moções e recomendações dos nossos congressos e seminários. Quantas se concretizaram? Quantas foram à frente? Quantas se realizaram? Há algum estudo, ou levantamento ou um registro sobre isso? Ou foi tempo e dinheiro perdido?⁴¹

41 Sobre isso, a professora Mariza Bottino ultima a produção de um trabalho de análise sobre os Congressos Brasileiros de Arquivologia a ser publicado em 2012.

Por falar em dinheiro, este é outro aspecto da preservação que pode ser um indicativo de certo grau de ingenuidade de nossas propostas, projetos, programas, planejamentos e políticas, quando existem.

Como os arquivistas se posicionam em relação aos orçamentos de seus arquivos?

Não se realiza preservação contínua e a longo prazo em arquivos sem o abastecimento também contínuo e equilibrado de rubricas orçamentárias. Esse é uma dimensão da preservação em que nós, arquivistas, ainda não percebemos nosso papel central: a disputa pelas verbas dos orcamentos. E essa é um disputa política.

Aliás, talvez o abastecimento contínuo e equilibrado de uma rubrica orçamentária para a preservação em arquivos seja o mais claro e nítido sinal da existência efetiva de uma política pública ou institucional de preservação. Sem dinheiro, não se implementa qualquer tipo de política.

Mas no caso da preservação em arquivos, a situação é ainda mais difícil.

A preservação é um tipo de atividade que "vende-se" hoje mas jamais se finaliza a entrega do que foi vendido. Ou seja, "vende-se" ou tenta-se vender a preservação hoje, para uma "entrega" futura que nunca chega em definitivo.

Ora, nessa "compra e venda" singular, o conhecimento técnico, científico e político do arquivista tem papel central. É com um planejamento de preservação consistente, com dados identificados e analisados, que o arquivista começa a ter, pelo menos, a chance de disputar o abastecimento de rubricas orçamentárias.

No entanto, a questão financeira, a disputa pela distribuição orçamentária para a preservação de arquivos nas instituições, ainda não aparece na agenda dos arquivistas responsáveis por tal.

Já me aproximando do fim deste exercício especulativo, insisto com mais perguntas ainda mais específicas:

- Em que a preservação dos acervos arquivísticos de instituições científicas se diferencia dos demais?
- O que há de específico e singular na preservação dos ditos arquivos científicos?
- Mais uma vez, o uso de um adjetivo, no caso, "científico", modifica para melhor o substantivo arquivo?
- Os "arquivos científicos" não são arquivos de instituições científicas, de instituições cujas competências, objetivos, funções e atividades-fim seja produzir ciência?

Função, competências, atividades meio e fim... Isso me possibilita chegar ao último tópico que queria partilhar com vocês.

Mário Novello, pesquisador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e do Instituto de Cosmologia, Relatividade e Astrofísica, em um artigo publicado agora há pouco mais de um mês (NOVELLO, 2011, p. 7) no jornal "O Globo", dizia que o desenvolvimento das nações se fundamenta no seu potencial científico-tecnológico e que existem vários caminhos para se desenvolver a ciência e tecnologia. Entre eles, Novello lembra que uma das causas da recuperação da ciência alemã pós Segunda Guerra foi a reestruturação de sua administração. Concluiu o artigo perguntando se isso também "não seria um poderoso instrumento capaz de impulsionar a ciência brasileira?".

Ora, me apropriando dessa ideia, "parafraseando" a proposta de Novello e abusando da paciência de vocês, mas, ao mesmo tempo, aproveitando a temática desta reunião, pergunto se, nesse impulso da ciência por meio de alterações administrativas, haveria um papel para os arquivos das instituições que produzem ciência no Brasil. Se

houver, que papel seria esse? Seria um procedimento específico e singular para as instituições científicas?

Não, não seria. Para mim, essa alteração viria como um procedimento da gestão de documentos de qualquer instituição, precisamente da administração do arquivo e dos documentos de arquivo, independentemente da atividade-fim do organismo, empresa, agência etc.

Ou seja, hoje, eu entendo a preservação como um procedimento e uma operação da gestão de documentos. Explico.

Apesar de o discurso mais geral da área continuar insistindo que a preservação é uma atividade e preocupação típica da idade permanente, contraditoriamente, são cada vez mais frequentes as manifestações que indicam que a preservação é um procedimento que deve iniciar-se no momento da produção do documento, se não antes, até.

Vejam o que consta da Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, do CONARQ.

A preservação dos documentos arquivísticos digitais requer ações arquivísticas, a serem incorporadas em **todo** o seu ciclo de vida, **antes mesmo de terem sido criados**, incluindo as etapas de planejamento e concepção de sistemas eletrônicos, a fim de que não haja perda nem adulteração dos registros. Somente desta forma se garantirá que esses documentos permaneçam disponíveis, recuperáveis e compreensíveis pelo tempo que se fizer necessário (CONARQ, 2005, grifo nosso).

Mais adiante, na mesma Carta, no item "Elaboração de estratégias e políticas", a preservação aparece explicitamente vinculada à gestão arquivística de documentos:

Definir procedimentos e estratégias de gestão arquivística de documentos quando da criação, transmissão e **preservação** de documentos em formatos digitais, com o objetivo de garantir a produção e manutenção de documentos fidedignos, autênticos,

acessíveis, compreensíveis e preserváveis (CONARQ, 2005, grifo nosso).

Se desconsiderarmos o uso equivocado do adjetivo arquivística que, mais uma vez, modifica indevidamente um substantivo, no caso, gestão (uma vez que a gestão de documentos nos arquivos será sempre uma gestão "arquivística"), a Carta indica e assume claramente que a preservação deve acontecer em todo o ciclo de vida do documento, bem como relaciona e vincula a preservação à gestão de documentos. Ora, nos termos do CONARQ, a preservação não pode mais ser considerada uma atividade do arquivo permanente.

Penso que a separação entre records management e archives dos nossos colegas anglófonos é compreensível historicamente, mas não mais aceitável. Hoje, é possível perceber que a efetiva preservação nos arquivos só tem sentido se considerarmos que a sua implementação e as decisões que a circunstanciam e a determinam sejam tomadas lá no início do processo de produção do documento arquivístico. De qualquer documento arquivístico. De qualquer tipo de documento arquivístico, analógico ou digital.

Há que se vincular tal preservação ao processo de identificação de valor e do subsequente estabelecimento de prazos de guarda dos documentos, ou seja, vincular a preservação a um outro procedimento, este sim, reconhecido unanimemente e assim explicitado nos respectivos conceitos, como um procedimento típico da gestão de documentos: a avaliação. Essa avaliação, condição para a preservação que aqui propomos, está condicionada, por sua vez, à classificação de documentos arquivísticos.

É nesse sentido que a ideia de recordkeeping e records management podem ser interpretadas como termos e conceitos acolhedores para

o que estou aqui expondo, ou seja, a preservação como um procedimento da gestão de documentos.

Aliás, alguns aspectos dessa ideia foram tratados há alguns dias atrás com Lucia Maria Velloso de Oliveira, companheira desta mesa e de muitas jornadas profissionais, quando conversamos sobre o significado de *recordkeeping* e sua melhor tradução para o português. Geralmente, *recordkeeping* é traduzido no Brasil como "manutenção". Oliveira acha essa tradução reducionista e limitada, com o que eu concordo.

Mas vamos ver o que exatamente significa.

Recordkeeping – conjunto de atividades, processos e procedimentos adotados uma vez encerrada a ação que dá origem ao documento, enquanto o mesmo, ainda no ambiente do produtor, precisa ser mantido, gerenciado, reproduzido etc. De acordo com o Glossário, organizado pela Society of American Archivists, A Glossary of Archival and Record Terminology, entende-se recordkeeping⁴² como a produção, uso, manutenção e disposição de documentos para atender fins e responsabilidades administrativas, programáticas, legais e financeiras (OLIVEIRA, 2011, p. 123, tradução do autor).

Ainda no mesmo glossário, records management 43 é definido como:

O controle sistemático e administrativo de documentos ao longo do seu ciclo de vida para assegurar eficiência e economia na criação, uso, manuseio, controle, manutenção e destinação (PEARCE-MOSES, 2005, tradução nossa).

O termo recordkeeping não aparece no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, raramente é usado nas publicações do

- 42 No original, em inglês: "The systematic creation, use, maintenance, and disposition of records to meet administrative, programmatic, legal, and financial needs and responsibilities" (PEARCE-MOSES, 2005).
- 43 No original, em inglês: "The systematic and administrative control of records throughout their life cycle to ensure efficiency and economy in their creation, use, handling, control, maintenance, and disposition" (PEARCE-MOSES, 2005).

Arquivo Nacional, praticamente não consta dos documentos do CONARQ, mas observem que, na definição de gestão de documentos do artigo 3º da Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, adotada de forma quase hegemônica no Brasil, apesar de parecer que a gestão visa apenas a eliminação ou recolhimento para a guarda permanente, o teor da definição muito se aproxima do conceito acima referido de *recordkeeping*.

Gestão de documentos: o conjunto de procedimentos e operações referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação e recolhimento para guarda permanente (BRASIL, 1991)⁴⁴.

A semelhança entre as definições de *record management* e *recordkeeping* é um complicador não apenas para o significado em si dos termos (praticamente, uma repetição) como, principalmente, para a sua tradução em línguas latinas como o português e o espanhol.

Sobre isso, quero mencionar um livro produzido na Austrália em inglês e traduzido na Espanha e encerrar esta minha intervenção.

O título em espanhol desse livro é "Archivos: gestión de registros en sociedad", originalmente organizado por Sue McKemmish, Michael Piggot, Barbara Reed e Frank Upward, cuja primeira edição, em 2005, ganhou o prêmio de melhor contribuição arquivística do ano.

O "gestión de registros" no título do livro foi a tradução adotada em espanhol para recordkeeping. Logo no início do livro, após ressaltar que "traduzir um texto de tradição profissional diferente é sempre um desafio", há um parágrafo que explica e justifica a tradução de alguns termos. Entre outros, estão o de record, traduzido não para

Observar que não constam dessa definição nem a classificação nem a preservação, apesar de outras funções estarem explícitas.

"documento', nem para "documento de archivo", mas para "registro", reservando "documento" como tradução de "document"; records management, traduzido como "administración de registros"; e recordkeeping traduzido como "gestión de registros". Mas o que realmente me interessa aqui é a constatação existente no livro de que a melhor opção para traduzir o termo original recordkeeping para o espanhol seria "gestión integral de documentos", proposta de Alfonso Grandal López, que foi preterida em razão do contexto da obra (McKEMMISH et al., 2007, p. 16).

Desta feita, o adjetivo "integral", ao contrário das vezes anteriormente citadas, atende perfeitamente, na minha visão, a necessidade de efetivamente modificar o sentido do substantivo "gestão".

Isto é, alterar o termo "gestão de documentos" para "gestão integral de documentos", além de oferecer uma melhor tradução e sentido para *recordkeeping* e *records management*, permite entender ou sugerir, ou ainda, especular, que uma gestão de documentos seria integral se adicionássemos aos demais procedimentos aceitos, reconhecidos e explicitados como típicos da gestão, também a classificação e a preservação como procedimentos essenciais no trato de todos os documentos arquivísticos desde o momento de sua produção.

Não há mais como se esperar pelo recolhimento dos documentos arquivísticos para se iniciar os procedimentos de preservação. Vejam, não estou me referindo apenas aos documentos digitais, mas a todo e qualquer documento arquivístico, identificado, classificado e avaliado como tal, de qualquer instituição, organismo, agência ou empresa. Por isso, o sentido de preservação que persiste ainda em grande parte da área, de que a preservação é um procedimento restrito à idade permanente, não se sustenta mais. O termo permanente não pode mais ser entendido como o único

com força e sentido suficientes para exigir a preservação do documento. Mesmo por que nada é permanente.

Concluo com James O'Toole (2000) no instigante artigo "On the idea of permanence" quando este usa, como epígrafe, um verso de Ira Gershwin para lembrar que "In time, the Rockies may crumble, Gibraltar may tumble: They're only made of clay...".

Referências

BRASIL. Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/L8159.htm.

McKEMMISH, Sue; PIGGOT, Michael; REED, Barbara; UPWARD, Frank. *Archivos:* gestión de registros en sociedad. Cartagena: Concejalía de Cultura; 3000 Informática, 2007.

NOVELLO, Mário. O impulso à ciência. *O Globo*, 22 de agosto de 2011. p. 7.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-140620 11-134720/pt-br.php>.

O'TOOLE, James M. On the idea of permanence. In: JIMERSON, Randall C. (Ed.) *American archival studies*: readings in theory and practice. Chicago: The Society of American Archivist, 2000. p. 475-494.

PEARCE-MOSES, Richard. *A Glossary of archival and record terminology*. Chicago: Society of American Archivists. 2005. Disponível em: http://www.archivists.org/glossary/term_details.asp? DefinitionKey=441>.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos de laboratório: o cientista e a preservação de documentos. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. (Org.). *Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia*. Rio de Janeiro Museu de Astronomia e Ciências Afins , 2009. Livro eletrônico. p. 104-119. Disponível em: http://www.mast.br/publicacoes_museologia/cultura_material_e_patrimonio_de_c_e_t.pdf.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil. Rio de Janeiro: AAB / FAPERJ, 2008.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação nos arquivos e na arquivologia contemporânea. *Páginas A&B*, Lisboa. Série 2, p. 97-138, 2008.

A perda da memória e a memória da perda:

a análise do processo de acumulação de documentos do acervo do Observatório Nacional (1846/1922)

Everaldo Pereira Frade José Benito Yarritu Abellás Nínive Britez Biçakçi

Introdução

O presente texto tem como objetivo analisar o processo de acumulação da documentação produzida pelo Observatório Nacional, ou a ele vinculada, no período que vai da estruturação do órgão e efetivo início de sua produção documental, em 1846, à instalação definitiva da instituição no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, em 1922. Inicialmente, o que se pretende é relacionar a estruturação do órgão na segunda metade do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX com a perda de parte da memória institucional, representada pelas lacunas na documentação oficial nesse mesmo período. Para que isso fosse possível, recorremos à memória da perda, isto é, relatos, pesquisas e reflexões sobre esse mesmo processo, produzidos muitas das vezes simultaneamente a esses momentos de perda, além da análise do acervo arquivístico acumulado.

A documentação institucional do Observatório Nacional passou à guarda do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, na ocasião da criação do mesmo no ano de 1985, tendo sido

organizada, parcialmente, ao longo desse tempo por sucessivas equipes do Arquivo de História da Ciência. No ano de 2010, a organização foi retomada pelos autores deste trabalho, sendo elaborado, concomitantemente, um projeto de pesquisa cujo objetivo principal é reunir informações sobre o acervo. O projeto, intitulado "De Imperial Observatório do Rio de Janeiro a Observatório Nacional (1827-2010): pesquisa histórica e pesquisa arquivística como subsídios para a organização de um arquivo histórico quase bicentenário", patrocinado pelo Programa de Capacitação Institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (PCI/MCTI), e coordenado pelo historiador Everaldo Pereira Frade, busca empreender duas linhas de pesquisa complementares e auxiliares, consideradas necessárias à construção de um arcabouço metodológico para a tarefa de organização do acervo.

A primeira dessas linhas, de viés histórico, pretende reconstituir a história administrativa/organizacional do Observatório Nacional. Em suma, o que se pretende com tal pesquisa é o desenvolvimento de estudos sobre as alterações ocorridas no Observatório Nacional, que são indicadoras das constantes mudanças de visão sobre o Estado brasileiro ocorridas ao longo do tempo, como na passagem do Império para a República, por exemplo. Mais especificamente, essa pesquisa pretende traçar um quadro explicativo das múltiplas transformações sofridas nas atribuições do Observatório ao longo dos anos que são indicativas, sem dúvida, das diversas mudanças no "olhar" governamental sobre o papel do ON (cenário esse facilmente depreendido quando consideramos as constantes alterações nas atribuições técnicas do Observatório e mudanças em suas vinculações administrativas a diferentes Ministérios, promovidas pelo governo brasileiro com o passar do tempo).

A outra linha de pesquisa, de cunho arquivístico, terá como objetivos precípuos o mapeamento da documentação produzida pelo Observatório, ou vinculada ao mesmo, existentes em outros órgãos tais como o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional, no caso de documentos anteriores a 1860, e o próprio Observatório Nacional, para documentos produzidos até a década de 1980; o resgate e análise das informações produzidas nas tentativas de organização do acervo, sobretudo ao longo das décadas de 1980 e 1990, pelas equipes que passaram pelo Arquivo de História da Ciência; e a análise do acervo arquivístico que foi preservado. O que se pretende com isso é dar início a um estudo visando identificar as mudanças de propriedade e custódia, as intervenções técnicas, dispersões e sinistros ocorridos ao longo do tempo, causadores, via de regra, das lacunas existentes, relacionadas ao acervo em questão. Nesse item, destaca-se também a possibilidade de desenvolvimento de uma metodologia para a organização de arquivos de instituições a serem tratados como fundo fechado.

Por tratar-se de um conjunto documental de uma das mais longevas e importantes instituições de pesquisa no Brasil, a organização dessa documentação constitui-se em passo inicial e fundamental a fim de efetivamente disponibilizá-la como importante fonte para diferentes campos de pesquisa, sejam daqueles que tratam de temas mais específicos, vinculados diretamente ao Observatório e suas atividades, como a história da própria instituição e a história da astronomia, bem como em outras esferas demandadas, de uma escala mais ampla, como as que envolvem pesquisas sobre o desenvolvimento da ciência no país e a história administrativa do Estado brasileiro nos últimos dois séculos.

De Imperial Observatório do Rio de Janeiro a Observatório Nacional: um breve relato histórico⁴⁵

Criado em 1827⁴⁶, o Imperial Observatório do Rio de Janeiro só teve suas atribuições definidas em 1846⁴⁷. Importante notar que a instalação de um observatório no Rio de Janeiro estava diretamente relacionada ao crescimento das atividades comerciais na cidade, cujo *locus* principal era o porto. Segundo Henrique Morize:

No começo do século findo esta cidade do Rio de Janeiro, com o influxo da Independência, havia tomado um grande desenvolvimento comercial e seu porto era um dos mais frequentados por numerosas embarcações, cujos capitães tinham necessidade de conhecer a declinação magnética, assim como a hora média, e a longitude, para regular seus cronômetros, a fim de poder empreender com segurança a viagem de retorno ou de continuá-la ao redor do mundo. (...) Mas, muitos desses elementos poderiam ser obtidos com mais exatidão e facilidade por profissionais, providos de instrumentos instalados em um Observatório, e capazes, pela sua instrução especial e guiados pela experiência, de obtê-las com maior exatidão e segurança. Da mesma maneira, havia necessidade de conhecer os elementos geográficos de pontos do território, para construir a indispensável carta (MORIZE, 1987, p. 40).

Instalado inicialmente no torreão da Escola Militar, foi o professor de matemática Pedro de Alcantara Bellegarde quem ficou à frente do mesmo. Durante quase duas décadas, o Observatório pouco progrediu, até que, em 1845, o Ministro da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho, reorganizou-o como Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, foi colocando à frente das mudanças,

- 45 O relato histórico apresentado aqui é baseado nos trabalhos de Henrique Morize e Luiz Muniz Barreto, incluídos na bibliografia.
- 46 BRASIL. Decreto sem número, de 15 de outubro de 1827. Cria um Observatório Astronômico. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, parte 1, p. 65. 1878.
- 47 BRASIL. Decreto n. 457, de 22 de julho de 1846. Aprovando o Regulamento para o Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, parte 2, p. 62-80. 1874.

e como seu primeiro dirigente denominado de Diretor, o professor Eugênio Fernando Soulier de Sauve, da Escola Militar. Por iniciativa dele, o Observatório foi transferido para a Fortaleza da Conceição⁴⁸, passou a desenvolver-se e, em 1846, teve o seu primeiro Regulamento aprovado por decreto. Entre 1846 e 1850, Soulier transferiu o Observatório para uma antiga igreja jesuíta construída no período colonial (1500-1808) no Morro do Castelo, local onde permaneceu até 1920. Em 1850 foi nomeado diretor do Observatório o Tenente Coronel Engenheiro Antônio Manoel de Mello, também professor da Escola Militar, e que permaneceu no cargo até 1865, sendo substituído pelo Capitão-Tenente Antônio Joaquim Cruvelo d'Ávila.

Em 1865 a Escola Militar sofreu um desmembramento, dando origem à Escola Central, à qual ficou subordinado o Observatório. Em 1871, ele foi desligado da Escola Central, sendo criada a Comissão Administrativa do Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Na realidade, de 1827 a 1871, o Observatório ocupou-se quase que exclusivamente da instrução de alunos das escolas militares de terra e mar. Inclusive, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) o Observatório se viu desfalcado do seu pessoal, pois praticamente todos os alunos, professores e colaboradores foram convocados para lutar no conflito, dificultando o desenvolvimento de suas atividades, sobretudo as relacionadas ao serviço meteorológico e ás observações astronômicas.

Em 1871 foi nomeado como diretor o renomado cientista francês Emmanuel Liais, oriundo do Observatório de Paris, que o remodelaria nos seus dois períodos de gestão (01 a 07/1871 e 1874 a 1881), retirando-o da administração militar e reorganizando-o para

48 A Fortaleza da Conceição está localizada no morro homônimo, próximo à Praça Mauá no centro do Rio de Janeiro, e abriga o Observatório do Valongo desde a década de 1920.

dedicar-se exclusivamente à pesquisa e prestação de serviços à sociedade em meteorologia, astronomia, geofísica, na medição do tempo e na determinação da hora. Entre 1871 e 1874, Camilo Maria Ferreira Armond, o Visconde de Prados, por motivo de viagem do titular para compra de equipamentos na Europa, substituiu Liais, dando continuidade ao trabalho iniciado pelo mesmo.

No seu 2º período como diretor, Liais cuidou de montar os instrumentos adquiridos na Europa, além de reivindicar constantemente aumento no número de empregados e melhores vencimentos. Mesmo com todas as dificuldades, Liais alçou o Observatório ao patamar de principal instituição científica brasileira no século XIX, padrão que se manteria pelo menos até a década de 1950. Nesse período, o Observatório passou a intensificar atividades importantes de pesquisa e observação na área de Astronomia, formação de técnicos e pesquisadores, além de publicações⁴⁹, contribuindo assim, através de intercâmbios e acordos de cooperação, com informações e ações para o desenvolvimento de pesquisas junto com outros importantes observatórios do mundo.

No entanto, a análise da documentação assinala um descompasso entre as múltiplas atribuições do Observatório no fim do séc. XIX e início do XX (fruto da valorização dos saberes científicos como juízes na resolução de diferentes problemas, inclusive políticos, por exemplo, no caso das fronteiras entre os países) e sua tibieza

49 Entre outras publicações, em 1885 foi lançado o primeiro volume do *Anuário do Observatório* - uma das mais antigas publicações periódicas que se edita até hoje e, na realidade, uma continuação das *Ephemérides Astronômicas*, publicadas de 1852 a 1870. Em 1886, teve início a publicação da *Revista do Observatório* – primeira revista exclusivamente científica produzida no País –, que foi interrompida em 1891.

administrativa, na medida em que não é possível associar esse aumento de tarefas a sinais de fortalecimento estrutural (em virtude da inexistência de indicações claras desses sinais, como o aumento de pessoal e equipamentos, o fortalecimento orçamentário ou mesmo maior autonomia administrativa da Instituição).

Coube ao engenheiro militar e astrônomo belga Luis Cruls, colaborador de Liais em diversos trabalhos científicos, sucedê-lo na direção do Observatório em 1881, permanecendo no cargo até 1908.

Apesar da mudança de regime político após a proclamação da República, em 1889, Luiz Cruls, monarquista e amigo do imperador deposto, foi mantido no cargo de diretor, decisão que pode ser entendida como reconhecimento ao seu trabalho à frente do Observatório e como o principal cientista em atividade no Brasil.

Dignos de menção, dentre os valiosos trabalhos prestados pelo Observatório Nacional, na segunda metade do século XIX e início do XX, estão a demarcação do local onde seria construída a nova capital do país, expedição denominada Comissão de Estudos do Planalto Central do Brasil, realizada entre 1892 e 1896, e a Comissão Mista de Limites Brasil - Bolívia (1901/1902), responsável pelo estabelecimento e demarcação de parte das nossas fronteiras, ambas chefiadas por Cruls.

Com o falecimento de Cruls em 1908, assumiu a sua direção o astrônomo Henrique Charles Morize, discípulo de Cruls, que continuou a luta para dotar o ON de instalações adequadas às suas importantes atividades. Finalmente, em 1920, o Observatório foi transferido do Morro do Castelo (atual Esplanada do Castelo) para o Morro de São Januário, em São Cristóvão, onde se encontra até hoje. O prédio construído especialmente para recebê-lo foi inaugurado em 1922.

Abaixo a relação das vinculações do ON no âmbito governamental:

1827/1832 - Secretaria de Estado dos Negócios do Império.

1832/1877 - Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra.

1877/1890 - Secretaria de Estado dos Negócios do Império.

1890/1890 - Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.

1890/1896 - Ministério da Guerra.

1896/1909 - Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

1909/1931 - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

A perda da memória e a memória da perda

O acervo arquivístico do Observatório Nacional é formado basicamente pela sua documentação administrativa. Essa vasta documentação abrange desde o Segundo Reinado até os anos contemporâneos, composta por algo em torno de 110 mil documentos. No acervo em questão encontram-se documentos remetidos ou recebidos pelo ON desde 1862 (época em que ainda se denominava Imperial Observatório do Rio de Janeiro) até a década de 1980. Além dessa documentação oficial, o acervo possui mapas, fotografias, anotações científicas, impressos, entre outros documentos.

Esse conjunto documental apresenta lacunas em determinados períodos temporais. Como caminhos de compreensão de tais lacunas e, quando possível, de seu preenchimento, além dos relatos e reflexões acima citados, optou-se pela busca de informações e documentações do Observatório relativas a esse período que porventura se encontrem dispersas junto a acervos de outros órgãos

com os quais o mesmo mantinha contatos institucionais, bem como em lugares de guarda da memória governamental, casos do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional. Esse leque de informações, externas ao acervo do Observatório, têm sido utilizado para compreender a composição da massa documental, em especial suas lacunas, fazendo desses dados instrumentos de compreensão da história da instituição, além de trazer subsídios para o trabalho de organização do acervo.

Essa ausência de informações foi sinalizada inclusive por Henrique Morize, que destacou a existência de poucos documentos do ON relativos ao período de 1853 e 1866, em levantamento realizado quando preparava seu livro sobre aos 100 anos de existência da instituição. No prefácio do seu livro, ele ressaltava os obstáculos para produzir a referida narrativa:

No próprio Observatório, somente relativamente a épocas recentes existem dados fiéis (sobre o Observatório), pois antes da transferência do Castelo para o atual local, onde há lugares em que se podem ser resguardados os papéis e livros documentais, não havia locais convenientes, o cupim e a umidade destruíram muitos papéis antigos, que seriam de grande utilidade. O Arquivo Nacional, que conserva numerosos documentos, e que gentilmente permitiu as buscas necessárias, não os têm completos, havendo anos inteiros em que nada foi encontrado, parecendo que houve então interrupções na vida do Observatório, o que não é impossível, à vista das dificuldades encontradas pelos diretores sucessivos (MORIZE, 1987, p. 69).

Confirmando a informação dada por Morize, no nosso trabalho de identificação dos documentos do acervo ON, o registro mais antigo data de 1862, ou seja, não encontramos registros preservados entre os anos 1846 a 1861.

A hipótese levantada para essa perda da memória, entendida aqui como a destruição ou dispersão de parte do acervo arquivístico da instituição, tem origem em dois fatores: um deles, talvez o mais importante no nosso ponto de vista, foi a falta de estrutura física

apropriada para a conservação dos documentos textuais e a outra a utilização de pessoal sem o conhecimento necessário para a organização e manutenção do acervo.

Analisando a documentação administrativa referente ao período da pesquisa (1846-1922) e relatos produzidos pelos ex-diretores Soulier de Sauve (1845/1850), Emanuel Liais (1871/1871–1874/1881), Luiz Cruls (1881/1908) e Henrique Morize (1908/1929), percebemos como a falta de uma estrutura física adequada interferiu na qualidade do trabalho produzido pelo ON e, consequentemente, na perda de parte da memória institucional.

Soulier de Sauve, um dos primeiros diretores do Observatório e responsável por sua instalação no morro do Castelo, já apontava as péssimas condições de suas instalações como uma dificuldade para o pleno funcionamento do órgão. O prédio que abrigava o Observatório era inadequado para a instalação dos telescópios e outros instrumentos, e sem espaço específico para a guarda de documentos e da biblioteca. Entre os principais problemas apresentados, ele destacava as características do solo do morro, considerado "mole" para a instalação dos instrumentos, e os ventos fortes que assolavam o local, dificultando a precisão dos mesmos, além do espaço físico insuficiente para a instalação dos equipamentos (MORIZE, 1987).

Ao assumir a direção da instituição em 1871, Emmanuel Liais também passou a defender que o governo imperial transferisse o Observatório para um local mais adequado à sua finalidade. Apesar de prestigiado no cargo de diretor e amigo pessoal do imperador Pedro II, o renomado astrônomo não alcançou o seu intento. Seu sucessor, Luiz Cruls, também insistiu no sentido de melhorar as condições do órgão, solicitando também a transferência. As razões apresentadas continuavam as mesmas, e se resumiam no seguinte: edifício impróprio, sem o necessário espaço para a completa

instalação dos instrumentos que se amontoavam, dando uma ideia de depósito e não de um lugar destinado a experiências, estudo ou observação. Malogrados os pedidos, a mudança só viria ocorrer cinquenta anos mais tarde, já na República.

Para ilustrar as dificuldades enfrentadas pelo ON no período, resgatamos o relato do então diretor Henrique Morize em oficio direcionado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1914:

(...) a chuva do último dia 19 (setembro) alagou a sala meridiana, (...) necessitando a mesma urgente reparo, ainda que decidida a construção do novo prédio. Os três engenheiros que visitaram o prédio opinaram que seria impossível concertar o prédio e que o mesmo iria ser condenado⁵⁰.

A situação só iria mudar na gestão do próprio Henrique Morize, com a transferência definitiva do ON para o bairro de São Cristovão, em 1922. Dotada de uma área ampla, no topo do morro de São Januário, a nova localização possibilitou que os instrumentos fossem melhor acomodados em virtude da construção de espaços apropriados para tal — caso de várias cúpulas, especificamente pensadas para a guarda e o manuseio de telescópios e lunetas. Dessa forma, o órgão passou a ocupar instalações que o igualavam a outros a ele similares situados em países mais ricos.

No novo prédio, entretanto, apesar de ser previsto o espaço para a construção da biblioteca, em funcionamento até os dias de hoje, o local indicado para a guarda de documentos era ainda insuficiente. No levantamento das demandas em termos de espaços a serem ocupados pelo novo prédio, ainda na fase de elaboração do projeto,

Ofício nº 57, de 22 de setembro de 1914, do Observatório Nacional endereçado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Acervo do Observatório Nacional. solicitado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio ao diretor Henrique Morize em 1911, a biblioteca recebeu destaque, sendo solicitada para a mesma uma sala com a dimensão de 100 metros quadrados, enquanto que o arquivo ocuparia um espaço de 15 metros quadrados, dividindo-o com o depósito do secretário. Embora os documentos agora estivessem protegidos das intempéries que frequentemente atingiam o antigo prédio, provocando muitas vezes a perda dos registros, o espaço denominado arquivo, no novo campus do Observatório, na prática continuaria sendo um depósito de papeis e de outras coisas e os documentos frequentemente seguiriam sendo armazenados nos seus locais de produção/recepção.

Além das dificuldades estruturais enfrentadas pelo Observatório, podemos relacionar como fator de perda de registros a falta de pessoal adequado à organização, guarda e conservação da documentação da instituição, característica que era comum em várias instituições brasileiras no período. Os servidores que realizavam a tarefa de arquivamento dos documentos geralmente tinham outras funções a seu cargo, ficando a atividade quase sempre à cargo dos secretários(as). Pesquisando em listas de funcionários do ON para os anos de 1898 e 1911⁵¹, não encontramos nos quadros da instituição a presença de servidores especificamente responsáveis pelo arquivamento e conservação de documentos e de nenhum cargo similar, além do bibliotecário.

Apontamos como fatores para a ausência de pessoal específico para exercer a função, primeiro a deficiência crônica de pessoal, enfrentada pelo Observatório ao longo da sua existência, e a pouca

Acervo Observatório Nacional. Listagem de funcionários de 1898 e 1911.

complexidade do trabalho⁵², fazendo com que qualquer pessoa alfabetizada pudesse ser destacada para realizar a atividade e fazê-la concomitantemente a outras atividades, como era o caso dos secretários (as) ou bibliotecários⁵³.

A partir da reestruturação do órgão feita por Liais em 1874, e principalmente com o advento da República, aumentou o volume de documentos produzidos/recebidos pelo Observatório. O levantamento feito no acervo comprovou esse crescimento no número de registros, comparando-o com os períodos precedentes. Esse crescimento pode estar relacionado ao aumento das atividades do órgão, do aumento do número de servidores e da correspondência com outros órgãos e instituições nacionais e estrangeiras.

O trabalho de resgate da memória do processo de acumulação de documentos por parte do ON, aqui denominado de memória da perda, baseou-se na história administrativa da instituição e no levantamento arquivístico, já ressaltado neste texto como premissa básica do nosso projeto.

Em relação à história administrativa, esse resgate só foi possível por causa do trabalho infatigável de Henrique Morize e do seu

- 52 A organização da entrada e saída da documentação consistia basicamente na elaboração de listas de entrada e saída de documentos pelos setores. Os documentos expedidos eram numerados e cópias mantidas nos setores de produção.
- No Brasil este tipo de profissional começou a se especializar a partir da década de 1950, através de cursos em instituições como a Fundação Getúlio Vargas e Arquivo Nacional, entre outros. A aprovação da criação de cursos superiores em Arquivologia pelo Conselho Federal de Educação deu-se em 1972 e o primeiro curso habilitado foi o ministrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em acordo com o Arquivo Nacional ainda na primeira metade da década de 1970. In: SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivística no laboratório História, teoria e métodos de uma disciplina*. Rio de Janeiro: Teatral; FAPERJ, 2010.

compromisso em perpetuar a memória da instituição. Sua pesquisa/relatório sobre os primeiros cem anos de atividade do Observatório, caracterizada pela abundância de fontes primárias arroladas e reflexões baseadas em relatos, documentos e da sua própria experiência de mais de 40 anos de atuação na instituição, além de ser uma obra ímpar sobre a história administrativa brasileira no século XIX, é um relato imprescindível na só para entender a estruturação e o funcionamento do órgão, mas também para analisar o desenvolvimento da ciência e o seu relacionamento com o Estado brasileiro.

No levantamento arquivístico recorremos aos arquivos pessoais do próprio Henrique Morize e de Luiz Cruls (organizados e guardados pelo Arquivo de História da Ciência do MAST), ambos servidores e ex-dirigentes do Observatório, onde encontramos informações sobre o funcionamento cotidiano da instituição, dotadas de um olhar particular sobre a estrutura administrativa, as razões para seu funcionamento, suas deficiências e motivações para mudanças. Esses aspectos agregam, à análise da narrativa histórica, uma visão de caráter mais pessoal sobre o funcionamento cotidiano do Observatório.

Por fim, utilizamos nosso banco de dados com informações referentes à documentação oficial do órgão, em processo de organização. Através da pesquisa no acervo, conseguimos comprovar algumas partes do relato de Morize, dimensionar com exatidão as lacunas existentes no acervo, além de resgatar documentos importantes que explicam ou relatam as condições em que se deu o acúmulo de documentos na instituição.

As reflexões contidas no presente trabalho buscam apontar caminhos que possam identificar e garantir a organicidade dessa massa documental ao final do processo de organização. Nessa perspectiva, a pesquisa histórica e a pesquisa arquivística tornam-se

essenciais para compreender as lacunas encontradas ao longo do trabalho e dar inteligibilidade e coerência ao resultado final - o Fundo Observatório Nacional.

Para além, o objetivo principal é produzir e legar aos pesquisadores instrumentos necessários para que possam preservar a memória histórica e científica da instituição, dando continuidade assim ao trabalho iniciado por Henrique Morize no final do século XIX e início do XX.

Referências

BARRETO, Luiz Muniz. *Observatório Nacional:* 160 anos de história. Rio de Janeiro: Observatório Nacional/CNPq/MCT, 1987.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes:* tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

FRADE, Everaldo Pereira. O Observatório Nacional através dos arquivos dos seus ex-diretores: o uso de arquivos pessoais de cientistas como subsídio na organização de um arquivo institucional. In: SILVA, Maria Celina Soares de; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). *Arquivos pessoais*: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 175-188.

INVENTARIO do Arquivo de Henrique Morize. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 1995.

INVENTARIO do Arquivo de Luiz Cruls. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2007.

MORIZE, Henrique. *Observatório Astronômico*: um século de história (1827-1927). Rio de Janeiro: MAST/Salamandra, 1987.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivística no laboratório:* história, teoria e métodos de uma disciplina. Rio de Janeiro: Teatral; FAPERJ, 2010.

Arquivologia nos laboratórios das ciências biomédicas:

os métodos e as práticas de pesquisadores e arquivistas

Paulo Roberto Elian dos Santos José Mauro da Conceição Pinto Cleber Belmiro dos Santos

Este trabalho apresenta parte dos resultados do estudo, realizado entre 2010 e 2011⁵⁴, sobre os arquivos produzidos e mantidos em nove laboratórios do Instituto Oswaldo Cruz, centro de pesquisa biológica e biomédica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) dedicado à investigação, ao desenvolvimento tecnológico, a gestão de coleções, ao ensino e a prestação de serviços especializados em saúde. Abordamos os conceitos, os métodos, as técnicas e as práticas que a arquivologia dispõe para tratar dos documentos gerados pela atividade científica, tomando como referência a pesquisa de campo e entrevistas realizadas com um grupo de vinte e dois cientistas, e buscamos observar a gênese documental, as tipologias documentais e as práticas de manutenção e uso dos registros ali identificados. À luz de uma análise que procurar combinar a abordagem arquivística com instrumentos da sociologia da ciência, consideramos que os modelos e instrumentos consagrados pelo conhecimento arquivístico encontram-se, em

O projeto A arquivologia nos laboratórios das ciências biológicas: uma análise dos métodos e das práticas de gestão de documentos e arquivos foi desenvolvido com apoio da FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Auxílio à Pesquisa - APQ1 - 2009.

grande parte, aprisionados por uma racionalidade técnica alinhada às práticas empíricas de organização que se defrontam com a realidade documental mais complexa e levam a disciplina a negar seus fundamentos, destituindo-a de um estatuto científico.

O estudo revela a diversidade de tipos documentais gerados pela atividade científica, a produção intensa e a conservação de documentos em meio eletrônico, destaca a função e as diferentes formas de registro e uso dos cadernos de protocolo, e o significado do Sistema da Qualidade na gestão da pesquisa científica, especialmente nos laboratórios que possuem coleções biológicas e oferecem serviços de referência. Ao mesmo tempo, apresenta ainda uma visão favorável à confluência de objetivos entre as práticas da ciência contemporânea e o trabalho de gestão de documentos e arquivos.

Na metodologia do projeto foram realizadas entrevistas com vinte e dois pesquisadores de nove⁵⁵ laboratórios do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) que resultaram em nove horas e trinta minutos de material. Nas entrevistas tivemos como objetivo mapear - a partir do conhecimento dos processos de trabalho no laboratório - a produção documental e as formas de gestão, uso e preservação adotadas por pesquisadores e demais profissionais que manipulam documentos no desenvolvimento cotidiano de suas atividades.

Os dados coletados a partir das entrevistas nos 9 (nove) laboratórios permitiram a análise que apresentamos. O grupo de entrevistados⁵⁶

- Foram os seguintes laboratórios: Laboratório de AIDS e Imunologia Molecular, Laboratório de Esquistossomose Experimental, Laboratório de Fisiologia Bacteriana, Laboratório de Genômica Funcional e Bioinformática, Laboratório de Imunomodulação e Protozoologia, Laboratório de Patologia, Laboratório de Pesquisa em Leishmaniose, Laboratório Interdisciplinar de Pesquisas Médicas e Laboratório de Transmissores de Hematozoários. Para mais informações sobre estes laboratórios consultar <www.ioc.fiocruz.br>.
- O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da Fundação Oswaldo

incluiu pesquisadores efetivos, pesquisadores visitantes, e tecnólogos, num total de 22 (vinte e dois) profissionais que responderam a um conjunto de questões, tais como: que tipos documentais identificamos no laboratório? Como fazer a gestão documental no ambiente do laboratório? Os laboratórios são espaços que servem ou se submetem à presença normalizadora e reguladora dos arquivistas e da arquivística? Como os cientistas produzem e conservam os documentos que produzem? Como atribuir valor aos documentos gerados pela pesquisa? Que elementos teóricos, metodológicos e práticos da arquivística podem ser pensados para dar conta desta realidade? Estas indagações orientaram o roteiro de questões que apresentamos aos entrevistados.

Para fins de análise, agrupamos o conjunto de questões formuladas para a pesquisa de campo em três grandes temas, a saber: (a) criação, uso corrente, organização e guarda dos documentos; (b) os limites entre o institucional e o pessoal; (c) os documentos como registro e memória da ação institucional. Neste texto, abordaremos apenas alguns aspectos da pesquisa, tais como a produção documental dos laboratórios, os cadernos de protocolo, os procedimentos existentes para produção de documentos, em especial os cadernos de protocolo ou registro, o significado do Sistema da Qualidade na gestão da pesquisa científica, e aspectos relacionados aos limites entre o documento institucional e pessoal e os registros como memória da ação institucional.

Produção, uso corrente, organização e guarda dos documentos

Os documentos produzidos

Indagados sobre os documentos que criam e/ou utilizam em suas atividades de pesquisa, os cientistas e técnicos apontaram um conjunto diverso de espécies e tipos documentais, que se vinculam

Cruz, que emitiu em 10/03/2010 parecer favorável ao protocolo n. 2009/0079.

organicamente às diferentes etapas do trabalho de investigação. Destacam-se, nesse quadro, os dados referentes ao caderno de protocolo e ao artigo. Em relação ao primeiro, cabe apontar sua utilidade diária e rotineira para os trabalhos realizados na bancada e sua eventual utilização no momento de elaboração de trabalhos de divulgação de resultados, sobretudo artigos. Estes ainda representam, no mundo competitivo da algumas ciências, o texto construído, individual ou coletivamente, sob o sigilo necessário por guardar dados e resultados carregados de ineditismo. Ao mesmo tempo, é possível identificar uma tendência ao desaparecimento das versões intermediárias dos artigos, na medida em que os pesquisadores armazenam em versão eletrônica apenas a versão final encaminhada para publicação e/ou publicada.

O quadro a seguir apresenta as espécies documentais citadas e o respectivo percentual de citação:

ESPÉCIES DOCUMENTAIS

ESPÉCIE DOCUMENTAL (*)	PERCENTUAL
Caderno de Protocolo	30%
Artigo	16%
Procedimento operacional padrão	12%
Relatório	10%
Projeto	6%
Tese	6%
Procedimento operacional de apoio	4%
Apostila	2%
Ficha de campo	2%
Ficha de controle de material	2%
Manual de qualidade	2%
Memória de reunião	2%
Procedimento de processo de qualidade	2%
Programa de garantia de qualidade	2%
Registro de qualidade	2%

^(*) Definições retiradas de BELOTTO, Heloísa. Como fazer análise diplomática e tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002, 120p. (projeto Como Fazer, 8); e SANTOS, Paulo R. E. Entre o laboratório, o campo e

outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas, Disertação (Mestrado em História Social), FFLCH/USP, 2002

Entre as quatro espécies mais mencionadas três cumprem função central nas diferentes etapas do trabalho científico, que, de acordo com Helen Samuels (1995), podemos dividir em:

- (1) planejamento e administração da pesquisa;
- (2) desenvolvimento da pesquisa;
- (3) comunicação e disseminação.

A crescente introdução de programas da qualidade no âmbito dos laboratórios explica a presença do POP – Procedimento Operacional Padrão entre as mais citadas, superando os projetos. Estes desempenham importante papel na etapa 1, enquanto os cadernos de protocolo destacam-se na etapa 2 e os artigos e relatórios na etapa 3. Na etapa 2, encontramos o caderno de protocolo ou caderno de laboratório que, segundo a definição de Odile Welfelé (1998), é um objeto que simboliza perfeitamente a pesquisa científica, particularmente o trabalho cotidiano de experimentação.

Procedimentos para a produção de documentos

Na Fundação Oswaldo Cruz, a qualificação das estruturas de pesquisa e prestação de serviços de referência em saúde, é um processo que vem se institucionalizando ao longo da última década. A partir dos anos 2000, como parte de um elenco de iniciativas inseridas no programa institucional de serviços de referência, foi aprovado um conjunto de requisitos necessários para o reconhecimento interno dos laboratórios de referência em diagnóstico de doenças. Nesta mesma direção a instituição procura adotar um Programa de Gestão da Qualidade em Pesquisa & Desenvolvimento Tecnológico. É neste ambiente que surge o POP do Livro de Registro (Livro Verde), documento submetido a norma ou procedimento, que funciona como um caderno de protocolo

para os projetos vinculados ao Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Insumos para a Saúde (PDTIS). A norma, denominada Procedimento Operacional Padrão (POP), tem como objetivo orientar os experimentadores (pesquisadores, tecnologistas, técnicos, bolsistas, estudantes e estagiários) "quanto ao uso e guarda dos *livros de registro*, para manutenção da rastreabilidade dos dados gerados nos trabalhos experimentais de laboratório na instituição"⁵⁷.

O livro é criado, utilizado e arquivado com base em um conjunto de procedimentos absolutamente inerentes aos documentos de arquivo e compatíveis com os parâmetros da ciência contemporânea. Na descrição do processo de criação e utilização do documento, são apresentadas as condições gerais que estabelecem suas finalidades:

Os livros de registro têm por finalidade a manutenção dos relatos operacionais das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, com o intuito de registrar todos os experimentos, resultados e conjuntos de dados oriundos dessas atividades. (...) permitindo, inclusive na ausência do experimentador, traçar o histórico completo dos experimentos científicos e comprovar a execução experimental para fins de propriedade intelectual ou outros que se façam necessários (Procedimento Operacional Padrão / Uso do Livro de Registro – Experimentação, Revisão 02, 13/07/2007).

De utilização obrigatória para todos os experimentadores, que devem zelar por sua guarda e integridade, o livro de registro é considerado propriedade da Fundação Oswaldo Cruz. Embora restrita aos projetos PDTIS, sua utilização já aponta para uma nova concepção do trabalho e adesão à proposta, ainda que não seja consensual. Entre os pesquisadores e técnicos é comum

Sistema de Gestão VPPDT – Procedimento Operacional Padrão – Uso do Livro de Registro – Livro Verde – Experimentação, 13/07/2007, 6p; Procedimento Operacional Padrão – Uso do Livro de Registro – Livro Bordô – Gestão, 13/07/2007, 5p. encontrarmos a defesa do uso do livro para registro das sequências de experimentos realizados, dos erros, do número de amostras, enfim, tudo que acontece de normal e anormal.

Concebida fora dos laboratórios, mas com a colaboração de pesquisadores, a norma da Fiocruz é resultado de uma acão conjunta das áreas de gestão tecnológica e gestão da qualidade e assemelha-se a iniciativas de outras instituições. O livro verde (de experimentação) e o livro bordô (de gestão) foram criados na Fiocruz para adoção em todos os laboratórios, quer aqueles dedicados à pesquisa, quer os que combinam a pesquisa com a prestação de serviços de referência, como exames diagnósticos. Contudo, parece haver da parte dos pesquisadores uma tendência a não seguir os preceitos da norma por julgá-la cerceadora do trabalho científico ou das práticas instituídas. Nessa perspectiva, a experimentação não comporta regras, ainda que se deva sempre registrar no caderno o que é novo. A sensação de ir para a bancada com o 'protocolo na cabeça', sem nenhum guia de como realizar determinado procedimento ainda estimula grande parte dos pesquisadores no seu trabalho cotidiano, orientado pelo desconhecido, pela combinação de tentativas que podem gerar algo novo. Para estes cientistas, essa liberdade de experimentar é própria da pesquisa científica e deve ser preservada. Neste caso, o Livro de Registro padronizado e introduzido como norma nem sempre é aceito com facilidade.

O livro verde de experimentação é um caderno de protocolo de pesquisa para projetos desenvolvidos nos laboratórios. No entanto, suas possíveis vantagens são minimizadas pela postura do corpo de pesquisadores, que, em sua maioria, prioriza o registro do experimento, combinando o computador e/ou cadernos pessoais com padrões próprios. Em síntese, no terreno das decisões pessoais impera o caderno de protocolo, sobretudo aquele protegido da imposição das normas de programas institucionais de indução que

buscam padrões de qualidade e controle do processo, e nem sempre encontram ressonância entre os cientistas.

Nos laboratórios onde se encontra implantado ou em processo de implantação o sistema da qualidade com fixação de profissionais dedicados para tal fim, é possível identificar um maior grau de padronização, especialmente naqueles que gerenciam coleções biológicas e oferecem serviços de referência.

Cadernos de protocolo: gênese do registro da ciência experimental

O caderno de laboratório é o traço cotidiano do trabalho científico, uma transcrição das experiências, dos resultados, sem uma ordenação particular. Tal documento é assim denominado como forma de distingui-lo da caderneta ou caderno de campo, que é utilizado nas ciências humanas (arqueologia, etnologia, sociologia, antropologia etc). No entanto, possuem pontos em comum e obedecem a regras de redação e conservação próprias destas disciplinas. Vale lembrar que as ciências biomédicas também fazem uso dos cadernos de campo, sobretudo a ciência vinculada à tradição naturalista dos botânicos, zoologistas e entomologistas.

Na medida em que serve aos comentários e às observações colhidas no trabalho de campo ou laboratório, próprio das ciências da natureza ou das ciências humanas, o caderno de protocolo de pesquisa é equivocadamente confundido com um manuscrito literário, no qual o poder da criação se manifesta com toda sua pujança. O equívoco dessa comparação revela um desconhecimento da natureza distinta destas atividades — a literatura e a ciência.

Para o historiador Gerald Geison (2002) que examinou uma centena de cadernos produzidos e preservados por Louis Pasteur, esses documentos representam um conjunto de registros criteriosos e pormenorizados de experimentos realizados pelo cientista e seus colaboradores durante quarenta anos de pesquisa ativa e quase diária. Segundo Geison, "eles são o reservatório central da ciência particular de Pasteur"⁵⁸ e "gênero literário especialíssimo" (2002, p.25). Aqui, encontramos mais uma vez a tentativa de estabelecer uma semelhança entre as atividades científica e literária, traduzida no caderno de laboratório tratado como diário íntimo do trabalho dos cientístas.

Mais do que revelar a necessidade da intensificação dos estudos sobre arquivos pessoais, desenvolvidos à luz da teoria arquivística, a tentativa de construção de similaridades entre as atividades de um escritor e um cientista ignora o fato de o segundo desempenhar, ao longo de sua trajetória profissional, funções e atividades que produzem documentos no contexto das ações de grupos organizados e entidades. A ciência é uma atividade coletiva, organizada em locais próprios e por meio de instituições. O mesmo não acontece com a literatura e os escritores.

Dos pesquisadores entrevistados apenas 2 (dois), ou 10 %, afirmou não fazer uso do caderno de protocolo, porque atuam na área do sistema da qualidade. Na realidade, esses técnicos são responsáveis pela gestão dos processos de trabalho da atividade científica que incluem a produção de inúmeros registros documentais a cada dia mais regulados e controlados. Aqueles que fazem uso do caderno se

Ao defender a importância da pesquisa nos cadernos de laboratório, Geison (2002) afirma que esta perspectiva não significa concordância com a visão de que esses documentos particulares permitem de algum modo, um acesso direto ao "verdadeiro" trabalho do cientista. Segundo o historiador, mesmo os cadernos de laboratório são vestígios incompletos de sua atividade, boa parte da qual permanece tácita, nada da qual é diretamente observável e a totalidade da qual tem de ser deduzida de anotações registradas, muitas das quais dificeis de decifrar e interpretar (2002, p.28-29).

revelam conscientes da sua utilidade como registro sistemático dos procedimentos da pesquisa, do protocolo empregado. Cerca de 70% dos pesquisadores adotam algum tipo de organização e reconhecem sua função como "melhor registro de tudo que você fez" e documento mais completo para "desenhar seu protocolo de experimento". Com relação ao caderno, cabe ainda destacar os seguintes aspectos:

- Possui sempre algum tipo de organização, que pode apresentar pequenas variações (caderno por projeto, caderno por pesquisador, páginas numeradas, etiquetado, assinado pelo chefe, índice etc);
- É utilizado com frequência, em todo o período dos experimentos, diariamente ou duas/três vezes por semana;
- Sua consulta ocorre: durante o experimento / diariamente; na análise de dados; quando está na bancada; para regular os passos; durante seqüência metodológica; escrever artigo; e eventualmente, para recuperar um determinado protocolo escrito há algum tempo. Aqui se revela a qualidade de reprodutibilidade do caderno, isto é, garante a reprodução do experimento com todo o controle;
- Comporta comentários do pesquisador, mas são cada vez menos utilizados com esta finalidade;
- Os pesquisadores o consideram um documento de grande importância, que possui valor para guarda permanente, pois é um registro único de dados brutos.

Os pesquisadores manifestam e praticam sentimentos ambíguos em relação aos cadernos de protocolo. Embora reconheçam sua importância, muitos admitem suas dificuldades em registrar os passos dos experimentos. Herdeiros de uma tradição de pesquisa que parece resistir ao desaparecimento, pesquisadores, assistentes e alunos não se indagam sobre a autenticidade desse documento. Mas, afinal, os cadernos de protocolo de pesquisa seriam revestidos

de autenticidade, característica que distingue os documentos de arquivo?

A autenticidade, para Luciana Duranti, está vinculada ao continuum da criação, manutenção e custódia. Segundo a autora, os documentos são autênticos porque são criados, mantidos e conservados sob custódia, de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados. Utilizando-se de Hilary Jenkinson (1922) para reforçar seu argumento, a autora amplia o universo da autenticidade, passando a incluir tanto os documentos especialmente preparados para uma transação oficial quanto os documentos nela inclusos (Duranti, 1996).

O caderno de protocolo, denominado livro de registro na norma (POP) da Fiocruz, é um documento de arquivo. Se nos valermos da formulação de Luciana Duranti (1996, p.53-54), seria um documento "manuscrito narrativo", vinculado à função de investigação de um professor universitário ou pesquisador. Essa categoria, para Duranti, compreende aqueles documentos que constituem evidência de uma atividade juridicamente irrelevante, termine ou não em ato jurídico. São "documentos não legais" - os manuscritos - que resultam de atividades cuja natureza leva consigo uma grande medida de iniciativa individual, revelada de forma clara nas formas do registro documental resultante (1996, p.54). No entanto, podemos tomar o caderno de protocolo, regulado por uma regra ou procedimento escrito, como um documento legal, que constitui a evidencia escrita de um ato jurídico. Possui caráter probatório, associado a um ato experimental que produz resultados e efeitos.

O caderno de protocolo é o documento que descreve as rotinas da função de pesquisa em sua fase de desenvolvimento, servindo como testemunho das experiências realizadas, dos dados e resultados obtidos. Como um documento de arquivo ele mantêm relações orgânicas com os demais documentos do conjunto e com seu contexto de produção.

Os limites entre o institucional e o pessoal

Neste segmento da entrevista foram feitas aos pesquisadores as seguintes perguntas: Você mantém documentos de caráter pessoal no laboratório? Em caso positivo, eles se misturam com os documentos institucionais? Você possui um arquivo pessoal em sua residência?

Aqui, parece-nos necessário estabelecer uma distinção entre duas questões que se colocam. A primeira diz respeito à diferença, estabelecida pelos próprios pesquisadores, entre os documentos de caráter pessoal, que tratam de assuntos da vida privada, e os documentos de origem institucional, vinculados às ações da instituição a que pertence. A segunda refere-se a uma dada compreensão de que determinados documentos produzidos no âmbito da atividade científica são pessoais, por alcançarem um alto grau de vínculos com o seu produtor, o cientista.

Na visão de apenas 10% dos pesquisadores entrevistados, o caderno de protocolo é um documento pessoal, portanto, desprovido do valor probatório típico dos documentos de arquivo. Compreendidos da mesma forma por alguns profissionais da área arquivística, os cadernos seriam "diários íntimos" do cotidiano científico. Na maioria das vezes, de tipo individual, não traduziriam transações nem estariam sujeitos a regras (Welfelé, 1998).

Na contracorrente dessa visão, observamos uma tendência a afirmar o caráter institucional desses documentos, cuja função é registrar o que foi realizado na bancada como parte das atividades de experimentação de um projeto, ainda que contenham (e devem conter) anotações diversas do pesquisador. Este, por seu lado, embora integrado a um grupo institucionalizado, vive as

ambigüidades do cientista, agente autônomo sempre em busca da criação do conhecimento, atuando numa faixa de penumbra que permite sua individualização, mesmo no contexto coletivo e organizacional. 90% dos pesquisadores consideram o caderno um documento institucional.

Após realizar um amplo levantamento sobre a visão dos cientistas com relação a preservação da memória dos laboratórios, Maria Celina Mello e Silva (2007) traçou um painel do pensamento e das práticas existentes no ambiente da pesquisa científica. No que se refere aos limites entre o institucional e o pessoal, vale refletir sobre as principais justificativas por eles apresentadas para definir como "pessoal" um conjunto de documentos gerados no âmbito do trabalho situacional. Segundo Maria Celina (2007), três delas merecem ser destacadas: (1) é fruto do esforço pessoal; (2) porque não existe norma institucional; (3) porque não serão disponibilizados.

Embora o trabalho científico dependa, cada vez, mais de esforços de uma equipe com competências diversas e complementares, é indiscutível o caráter individual desta atividade. Em outras palavras, quem possui capital cultural e autoridade científica, faz justiça aos prêmios e projeta uma carreira é o pesquisador. A individualização, portanto, desenvolve-se e desemboca num processo de "pessoalização" no âmbito de uma organização, de uma entidade coletiva. Não tratamos necessariamente de documentos pessoais no sentido *strictu* do termo, mas de documentos que podem levar a marca do indivíduo, se não estiverem submetidos a procedimentos ou regras, ainda que sejam "nominais por experimentador" O caderno de protocolo é um exemplo.

59 O POP de "Uso do Livro de Registro" da Fiocruz, destinado aos livros de Experimentação, indica que os mesmos "são nominais por experimentador ou eventualmente por projeto, como apropriado" (p. 3).

Vale mencionar que 85% dos pesquisadores possuem arquivo pessoal em sua residência e revelam conhecer as distinções entre os documentos de natureza pessoal e institucional. Alguns laboratórios adotam as pastas ou "dossiês" dos funcionários, recomendadas pelas normas internacionais. Estes "dossiês" são mantidos e administrados por uma secretaria e não se confundem com outros documentos gerados pela atividade profissional.

Os documentos como registro e memória da ação institucional

A pergunta referente aos documentos que devem ser preservados como memória da ação do laboratório levou os pesquisadores e técnicos a mencionarem 9 (nove) espécies/tipos documentais, que tiveram o seguinte percentual de citação:

Espécie / tipo documental / formato ⁶⁰	% de citação
Caderno de protocolo	52%
Relatório	18%
Projeto de pesquisa	8%
Caderno da Coleção	5%
Patente	5%
Livro de atas	5%
Tese	5%
Manual da qualidade (coleção	2%

O caderno de protocolo destaca-se entre os documentos mais citados. Curiosamente, nenhum pesquisador fez menção aos

Incluímos no quadro, as teses que, mesmo não sendo consideradas documento de arquivo por grande parte dos estudiosos, encontram-se nos arquivos das instituições e nos arquivos pessoais de cientistas. Aqui podemos estabelecer uma aproximação de acervos institucionais e pessoais, onde surgem documentos "inusitados", que mesmo comportando as características de uma peça documental da biblioteconomia, possuem um vínculo orgânico com as ações que neles se materializam a título de prova ou evidência. Uma reflexão original sobre documentos não arquivísticos em arquivos pessoais encontra-se no texto de Ana Maria Camargo, "Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 11, n.21, 1998, p.169-174.

artigos. Enquanto o primeiro acentua o trabalho cotidiano na bancada, o artigo está mais associado ao produto final do trabalho científico.

A produção e a comunicação do conhecimento são funções do cientista. A tarefa principal, segundo o paradigma da tradição sociológica mertoniana, é publicar as descobertas científicas. A informação transmitida por processos formais de comunicação científica é denominada comumente pelos cientistas como produção científica. Os artigos, como parte dessa produção, cumprem esse papel e são cada vez mais associados aos indicadores de produtividade e desempenho de uma ciência que pretende, por meio da avaliação, ser produtiva, eficiente e socialmente útil. Nesse sentido, é um documento que deve apresentar informações e relatar resultados de uma pesquisa de maneira clara e concisa, buscando cumprir algumas funções, tais como a divulgação científica entre a comunidade, o aumento do prestígio do(s) autor(es), o aumento do prestígio da instituição e o enriquecimento do currículo.

Os demais documentos mencionados também cumprem funções significativas no processo do trabalho científico, relacionando-se, de alguma maneira, às atividades de desenvolvimento da pesquisa, comunicação dos resultados e formação de pesquisadores.

Na concepção dos cientistas, esses documentos valem como elementos de prova daquilo que se fez e se faz em um laboratório e, portanto, podem perpetuar uma determinada memória. Contudo, esta dimensão lhes parece muito distante, quando são motivados a pensar sobre o uso que os historiadores podem fazer destes registros documentais da ciência. O valor de guarda que os cientistas atribuem a este material está relacionado ao valor por eles atribuído à sua ciência, ou, quando muito, à ciência do seu grupo ou da sua instituição. Em outras palavras, é possível perceber nos cientistas uma dificuldade de estabelecer nexos entre o que produzem hoje, o

acúmulo do que produziram em suas trajetórias, suas trajetórias e o uso que a sociedade poderá fazer de tudo isso.

Aos arquivistas cumpre atuar nos ambientes do trabalho científico amparados pelos princípios, conceitos e técnicas da arquivologia, desde que os mesmos estejam a serviço de um intenso e sistemático trabalho metodológico de compreensão do contexto institucional e de identificação das funções, atividades e tipos documentais ali produzidos.

Referências

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.

CHARMASSON, Thérese. Archives institutionelles et archives personelles. *Les Cahiers de l'École Nationale du Patrimoine*, Paris, n. 3, p. 13-23, 1999.

DEVRIESE, Didier. Les archives de la recherche en milieu académique. *Janus*: revue archivistique. Dordrecht, p. 20-28, 1995.

DURANTI, Luciana. *Diplomática*: usos nuevos para una antigua ciencia. Tradução Manuel Vasquez. Carmona: S & C, 1996. 170p. (Biblioteca Archivística, 5).

GEISON, Gerald. *A ciência particular de Louis Pasteur.* Rio de Janeiro: Fiocruz; Contraponto, 2002.

SAMUELS, Helen W. Appraising the records of modern science and technology. *Janus*: revue archivistique, Dordrecht, n. 2, p. 8-19, 1995.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. <i>Arquivística no laboratório:</i> história, teoria e métodos de uma disciplina. Rio de Janeiro: Teatral; Faperj, 2010.
Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas, Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. <i>Visitando laboratórios:</i> o cientista e a preservação de documentos. 211 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; REGO, Vera Lúcia da A. Lopes. <i>Guia básico para preservação de arquivos de laboratório</i> . Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009.
GLOSSÁRIO de espécies/formatos e tipos documentais da Universidade de São Paulo – SAUSP. São Paulo : Universidade de São Paulo, 1997.
WELFELÉ, Odile. A proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea. Tradução de Maria Celina de Mello e Silva. <i>Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência</i> , Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 65-72, jan./ jun. 2004.
Quels matériaux pour l'historien d'áprés demain?. Les Cahiers de l'École Nationale du Patrimoine, Paris, n. 3, p. 103-126, 1999.
Organiser le désordre: usages du cahier de laboratoire em physique contemporaine. <i>Revue Alliage</i> , n. 37-38, 1998.

O desafio institucional na preservação de documentos científicos:

a criação e as atividades do Núcleo de Documentação do Instituto Butantan

> Flávia Andréa Machado Urzua Suzana César Gouveia Fernandes

Este texto procura analisar a proposta de criação do Núcleo de Documentação do Instituto Butantan, a partir da perspectiva da análise da importância da documentação científica proveniente dos arquivos da própria instituição, o tratamento despendido a esta documentação e a influência das políticas estaduais no que se refere a sua preservação.

Criado em 1901, o Instituto Butantan foi pioneiro na produção de soros antipeçonhentos e ator importante no combate ao surto epidêmico de peste bubônica que se alastrou na cidade de Santos nos últimos anos do século XIX. A fundação do Instituto Serumtherapico do Estado de São Paulo⁶¹ se deu em local afastado do centro da cidade de São Paulo na Fazenda Butantan, adquirida pelo Governo do Estado de São Paulo no ano de 1899. Sob a direção do médico sanitarista Vital Brazil Mineiro da Campanha, o Instituto foi, desde a sua criação, um dos mais atuantes órgãos públicos na produção de imunobiológicos.

A partir de 1925 torna-se oficialmente Instituto Butantan.

No ano de 1914, Vital Brazil reforçou os objetivos da instituição em discurso proferido em ocasião da inauguração do primeiro prédio construído para sediar algumas atividades científicas da instituição, com laboratórios, biblioteca e sala de exposição. Na ocasião, o diretor discursou sobre as funções que deveriam ser desempenhadas pelo instituto, como: preparação de soros e vacinas necessários para a defesa do Estado, discussão de questões relativas à higiene pública, disseminação dos conhecimentos científicos através de cursos, palestras, etc. e o estudo mais aprofundado das questões relacionadas ao ofidismo, às pestes e à parasitologia (IBAÑEZ et all., 2005). Desde a fundação da instituição, pode-se observar sua dinâmica caminhando em três eixos principais, no que tange a pesquisa, a produção e a difusão científica, eixos que permanecem até hoje.

Assim sendo, além de responsável pela produção e pesquisa para a solução de diversas patologias humanas e da pesquisa com animais venenosos, o Butantan tem também a função de divulgar, por meio da investigação e prestação de serviços, os conhecimentos gerados na instituição, capacitando seus funcionários, atuando com ações educativas, preservando e dando acesso aos seus acervos.

No entanto, fazer a gestão da documentação em um instituto ligado à Secretaria de Saúde não é uma tarefa fácil. Pelo contrário, a criação de um setor responsável por organizar a documentação arquivística, incluindo a documentação científica, esbarra não somente nas particularidades da disciplina arquivística, que teve seu campo de atuação institucionalizado recentemente (SANTOS, 2008), mas também em pressupostos, cunhados ao longo do tempo de vida da instituição, que sugerem certa individualização da documentação gerada nos laboratórios e nas experiências particulares de guarda desta documentação.

Desde sua criação em 2010, pelo decreto n. 55.315 de 05/01/2010. o Núcleo de Documentação do Instituto Butantan tem sob sua responsabilidade um arquivo que foi constituído, principalmente, por meio dos trabalhos de um Grupo de Trabalho formado por funcionários das áreas cultural, administrativa e de pesquisa básica, no final da década de 197062. Ao desenvolver as atividades, esta comissão percorreu diferentes áreas da instituição em busca de documentos e objetos tridimensionais, que pouco depois foram utilizados como base para a criação do Museu Histórico do Instituto Butantan, em 1981, e dos primeiros trabalhos de levantamento histórico-institucional realizados pela responsável pela pesquisa história, Jandira Lopes de Oliveira (1981). O objetivo de criar uma política de arquivo e de organizar a documentação que, até aquele momento, recebia o destino que os próprios pesquisadores, como cientistas ou gestores, julgassem adequado, fez com que a atuação da comissão fosse um iniciativa pioneira dentro da instituição.

Desde janeiro de 2010, o Instituto Butantan, também incorporou em seu organograma o Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, localizado na região central, no bairro do Bom Retiro, detentor do maior acervo sobre saúde do Estado de São Paulo, formado a partir dos trabalhos iniciados para comemoração dos 100 Anos de Saúde Pública em São Paulo, em 1984. A equipe do Núcleo de Documentação é também responsável pela gestão desta documentação.

A Comissão Interna "Grupo de Trabalho para o levantamento do material de caráter histórico para a futura instalação do Museu Histórico do Instituto Butantan" era formada inicialmente por Jesus Carlos Machado, Alphonse Richard Hoge, Henrique Moisés Cante, Milton Pereira dos Santos, Luiz de Arruda e Carmem Aleixo Nascimento, e atuou de 1979 a 1981

Neste mesmo período, na década de 1980, podemos observar algumas ações efetivas do Estado com relação aos bens culturais. No âmbito estadual, é possível identificar a ação do Arquivo Público do Estado de São Paulo com a coordenação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP, instituído em 19 de outubro de 1984, pelo decreto nº 22.789, que tem em suas atribuições:

- I assegurar a proteção e a preservação dos documentos do Poder Público Estadual, tendo em vista o seu valor administrativo e histórico e os interesses da comunidade;
- II harmonizar as diversas fases da administração dos documentos arquivísticos, atendendo às peculiaridades dos órgãos geradores da documentação;
- III facilitar o acesso ao patrimônio arquivístico público de acordo com as necessidades da comunidade.

Além disso, podemos observar ações coordenadas, como os processos de tombamento realizados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT que contemplaram alguns edificios importantes para a área da saúde, como o prédio do antigo Desinfectório

Central⁶³ e no caso do Instituto Butantan⁶⁴, uma área extensa de mata, incluindo mais 12 edificações que datam principalmente da primeira metade do século XX.

Em 1989, uma portaria criou um Grupo de Trabalho no Instituto Butantan, cuja missão era facilitar o acesso aos documentos internos da administração pública, endossando um decreto estadual que dispunha sobre a constituição de uma Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo – CADA nas secretarias do estado, tendo também um decreto posterior, especificamente para a comissão da Secretaria da Saúde. Este Grupo de Trabalho, denominado "Políticas dos Arquivos do Instituto Butantan" foi norteado pelas ações do SAESP. No entanto, naquele momento, o próprio SAESP, por problemas de falta de recursos financeiros e humanos, não conseguiu realizar suas atividades sistematicamente e dar suporte às secretarias, como era previsto em sua atuação, ficando o trabalho no Instituto Butantan muito concentrado neste período inicial, perdendo força e visibilidade ao longo do tempo.

Ainda assim, entre os anos em que funcionou e até recentemente, a guarda de documentos de gestão e administrativos, bibliográficos, iconográficos e de objetos tridimensionais continuou acontecendo, mas sem a participação efetiva dos pesquisadores e sem o embasamento da própria instituição, resultando no esvaziamento da proposta de criação de uma política de arquivo. Por este motivo grande parte da documentação científica, fruto da pesquisa e produção institucionais, não está presente no arquivo, além de não

A Resolução de Tombamento do Desinfectório Central, que hoje abriga o Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, foi efetivada em 26 de agosto de 1985, n. 50.

O Tombamento dos prédios e áreas circunvizinhas do Instituto Butantan foi efetivado em 13 de setembro de 1981, no. 21306/80.

ser considerada documentação pública pelos próprios pesquisadores.

Por meio de políticas governamentais, diretrizes e programas é possível se pensar em bases para a construção e preservação da memória científica no país. Mas, nota-se que existem poucas iniciativas nesta área, fazendo com que grande parte da preservação de documentos oriundos da atividade científica fique limitada às ações das instituições produtoras. Esta desestruturação de programas voltados para a guarda da memória da ciência e tecnologia pode ser identificada como um dos motivos pelos quais os pesquisadores guardam a documentação científica produzida junto ao laboratório, ou muitas vezes, em seu arquivo pessoal (SILVA, 2007).

O levantamento da documentação arquivística do Instituto Butantan realizado recentemente indica que a documentação que ficou sob a guarda da instituição desde 1981 tem uma composição que retrata as atividades meio, contendo documentos como: pedido de entregas de material, notas fiscais, fichas de controle e documentação de recursos humanos, como pedidos de férias, por exemplo. Por se tratar de documentos que foram enviados pelas diversas seções do Butantan, nota-se a pouca representatividade da documentação proveniente dos laboratórios de pesquisa, sendo que, quando estes aparecem, também se referem às atividades meio.

Outro fator de extrema relevância no quadro institucional foi a criação da Fundação Butantan na década de 1980, como órgão de apoio ao instituto, iniciando suas atividades num período no qual a instituição passava por dificuldades. O objetivo era que a fundação oferecesse agilidade às atividades, através da contratação de funcionários para produção e divulgação. Foi a partir deste período que a área de produção passou por diversas reformas e compra de equipamentos de ponta, criação de um Centro de Biotecnologia que

fez com que a fabricação de soros e vacinas tivesse melhoria de qualidade e quantidade e redução nos preços, facilitando uma distribuição gratuita e abrangente dos produtos, deixando o Instituto Butantan em papel de destaque, com a cifra de 80% da produção nacional e soros e vacinas (RAW, et all., 2005).

A partir de então, as atividades de preservação dos documentos referentes à área de produção ficou a cargo dos responsáveis por essas áreas que restringem o acesso à documentação por identificar nela uma importante fonte sobre processos de produção e avaliação da qualidade desses processos e produtos e também por estarem envolvidas questões de patentes, tornando parte do arquivo sigiloso. As tentativas de aproximação, mesmo quando respeitadas essas questões legais, foram mal sucedidas e isso se deve, segundo uma avaliação da equipe, à fala de esclarecimento e confiança nos trabalhos que podem ser realizados com a documentação, preservando e respeitando os prazos de guarda e restrições.

O questionamento que o Núcleo de Documentação trás hoje a este respeito, nasceu da argumentação de que a memória científica institucional depende da salvaguarda de seus registros respeitados pela organicidade que os mesmos apresentam entre si para retratar a instituição que os produziu (DURANTI, 1994). Ao refletir sobre a importância da memória científica do Instituto Butantan, sabemos que estamos lidando com uma das mais significativas documentações sobre ciência e tecnologia do Brasil.

A missão de desenvolver a gestão documental, como mecanismo que possibilitará aos pesquisadores o acesso às fontes sobre a história do Butantan, vem também de encontro com a atuação da área de história da ciência, área que compartilha da visão de que a ciência não é somente o produto final do que é feito ou estudado nos laboratórios, mas sim todo o conhecimento gerado antes, durante e mesmo depois do produto final (PESTRE, 1996; SILVA, 2007). É

no arquivo produzido no laboratório que se tecem diversas relações, entre instituições, fornecedores, pesquisadores, compradores, funcionários e outros documentos correntes que retratam a estrutura de seu funcionamento. Muitas vezes, a documentação produzida acaba sendo mais relacionada com a figura do pesquisador, chefe do laboratório ou diretor, do que à própria instituição, deixando muito tênue o limite entre o que pertence ao arquivo pessoal e ao institucional. Assim, acontece de os profissionais de arquivo e pesquisadores da área encontrar documentos institucionais em arquivos de cientistas. Outra questão se refere ao fato do laboratório muitas vezes ser o local de produção e guarda da documentação, dificultando assim, o acesso e conhecimento de seu arquivo (SANTOS, 2005).

Um exemplo claro disto é o conjunto documental pessoal de Afrânio do Amaral, que está em processo de incorporação ao arquivo do Instituto Butantan⁶⁵, doado pelo pesquisador da Universidade de São Paulo, Paulo Emílio Vanzolini que havia recebido o material da família do ex-diretor. Ao analisar a correspondência, foram identificados diversos documentos oficias do Butantan que haviam sido mantidos, pelo cientista, junto à sua correspondência pessoal (FERNANDES, 2011).

Embora os historiadores da ciência acreditem que foi a partir da década de 1970 que a ciência no Brasil passou a servir como objeto de estudo (DANTES, 1996), a documentação como fonte que, neste contexto, foi ampliada tendo em vista os novos enfoques e abordagens, tornou-se fundamental para os historiadores, mas de difícil acesso, principalmente na área da saúde. Neste movimento, principalmente na década seguinte, as instituições científicas de

65 Afrânio Branford do Amaral foi diretor do Instituto Butantan em várias ocasiões, atuando na instituição como zoólogo, especialista em serpentes.

saúde, incluindo o Butantan, receberam doações de arquivos de outras instituições que não conseguiam manter a guarda de sua documentação ou de pesquisadores que se debruçavam em suas pesquisas preocupados em garantir o acesso aos documentos que aos poucos se perdiam. No entanto, a ausência de um setor responsável pela documentação na instituição fez com que muitas destas doações fossem feitas em caráter pessoal, de pesquisador para pesquisador, muitas vezes, sem o conhecimento do próprio instituto.

Sendo assim, atualmente, nosso objetivo é investigar a atividade científica no Butantan, conhecendo e inventariando os documentos que indicam os caminhos criados pelos laboratórios de pesquisa e produção para o encaminhamento de suas atividades – o que inclui, além das publicações e relatórios técnicos, anotações, registros, cartas, rascunhos e qualquer outro registro da investigação científica – bem como, o desenvolvimento de metodologia que garantam a guarda deste conhecimento produzido, sensibilizando os cientistas da importância em compartilhar deste mesmo conhecimento, ao mesmo tempo em que possibilite que a comunidade, como um todo, reflita sobre a ciência.

O Núcleo de Documentação está atualmente trabalhando para dar continuidade aos trabalhos de organização dos acervos e conscientização da comunidade institucional sobre a importância da preservação de seus documentos, voltando a estreitar suas relações como o Arquivo do Estado de São Paulo.

Por meio de novos programas que visam dar andamento às atividades de gestão da documentação, o SAESP, com o apoio do Instituto Butantan e Secretaria de Saúde, vem oferecendo oficinas para capacitar e difundir ações visando à produção do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade das Atividades Fim da

Secretaria de Saúde, além de orientar a aplicação da Tabela de Temporalidade das Atividades-meio.

Apesar de sua longa trajetória, a instituição ainda está distante de alcançar um modelo de gestão documental que realmente reflita, dinamize suas atividades e preserve seus acervos. O trabalho do SAESP, agora vinculado à Casa Civil, chega com força e como um apoio fundamental para as atividades do Núcleo de Documentação, tanto por propor uma metodologia de trabalho e apresentar instrumentos técnicos para sua realização, quanto por permitir uma atuação mais enfática de conscientização junto à direção da instituição, pensando em maneiras de superar essas barreiras hoje existentes entre as áreas. Até o momento, avaliamos as ações de preservação realizadas pelo núcleo ainda muito limitadas e pontuais, o que mostra que a despeito das intenções de trabalho com a gestão documental, as atividades ainda não são reconhecidas por toda instituição.

Referências

DANTES, M. A. M.; HAMBURGER, A. I. A Ciência, os intercâmbios e a história da ciência: reflexões sobre a atividade científica no Brasil. *In:* HAMBURGER, A. I.; DANTES, M. A. M.; PATY, M.; PETITJEAN, P. (Org.). *A ciência nas relações Brasil–França (1850–1950).* São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1996. p. 15–23

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

FERNANDES, S.C.G. *Instituto Butantan de 1928 a 1947:* estratégias científicas e a busca de um modelo institucional para a saúde. 2011. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, J. L. Cronologia do Instituto Butantan (1888-1981): 1^a parte: 1888–1945. *Memórias do Instituto Butantan*, São Paulo, v. 44/45, p. 11-79, 1980/81.

PESTRE, D. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG-Unicamp*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 3-56, 1996.

SANTOS, Paulo R.E. *A arquivística no laboratório:* história, teoria e métodos de uma disciplina. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. *Visitando laboratórios:* o cientista e a preservação de documentos. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RAW, Isaias; HIGASHI, Hisako G.; MERCADANTE, Otávio Azevedo. Pesquisa e desenvolvimento em vacinas e soros no Instituto Butantan. In: BUSS, Paulo Marchiori (Org.). *Vacinas, soros & imunizações no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 323-334.

Sites

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2011.

Tema 3

Pesquisadores, arquivistas e conservadores: o diálogo em busca de políticas e diretrizes para a preservação do patrimônio científico

Researches, archivists and conservators: the dialogue in search of policies and directives and the preservation of the scientific heritage

Research documentation, quality in research and retention of scientific data: how to improve communication between archives

Renata Arovelius

Introduction

In the conference statement formulated during one of the ICA/SUV (Section on University and Research Institution Archives) seminars about electronic and scientific records named "Sharing Problems and Solutions across the Archival and Scientific Worlds", has been stated as follows⁶⁶:

Archivists and researchers need to work together in determining information that should be retained and the methods and standards for doing this.

And further more:

ICT practitioners will need to be involved from the first with these matters and be proactive in advising the organisation about changes in technology that could affect this area.

The conference statement was formulated 2001.

In 2010, the archival function of the SLU arranged in Uppsala, Sweden, a successful international workshop on research

66 ICA/SUV Meeting 3rd – 7th September 2001, Imperial College, London, UK. documentation. Afterwards, one of the participating researchers wrote a letter asking for an additional meeting. The intention of the meeting was to develop a closer cooperation between the archival function and the research community. The letter contained, in addition, following questions revealing a good portion of scientific curiosity:

"What does an archivist do"? "How does an archivist perform her/his work? And why?"

Archiving as an integrated part of the scientific practice should be a goal for the archival function of an organization. This goal, however, is still far away from the usual performance.

The quoted examples demonstrate that the dialogue between the archival and scientific communities on best practices for preservation of the scientific heritage already has been initiated. But, on the other hand, the interactions between archivists and researchers still are in its infancy.

While the dialogue has to be better, the good thing is that in the time of the rapid explosion of knowledge in many scientific disciplines and quantity of generated data, the research community turns more and more in the direction of the archival community. Demands on support, clear and easy policies and strategies for preservation occur more frequently. The research community more often addresses the archival community with questions on possibility to reuse data and to guarantee long term access to it.

The archival community has to meet these needs and provide best directives. This is possible only in close cooperation with the information producers, ICT, stakeholder organizations and funding bodies. International co-operation on metadata standards, repository solutions, transfer and access routines are essential.

What is happening in science?

A distinguished feature of the world of today is the rising amount of data created in the majority of scientific disciplines. Fast advances and changes in information and communication technologies are impacting scientific work. Access to research data and use of data across disciplines, institutions and countries is becoming an integrated feature in the way scientists work. This is both a huge opportunity and a challenge.

Research data are fundamental for the scientific effort and have often more than one life. They can also be used in different way. The same data set can be used by scientists from different disciplines with widely different backgrounds. The example set by the genome research community that organized to facilitate the open release of the genome sequence data is worthy of imitation:

Databases are rapidly becoming an essential part of the infrastructure of the global science system. The international Human Genome Project is but one good example of a large scale endeavour in which openly accessible information is being used successfully by many different users, all over the world for a great variety of purposes. ⁶⁷

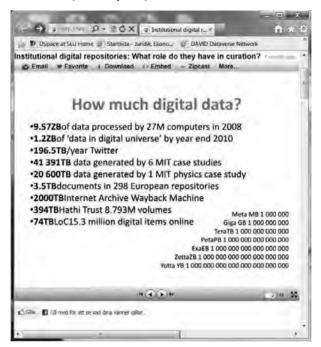
Technical development has changed the conditions for both research and archives. Scientists can demand access to a large quantity of data in a quick and easy way. A new e-research infrastructure is rising up and becomes a natural element in the research process. It connects scientists through high speed networks and provides access to shared grid and cloud computing, creating supercomputing capacity to very demanding applications⁶⁸. The

⁶⁷ OECD Principles and Guidelines for Access to Research Data from Public Funding, No 88180, 2007 p. 3.

⁶⁸ See: Riding the wave. How Europe can gain from the rising tide of scientific data. Final report of the High Level Expert Group on Scientific Data. A submission to the European Commission., October 2010.

large scale specific repositories in e.g. the space and earth observation sciences, genomics or astrophysics, joint laboratories and bio-banks are good examples to this development. Claims on the possibility to exchange ideas and knowledge are accompanied by demands on open access to research data.

The numbers on the quantity of electronic data presented below are a very illustrative example to this development⁶⁹: e.g. just one case study in physics from MIT (Massachusetts Institute of Technology) produces 20600 TB (Tera Bytes.):



Within humanities and social sciences the digital data are created on a smaller scale, so the amount of data created in the research

69 See:

http://www.slideshare.net/SteveHitchcock/institutional-digital-repositories-what-role-do-they-have-in-curation.

process is depending on the discipline. However, the digital revolution is here and calls for actions in the context of digital preservation.

Research data, records and archives

Research data and records may be interpreted in different ways. It depends on the archival tradition and practice that varies in different countries and institutions. The interpretation is also bounded to the understanding of the term science, to the methods of data collecting and to the kind of data

Not all countries and institutions recognize humanities and social sciences as science⁷⁰.

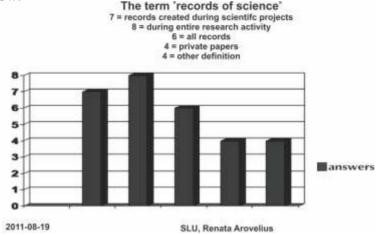
In addition, research data can be described as either data created in the research process or as data used for research. There may also be variation in interpretation of data created in course of different research activities.

The interpretation may include the entire research activity, records created for the administration of research, personal papers of the scientist, and records of an organization or even cultural context.

At 2003-2004, the Committee on Scientific Archives of the ICA performed an international survey on research records and data. Eighteen respondents from twelve countries contributed to the investigation.⁷¹ According to the results of the survey, the majority of responding archives interpreted records of science as records

- 70 See Management and Preservation of Scientific Records and Data, R. Arovelius et al, Uppsala 2011, p. 5.
- R. Arovelius, Archives of Science: An International Perspective and Comparison on Best Practices for Handling of Scientific Records, Vienna Congress, 2004.

created during the entire research activity, as shown in the diagram below:



Preservation actions embracing such setting will be therefore resulting from the particular archival approach and usually applied after the research has been carried out. The preservation will be rather static and depending on the information producer. The preserved data will be aimed for later use.

However, scientific collections understood as data created in the research process and performed within different projects will consist, in general, of experimental or observational data, data models, photographs, surveys etc, or other raw data needed to carry out research that will be completed as research results. The archival practice, in that case, will be determined to a great extent by records management and dynamics. As a consequence, archiving and long term preservation must become an integrated part of the research process and best preservation practices must be encouraged as early as possible.

Research "raw data" understood as all basic data for analysis in science as a system of acquiring knowledge based on scientific method and as the organized body of knowledge gained through such investigation will always be a part of the research process independent of data source, method or kind. A main rule, subsequently, must be that original raw data are possible to identify and to evaluate. There must always be a possibility to reproduce a trial, if needed, or to verify the results by data that have integrity and accountability. Sufficient documentation and adequate appraisal and preservation strategy for research data implemented in the beginning of the research process will guarantee good quality in research and scientific practice. It will make research reliable.

Accordingly, an institutional documentation and preservation policy based on existing standards and disciplinary needs is critical for the effective management of research data of an organization. An open dialogue on best practices between archivists and researchers, and other involved counterparts, is a warrant for such policy.

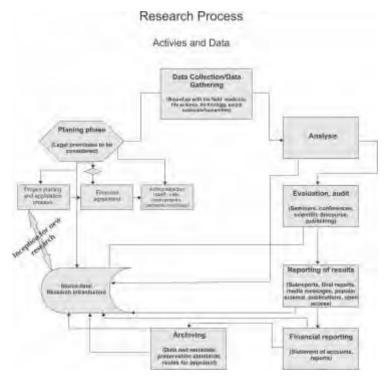
What preserve? Rules for documentation, archiving and appraisal

Research raw data, as already stated, are crucial for the possibility to independently reproduce and verify published results. Research data and records are also a central part of the scientific and cultural heritage.

Disciplines own needs on access to data in short and long term must be coordinated with the requirements provided by the history of science and historical needs.

Archivists and researchers need therefore to work together from the very beginning of the process, in aim to determine on the information that should be retained. Even though, it is not always easy to predict what future needs might be. And the question, what should be documented and preserved, and for how long must be included to the question what should be done to secure data authenticity, traceability and reliability.

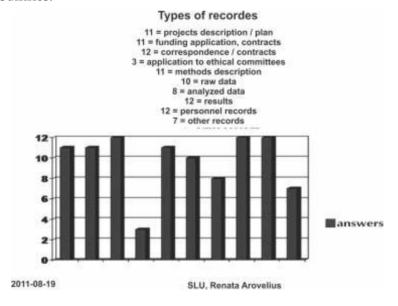
Analysis and understanding of the research process and its activities might be helpful in the creation of institutional archival policies. In a very broad and schematic outline the research process can be described as a chain of repetitive activities opened by the planning phase, followed by data gathering, evaluation and audit, and finally reporting of the results. In view of that, the research process embraces preparation and planning, carrying out of the research, publishing and follow up.



Planning phase that formally starts a new research project includes such records as project plans, method descriptions, financial and administrative records. It can also include applications to ethical committees or applications for access to already existing primary records as e.g. national registers or bio-bank samples.

The co-operation between archivists and researchers during this phase of the process is essential for the future preservation. A declaration on the metadata should be done at this stage, so the generated information can be understood in the future. For that reason, a preservation strategy for the research project records and data must be formulated from the beginning and, best possible, attached to the mean application.

Another graph in the previously mentioned survey on scientific archives points out the variety in approach to preservation strategies. There are different types of records that are subject to preservation actions. Usually, research results are preserved par excellence. Preservation strategy for research raw data, however, is not that obvious. The archival practice differs in use among the scientific disciplines as the practice is based on various needs, but the practice differs also among the archival institutions and countries.



But even though there are different traditions, the preservation strategy must be based on the dialogue between scientific disciplines, archivists and other information specialists, which have to learn from each other. The archival terminology e.g. may often cause some confusion. Terms such as record and appraisal can be understood in different ways depending on the area of practice, discipline or background. The first step in creating the long term preservation strategy for research data must be then to agree on semantics. Only in that way a real progress can be made.

The preservation criteria will comprise varying levels of archival practice depending on different needs, disciplines and scientific communities. Legal conformity and a range of legal requirements will have impact on the criteria. But it is important to keep in mind, that preservation and access are two different things and should not be mixed up. Limitations on access to data don't justify the lack of preservation strategy.

And despite of different backgrounds, disciplinary needs or various requirements some general criteria for long term preservation are obtainable and can be outlined as: the necessity of verifiable and reliable results, the possibility on access to data in short and long term and the possibility on the reuse of data.⁷²

Preservation strategy will promote access to data and will meet the growing needs on data sharing and public access.

Publishers and funding agencies are also more and more interested in data accessibility and reusability. Researchers gain from the use and reference of research data. The public feels more convinced in scientific findings knowing that the supporting data are accessible and reliable.

In the already mentioned final report of the High Level Expert Group on Scientific Data⁷³ the authors try to state some broad

- 72 See "Management and Preservation of Scientific Records and Data", p.27
- Riding the wave. How Europe can gain from the rising tide of scientific data. Final report of the High Level Expert Group on Scientific Data. A submission to the European Commission., October 2010.

principles for the importance of scientific e-infrastructure and outline a vision for 2030. Two of the statements for this vision are interesting in particular:

Researchers and practitioners from any disciplines are able to find access and process the data they need. They can be confident in their ability to use and understand data, and they can evaluate the degree to which that data can be trusted.

And

Producers of data benefit from opening it to broad access, and prefer to deposit their data with confidence in reliable repositories. A framework of repositories is guided by international standards, to ensure they are trustworthy. ⁷⁴

This vision of 2030 cannot be fulfilled without any satisfactory archival contribution and appropriate strategy for long term preservation.

Besides the identified and agreed criteria for preservation and the basic appraisal framework the responsibility for appraisal is another crucial issue that must be agreed on. Otherwise, the implementation of the strategy will not be possible.

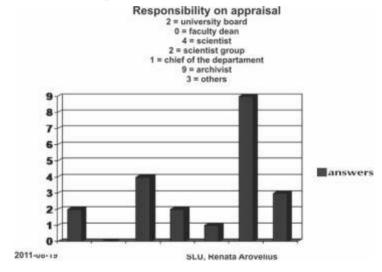
Dialogue on best practice – interdisciplinary interactions

By both archivists and researchers often quoted conclusion is that the desire for archives is much greater than the desire to archive⁷⁵. The conclusion reflects the dichotomy that often arises when the responsibility and resources for long term preservation of and accessibility to data are balanced against the cost for new research. The fact that the reuse of existing research data also takes full advantage of the initial investments in research projects is frequently neglected.

- 74 P. 25.
- 75 International workshop at SLU "Critical issues for the preservation of datasets". Sweden, Uppsala, 2006.

In consequence, it is important to make sure that data are appraised, if there are subject for long term preservation. Policies and directives for preservation must focus on detailed and meticulous appraisal standards in aim to ensure resources are not wasted by preserving data and records of doubtful value.

Responsibility of appraisal can vary in different research institutions. Differences depend on the institutional or disciplinary culture, but also on the archival tradition and the organizational position of the archival function. The diagram below sketches the variation in the responsibility in the surveyed institutions:



Regardless of the allocation of the responsibility, the dialogue between all involved parts is crucial for the strategy on best practices, and the dialogue can only be improved by interdisciplinary interactions. Archivists and researchers must co-operate and learn from each other while establishing guidelines for effective appraisal and preservation of research data. This can be done by face-to-face meetings, archival training and by preparing of checklists and retention schedules. Discussion and agreement on semantics and metadata is the key issue to a successful organizational policy, as well as clarification of responsibilities and

allocation of sufficient resources. Costs for preservation and archiving should be specified in the initial project proposal.

Already existing and coming handbooks on management and preservation of research data and records contribute to the dialogue and harmonize efforts on best practices. National and international co-operation on metadata standards for description, preservation and data exchange, as well as technical solutions for digital data repositories improves and intensifies institutional efforts. Understanding and support from the ICT community, funding bodies and stakeholders organizations is vital.

Of course, it is not possible to find a solution with "one size fits all". Each scientific discipline has its own needs and particulars. However, some general suggestions on best practices can be formulated as follows⁷⁶:

- Start the dialogue with the records creator as early as possible
- Initiate the evaluation process as early as possible in the life cycle of digital records
- Monitor value for the actual research area and for other disciplines
- Monitor importance for history of science and culture
- Observe the necessity of verifiable research results
- Document the aim of the project or research activity and methods used
- Take into account particular needs of different disciplines:
 analyzed data may be as important for the re-use as raw data

See Archives of Science: An International Perspective and Comparison on Best Practices for Handling of Scientific Records.

- Allocate responsibilities for appraisal and preservation costs
- Establish an e-archive/open access repository based on the OAIS Reference Model
- Set up submission agreements, where sufficient formats and metadata standards are specified
- Find a proper level for preservation description information
- "Incorporate" in the institutional policy rules for access and appraisal
- Co-operate with funding bodies and stakeholders organizations

Um guia para a preservação de arquivos de laboratório:

em busca do diálogo entre arquivistas e cientistas

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Introdução

A preservação da memória científica brasileira implica a salvaguarda dos registros produzidos pela prática científica e tecnológica. Tais registros, ou traços, são constituídos de documentos de natureza diversa. São textuais, fotográficos, cartográficos ou virtuais. Mas também podem ser tridimensionais, como instrumentos científicos, modelos e protótipos. E, ainda, amostras de seres vivos e espécimes animais, dentre outros.

As práticas científicas realizadas em laboratórios se traduzem nas atividades, rotineiras ou não, desenvolvidas durante todo o processo de pesquisa, seja científica ou tecnológica. Essas atividades geram documentos que são seus testemunhos: eles comprovam a realização das atividades e registram cada etapa do processo. Portanto, há uma grande variedade de documentos que registram o avanço científico e que representam um testemunho valioso para o estudo da história da ciência.

A preservação da documentação oriunda da C&T é fundamental para a história da ciência. Para um historiador da ciência não basta que sejam preservados apenas o produto final da pesquisa científica e tecnológica, como os relatórios finais, artigos, livros etc.

Para a história da ciência, não só o produto final é importante, mas também todo o caminho percorrido, os apoios e patrocínios, a estrutura institucional que propiciou a pesquisa, a equipe participante, o intercâmbio com outros cientistas e as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento das pesquisas. A história da ciência se ocupa, dentre outras abordagens, com a história institucional, procurando entender o funcionamento e as atividades das instituições e a forma como ela está estruturada para atingir os seus objetivos. É significativo, ainda, o papel dos funcionários e profissionais determinando o rumo das instituições.

O historiador das ciências quer saber, por exemplo, de que modo os números, as tabelas, as máquinas e os gráficos são produzidos. Quer saber, ainda, onde, como, por quem e porque eles são imaginados e fabricados. Resumindo, dedica-se, também, ao estudo das práticas e procedimentos científicos. Para ele, não há um "relato único, um relato evidente, auto-suficiente e inquestionável da História das ciências (...), o historiador tem que definir suas questões e seus instrumentos, histórias múltiplas, diferentes, paralelas" (PESTRE, 1996, p. 47).

Os documentos produzidos pelos laboratórios podem ser utilizados como fonte para a história da ciência, seja qual for a abordagem: estudos de laboratório, estudos sobre controvérsias científicas ou sobre instrumentos científicos; ou o estudo do contexto da justificação da ciência, do contexto da descoberta da ciência; do contexto da difusão da ciência; estudo histórico da institucionalização da ciência; estudo histórico do ensino científico e estudo histórico das relações entre a ciência e outros campos, como movimentos sociais, religiosos, artísticos, políticos etc.

Diferentes documentos são necessários para a realização destes estudos, incluindo os registros das etapas intermediárias da pesquisa, os resultados finais e os documentos que, em geral, são

descartados pelos cientistas por serem considerados sem valor, como anotações, rascunhos e correspondência, apenas para citar alguns exemplos.

Mas os registros das etapas intermediárias têm um destino duvidoso. Sua preservação é incerta. A literatura nos mostra que o cientista, de um modo geral, considera importante para ser preservado apenas o produto final da pesquisa. Não há a visão da importância dos documentos das etapas intermediárias para a história da ciência, a história da disciplina ou a área de conhecimento. Qual o destino desses documentos? A questão se coloca porque tais documentos não costumam chegar aos arquivos institucionais. Seu destino pode ser variado: são descartados, são doados para quem se interessar por eles, vão para os arquivos privados dos cientistas (onde são guardados por prazo indeterminado, ou são eliminados pela família ou pelo próprio cientista) ou, ainda, são largados nos laboratórios e salas de trabalho, e a instituição pode deixar lá ou eliminar sem critérios.

Para tentar solucionar a questão, algumas iniciativas internacionais foram realizadas no sentido de orientar os arquivistas quanto à produção e à avaliação da produção documental dos laboratórios. O desconhecimento geral sobre quais documentos ou registros produzidos pela C&T devem ser preservados deu origem a guias e manuais com orientações e exemplos a esse respeito pelas instituições que preservam acervos. As diretrizes são divulgadas em páginas institucionais na *internet*, em prospectos e publicações, em geral em linguagem para leigo, de forma a se obter um grande alcance. Esse material, normalmente escrito em linguagem de fácil compreensão, é voltado para o público não especializado, para técnicos e profissionais da instituição, para familiares de cientistas e para os próprios. É uma tentativa de salvar determinados documentos da destruição, seja por ignorância ou por falta de conhecimento da importância de muitos documentos para outras

perspectivas que não para a pesquisa em ciência e tecnologia. É uma iniciativa para a conscientização da importância de se preservar. E este é um dilema para a preservação na área científica: a atividade-meio não é valorizada e nem sempre preservada, e também não há interesse no modo como as instituições funcionam.

A preservação, portanto, passa a ser um desafio que envolve trabalho de conscientização, de entendimento da atividade científica e tecnológica e, sobretudo, de um diálogo mais harmonioso entre o cientista-produtor, o arquivista-preservador e o historiador-pesquisador, para um total entendimento do oficio de cada um. Este seria o ponto de partida para um programa de preservação abrangente, eficiente e sólido.

O arquivista e o desafio da produção documental dos laboratórios

A produção documental oriunda dos laboratórios científicos é um desafio para arquivistas. De todas as áreas do conhecimento consideradas científicas, aquelas praticadas em laboratórios apresentam alguns desafios a mais para os arquivistas. Os laboratórios em si já representam um primeiro problema. Cada ciência possui o seu "laboratório", isto é, o seu local de estudo, ou ainda, o seu objeto de estudo, que pode ser dos mais variados temas e características: pode ser um local, um objeto, uma pessoa ou um grupo. Mas, em alguns casos, o laboratório é o local onde a ciência é desenvolvida, é elaborada, segundo Odile Welfelé (2004), é o local de produção de fatos, segundo Bruno Latour (1997), e é o local de estudo experimental que associa conhecimento científico e objetivos práticos, segundo Paulo Elian dos Santos (2002). É onde o cientista passa parte de seu tempo profissional, testando, observando, analisando, levantando hipóteses, isto com certa dose de paciência, perseverança, dedicação e persistência. É o local onde ele tem a infra-estrutura necessária para realizar seu trabalho: equipamentos, instrumentos, computadores, programas

computador especializados, objetos e ferramentas, produtos químicos, condições atmosféricas controladas, enfim, é o local com ambiente propício preparado especificamente para a realização da pesquisa.

Quando tais condições não existem, no todo ou em parte, o trabalho fica comprometido ou inviabilizado. No laboratório, como local onde se produz conhecimento, o cientista reina absoluto, dita as regras e os padrões e, entre outras tantas atividades, determina a metodologia, cria procedimentos, simula intervenções na natureza. O cientista é a peça principal do processo científico.

Já os arquivistas, vindos de uma tradição de preservação de documentos produzidos pela administração comprobatórios, legais ou fiscais, num primeiro momento, ou voltados para a história num segundo momento, não têm familiaridade com o universo especializado dos laboratórios. O arquivista está mais familiarizado com as necessidades imediatas de administradores e pesquisadores. Quanto às atividades e aos processos nas áreas científicas, o profissional da área de arquivo vê-se na contingência de preencher certas lacunas de conhecimento. A formação do arquivista é técnica e ampla para que ele possa atuar com a documentação oriunda de qualquer área do conhecimento, sem que para isto ele precise fazer cursos complementares. A interdisciplinaridade faz parte da formação do arquivista. Em qualquer área de atuação, o arquivista deverá contar com a colaboração de profissionais das áreas de atuação específica que, no caso dos laboratórios, é o cientista ou o pesquisador. A relação entre arquivistas e cientistas tem sido pouca explorada na literatura arquivística e também na prática. Um bom relacionamento entre arquivistas e cientistas é fundamental, porque normalmente, eles não se vêem como habitantes do mesmo mundo. Os cientistas, com muito raras exceções, não estão familiarizados com o trabalho dos arquivistas e suas necessidades. Salvo pesquisadores nas áreas de ciências humanas e sociais, que podem utilizar arquivos em seus trabalhos, os cientistas podem não ver ligação entre os arquivistas e seu próprio trabalho. Cientistas sem a compreensão da importância dos arquivos podem dizer que não vêem razão na preservação de um registro arquivístico de seu trabalho, quando o que importa está bem representado em suas publicações. A compreensão do trabalho do cientista e, ainda, do trabalho do arquivista por parte do cientista são desafios a serem transpostos.

Além disso, a prática científica produz, além dos tradicionais documentos em papel, muitos documentos não tradicionais aos arquivos: planilhas eletrônicas, programas de computador, protótipos, coleções diversas (plantas, minerais e animais), gráficos, máquinas, ferramentas, instrumentos, dispositivos e muitos outros. Assim, será preciso uma boa interação com cientistas para a identificação e classificação dos registros que podem ser considerados documento de arquivo e, sobretudo, para a definição de quais documentos testemunham as atividades mais importantes.

Compreender o contexto de produção desses materiais é fundamental para o trabalho do arquivista, especialmente os que organizam arquivos produzidos pela prática científica e tecnológica. Para o arquivista é mais importante conhecer o processo científico, a maneira como o cientista trabalha e a consequente documentação produzida, e não necessariamente seu conteúdo.

Para compreender as atividades dos laboratórios e a produção documental, bem como a forma de preservação desses registros, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de ir até o local de trabalho e conversar com os cientistas para saber a opinião deles a respeito da documentação produzida no âmbito dos laboratórios.

Arquivistas e cientistas: um diálogo possível

A pesquisa realizada pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins no período de 2004 a 2006 teve o objetivo de entrevistar cientistas para obter informações sobre as atividades rotineiras dos laboratórios e sua opinião acerca da documentação produzida sob sua responsabilidade. O maior desafio era justamente a compreensão do universo dos laboratórios e a relação dos cientistas com os documentos dos laboratórios. As rotinas e práticas administrativas da instituição como um todo, bem como a divulgação do conhecimento produzido, são comuns aos institutos. e o seu gerenciamento documental faz parte das atividades tradicionais e rotineiras dos arquivistas, não representando um desafio metodológico. Para que um programa de gestão de documentos ou de preservação possa ser efetivo, há que se debruçar sobre a tarefa de esmiucar um laboratório no que se refere às atividades, sua produção documental, e a visão dos cientistas para com os documentos.

Na pesquisa realizada junto aos cientistas, os dados foram obtidos por meio de uma entrevista, seguindo o roteiro de um questionário. Era preciso um maior entendimento da opinião do cientista para buscar elementos que fossem utilizados para respaldar as diretrizes e as políticas de ação. A pesquisa foi importante para a produção de um conhecimento que respaldou decisões e não apenas traçou normas distantes da compreensão e do entendimento do trabalho realizado, tanto por parte dos cientistas quanto dos arquivistas. A partir dos dados da pesquisa, foi possível elaborar um guia para preservação dos documentos produzidos pelos laboratórios, que será visto adiante.

A pesquisa se baseou em alguns pressupostos tomados da literatura básica da área e de minha experiência na organização de arquivos pessoais de cientistas:

- Não existe consenso nem clareza sobre os limites entre documento pessoal e institucional por parte dos cientistas;
- O cientista considera importante para preservação apenas os documentos finais da pesquisa, como artigos, relatórios etc., em detrimento dos documentos das etapas intermediárias;
- Os próprios cientistas decidem sobre o destino dos documentos;
- Os documentos produzidos pelos laboratórios são importantes para a história e, em especial, a história da ciência.

A pesquisa partiu desses pressupostos desde sua gênese, na elaboração das perguntas dos questionários, visando conhecer a opinião do cientista. A opção pela entrevista teve o objetivo de conversar com o cientista, de forma a envolvê-lo no contexto da pesquisa a fim de se compreender melhor a rotina do laboratório e o contexto de criação dos documentos.

A metodologia da entrevista era a de conversar com o entrevistado solicitando que ele explicasse o laboratório, seu funcionamento e seus objetivos, o que foi fundamental para a compreensão dos propósitos e da rotina do laboratório. A entrevista, na maioria dos casos, fluiu de forma surpreendente. Alguns cientistas demonstraram total envolvimento a ponto de se empolgar e dar depoimentos mais reservados e outros, mais prolixos, extrapolaram o âmbito do tema da pesquisa, o que resultou em respostas muitas vezes repetitivas e não objetivas. Em outros casos, o entrevistado demonstrou-se mais tímido e de poucas palavras, o que dificultou a coleta dos dados, tendo como resultado respostas mais rápidas.

A pesquisa revelou que as respostas dos cientistas foram baseadas no seu entendimento pessoal ou em critérios estabelecidos por eles próprios. Não foram discutidos conceitos nem definições. A conversa fluiu normalmente.

Boa parte dos cientistas afirmou ter gostado da conversa e do tema preservação, demonstrando abertamente que nunca havia pensado sobre a questão. Os documentos são produzidos, utilizados e depois deixados, sem qualquer reflexão sobre um possível uso futuro para a história da ciência, que não a própria pesquisa científica. A importância dos documentos, após terminada a pesquisa e os resultados alcançados, foi um tema inovador para os entrevistados, a ponto de alguns deles comentar que a entrevista estava despertando um conhecimento novo para eles. Outros disseram que estavam passando a ver o seu trabalho de uma outra maneira. A interação de nós arquivistas, com os cientistas, foi esclarecedora para ambas as partes. Percebemos o interesse dos cientistas no nosso trabalho, bem como o respeito com que perguntaram sobre nosso ofício.

O diálogo entre arquivistas e cientistas mostrou-se frutífero e deve ser incentivado de modo a haver uma compreensão mútua do *modus operandis* de cada um, visando um amplo estudo sobre a preservação dos arquivos oriundos das pesquisas científicas.

Para os entrevistados, a documentação representa a memória e ela não está sendo preservada de maneira adequada. Isto quer dizer que a documentação pode até estar guardada, mas nada indica que sua preservação esteja garantida. Alguns mencionaram que não existe uma cultura de preservação dos documentos dos laboratórios e a preservação da documentação fica a critério do cientista, de sua decisão pessoal. Não há políticas e normativas efetivas para a preservação da documentação produzida pelos laboratórios no sentido de seu reconhecimento como fonte para a história.

Os entrevistados citaram que já houve perda de documentos que hoje fazem falta à pesquisa. Foram perdidos métodos e até projetos. Foi citado, também, que isto ocorreu porque não se tinha o hábito de preservar os documentos e porque não há grupos preocupados

com sua preservação. Percebemos que há o reconhecimento de que a preservação da documentação deve ser uma tarefa direcionada a um grupo que se encarregue de pensá-la e de propor diretrizes e soluções. Somente pelo fato de a pergunta ter sido feita, alguns entrevistados se deram conta que não estão dando a devida atenção à documentação e que, por isso, podem ocorrer perdas no futuro.

Eles se mostraram receptivos e colaboraram com informações e explicações sobre o seu trabalho. Muitos disseram que estavam começando a pensar na sua rotina de uma forma completamente nova. Outros se surpreenderam com a maneira como nós estávamos vendo o documento produzido por eles, demonstrando, em alguns casos, certa empolgação com as novas possibilidades de encarar sua rotina e sua produção documental. Na conversa que permeou a entrevista, nos permitimos dar algumas dicas que foram muito bem recebidas, e até recebemos solicitações de ajuda e de futuras parcerias para orientação sobre preservação. Enfim, julgo que o simples fato de ter ido diretamente ao cientista e conversado sobre a produção dos documentos e das rotinas de trabalho, já foi uma iniciativa que despertou uma predisposição por parte deles. Acredito que esta iniciativa colocou uma semente que poderá ser um embrião de outras futuras para a preservação documental.

Guia para preservação de arquivos de laboratórios

A receptividade com relação à pesquisa foi muito boa e o retorno foi gratificante. Muitos entrevistados solicitaram receber o resultado da pesquisa, entendendo que poderia ser de auxílio para sua prática rotineira e para a preservação da memória de seu trabalho. Além disso, as entrevistas permitiram uma interação entre ambos os profissionais, promovendo uma compreensão mútua das atividades e interesses de ambos, modificando a noção, por parte dos pesquisadores, do arquivista como um "intruso" no laboratório.

O resultado previsto para esta pesquisa foi a elaboração de um relatório técnico com a análise dos dados, visando obter elementos para um programa de preservação. O relatório técnico foi elaborado dividido em duas partes: a primeira apresentando um diagnóstico da situação de preservação relatada nas entrevistas, abrangendo as respostas de todos os questionários, independente da instituição; a segunda parte apresentando diretrizes para a preservação dos documentos, seguindo a mesma sequência de itens do questionário.

A publicação do relatório foi descartada, pois o diagnóstico deveria permanecer apenas no âmbito de cada instituição. Mas as diretrizes, ainda que decorrentes de um universo limitado, poderiam ser úteis a outras instituições. Assim, optamos por publicar apenas a segunda parte do relatório, acrescentando uma introdução explicativa, na forma de um guia. O que motivou e incentivou a elaboração do guia foi, como já dito, a grande receptividade dos pesquisadores às dicas e às perspectivas de guarda, organização e preservação dos documentos.

O objetivo deste guia é o de fornecer recomendações objetivas e orientações básicas para cientistas, técnicos e pesquisadores em geral quanto à preservação de documentos. O público alvo que este documento visa atingir são os próprios cientistas e pesquisadores e as equipes que realizam trabalhos em laboratórios, no sentido de conscientizá-los sobre algumas medidas básicas que podem ser tomadas para o controle e a preservação dos documentos. Porém, este também poderá ser de utilidade para arquivistas, historiadores e outros profissionais que atuam com acervos de ciência e tecnologia.

Este documento foi redigido visando um cenário onde não há arquivistas ou profissionais qualificados ou treinados para o trabalho arquivístico, e tampouco há arquivos institucionais (que recolhem os documentos de todos os setores institucionais). A estrutura dos tópicos está baseada na coleta de dados, porém as

recomendações apresentadas são mais abrangentes que os dados coletados na pesquisa. O Guia está dividido em duas partes: a primeira apresenta diretrizes voltadas para os cientistas e as equipes de laboratórios; a segunda apresenta diretrizes para os dirigentes das instituições no sentido de também conscientizá-los, pois são voltadas a uma visão mais global das áreas e atividades da instituição, e não apenas às pesquisas realizadas nos laboratórios.

Assim, o MAST tornou disponível este guia⁷⁷ com o objetivo de fornecer subsídios para que as instituições científicas possam planejar ações no sentido de preservar o patrimônio documental institucional, permitindo que a memória das áreas científicas e tecnológicas das instituições pesquisadas seja valorizada e esteja disponível. As recomendações preliminares ora apresentadas pretendem servir de base ao estudo para a complementação e a implementação de diretrizes e políticas de ação. Este documento não se pretende exaustivo nem abarca todas as questões envolvidas na preservação de acervos de ciência e tecnologia, mas antes, serve como um início de trabalho.

Considerações finais

Não creio que os cientistas venham a preocupar-se com a preservação dos documentos produzidos pelos laboratórios, após os resultados tenham sido alcançados, a menos que sejam conscientizados ou, como eles mesmos dizem: provocados a esta reflexão. É muito mais importante que eles estejam conscientes e que aceitem trabalhar em parceria com arquivistas; não convém simplesmente traçar normativas e esperar que os cientistas as cumpram. O estudo demonstrou que as diretrizes institucionais

77 O Guia foi publicado na forma de livro impresso e também está disponível na página do MAST: http://www.mast.br/pdf/guia_basico_para_preservacao_de_acervos.pdf.

ainda não representam argumento determinante para a avaliação dos cientistas.

Um programa de preservação só poderá alcançar sucesso se vier, em primeiro lugar, amparado por uma reflexão que subsidie as diretrizes e, em segundo lugar, se for acompanhado de um trabalho de conscientização. De um lado, uma política não pode ser elaborada sem uma reflexão sobre os tópicos abordados, sob risco de não espelhar a realidade e ser passível de descumprimento; por outro lado, os cientistas precisam compreender o valor da documentação que produzem para o historiador e, em especial, para o historiador das ciências, e para a memória científica de forma mais ampla. Caso contrário, eles serão os maiores responsáveis pelo descaso e, até mesmo, pelo esquecimento da contribuição brasileira para a ciência e tecnologia. Deveria partir deles a divulgação da ciência e dos importantes trabalhos realizados no Brasil. Boa parte da população não conhece e tão pouco imagina em que consiste o trabalho de cientistas e, por consequência, não valoriza e não atribui qualquer importância à preservação dos documentos.

O trabalho de conscientização também deve abranger uma atuação intensa junto aos institutos de pesquisa no que se refere à importância de um arquivo institucional. Os institutos devem entender melhor o papel do arquivo, sua função e as vantagens de um sistema de gerenciamento dos documentos produzidos e acumulados. Devem ter completa noção das vantagens que um bom sistema de arquivos trará para todas as atividades institucionais. É preciso que a instituição reconheça e preserve os documentos da pesquisa como documentos de arquivo. Esse reconhecimento propiciará que a documentação intermediária seja preservada, muito menos por uma questão de consciência pessoal do cientista, e muito mais pelo valor que a instituição atribui aos documentos. É preciso fazer com que as instituições percebam que

os documentos intermediários fazem parte de um todo que deveria ser indissociável.

Partindo do pressuposto de que, se houvesse um reconhecimento da instituição sobre a importância da preservação dos documentos, para a trajetória institucional e para a história da ciência, muito provavelmente esta questão já teria sido mais discutida e algumas diretrizes já poderiam ter sido traçadas. O que percebemos com a pesquisa é um início de reflexão sobre o assunto, ainda sem lideranças e sem exemplos concretos a serem seguidos. Contudo, podemos perceber que o caminho está aberto, o terreno é fértil para discussões e debates intensos. Os cientistas entrevistados mostraram-se muito receptivos à reflexão sobre o tema preservação de documentos. Mas se mostraram, também, órfãos de informações e de orientação de especialistas no assunto, no âmbito dos laboratórios. Alguns mencionaram a necessidade de ter um arquivista que os orientasse sobre a preservação, outros até citaram o trabalho que o MAST realiza com outras instituições científicas para a preservação de seus acervos históricos, tanto arquivístico quanto museológico.

Depois dos resultados obtidos, algumas perguntas ainda precisam ser respondidas: apesar da importância atribuída à preservação de documentos demonstrada pelos cientistas, por que a preservação da documentação dos laboratórios ainda é relegada a segundo plano? Por que a documentação ainda sofre perdas e falta de políticas? Por que ainda não foi elaborada uma política institucional ou nacional para a documentação produzida pela prática científica? Os resultados obtidos são importantes não apenas para o nosso estudo, mas demonstraram ter sido igualmente importantes para os cientistas. Somente a parceria entre cientistas, arquivistas, administradores e historiadores poderá resultar em um programa de preservação que atenda às necessidades desses profissionais, garanta a continuidade dos dados para a pesquisa científica e

confira o status de patrimônio institucional aos documentos gerados pela pesquisa científica e tecnológica.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Política nacional de memória da ciência e da tecnologia*: relatório da comissão especial constituída pela Portaria 116/2003 do presidente do CNPq, em 4 de julho de 2003. Brasília, DF, 2003

BRITO, Verônica Martins de. A preservação da memória científica da Fiocruz : a visão de quem faz ciência. In : ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS. Rio de Janeiro : Edições Fundação Casa de Rui Barbosa, 2006. p. 55-58.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Conceituação e características dos arquivos científicos. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 2. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006. p. 11-16.

CENTRE NATIONAL DE RECHERCHE SCIENTIFIQUE. *Le programme ARISC:* la mémoire des laboratoires. Disponível em: http://www.cnrs.fr/Archives. Acesso em: 21 dez. 2002.

CHARMASSON, T. (Dir.). Les archives scientifiques. *Gazette des Archives*, n. 145, 2. trim. 1989. Numéro spécial.

HAAS, Joan K.; SAMUELS, Helen Willa; SIMMONS, Barbara Tripel. *Appraising the records of modern science and technology:* a guide. Massachusetts: Institute of Technology, 1985.

JOINT COMMITTEE ON ARCHIVES OF SCIENCE AND TECHNOLOGY (JCAST). *Understanding progress as process:* documentation of the history post-war science and technology in the United States: final report. Chicago: Society of American Archivists, 1983.

KAPLAN, Elisabeth. Science and technology institutes in the 21st century: lessons learned at the Charles Babbage institute. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 2. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006. p. 45-54.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório:* a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

MARTINS, Neire do Rossio; FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. Memória científica e tecnológica da UNICAMP: projeto para gestão integrada de documentos científicos. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 2. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006. p. 25-36.

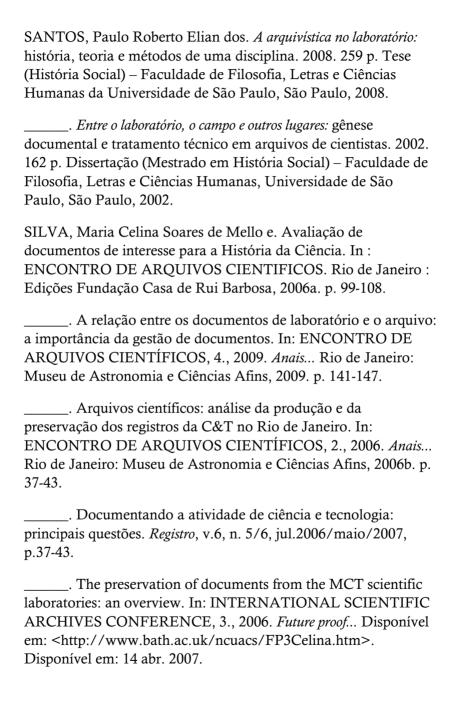
OLIVEIRA, Maria Izabel de. A importância da gestão de documentos para a preservação da memória da ciência e tecnologia. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 2. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006. p. 47-54.

PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG/UNICAMP*, v. 6, n. 1, p. 3-56, 1996.

SAMUELS, Helen Willa. Appraising the records of modern science and technology. *Janus*, v. 2, p. 8-19, 1995.

Avaliando os documentos da ciência moderna e da
tecnologia. In: Andrade, Ana Maria Ribeiro de (Org.). Caminho
para as estrelas: reflexões em um museu. Rio de Janeiro, 2007. p.
74-87.

_____. Documentando a química moderna: a tarefa histórica do arquivista. Trad. de Liliane Shrank Lehmann de Barros. *Boletim do Arquivo*, São Paulo, v. 2, n. 1-2, p. 7-17, jan./dez. 1993.



_____. *Visitando laboratórios:* o cientista e a preservação de documentos. 2007, 211f. Tese (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Silva, Maria Celina Soares de Mello e; Rego, Vera Lúcia da Ascenção. Preservação de correspondência: o e-mail em laboratórios científicos e tecnológicos. *Arquivo & Administração*, v. 6, n.1, p.43-56, jan./jun. 2007.

WARNOW-BLEWETT, Joan. The AIP Center for history of physics and its documentation research projects. *Janus*, v. 2, p. 48-51, 1995.

WELFELÉ-CAPY, Odile. A proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica e tecnológica. Tradução de Maria Celina Soares de Mello e Silva. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, v. 2, n. 1, p. 65-72, jan./jun. 2004.

_____. Why policy for preserving the archives of research laboratories? In: INTERNATIONAL ARCHIVES CONFERENCE, 3., 2006, Strasbourg. *Future proof...* Disponível em: www.bath.ac.uk/ncuacs/FP3Welfele.htm>. Acesso em: 9 jan. 2007.

Vulnerabilidade de acervos científicos

Yacy-Ara Froner

Over the past decade, aspects of heritage have become important issues in the discourse on place, cultural identity, and ownership of the past. Yet for all its engagement with the function, presentation, and interpretation of heritage as material culture, conservation lags behind in the larger debate, both in terms of a critical reassessment of its own principles and in dialogue with related fields, such as design and aesthetics, as well as history, anthropology, and the other social sciences. This lag is due in part to conservation's recent and somewhat insular professional development and its avoidance of a critical examination of the inherited historical and cultural narratives constructed through past motives of preservation.

Frank Matero. Ethics and Policy in Conservation. Newsletter GCI, v. 15, n. 1, Spring 2000.

Introdução

A prática da preservação de acervos científicos possui especificidades que devem ser consideradas: a dissociação da informação como um dos itens de vulnerabilidade de acervos científicos; a demanda da interlocução entre as áreas responsáveis pela pesquisa, documentação, organização e conservação de coleções; e a dimensão da coordenação de projetos de gestão de acervos científicos. Assim, discutindo gestão, interlocução e vulnerabilidade de acervos científicos, esta apresentação significa uma reflexão sobre as camadas interligadas que comportam a vivência, a formação e os estudos relacionados à Conservação Preventiva.

O conhecimento das bases históricas e conceituais sob as quais os homens se posicionaram e se posicionam em relação aos bens culturais é extremamente importante: coletar, colecionar, expor, estudar, possuir e ver são atitudes que implicam na manutenção ou não das condições materiais do objeto, ao mesmo tempo em que reproduzem as noções de valor e de significado desses bens. De acordo com Jacques Le Goff (1982, p. 95), a memória coletiva e sua forma científica, a história, aplicam-se dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. Desses elementos de memória e história, a preservação é um campo transdisciplinar que busca, por meio da malha das interlocuções, reencontrar um tempo perdido.

A Ciência da Conservação: a construção de um campo transdisciplinar

O final do séc. XIX apresenta uma tensão entre o Museu e a Universidade, sendo o primeiro subordinado às demandas da Ciência Moderna e, portanto, um apêndice da academia. Mesmo os espaços destinados à arte, sem um juízo de valor estabelecido pela mediação da Estética e da História da Arte, teriam sua visibilidade e mérito questionados. Ancorada nas discussões conceituais da Filosofia e da História, a Escola de Viena produzirá um pensamento clave, vinculando a cátedra das universidades à experiência dos Museus, cujo maior representante foi Alois Riegl (1858-1905).

Os conceitos expostos por Riegl no texto *The Modern Cult of Monuments: its Essence and its development*, escrito em 1903, apesar de circunscritos na esfera da História e da Filosofia da Arte, foram utilizados como base para o reconhecimento do espaço museal e da prática de preservação, uma vez que é nesse primeiro texto que o respeito ao original e os critérios de seleção a partir da noção de valor são anunciados. A força de Riegl foi ter reunido em si as duas tradições – a do museu e a da academia, – e a de partir de uma

análise rigorosa dos objetos cuja guarda lhe estava confiada para estruturar o embasamento de seus estudos.

Os objetos adquirem valor pelas mãos do conhecimento!Berenson (1972, p. 230) afirma que nenhuma história pode ser escrita sem valores axiomáticos, conscientemente manifestos ou inconscientemente supostos; os valores não podem existir sem um avaliador e não conhecemos nenhum avaliador, exceto o homem. O objeto existe enquanto um elemento a ser preservado quando lhe é imputado um valor histórico, artístico e cultural.

Nesse contexto os bens culturais transformam seus sentidos na rede das trocas simbólicas: além do valor do culto, da singularidade artística ou exótica e do seu próprio valor "patrimonial", agrega-se a ele – ao bem cultural – o sentido histórico (*Documento/Monumento*), partícipe do pensamento fenomenológico de Hegel.

A partir do século XIX, quando as grandes coleções públicas são formadas, os profissionais dessa área são confrontados com uma nova responsabilidade perante os museus. Nesse momento, a linha limítrofe que separava a criatividade do artista e a atitude do restaurador começa ser mais bem demarcada: o respeito estético e com relação à originalidade da obra passa a ser uma bandeira dos profissionais mais sérios. It was then that progress began in the restorer's practice as a craftsman. This remained, nonetheless, quite empirical, for no-one but the restorer knew the nature of the precious material which had to be conserved without losing the attraction of its appearance (COREMANS, 1969, p.10). A proliferação de museus públicos, baseados no modelo Francês, e sua administração por especialistas determinaram uma nova postura dos restauradores, curadores, pesquisadores, documentalistas, museólogos em relação a essas coleções.

Quando as Ciências Naturais, particularmente a Física e a Química, passam a fazer parte do *corpus* do conhecimento necessário à

manipulação da matéria, critérios científicos provenientes dessas disciplinas tornam-se fundamentais para a compreensão da natureza e da estrutura dos artefatos antigos e das obras de arte, transformando significativamente o comportamento dos restauradores. Um dos primeiros laboratórios de restauração, aberto em *StaatlicheMuseum* de Berlim, apresenta seus primeiros registros em 1888 e dedica suas atividades, prioritariamente, ao acervo arqueológico montado então. Se o final do século XIX imprime um modelo museológico gestado pelo surgimento da Ciência Moderna, o início do século XX fortalece esse modelo por meio de um princípio ideológico.

O enfrentamento da Primeira Grande Guerra na Europa impôs uma nova realidade ao meio da conservação: a quantidade de destroços produzida e das restaurações indiscriminadas forçou os governos, autoridades locais e pesquisadores a repensarem sua margem de ação. Provavelmente as bases da conservação moderna foram lançadas quando, em 1930, o Escritório Internacional de Museus da Liga das Nações chamou o primeiro encontro internacional para tratar dos princípios científicos da restauração:

In October 1930 nearly two hundred museum directors, art historians, and scientists gathered in Rome for a unique international conference. Held under the auspices of the International Museums Office of the League of Nations, the conference had as its stated purpose "the study of scientific methods for the examination and preservation of works of art." At the end of five days, conference participants confirmed "the utility of laboratory research as an aid to the study of the history of art and museography..." Science in the service of art was recognized and modern conservation was born (LEVIN, 1991, p. 1).

Logo após o encontro, ocorreu o *Primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos.* Nesse congresso foi formalizado o primeiro documento de caráter internacional que concebia o patrimônio cultural como algo de existência histórica e social ampla. O conceito de bem cultural se expande para além das fronteiras nacionais que viam na sua preservação a manutenção de

uma identidade própria ao adquirir uma dimensão de valor universal.

Pela primeira vez utiliza-se a expressão "método científico" com respeito ao oficio da restauração. Arquitetos restauradores, baseados nos escritos de Boito, estruturaram o pensamento das décadas de trinta e quarenta, como Gustavo Giovannoni (1873-1947) com seus escritos: Enciclopédia italiana discienza (1931), Il restauro dei monumenti (1945). De acordo com Carbonara (1996, p. 242), o trabalho de Gustavo Giovannoni inspirou diretamente a Carta de Atenas (1931), documento resultante desse encontro que formalizou algumas diretrizes reproduzidas ainda nos documentos atuais. Como presidente da Associazione Artisticatra i Cultori dell' Architettura (AACA), fundada em Roma em 1890, ele postulou e expandiu o conceito de preservação dos bens culturais iniciativas de arquitetônicos, promovendo conservação. manutenção e restauração de monumentos e sítios a partir dos avanços da Engenharia e da Arquitetura modernas. As ações da AACA na Europa e a Carta de Atenas assinalaram o conceito moderno de patrimônio cultural e a construção da noção de patrimônio mundial. A formalização do documento apresenta sete princípios concernentes à restauração/conservação de sítios e monumentos, e por isso também foi chamada de Carta de Restauro.

Nesse mesmo contexto, o Escritório Internacional de Museus (OIM) – uma instituição internacional fundada em 1926 que almejava interligar os museus do mundo a partir da organização de intercâmbios e congressos – contribuiu para a fundação em 1939 do Instituto Central de Restauro (ICR), em Roma. Cesare Brandi (1906-1988), contemporâneo de Giovannoni, é seu fundador e diretor, ampliando as bases da AACA a partir do direcionamento dos esforços do ICR para o estudo de objetos e acervos museológicos. O impacto da ação desses organismos pode ser sentido no Brasil a partir fundação do IPHAN (1933) e da

estruturação do primeiro Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, fundado em 1932 e responsável pela formação de profissionais de museu no Brasil.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o desmantelamento da Liga das Nações (1926-1939) interrompem essas ações internacionais, retomadas apenas a partir da segunda metade do século XX.

Com a criação da ONU e a fundação da UNESCO, discussões acerca da cooperação internacional para a preservação cultural são retomadas. Em 1956, o belga Paul Philippot e o italiano Cesare Brandi fundaram as bases teóricas do ICCROM e restomaram os programas de treinamento e intercâmbiointernacionais. É possível pontuar esse período como o nascimento da Ciência da Conservação e seus campos de estudo específicos: a História da Arte Técnica, a Conservação Preventiva e a Física e a Química aplicada ao estudo dos materiais.

A expansão industrial e seu impacto urbanístico principalmente em centros históricos impõem novos problemas à área. A década de oitenta será marcada pelas teorias de Garry Thomson, estruturadas a partir de uma série de artigos que introduzem os princípios do controle climático em museus – a área da Conservação Preventiva – e que culminaram com a obra *The Museum Environment* (1982).

En fait, le concept n'est pas vraiment nouveau. Il était dans l'air depuis longtemps, très longtemps. Déja au 19ème siècle, Adolphe Napoleón Didron, ècrivat: Conserver le plus possible, réparer le moins possible, ne restaurer à aucun prix, laissant entendre qu'il fallait intervenir les moins possible sur l'objet pour assurer l'authenticité de son message (GUICHEN, 1995, p. 5).

Garry Thomson coloca pela primeira vez de maneira sistemática os problemas referentes à climatização em museus, demonstrando a importância do controle da luz, da temperatura e da umidade incidente sobre as coleções e elabora a máxima da Conservação Preventiva: um mau restaurador pode destruir uma obra, um mau conservador pode destruir uma coleção inteira!

As duas últimas décadas do século vinte são marcadas por várias discussões que fazem com que o restaurador/conservador seja obrigado a especializar-se cada vez mais e em 1994, com a criação de um diploma de estudos especializados em Conservação Preventiva na Universidade de Paris, a disciplina passou a ser mais bem embasada e difundida.

Dissociação da informação: lacunas da Conservação Preventiva

A Ciência da Conservação definida como um campo de conhecimento transdisciplinar é uma abordagem científica que visa a unidade do conhecimento em torno de questões polissêmicas direcionadas à preservação do patrimônio cultural. Considerando este estatuto transdisciplinar, procura estimular uma nova compreensão para com seu objeto de pesquisa – a preservação – articulando elementos que passam entre, além e através de disciplinas correlatas ou não, almejando a compreensão da complexidade associada a este obieto. Além disso, transdisciplinaridade é uma atitude empática de abertura ao outro e seu conhecimento (ROCHA FILHO, 2007).

A partir das alterações dos paradigmas propostos na década de oitenta, quando as relações ambientais foram apontadas como preponderantes no processo de preservação de acervos, a pirâmide que articulava a hierarquia entre a pesquisa, a extroversão e a manutenção das fontes passou a demandar uma relação horizontal das competências, considerando a primazia da salvaguarda como sustentação de todas essas ações.

Cassar é uma das maiores especialistas a difundir o campo da Conservação Preventiva como um campo de conhecimento da área de Ciência da Conservação. Para ela, a Conservação Preventiva abarca procedimentos relacionados à adequação das condições ambientais, físico-químicas e de gestão, sob as quais um bem cultural encontra-se submetido: parte de relações que envolvem o macro ambiente, o ambiente médio e o microambiente do entorno do bem cultural, como também das políticas correlacionadas ao seu uso e preservação; busca respeitar as especificidades tanto do edifício quanto da coleção sob sua guarda, minimizando ao máximo o impacto das degradações por meio da adoção de alternativas equilibradas que entendam as características do acervo e da arquitetura, principalmente no que tange ao patrimônio histórico edificado que cumpre o papel de museu. Diante desses princípios, cada vez mais os campos ocupados pelas áreas conhecidas como ciências duras, atuam como disciplinas aplicadas à conservação de bens culturais, abrindo um leque de possibilidades diante da interdisciplinaridade.

Como paradigma científico apoiado em uma visão dialética atual, a Ciência da Conservação deveria romper com a hierarquia estruturada desde o século XIX sobre a autoridade da pesquisa científica, porém, desde o Documento de Bologna (1999), muitos pesquisadores da área a consideraram sedimentada no corpus das Ciências Naturais, cujo objeto de pesquisa seria estruturado em torno de parâmetros específicos: a constituição de um corpus científico sobre a tecnologia de construção da imagem (objeto), por meio de procedimentos, métodos e equipamentos que validassem esse conteúdo – a História da Arte Técnica; experimentos sobre o desempenho de materiais utilizados nas práticas de intervenção – o corpo fundamental da Ciência da Conservação; e a constituição de um campo de estudos voltado para a gestão ambiental – a Conservação Preventiva.

Nenhum desses campos abarca as relações apontadas por Torraca (1999) sobre a indispensabilidade de a área compreender sua

própria amplitude. Cada vez mais a Ciência da Conservação deixa de ser uma ciência ancorada na área de Ciências Naturais ou Ciências Exatas. A complexidade de seu objeto sugere que o acesso apenas pode ser mediado pela interlocução consistente de todas as áreas de conhecimento.

As falhas de tais pressupostos podem ser percebidas quando projetos e investimentos de adequação de áreas de Reserva Técnica e Exposições em museus enfatizam questões relacionadas ao gerenciamento ambiental em detrimento (ou tota1 desconhecimento) do contexto documental do acervo. Inventário, então, não é percebido como procedimento da Conservação Preventiva e, desse modo, nem sempre é contemplado. Preocupado com a adequação do edifício, o monitoramento climatológico torna-se a principal base do diagnóstico de conservação: temperatura, luz, umidade, poluição são o elementos abalizados como fatores de degradação. Associados ou não a estes fatores, o ataque biológico também é visto a partir de seu potencial de risco.

Nem sempre a organização documental ou a organização física do acervo são consideradas e, equivocadamente, sistemas de controle ambiental são priorizados nesses diagnósticos. Quando a organização física é contemplada a partir da aquisição de mobiliário e suportes de acondicionamento, nem sempre é associada a ela propostas de sistematização documental.

Em projetos de criação ou adequação de espaços para gestão de acervos – pesquisa, guarda ou exposição – a constituição de uma base informacional segura é matéria preponderante. Principalmente no campo de acervos científicos, a dissociação da informação invalida o mérito e a capacidade de interlocução do objeto. Portanto, sempre a precedência deveria ser a identificação e o Inventário do acervo, cuja ferramenta – o banco de dados –

sistematiza e viabiliza o acesso às informações. Dentre os protocolos estabelecidos para conservação de acervos científicos, o Inventário é uma das ferramentas primárias, inicial e indispensável para o reconhecimento do acervo, sua quantificação e qualificação. O Inventário cumpre o papel de registro e, considerando ferramentas como Diagnóstico de Risco e Diagnóstico em Conservação Preventiva, ele significa um dos primeiros protocolos de controle de acesso, bem como é a primeira estratégia de reconhecimento para avaliação das coleções (PANISSET, 2011).

Acervos científicos, principalmente etnográficos e arqueológicos oriundos de pesquisas de campo, são os mais vulneráveis e os riscos podem ser mapeados ao longo do processo:

- Quando o acervo é resultado da prática de Arqueologia de Salvamento, nem sempre os protocolos de estudos científicos da área são seguidos e as informações relacionadas ao objeto já se perdem na escavação;
- Quando a coleta ou o resgate arqueológico ou etnográfico é produto de uma investigação acadêmica, nada garante a continuidade da pesquisa e, numerosos acervos são guardados sem registro ou informações;
- 3) Em ambos os casos, nada avaliza a documentação, a criação de um banco de dados ou Inventário do acervo no espaço museológico ou acadêmico, pois a prioridade da publicação dos resultados como relatório, artigo, monografia, dissertação ou tese se impõe sobre a gestão documental e de guarda;
- 4) Em instituições museológicas, a gestão do acervo nem sempre é percebida como prioritária e espaços de Reserva Técnica, restritos a sua invisibilidade, nem sempre são organizados.

Nesse contexto, quando um projeto específico para readequação de espaços destinados à guarda de coleções é aprovado, a fase da implementação é o momento de maior vulnerabilidade do acervo, pois implica em operações de retirada, translado e reorganização do acervo para outro espaço. Roubo, furtos e perdas são comuns nesse momento e, sem um controle documental, uma vez perdido, perdido está. Além disso, a vulnerabilidade se instala em um duplo operacional: a potencialidade da dissociação da informação pela carência de registro do objeto e da degradação física do objeto devido à sua movimentação.

Assim, a vulnerabilidade informacional implica dois problemas conceituais e técnicos: a perda das informações específicas da pesquisa científica e a falta de controle documental do acervo. O banco de dados é a ferramenta que responde por estas questões e, consequentemente, deve ser protocolo prioritário nas ações de Conservação Preventiva.

Protocolos de Conservação Preventiva para gestão de acervos científicos

Pensar o Inventário como protocolo introdutório ou basilar da prática da Conservação Preventiva não significa desqualificar ou minimizar o impacto de todos os outros fatores ambientais, pois um acervo inventariado submetido a ataque biológico é tão alarmante quanto um acervo não inventariado cujos registros foram perdidos. Nem tampouco ultrapassa os limites de competência da área, pois o princípio da preservação é gestado pela transdisciplinaridade.

A questão não é colocar qual problema é mais significativo ou prioritário, mas perceber que a especificidade de acervos científicos impõe um olhar diferenciado para a área de Conservação Preventiva, a qual deverá estabelecer um estreito diálogo com o pesquisador para compreender as reais exigências de preservação. Por sua vez, a capacidade ampliada da Conservação Preventiva

prevê um deslocamento entre, além e através de múltiplas disciplinas na busca de soluções dos problemas relacionados à gestão e à preservação das coleções, atuando para além de paradigmas fixos gestados em áreas fixadas.

Acervos de História Natural, por exemplo, apresentam "coleções tipo" que envolvem um cuidado particularizado. Essas coleções são compostas por indivíduos de uma determinada espécie que deram origem ao estudo taxionômico e/ou inauguraram uma nova classificação. Ainda que existam milhares de artrópodes, o primeiro **Seiraritae** descoberto torna-se prova da primazia de determinado cientista, universidade ou país em relação ao registro de um novo espécime. Essa distinção deve ser levada em conta na gestão do acervo: as coleções tipo devem ser reunidas em um mobiliário mais seguro, tanto em termos de acesso, quanto em relação à sua conservação. Por conseguinte, a gestão de acervos científicos impõe uma interlocução entre as áreas responsáveis pela pesquisa, organização e conservação de coleções.

Coleções arqueológicas e etnográficas demandam um registro acurado da coleta ou escavação, o qual deve ser sinalizado em todos os sistemas de documentação: da embalagem à ficha catalográfica. Os registros de campo – fílmico, fotográfico, cadernetas etc. – precisam ser tratados como acervo e, se possível, digitalizados para consulta e organização informacional, o que implica na construção de um banco de dados sobre aproximações e acesso para com o objeto de estudo. Por exemplo, os registros das expedições de Max Schmidt (1874-1950) ao povo Umutina nos anos vinte diferem completamente daqueles produzidos pelas expedições de Harald Schultz (1906-1966) nos anos quarenta e abarcam documentos extremamente distintos.

Além dessa documentação de coleta, toda a documentação resultante da pesquisa acerca da tecnologia de construção do objeto,

arqueometria e intervenções de conservação- restauro, bem como das pesquisas que fundamentaram o diagnóstico e a tomada de decisões, devem ser contempladas.

Assim, da análise especializada do pesquisador que dá voz ao objeto aos estudos que ampliam essa voz por meio da conservação dessa materialidade, o Inventário torna-se uma ferramenta importante de corporação dessas informações.

Além das informações específicas de coleta, análises e intervenções, as informações relacionadas à localização do objeto são extremamente importantes: o mapeamento em Reserva Técnica é indispensável, bem como o controle de acesso e translado. Essa prática não é usual e inúmeras instituições científicas se deparam com uma perda constante de seus artefatos. A vulnerabilidade dos acervos é maior internamente nas instituições pela falta de gerenciamento das informações de translado do que nos processos de empréstimo e exposições externas, pois nesses contextos de intercambio institucional as regras de movimentação são sempre mais claras

A política de translado de acervo internamente deve ser coerente e contínua, e a documentação de entrada do acervo na instituição imediatamente implementada em sua chegada. A localização das peças nos laboratórios de investigação ou de conservação também precisa ser sistematizada desde o ingresso do acervo. Após a análise e as intervenções de conservação e restauração, a embalagem e a organização em RT necessitam ser mapeadas e registradas em um campo específico da ficha de registro. Na implementação de projetos de Conservação Preventiva, o Diagnóstico de Conservação deverá fornecer os dados indispensáveis sobre a política de gestão informacional desses acervos, incluindo questões de documentação de translado e localização. Atualmente, sistemas informatizados

por código de barra facilitam o procedimento; o custo baixo desta ferramenta permite seu uso em diversas instituições.

O momento de implantação de projetos específicos de reformas das salas que abrigam ou expõem as coleções ou do edifício como um todo deve prever o controle da movimentação do acervo e, caso o acervo não esteja inventariado e organizado em um banco de dados, este é o momento ideal para a implementação deste protocolo. Uma vez que esses projetos normalmente contemplam três etapas – a adaptação do edifício, o planejamento do mobiliário e sistemas de acondicionamento adequados –, normalmente nesta última fase os registros fotográficos e informacionais podem ser realizados. A equipe de conservação, por conseguinte, precisa associar os protocolos de armazenagem e documentação. O cronograma da proposta definirá os campos que serão preenchidos nesse momento e, assim, a ferramenta do banco de dados não poderá ser fechada, mas aberta à adição de novos campos de informação.

A segurança da documentação científica do acervo permite que uma nova forma de organização das coleções em Reserva Técnica seja vislumbrada. Normalmente os acervos são organizados por procedência, coleta ou coletor; esta prática implica em justapor materiais de características diversas e que, geralmente, interagem de forma a comprometer a conservação uns dos outros. Cada elemento possui uma propriedade de se relacionar com níveis distintos de temperatura, luz e umidade, como também admitem estruturas físicas e químicas desiguais. Líticos e vidros em uma mesma gaveta, plumas e crânios em uma mesma caixa conduzem à crônica de uma degradação anunciada. As diferenças dimensionais e de peso também implicam no planejamento e desenho do mobiliário e, deste modo, a organização dos acervos em Reserva Técnica por suas características materiais significa a elaboração de um plano de guarda eficiente, pautado por parâmetros da Conservação Preventiva. Um projeto inteligente e estratégico é aquele que reúne os quesitos necessários à preservação do acervo: documentação, acondicionamento, adequação ambiental, plano de manutenção do edifício, plano de vistoria, controle de ataque biológico, protocolos de manipulação. É também aquele que contempla a viabilidade das ações com transformações das práticas engendradas em hábitos consuetudinários dos agentes institucionais.

Assim, a orientação para guarda do acervo a partir de suas características materiais nem sempre é bem vista pelos pesquisadores de acervos científicos, pois temem que a ação de não reunir todos os objetos coletados em campo em um mesmo armário, setorou sala específica implique na dissociação da informação ou na desorganização do acesso. Em nome desse controle, inúmeros pesquisadores conservam os acervos em suas casas ou fazem do laboratório de pesquisa um espaço de guarda, imprimindo um caráter feudal de posse e domínio. Na área da Museologia, essa conduta é análoga e inúmeras vezes podemos ver em uma mesma vitrina objetos que comprometem uns aos outros – como objetos metálicos e têxteis expostos juntos – a partir de um parâmetro que prioriza a informação em detrimento da conservação, sem compreender que a migração dos componentes de corrosão sobre o tecido ocasiona uma degradação imediata.

Os protocolos de organização de acervo em Reserva Técnica por materialidade só podem ser implementados a partir de um gerenciamento documental, portanto, a documentação museológica parte de uma conversa interdisciplinar entre pares: não é prerrogativa desta ou daquela área! Sua alimentação, nos atuais sistemas de informatização, deve ser partilhada entre todos os setores que acessam, manipulam e estudam o objeto. Porém, a responsabilidade pela movimentação do acervo deve ser gerenciada sempre por um setor específico, definido no plano gestor institucional.

Arquivologia, Documentação, Museologia, Ciência Informação, Computação, Ciência da Conservação, Antropologia, Etnologia, Arqueologia, História, Ciências Naturais... quem tem a prerrogativa para a condução dessa política de controle e registro informacional do acervo? Cada área chamará para si a responsabilidade, mas não a operacionalidade. Esta situação normalmente emperra a implementação de projetos e políticas ampliadas para a gestão das coleções e intensificando sua vulnerabilidade em todos os níveis, informacional e material. Logo, é indispensável compreender que a coordenação de projetos de gestão de acervos científicos nem sempre será privilégio de uma área: a competência será motivada pela experiência e pela capacidade estratégica de gerenciar pessoas que deverão partilhar seus conhecimentos específicos em nome de um objetivo maior, a salvaguardada coleção. As ferramentas específicas de cada campo gestadas pela interatividade – não pela hierarquização de princípios – possibilitam o sinergismo das ações.

Considerações finais

A Ciência da Conservação, em virtude de sua amplitude transdisciplinar, alarga o campo da Conservação Preventiva como uma área de ação pautada pela concepção estratégica que reúne competências distintas necessárias à prática de uma política de gestão para a preservação de acervos.

A percepção da vulnerabilidade informacional dos acervos científicos implica na criação de protocolos de gerenciamento documentais importantes que abarcam todas as áreas envolvidas e são indispensáveis para a elaboração de Diagnósticos de Conservação e Diagnósticos de Risco, bem como na condução de projetos voltados à Conservação Preventiva das coleções. A implantação desses projetos deve compreender esta vulnerabilidade em todas as suas fases.

O diálogo entre pares é fator primordial para a definição dos sistemas, das prioridades e dos princípios norteadores que podem minimizar os riscos da dissociação informacional, mantendo a voz e o potencial de pesquisa dos acervos científicos.

Referências

BERDUCOU, M. C. (Org). *La conservation en archéologie*. Paris: Masson, 1990.

BERENSON, Bernard. *Estética e história*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BOUCHENAKI, Mounir. International Conservation Organizations. *The GCI Newsletter*, v. 14, n. 1, Spring 1999. Disponível em: <www.getty.edu/conservation/publications_resources/newsletters/14_3/feature1_8.html>.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas:* sobre a teoria da ação. Rio de Janeiro: Papirus, 1996.

BOYLAN, Patrick J. Cincuenta años del ICOM. *Museum Internacional*, Paris, v. 48, n. 3, p. 47-50, 1996.

CARBONARA, Giovanni. The integration of image: problems in the restoration of monuments. In: PRICE, Nicholas; TALLEY, M. Kirby; VACCARO, Alessandra Melucco (Ed.) *Historical and Philosophical Issues in the Conservation Cultural Heritage*. Los Angeles: GCI, 1996. p. 236-243.

COREMANS, Paul. Organización de un servicio nacional de preservación de los Bienes Culturales. In: LA CONSERVACIÓN DE LOS BIENES CULTURALES, Paris:UNESCO, 1969, p. 77-89. (Série Museos y Monumentos XI).

FRONER, Yacy Ara, BELCHIOR, G. The Storage of Ethnographic and Archaeological Museum Collections. *Ethnographic Conservation Newsletter*, apr., p.3-4, 1999.

FRONER, Yacy Ara; BRAGA, G. Acondicionamento e armazenamento das coleções etnográficas e arqueológicas nas áreas de RT - MAE- USP. In: CONGRESSO ABRACOR, 9, 1998. *Conservarção e Comunidade: anais...* Salvador. Rio de Janeiro: ABRACOR, 1998. v. 1. p. 257-264.

FRONER, Yacy Ara. Conservação do acervo em imaginária da coleção Mário de Andrade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 36, p. 291-310, 1994.

FRONER, Yacy Ara. Conservação preventiva e patrimônio arqueológico: ética, conceitos e critérios. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 5, p. 291-301, 1995.

FRONER, Yacy Ara. O trabalho de conservação e restauro do acervo destinado à exposição de longa duração do MAE: a preservação das formas de humanidade. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 7, p. 143-152, 1997.

FRONER, Yacy Ara. Ciência da Conservação ou Conservação Científica: hipóteses para uma reflexão. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006. *Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento: anais...* Porto Alegre: CNA, 2006. 1 CD ROM.

FRONER, Yacy Ara. Memória e Preservação: a construção epistemológica da Ciência da Conservação. In: CICLO DE PALESTRAS MEMÓRIA E INFORMAÇÃO (Org.FCRB). Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2007. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=23&ID_M=65>.

FRONER, Yacy Ara. Conservação Preventiva e Coleções Museológicas. In: JORNADA DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO ESPÍRITO SANTO, 1., 2006, Vitória . *Anais*. Vitória: PPGA-UFES, 2006. 1 CD-ROM. Disponível em: www.fcaa.com.br

GUICHEN, Gael de. *Museus:* adequados a abrigar coleções? São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia, 1980.

HIRATA, Elaine; FRONER, Yacy Ara. Gerenciamento e controle de coleções em reserva técnica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 7, p. 193-198, 1997.

KUHN, Thomaz. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI: Memória/ História. Portugal: Imp. Nacional Casa da Moeda, 1982. v.1, p. 95-106.

LEVIN, Jeffrey. The future of conservation. *The GCI Newsletter*, v. 6, n. 1, fall 1999. Disponível em: <(www.getty.edu/conservation/publications_resources/newsletters/6_1/future.html>.

MATERO, Frank. Ethics and policy in conservation. *The GCI Newsletter*, v. 15, n. 1, spring 2000 Disponível em: <www.getty.edu/conservation/publications_resources/newsletters/15_1/>.

PANISSET, Ana. *O inventário como ferramenta de diagnóstico e conservação preventiva*. Dissertação (Mestrado) – PPGA-EBA, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ROCHA FILHO, J. B. *Transdisciplinaridade:* a natureza intima da educação científica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz. Revista da Biblioteca Mário de Andrade, v. 52, p. 87-93, jan. 1994.

THOMPSON, J.M.A. *The manual of curatorship:* a guide to museum practice. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1992.

THOMSON, G. *The museum environment*. London: Butterworths, 1982.

TILLEY, C. Material culture and text. Londres: Routledge, 1992.

TORRACA, Giorgio. The scientist in conservation. *Newsletter*, v. 14, n.3, fall 1999. Disponível em: <www.getty.edu/conservation/publications_resources/newsletters/14_3/feature1_3.html>.

A preservação do patrimônio arquivístico em universidades e a política de extensão

Cristina Strohschoen Neiva Pavezi

A universidade e a política de extensão

Seguindo-se a ótica de Pierre Bourdieu (2002), a universidade pode ser vista como um campo de saber, onde interagem diversos conhecimentos e ações humanas. A visão integral de universidade na contemporaneidade inclui o potencial de saber e a capacidade de ação dos seus recursos humanos, decorrendo disto a produção científica e tecnológica. No entanto, nela também se pode observar a tentativa de atualizar a vivência de uma comunidade universitária, na qual a conformação do espaço de convívio tem uma importância fundamental para a consecução de um projeto comum: integrar a terra, o homem e a educação⁷⁸.

A zona de abrangência da UFSM atinge 90% dos municípios gaúchos e praticamente todos os estados da federação, além de receber alunos de vários países.

78 Sobre isso ver Barrichelo (Identidade Institucional, Legitimidade e Territorialidade na Cena da Nova Ordem Tecnocultural. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH/ECO, 2000. Tese de Doutorado).

A proposta de multiversidade proporcionou a criação de cursos fora da sede, a partir dos campi múltiplos, do que resultou a criação de 22 cursos superiores em 12 cidades gaúchas consideradas pólos, entre mais de 100 cidades da sua área geoeducacional, além de manter extensões de nível médio em outras três cidades.

As extensões da UFSM estavam situadas nas cidades de Alegrete, Bagé, Cruz Alta, Frederico Westphalen, Iraí, Jaguari, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Santana do Livramento, Santiago, Santo Ângelo, São Borja, São Gabriel, São Vicente do Sul e Três de Maio, todas localizadas no Rio Grande do Sul. Com base em sua experiência nessas comunidades aconteceu a participação de alunos e professores na "Operação UFSM" e, posteriormente, no Projeto Rondon. Desta forma, em 1969, foi implantado o primeiro Campus Avançado de uma universidade brasileira na Amazônia, situada em Boa Vista, Roraima, o qual se constituiu na décima terceira extensão da UFSM. Essa experiência bem sucedida, no decorrer da década de 1980, deu origem à atual Universidade Federal de Roraima.

Entre os anos de 1973 e 1975 foram reconhecidas pelo Conselho Federal de Educação (CFE) dez extensões da UFSM, as quais deram origem a muitas instituições de ensino superior, no modelo de comunitárias. Essas, ao se desligarem da UFSM guardaram muitas propostas do seu pensamento fundador.

Nas décadas de 1980 e 1990 a UFSM redirecionou suas ações extensionistas para o atendimento das demandas locais e regionais, em função da contingência de recursos e da necessidade de apoiar diferentes comunidades rurais e urbanas. Seguindo o cenário nacional, de articulação na área de extensão entre as universidades, a partir da criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em 1987, o novo referencial de atuação priorizou um maior envolvimento social, difundindo os

produtos do conhecimento acadêmico para contribuir na transformação da realidade. A extensão passou a ser o canal de relação direta entre o contexto universitário e a sociedade, negando qualquer tipo de relação assistencialista, mas propondo-se a uma prática acadêmica de reafirmação do compromisso com a promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, garantidores do atendimento das demandas da população.

No seu espaço específico de atuação, a partir de então, a UFSM procurou estabelecer uma ampla discussão com a sociedade local e regional, visando superar resquícios de tal mentalidade assistencialista, e encetou a concretização de ações sob a forma de parcerias público-privadas. O resultado imediato foi a articulação participativa entre comunidade acadêmica e representantes dos demandantes externos, contexto que permitiu a implantação dos Programas de Ação Regional. Entre esses programas destacaram-se:

- Programa Desenvolvimento Integrado da 4ª Colônia: ações de extensão multidisciplinares integradas entre si, e com as atividades de ensino e pesquisa, iniciadas em 1995 e que visavam a troca de saberes entre universidade e comunidade na busca permanente da construção do conhecimento, dos futuros egressos e da melhoria da qualidade de vida da população;
- Programa Lunar de Sepé: ações que visavam a melhoria do ensino fundamental, implementadas a partir de 1997; programa voltado basicamente para a capacitação e atualização de professores do ensino fundamental, através de ações elaboradas e executadas por equipes universitárias; visavam a melhoria do domínio do conteúdo básico pelos alunos nas séries iniciais, contribuindo para um equacionamento mais decisivo de questões como a evasão e a repetência escolar;

- Programa Santa Maria: implantado em 1998, constituiu-se de ações de apoio às entidades públicas e privadas voltadas ao trabalho com crianças, jovens e adultos em situação social de risco, garantidores de direitos de cidadania; prestava assessoria e qualificação na área do ensino fundamental e médio, além de parceirização nas iniciativas de preservação do patrimônio artístico e cultural, bem como cooperação técnica para a elaboração e execução de projetos de geração de renda e trabalho;
- Programa Cruzeiro do Sul: iniciado em 1998, caracterizou-se por ações voltadas ao apoio do desenvolvimento da agropecuária e de geração de trabalho e renda da área da campanha gaúcha.
- Programa Missões: iniciado em 2000, realizou ações de resgate do patrimônio cultural da região, e prestou assessoria aos planos de desenvolvimento municipal, envolvendo questões de meio ambiente, saúde, educação e planejamento urbano

A aprovação da nova LDB na década de 90 levou o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão a elaborar o Programa Universidade Cidadã, em que foram definidos oito eixos temáticos considerados áreas importantes de atuação que as universidades já trabalhavam, atendendo às expectativas da sociedade. Disso resultou em 1998 o Plano Nacional de Extensão Universitária.

Baseado nesse novo contexto de entendimento da extensão universitária, a UFSM estabeleceu sua Política de Extensão, aprovada pelo Conselho Universitário em 1998. Devido a esta atual perspectiva, os Programas, Subprogramas e Áreas temáticas estão sendo transformados em ações de extensão, caracterizadas como programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, produtos – publicações e outros produtos acadêmicos, a serem classificadas a partir de áreas temáticas e linhas de extensão.

O sistema de registro da produção institucional

O Sistema de Registro e Acompanhamento de Projetos na UFSM foi implantado a partir de 1992, através da Resolução nº 006/92, mediante iniciativa dos Gabinetes de Projetos dos oito Centros de Ensino, juntamente com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e o Centro de Processamento de Dados da Universidade.

O sistema constituía-se de duas partes: uma referente ao Registro do Projeto e a outra, ao Registro da Avaliação, sendo ambas as operações realizadas por meio do lançamento dos dados preenchidos pelos coordenadores dos projetos em formulários próprios e em papel: um para trâmite e registro de projetos e outro para a avaliação.

Uma vez obtida a aprovação do projeto e/ou da avaliação pelos representantes dos setores competentes (chefia da unidade a qual o coordenador do projeto pertencia e o representante da sua área na Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão), os dados pertinentes ao registro e/ou à avaliação eram lançados no sistema pelo Gabinete de Projetos da respectiva unidade de ensino, efetivando-se, assim, o registro propriamente dito.

No final dos anos 1990, em função de uma pane na máquina que dava suporte ao funcionamento do banco de dados, o sistema sofreu algumas mudanças, cabendo ressaltar que, nessa ocasião, houve perda de alguns dados referentes ao registro dos projetos e das avaliações. A partir dessa ocorrência, o sistema foi sofrendo outras alterações, mas que não o modificaram de forma substancial. Atualmente, este **sistema** é conhecido pela sigla SIE, denominativa do Sistema de Informações para o Ensino, sendo que o acesso ao mesmo é somente através da rede intranet da instituição, mediante prévia instalação do programa.

A implementação de um novo Sistema de Registro da Produção Institucional – módulo Registro, Acompanhamento e Avaliação de

Projetos do Sistema de Informações para o Ensino – SIE foi normatizada pela Resolução nº 016/2010 do Gabinete do Reitor.

Considerando a dispersão, duplicidade ou ausência de informações atualizadas e sistematizadas sobre ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional; a necessidade de centralização de informações por meio da implementação de sistema informatizado, atualizado e permanente de atividades e projetos, integrado ao Sistema de Informações para o Ensino – SIE; a necessidade de unificar e uniformizar o lançamento das informações; a necessidade de cadastro e acompanhamento das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, e atividades extracurriculares de ensino, possibilitando a divulgação, o acompanhamento e a avaliação do desempenho da Instituição; a necessidade de prestar apoio técnico e administrativo ao desenvolvimento de trabalhos junto à comunidade universitária (VIANA, 2011).

Viana (2011) ainda analisou os pontos relevantes para a consistência das informações arquivísticas referentes a projetos considerando a segurança, acesso físico, fluxo de tramitação e possibilidades de alterações. O referencial utilizado constituiu-se de normativas e documentos como a ISO 15489-2, a MoReq – Modelo de requisitos para *la Gestión de Registros Electrónicos*, Modelo de requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil).

O resultado da pesquisa quanto ao item segurança do sistema, alerta para os cuidados que os administradores devem ter para que essas informações arquivísticas não sejam perdidas em função de panes e sinistros. Quanto ao acesso físico ao SIE/UFSM, o usuário somente pode acessá-lo na rede interna da instituição (intranet). Ainda, o autor constatou a ausência de um manual de operacionalização do sistema dirigido aos seus usuários, no que diz respeito ao registro de projetos. Quanto às autorizações e aos níveis de acesso ao SIE/UFSM, Viana (2011) observou a ausência de normatização expressa desses procedimentos. Quanto ao fluxo de

tramitação para registro e alteração de projetos, estes envolvem algumas rotinas e autorizações que não estão explicitadas de nenhuma forma, seja através de normas e/ou manuais.

Observou-se que as informações arquivísticas passíveis de alteração no SIE/UFSM acontecem em dois níveis: o primeiro nível para o usuário comum ou primário; e o segundo nível aos gabinetes de projetos. Em relação ao usuário comum ou primário, esse tem acesso direto ao sistema, sendo-lhe permitido efetuar alterações das informações arquivísticas somente na tela participante. Essas alterações podem ser de toda ordem, inclusive a exclusão de participantes.

O segundo nível de alterações de informações arquivísticas de projetos está sob a responsabilidade (autorização) dos gabinetes de projetos, através da aplicação manutenção de projetos pelo GAP, onde as alterações são permitidas em todas as telas de registro do projeto, com exceção da tela projeto no campo número de registro do projeto.

A alteração de informações arquivísticas em projetos no sistema é um assunto que se destaca, tendo em vista sua utilização para fins de relatórios de participação em projetos, assim como, para acesso pelos órgãos gerenciais da instituição. Para tanto, é necessário que essas informações arquivísticas, assim como as demais que fazem parte do sistema sejam autênticas e fidedignas. Pode-se dizer que essa questão é de extrema importância, sendo que, como subsidio para expressar tal relevância, cita-se:

A exigência de que o registro seja produzido no curso regular das transações assegura que o documento em questão não é um fato casual ou isolado, mas foi criado, mantido e preservado porque a pessoa ou organização necessita dele para funcionar adequadamente (DURANTI, 1994, p.53 apud VIANA, 2011).

As informações arquivísticas que fazem parte do sistema de registro de projeto se constituem em fonte de informação arquivística sob a forma de banco de dados, podendo ser utilizadas para pesquisa das mais variadas áreas e interesses. Por isso é fundamental que sejam acessíveis, consistentes e confiáveis.

Ações de extensão e memória institucional

Informações organizadas e seguras para o dia-a-dia ou para momentos importantes de tomada de decisão fazem parte da rotina de qualquer tipo de instituição e tem como resultado dados, procedimentos. produtos e consequentemente toda documentação desses processos que fazem parte da Memória Institucional por estarem relacionados à sua trajetória. O que normalmente ocorria nas instituições era a criação de locais específicos para a preservação desta memória, mas por motivos financeiros, de gestão ou falta de planejamento esses setores acabavam sendo desativados e, em consequência, a Memória Institucional era depositada em galpões ou locais de difícil acesso, inacessível ao público interno e externo. Porém com a conscientização da importância estratégica da preservação da Memória Institucional, as instituições perceberam que era preciso promover as mudanças organizacionais necessárias sem perder a sua identidade, e isto se reflete até hoje nos Centros de Memória.

A memória institucional consiste em uma (re) construção de fatos e acontecimentos significativos da trajetória e das experiências da organização, selecionados e (re) organizados com o objetivo de estimular o processo de (re) construção de uma identidade comum entre esta e seus públicos de interesse.

Partindo dos conceitos do plano nacional de extensão e da política de extensão da UFSM, as ações de extensão universitária

constituem-se como um processo educativo, cultural e científico e devem ser desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos, prestações de serviços e publicações e outros produtos acadêmicos, voltados a um objetivo comum e direcionados às questões relevantes da sociedade. Assim, cada ação irá gerar um registro – documento, o qual deverá ser registrado no SIE, ficando seu *backup* sob responsabilidade do Centro de Processamento de Dados (CPD).

Há ainda um longo caminho a percorrer, no sentido de conscientizar os docentes e técnicos administrativos da mesma importância de registro de ações de pesquisa. Neste sentido, a Pró Reitoria de Extensão iniciará um processo de fiscalização do registro das atividades, visto que a partir deste ano o valor da verba destinada a extensão nas instituições federais de ensino superior terá relação direta com a quantidade de ações de extensão desenvolvidas no ano anterior, comprovado por relatório gerado a partir do sistema de registro.

Os projetos e ações de extensão são desenvolvidos nos oito centros de ensino, no Hospital Universitário, nos dois colégios técnicos e na Reitoria, e nos últimos três anos teve uma oscilação numérica pouco significativa, conforme observamos na figura 1.

Ano	Projetos em andamento	Projetos concluídos	Total
2009	570	328	898
2008	568	242	810
2007	624	287	911

Figura 1 – Projetos de extensão UFSM 2007 – 2009 Fonte: http://w3.ufsm.br/proplan/index.php?option=com-content&view=article&id=86&Itemid=256

O plano de classificação e a política de extensão

Com objetivo de normatizar a classificação dos documentos e produzir o Plano de Classificação de Documentos da UFSM, das atividades de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão, no Departamento de Arquivo Geral (DAG) foram constituídos cinco Grupos de Trabalho (GTs) a partir do mês de maio de 2011, constituído por arquivistas. O GT Extensão é constituído por cinco arquivistas e está realizando estudos sobre os registros de ações de extensão da universidade. Por meio de entrevistas e levantamentos de dados está sendo verificado como estão arquivados e/ou acumulados os registros em papel produzidos de 1962 aos dias atuais, com especial atenção aos registros digitais, produzidos e armazenados no SIE.

Sabe-se que o registro das Ações de Extensão foi normatizado pela Resolução nº 25/2008 do Gabinete do Reitor, a qual "estabeleceu normas de regulamentação, registro e avaliação das ações de extensão no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria". As ações de extensão da Universidade devem ser registradas no Sistema de Informações de Ensino (SIE) com a devida supervisão das respectivas chefias de Departamento e dos Gabinetes de Projetos das Unidades. O trâmite do registro deve ser completo, isto é, com o preenchimento de todas as informações consideradas obrigatórias pelo sistema eletrônico. Somente com a mensagem final de "registro concluído com sucesso" as ações estarão regularizadas.

A elaboração de Projetos Técnicos das Ações de Extensão deve atender às regras da metodologia científica, e seguir o que normatiza a Resolução nº 022/95, com as necessárias adaptações, consideradas as peculiaridades de cada ação projetada. Nestes projetos deverão constar elementos que evidenciem: o objeto

extensionista; os objetivos das ações; a abrangência da população-alvo; a significação social e/ou institucional da sua realização; a metodologia de trabalho prevendo a inter e/ou multidisciplinaridade; o marco teórico; os recursos humanos envolvidos na consecução das ações; a previsão de parcerias e recursos materiais e financeiros necessários a sua implementação; o cronograma de trabalho; os resultados esperados; a previsão de formas de avaliação da ação na sua totalidade, envolvendo um processo interno e outro da comunidade e/ou instituições partícipes.

A preservação do patrimônio científico

Para consultar suas produções intelectuais, quer sejam de extensão ou pesquisa, o docente ou técnico administrativo deve pesquisar no módulo "Produção Institucional" disponível no portal da UFSM, conforme as telas exibidas na figura 2. A primeira tela exibirá todos os projetos/programas/ações registrados para esta pessoa. Selecionando um dos projetos (clicando sobre o número de registro) são exibidas cinco "abas": o resumo do projeto, as classificações, os participantes, as avaliações e os anexos. Infelizmente, nem todos os coordenadores de projetos fazem o registro completo. Segundo a Pró-Reitoria de Extensão, a partir deste ano estes procedimentos serão fiscalizados, motivado pelo fato de que a verba recebida por cada IFE para ações de extensão terá relação direta com estes registros, que serão enviados ao Ministério da Educação.

Foi sugerido que na aba "anexos" inclua-se os arquivos com extensão ".doc" e ".pdf" referentes ao planejamento da ação e ao relatório das atividades desenvolvidas. Reuniões estão sendo realizadas entre a Pró-Reitoria de Planejamento, a PRE e o Centro

de Processamento de Dados, para que o sistema possibilite a inclusão de registros fotográficos, vídeos e outros documentos.

Produção Institucion Universidade Federal de S		Oi Su
Identificação		
		•
	tenitracie	
	Mercus	
	tera C	
Comp accusar		
	internet da biblioteca Indusção de Javiáno / renovêção / reserviente que você acessa sua altuação e renovação de amprés	
	os pelo sellena de bibliotecas e é usuário do SE vocé una para entrar no SE.	
	os pelo sasena de bioletecas e não é usuário do SE biona e cadastre uma sema para sua matricia do Igue para	o Centro de Apoio ao Usuário do SE, no

Projetos								
prejeta	Andready Commencer of the Commencer							
Simero do projeti	(12819)							
Tidado		EXPOSIÇÃO MEMORIAS DA LESIE						
Resumo	Friedrede se diviligar a memoira institucionali per mano. 155M° em comentiorigilo asis 50 anos ide chaglio illa i apresentado per maio de paindis, recitando a chaglio universidade, se primienta obras, a costitucija de care sintodos, a sinversidade e seus dirigentes. A imprisoci a 17 de decembro no fisial do Produci de Restosa.	JFSM A a metalação pue univer	e funcionari stário, as m	rá nento da arcas e				
Clasnificação prin	cipal Desenvolvimento Institucional							
Situação	Em andaments							
Auntação	Ytão avaliado no ano conente	Mão avaliado no ano conente						
Oata micial	1/19/2010							
Date firms	17/12/2610							
Coma avaliação								
Publica also	100000	100000						
Público envolvido	H.	A .						
Tipe de publico.	Geral	Germ						
Valor previous								
Unidades Adminis	Univari		3					
Cridigo Entroturad	officine Unidade Forção	Sevec	loData mos	Data final				
01.05.00.00.0	PRÓ REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PRA Provintor	Princ	1/10/2010	17/12/201				
01 64 00 00 0 0	DEPARTAMENTO DE ARQUIVO GERAL DAG EMPURIN	Meno	1/10/2010	17/12/201				
01.88.00.00.00	MUSEU EDUCATIVO GAMA & EÇA PANOPA	nte (Athro	11/10/2010	17/12/2010				
01 10 00 00 0 0	PRÓ RESTORIA DE PLANEJAMENTO - PROPLANI	SALASNO	1/10/2010	17/12/2016				

Figura 2 – Módulo Produção Institucional Fonte: http://bibweb.si.ufsm.br:8888/

As iniciativas já implementadas fazem parte de um plano de conscientização para a importância de realizar o registro da forma mais completa possível. O estudo dos GTs leva em conta todos requisitos do sistema e das normativas internacionais. O resultado esperado é que essas informações , armazenadas com segurança a partir de critérios definidos em uma política de preservação, sejam disponibilizadas para a consulta.

Diante do que foi exposto e considerando-se a abrangência geo-educacional da universidade e a importância das ações de extensões para as comunidades beneficiadas, é possível afirmar que as informações e os registros documentais das ações de extensão constituem-se não só o registro da história vivida pela comunidade, mas também a memória institucional da UFSM. Se não houver hoje iniciativas visando o seu registro completo e preservação, amanhã não teremos história para contar.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASTANHO, Denise Molon. Arranjo e descrição de documentos arquivísticos. Santa Maria: UFSM, 2006.

FLORES, João Rodolpho Amaral. Extensão em perspectiva: transições, oportunidades e desafios. *CCNExt*, Santa Maria, v. 2, n. 1, jan–jun. 2011. Disponível em:

http://cascavel.ufsm.br/revista_ccne/ojs/index.php/ccnext/index ex>. Acesso em: 05 set. 2011.

GARCIA, Olga Maria Correa. *A aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação.*Santa Maria, 2000. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. *As bases do processo classificatório em arquivística:* um debate metodológico. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

______. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de. *Arquivística:* temas contemporâneos. Distrito Federal: SENAC, 2007. p. 79 – 172.

CADERNO DE EXTENSÃO. Santa Maria: UFSM, Pró-Reitoria de Extensão, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Política de extensão da UFSM. Santa Maria: UFSM/PRE, 2007.

______. Resolução n. 16, de 10 de junho de 2010. *Implementa, no âmbito da UFSM, o novo sistema de registro da produção institucional*: módulo registro, Acompanhamento e Avaliação de Projetos. Santa Maria: UFSM, 2010. Disponível em: http://w3.ufsm.br/cal/pesquisa_e_extensao/gabinete_de_projetos/resolucao_registro_e_avaliacao_de_projetos_S01610.pdf. Acesso em: 22 jun. 2011.

VIANA, G. F. R. Consistência das informações arquivísticas referentes ao registro e às alterações de projetos no SIE: patrimônio cultural da UFSM. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

Turbulência nos arquivos universitários:

o papel do Centro de Documentação (CEDOC) da Universidade de Brasília (UNB) na preservação das informações arquivísticas

> Caroline Lopes Durce Tânia Maria de Moura Pereira

A Fundação Universidade de Brasília (FUB)

A Fundação Universidade de Brasília (FUB) foi criada pela Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961 com o objetivo de "criar e manter a Universidade de Brasília (UnB), instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural". A proposta original da FUB era de uma entidade autônoma, dotada de patrimônio próprio capaz de gerar os recursos necessários à redução da dependência da UnB da Administração Federal.

Integram o patrimônio imobiliário da Fundação Universidade de Brasília o Campus Darcy Ribeiro, o local onde está sediado o Hospital Universitário (HUB), algumas projeções e imóveis residenciais e comerciais situados na Região Administrativa (RA) do Distrito Federal (DF), além da Fazenda Água Limpa (FAL). Atualmente a UnB possui mais três campi, nas cidades de Ceilândia, Gama e Planaltina.

A criação simultânea da Universidade e de sua mantenedora deu à UnB características legais e organizacionais únicas, que se refletiram tanto em sua estrutura inicial quanto em seu processo de gestão e desenvolvimento posteriores.

O Estatuto da Universidade de Brasília dispõe sobre a estrutura acadêmica e administrativa da UnB e no capítulo II (Art. 5º ao Art. 15) trata sobre os órgãos da FUB, quais sejam: o Conselho Diretor e o Presidente. O primeiro exerce o governo da Fundação e administração da UnB e o Presidente, como órgão executivo do Conselho Diretor, será também o Reitor da Universidade. O Conselho Diretor estabelece as diretrizes e planos quinquenais para o desenvolvimento da Universidade, delibera sobre a administração dos bens integrantes do patrimônio da Fundação e fiscaliza a utilização dos recursos constantes do orçamento da Instituição. A Fundação dispõe, de quadro próprio de pessoal ao qual estão vinculados todos os servidores docentes e técnicos-administrativos que atuam na UnB.

Aos Conselhos Superiores e à Reitoria são atribuídas sua organização, gestão e administração superior. As Unidades Acadêmicas, que são os Institutos, Faculdades e Departamentos se organizam por áreas amplas de conhecimento nos níveis de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

A Administração Superior da Universidade de Brasília desenvolve suas atribuições por meio de órgão deliberativos superiores, pela Reitoria, definida como órgão executivo, e pelo Conselho Comunitário, de natureza consultiva. Os órgãos colegiados deliberativos e normativos da UnB são: o Conselho Universitário (Consuni), órgão colegiado máximo da Universidade; o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e o Conselho de Administração (CAD). O Conselho Comunitário é constituído por representantes da UnB, de entidades empresariais, de

trabalhadores, do Governo do Distrito Federal, da Câmara Distrital e Organizações Não Governamentais ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

A UnB dispõe, em sua estrutura, de Órgãos Complementares que atuam com a finalidade de apoiar o desenvolvimento das atividades acadêmicas e de gestão. Existem, atualmente, seis desses órgãos: a Biblioteca Central (BCE); o Centro de Informática (CPD); a Editora Universidade de Brasília (EDU); a Fazenda Água Limpa (FAL); o Hospital Universitário (HUB); e a Rádio e Televisão Universitária (RAD) (Art.41 do Estatuto da UnB).

Integram a Universidade, unidades denominadas **centros** que desenvolvem atividades de caráter cultural, artístico, científico, tecnológico e de prestação de serviços à comunidade interna e externa. Os Centros, geridos por seus Diretores, que respondem administrativamente por esses órgãos, têm conselhos deliberativos ou consultivos, na forma definida nos seus regimentos internos (art. 42 combinado com o 44).

De acordo com o Organograma Institucional, de abril de 2009, a FUB possuía 18 centros que, além de apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão, propiciam o desenvolvimento das atividades acadêmicas e prestam serviços técnicos especializados, conforme classificação abaixo:

Centros de apoio ao ensino, pesquisa e extensão:

- Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações (CCOM).
- Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS).
- Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM).
- Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU).

- Centro Internacional de Física da Matéria Condensada (CIFMC).
- Centro Integrado de Ordenamento Territorial (CIORD).
- Centro Transdisciplinar de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural (CETEC).

Centros que apoiam o desenvolvimento das atividades acadêmicas:

- Centro de Educação a Distância (CEAD).
- Centro de Manutenção de Equipamentos Científicos (CME).

Centros prestadores de serviços técnico especializados:

- Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT).
- Centro de Documentação (CEDOC).
- Centro de Pesquisa e Opinião Pública (DATAUnB).
- Centro de Excelência em Turismo (CET).
- Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social (CIRPS).
- Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD).
- Centro de Pesquisa e Aplicação de Bambu e Fibras Naturais (CPAB).
- Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE).
- Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE).

A estrutura descrita anteriormente sofreu modificações substanciais em função das propostas de reorganização apresentadas pelas Unidades, por ocasião da elaboração de seus planos plurianuais. É conveniente destacar que, em grandes linhas, a estrutura vigente é a mesma desde 1985 e revela-se insuficiente face ao volume e diversidade de atividades desenvolvidas pela Universidade.

O artigo 3º do Estatuto de 14 de dezembro de 2006 considera que as finalidades essenciais da Universidade de Brasília são o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais.

O Centro de Documentação (CEDOC)

Localizado no Edifício Multiuso I Bloco B 1° andar – Campus Universitário Darcy Ribeiro o Centro de Documentação (CEDOC) da Universidade de Brasília foi criado em 25 de agosto de 1986 pelo Ato da Reitoria n° 345/86 com o nome de Centro de Documentação e Arquivo da Universidade de Brasília (CEDAQ), com atribuições provisórias e sem definição de estrutura formal. Posteriormente modificado por Resolução do Conselho Diretor nº 044/88 de 28 de novembro de 1988 e passou a Órgão Suplementar constituído como Centro de Custo, incluído no art. 7º do Estatuto da Universidade de Brasília e alteração da denominação até hoje utilizada.

Segundo o Plano Orientador de Implantação do CEDOC (1988) os objetivos originários do Centro são:

- Organizar, preservar e divulgar o acervo cultural da UnB e outros acervos de instituições, públicas ou particulares, que a Universidade adquira ou sejam colocados à disposição da UnB para preservar a memória das suas atividades.
- 2) Propor e executar uma política de produção, organização e preservação da massa documental administrativa da FUB e de preservação dos bens culturais históricos, articulando-se com as unidades acadêmicas e suplementares da UnB.

- Produzir e aplicar novas tecnologias na área de restauração documental em articulação com diversos Departamentos da Universidade de Brasília e treinar especialistas nesse campo.
- 4) Constituir-se em laboratórios de pesquisas e de trabalhos práticos nas áreas de ensino e extensão, atendendo às unidades universitárias.
- 5) Fomentar a pesquisa histórica através do apoio de projetos de pesquisa, principalmente sobre a UnB e a história regional, além de outras áreas propostas por instituições ou pesquisadores isolados, desde que os fundos documentais sejam incorporados ao centro.

O mesmo Plano Orientador (1988) indica que ao CEDOC, enquanto órgão suplementar e interdisciplinar, compete:

- Custódia do patrimônio histórico: fixar política de atuação voltada ao desenvolvimento de uma consciência comunitária favorável à formação e preservação do patrimônio histórico da UnB.
- 2) Pesquisa temática: apoiar e desenvolver projetos de pesquisas temáticas geradoras de novos conhecimentos sobre a instituição universitária em geral e, em particular sobre a UnB.
- 3) Intercâmbio cultural e científico: manter intercâmbio cultural e cooperação técnico-científica com instituições congêneres nacionais e internacionais.
- 4) Apoio às atividades administrativas: elaborar, em regime de cooperação técnica com os órgãos da Administração Central, os instrumentos básicos de gerenciamento da documentação e dos bens patrimoniais e históricos da UnB. Elaborar programas

e ministrar cursos teórico-práticos de treinamento sobre técnicas de produção, tratamento e arquivamento de documentos e de preservação de objetos históricos, tendo em vista o aprimoramento da capacidade profissional dos servidores técnico-administrativos da FUB.

5) Apoio às atividades acadêmicas: fornecer suporte didático e laboratorial aos cursos de graduação, pós-graduação e extensão que requeiram pesquisas em documentos e objetos históricos, produção, restauração e conservação dos mesmos. Promover, em articulação com as unidades universitárias a que se destina suplementar em suas áreas fins, atividades que orientem a formação técnica dos alunos de graduação e pós-graduação.

Ao longo do tempo o CEDOC foi reconhecido como órgão de assessoramento da Administração Superior da Universidade de Brasília, sendo que o Ato da Reitoria nº 2299 de 08 de dezembro de 1997 delegou ao Vice-Reitor a competência de coordenar e superintender suas atividades.

As atividades

Desde sua criação até meados de 2008 o CEDOC atuava basicamente em projetos de restauração de livros, visando à captação de recursos, e na microfilmagem de documentos. Os laboratórios de restauração e encadernação de documentos gráficos executava o tratamento de obras raras, tanto as do acervo da Biblioteca Central (BCE) da própria Universidade, quanto prestava serviços para outras instituições por meio de contratos e convênios de cooperação técnica e de prestação de serviços de restauração.

No período de 1982 a 1985 a equipe foi responsável pela consultoria técnica dada ao Laboratório de Conservação e Restauração de Livros e Documentos do Ministério da Justiça. Em 1986, o CEDOC realizou um curso de treinamento em Conservação de Bibliotecas para funcionários do Banco Central. Em 1998 implementou a primeira etapa do Projeto da Biblioteca do Senado, executando o diagnóstico técnico de suas obras raras (3000 livros e documentos históricos). Também foi responsável por assessoria especializada, durante a criação do Museu da Imagem e do Som, criado em 2001 em Maceió capital do Estado de Alagoas, e desenvolveu os trabalhos de supervisão e apoios aos trabalhos de higienização nos acervos do Arquivo Central da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Em novembro de 2003 foi firmado contrato de prestação de serviço entre a FUB e o Senado Federal para higienização, conservação e restauração de obras em suporte papel da Biblioteca do Senado. O trabalho foi iniciado em outubro de 2004 e, em função desse contrato, o CEDOC conseguiu dar nova configuração ao seu Laboratório que, além de expandir sua estrutura física, implementou um sistema de gerenciamento de produção, tornando-a mais ágil e eficiente. Tudo isso possibilitou a execução da restauração de 3.000 obras raras da Biblioteca do Senado Federal e uma nova etapa desse projeto está prevista para os próximos cinco anos envolvendo obras mais complexas e mais degradadas, totalizando aproximadamente 1.700 volumes.

Em 2006 o CEDOC/UnB coordenou a implantação do Laboratório de Conservação e Restauração de documentos gráficos da ECT, bem como do seu Laboratório de Conservação e Restauração de objetos tridimensionais. Durante todo aquele ano, a equipe do CEDOC/UnB se dedicou ao contrato com a ECT, tendo trabalhado na conservação e restauração de documentos gráficos e objetos tridimensionais. Uma nova etapa desse projeto está em

andamento, dependendo de aprovação da forma final do contrato. Está programado mais um ano de atividades, além da formação da equipe técnica da ECT, nas áreas de restauração textual e de obras tridimensionais

O sistema de microfilmagem da UnB foi implantado em 1978 e seu acervo é formado por microfilmes contendo dossiês de alunos da UnB desde a criação da Universidade em 1962, e registros de diplomas das diversas faculdades particulares, além de assentamentos funcionais dos docentes e técnico-administrativos, fichas financeiras até 2000, informações de rendimentos e folhas de pagamento a partir de 1962. Há ainda documentos contábeis (movimentos diários a partir de 1962) e processo de compras nacionais e internacionais.

O Serviço de Microfilmagem (SMI), antes vinculado ao Decanato de Administração e Finanças (DAF) e incorporado ao CEDOC pelo Ato da Reitoria 1507 de 03 de novembro de 1994. Apesar da subordinação hierárquica o SMI atuava com certa autonomia administrativa, facilitada pela distância física, pois ocupava duas salas no subsolo do prédio da Reitoria. Em 2011 as pessoas, os equipamentos e as instalações do SMI foram transferidos para o térreo do Ed. Multiuso I, Bloco B, onde funciona também a Direção do CEDOC. A mudança foi motivada pela necessidade de aproximar as atividades técnicas de microfilmagem de documentos das atividades arquivísticas de gestão dos acervos intermediário e permanente.

O acervo

O acervo acumulado pelo CEDOC é dividido em arquivo intermediário e permanente e possui aproximadamente 1000 metros lineares de documentos textuais, localizado em dois ambientes diferentes. Há ainda documentos em outros gêneros,

como filmográficos, micrográficos, eletrônicos, iconográficos, cartográficos e fotográficos. apenas tomaram conhecimento desta parte do acervo. Há também, sob custódia do CEDOC, fundos e coleções pessoais de ex-professores e de outras instituições (públicas e privadas). Existe ainda o acervo fotográfico com aproximadamente 13.000 fotografias e 19.000 negativos.

As consultas aos arquivos podem ser feitas tanto pelos produtores documentos, no arquivo intermediário, quanto pela comunidade no permanente. Este possui os sub-fundos oriundos da administração superior da UnB, como por exemplo, os do Gabinete da Reitoria (GRE), do Consuni, do Conselho de Administração, dos Decanatos de Administração e Finanças. Assuntos Comunitários, Pesquisa e Pós-Graduação e do Decanato de Extensão. Há documentos normativos como Atos, Resoluções e Instruções da Reitoria, dos Decanatos e das Unidades Administrativas; documentos de assentamento, documentos de correspondências, como memorandos e oficios emitidos e recebidos; processos jurídicos e administrativos, dossiês funcionais, entre outros. Quanto à documentação da atividade-fim, foram recolhidos 95 Livros de Registro de Diplomas das Instituições de Ensino Superior (IES) particulares e os resultados dos processos seletivos de Pós-Graduação Stricto sensu.

A demanda de utilização dos documentos é relativamente alta. Diariamente são feitas pesquisas no arquivo textual e no fotográfico. Neste, as pessoas que procuram por fotografias da Universidade são principalmente pesquisadores externos. Naquele, os documentos mais solicitados são os normativos, principalmente os emanados do Gabinete da Reitoria (GRE).

O espaço físico do CEDOC está dividido em: secretaria, laboratórios de informática, sala dos arquivistas, direção, sala de

reuniões e um auditório onde acontecem aulas de algumas disciplinas do curso de Arquivologia da Faculdade de Ciência da Informação (FCI), esses no 1° andar do Ed. Multiuso I, Blobo B. No térreo estão os depósitos de arquivo, o arquivo fotográfico, o arquivo permanente e o serviço de microfilmagem. O arquivo intermediário, o laboratório de processamento de microfilme e o depósito nº 2 estão localizados no térreo do mesmo Edificio Mulituso I, Bloco C.

As mudanças

Desde o ano de 2009 o CEDOC vem passando por profundas mudanças em seus procedimentos administrativos. A nomeação de arquivistas do quadro permanente da FUB para atuarem no CEDOC representa o marco inaugural de uma nova fase. A adoção de estratégias de Gestão de Documentos, o planejamento das atividades (internas e externas), o aumento na oferta de vagas de estágio, a busca de parcerias com setores da UnB por meio da atuação em projetos de tratamento de documentos e a aproximação com a Faculdade de Ciência da Informação (FCI) foram as principais ações implementadas neste período.

Quando da contratação de arquivistas para o quadro permanente de servidores da FUB uma mudança de postura começou a acontecer. A mais significativa foi a aplicação da classificação, avaliação e descrição dos documentos relativos às atividades meio e fim enviados aos depósitos de arquivo. Até então os documentos eram enviados e acumulados em diferentes ambientes sem que se fizesse uma avaliação de seus prazos de guarda, identificação de seu conteúdo ou descrição das informações neles contidas. A participação dos arquivistas na elaboração do Plano de Classificação de Documentos das Atividades Fim das Instituições Federais de Ensino Superior junto ao Arquivo Nacional vem, desde 2008, proporcionando a experiência de aplicação da classificação

de documentos das atividades acadêmicas nos diversos setores da UnB. Isso tem proporcionado um melhor entendimento do funcionamento da produção e tramitação dos documentos.

Além disso, o planejamento das estratégias de gestão; a execução de projetos de tratamento de documentos nos setores de trabalho – administrativos e acadêmicos – tem gerado transferências e recolhimentos de documentos já avaliados no próprio arquivo setorial. Foram implementadas e realizadas, desde 2009, sistemáticas de visitas técnicas, treinamentos aos colaboradores dos arquivos setoriais, consultas à documentos do acervo custodiado e empréstimos aos produtores de aproximadamente 50 (cinquenta) diferentes setores da UnB, sejam acadêmicos ou administrativos.

Importante ressaltar o fortalecimento de parcerias e a ampliação de oportunidades de estágio, no horário noturno, para os alunos do curso de Arquivologia da Faculdade de Ciência da Informação (FCI). No segundo semestre de 2008 o CEDOC recebeu 6 (seis) alunos para realização das atividades práticas das disciplinas Estágio Supervisionado I e II. No ano de 2009 esse número subiu para 26 (vinte e seis) em 2009 e em 2010 foram 50 (cinquenta) alunos.

Atualmente o CEDOC concentra sua atuação na finalidade de recolher, preservar e garantir o acesso aos documentos arquivísticos de valor permanente, produzidos e acumulados pelas áreas meio e fim da FUB. É de sua competência básica propor e executar uma política de produção que contemple as fases iniciais do ciclo de vida documental, visando a organização e a preservação da documentação arquivística de maneira a evitar o descarte irracional/aleatório, garantindo a guarda definitiva dos documentos com valor cultural e histórico.

O CEDOC vive uma realidade inédita e conta, em seu quadro de servidores, com seis arquivistas formados na própria UnB: Caroline Lopes Durce, Domingos da Costa Rodrigues, Eronides Guimarães Bezerra, Glaucia Verônica V. da S. Vieira, Paulo Roberto da Silva Nascimento e Tânia Maria de Moura Pereira. A equipe de Arquivistas se complementa com a imprescindível atuação de estagiários técnicos (profissionais recém-formados) tanto de Arquivologia quanto de outras áreas como Letras, Ciências Contábeis e Conservação e Restauro. E, ainda, com a valorosa colaboração de estagiários de graduação: são arquivistas, historiadores, cientistas sociais e pedagogos em formação que enriquecem as atividades dos arquivos.

No final do ano de 2010 foi criado um Grupo de Trabalho (GT), vinculado à Comissão de Reestruturação da UnB com o objetivo de apresentar uma proposta de estrutura, atribuições e competências, visando sua inserção na estrutura organizacional da UnB.

Uma das mudanças mais significativas ocorridas na estrutura do CEDOC foi a recente incorporação das competências da Subsecretaria de Comunicação Administrativa (SCA), responsável pela função de protocolo da UnB. Além dessa, outras modificações essenciais estão em curso: a criação de Coordenações que representam de maneira mais significativa o atual papel de arquivo da UnB. Assim, serão criadas as Coordenações de Protocolo, de Arquivos Setoriais, de Arquivo Permanente e de Apoio Técnico. Estão previstas também novas competências para a Direção, a criação de uma seção de Apoio Administrativo e a vinculação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) à nova estrutura que mudará inclusive de denominação, passando a Arquivo Geral da UnB. A intenção é a incorporação de uma nova identidade ao Centro, uma vez que ele já desempenha as funções de arquivo.

Considerações Finais

As transformações que estão ocorrendo no CEDOC da UnB desde meados de 2008 têm causado turbulência no trato da documentação de arquivo na Universidade. A criação do sistema de arquivos da UnB demanda a existência de um órgão gestor, essa é a vocação natural do CEDOC.

Durante muito tempo a função gestora dos arquivos foi desvirtuada para a execução de funções "nobres" como a restauração de obras raras e a gestão do patrimônio artístico da instituição. A despeito dessas funções a principal atribuição do CEDOC sempre foi a de preservar o patrimônio arquivístico com vistas à formação da memória institucional. No entanto, esse não pode confundir sua responsabilidade com a gestão dos documentos de arquivos e a preservação das informações orgânicas.

A principal consequência da atuação dos arquivistas no CEDOC é a mudança no perfil do acervo acumulado pelo CEDOC que se caracteriza pela existência de documentos em suportes variados: papel, microfilme e mídia digital. Neste contexto, a nova postura do CEDOC, enquanto órgão gestor da política de preservação dos acervos da UnB visa proporcionar o acesso às informações orgânicas e o bom funcionamento das funções administrativas, não obstante à precariedade dos espaços físicos, do volume documental cinquentenário e da defasagem dos equipamentos. Porém, o maior contraste é com uma cultura organizacional descomprometida com o tratamento teórico científico dos seus arquivos.

Os primeiros passos de uma longa jornada de mudança na cultura organizacional relacionada ao trato dos documentos de arquivo estão apenas se iniciando. Afinal, a instituição levou cinquenta anos acumulando massa documental e levará tempo equivalente para reorganizá-la.

Referências

Universidade de Brasília, 2010.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Universidade e arquivo: perfil, história e convergência. <i>Transinformação</i> , v. 1, n. 3, p. 15-28, set/dez. 1989.
Uma política de arquivos para a universidade brasileira.In.: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1., 1991, Campinas. <i>Atas</i> 1992. p. 11-25.
JARDIM, José Maria. A universidade e o ensino da arquivologia no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10., 1994, São Paulo. <i>Anais</i> São Paulo, 1994.
MORENO, Nádina Aparecida. <i>Informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias</i> . Tese (Doutorado) Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Centro de Documentação. Relatório de atividades do Centro de Documentação da Universidade de Brasília. Brasília: 2009. 15p.
Plano de desenvolvimento institucional, 2006-2010. Brasília:

A vida como pista:

o papel da biografia no trabalho de organização de acervos pessoais de cientistas – os casos Hussak e Cruls

José Benito Yárritu Abellás Everaldo Pereira Frade

Os arquivos são templos modernos – templos de memória. Como instituições, tanto como coleções, os arquivos servem como monumentos às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem lembradas. Igualmente, as que são rejeitadas por serem julgadas não merecedoras, têm seu acesso negado a esses templos de memória e estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e de nossa consciência social (COOK, 1998, p. 143).

Introdução

As biografias dos produtores de arquivos pessoais são fontes importantes de informações necessárias ao trabalho de organização desses arquivos. O mapeamento de dados biográficos de um indivíduo é o caminho mais seguro que nos permite localizar, no tempo e no espaço, as suas ações profissionais e privadas, os seus interlocutores, os múltiplos cenários dentre os quais este se desloca em determinada época de sua vida. Em suma, tais dados permitem uma melhor contextualização da produção dos documentos que compõem o arquivo pessoal de um indivíduo.

O Arquivo de História da Ciência (AHC) do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) especializou-se, ao longo dos anos, na organização de arquivos pessoais de cientistas que se destacaram em diferentes campos de atuação. O presente trabalho pretende apresentar dois casos distintos dentre os arquivos sob guarda do MAST que retratam o papel dos dados biográficos (ou da sua ausência) na organização desses arquivos: de Luis Cruls e Eugen Hussak.

Contemporâneos, Cruls e Hussak desenvolveram suas atividades profissionais em fins do século XIX e início do século XX, ambos com atuações destacadas em suas áreas de atuação. O primeiro, astrônomo belga, exerceu cargos de mando dentro da estrutura formal do Estado brasileiro (como a direção do Arquivo Nacional), onde desenvolveu sua carreira. Hussak, geólogo austríaco que também atuou no Brasil, apesar de ter desempenhado tarefas para órgãos estatais, ao contrário de Cruls, não tem como marca de sua atuação profissional a ligação umbilical e única com a estrutura estatal. Nosso objetivo é demonstrar como tais diferenças nos caminhos profissionais desses dois cientistas afetaram o acesso a dados biográficos de ambos e, em último caso, como na prática isso influi nos parâmetros adotados para a organização dos arquivos em questão.

Os arquivos pessoais de cientistas, fontes para a história da ciência: especificidades de organização

Arquivos pessoais são importantes fontes de informação para a história. Fruto da acumulação de documentos durante a vida de seu autor, eles nos permitem mapear, por exemplo, relações pessoais e profissionais, caminhos acadêmicos, opiniões políticas. Isto possibilita àqueles que posteriormente se debruçam sobre tal documentação traçar um quadro mais amplo sobre o produtor do acervo e o seu mundo, mapeando motivações e espaços de sua produção documental.

Se eles guardam em si algo de intencionalidade (certa busca da perenidade por parte de seus produtores, de controle da memória a ser construída sobre eles) os arquivos pessoais escapam, quando de sua constituição, da funcionalidade presente no caráter probatório e oficial dos arquivos institucionais. Como define Prochasson:

Os arquivos privados pendem para o lado da intimidade, na medida em que não foram chamados, no momento de sua elaboração, a atingir um nível de oficialidade ou de notoriedade (...). Essa documentação deve constituir uma base arquivística útil para a história da construção de uma obra ou de uma personalidade (1998, p. 107).

Logo, os arquivos pessoais permitem ao pesquisador lançar luz sobre outro enfoque da história, de caráter mais subjetivo, possível apenas pelo contato com um tipo de documentação distinta daquela existente, por exemplo, em arquivos institucionais, que é dotada de um caráter oficial e probatório que a distingue, dentre outros, de certos documentos individuais (como cartas e rascunhos de trabalhos). Nos arquivos pessoais não estão presentes apenas, por exemplo, exemplares finais e revistos de um trabalho ou documento. Como os critérios de guarda que o movem são subjetivos (e, por que não dizer, sentimentais), nele há espaço para o rascunho, o erro, o lado humano envolvido na produção documental

A documentação presente nos arquivos pessoais ganha importância como objeto de interesse para a história a partir de uma mudança de enfoque por que passou a própria disciplina histórica. Assim como Prochasson no texto citado, Ângela de Castro Gomes, em artigo publicado na mesma coletânea, destaca a crescente importância dos arquivos pessoais como fontes para a história, a partir da década de 1970, com o desenvolvimento dos estudos em história cultural (GOMES, 1998). A partir desse desenvolvimento, no lugar de uma historiografia totalmente descarnada, presa à análise de grandes estruturas explicativas, entendidas como caminhos únicos para a real compreensão do *démarche* da história, ganham força propostas

historiográficas que se debruçam sobre múltiplos olhares e objetos, interessadas também nos indivíduos, sujeitos, em última análise, da história

Os arquivos pessoais ganham, assim, destaque, na medida em que os documentos neles acumulados, antes considerados em grande parte apenas lugares de construção de memórias individuais de seus produtores, são transformados em fontes válidas para a construção do saber histórico.

Também se inserem nesse quadro os acervos pessoais de cientistas, cada vez mais considerados como fontes primordiais para uma compreensão mais ampla da história das ciências. Maria Celina Soares de Mello e Silva, por exemplo, aponta os arquivos pessoais de cientistas como um dos três tipos de arquivos científicos existentes (junto com os arquivos de tutela e os de instituições de pesquisa e ensino) (SILVA, 2006). E os arquivos científicos, em suas diferentes formas, são base para a compreensão maior de vários aspectos da História da Ciência – dentro da lógica de valorização de múltiplos objetos historiográficos apontados acima. Como destaca a autora:

Estes arquivos são de interesse inquestionável para o historiador da ciência, pois, para ele, não é só o produto final de um trabalho de pesquisa, um artigo ou um livro publicado, ou um relatório, que são importantes. Consideram igualmente importantes os registros do progresso da pesquisa, os passos percorridos até o resultado final, os rascunhos, as ideias iniciais e outros documentos que muitas das vezes não são vistos como importante pelos cientistas. (SILVA, 2006, p. 99).

Acervos pessoais têm, obviamente, especificidades que os diferem de outros tipos de arquivo. Dentre elas, a óbvia marca da individualidade de seus produtores, tendo em vista tais arquivos darem conta de existências únicas, que são a origem de seus conjuntos documentais. Fruto dessa individualidade, outra característica que marca a maioria desses acervos toma forma: tais

acervos não possuem, invariavelmente, um padrão de acumulação de documentos, passível de ser reconhecido a priori.

É o indivíduo, responsável único pela produção do acervo, o grande definidor dos critérios de seleção da documentação a ser preservada. E esta seleção é, portanto, dotada de uma subjetividade e intencionalidade pertencentes apenas a seus autores, o que torna necessário, a quem os organiza posteriormente, um trabalho de busca (nem sempre bem sucedido) pela lógica norteadora de sua acumulação.

Aqui, devemos ter em mente as diferenças de constituição entre arquivos institucionais de caráter permanente⁷⁹ e arquivos pessoais. Por mais que a subjetividade esteja presente quando da definição da documentação institucional que deverá ser preservada permanentemente, a estrutura administrativa do órgão produtor da documentação garante ao processo de organização desse acervo certa "estabilidade", desde que tal processo retrate e reproduza tal estrutura (BELLOTTO, 2005).

Diferentemente, a seleção da documentação preservada nos arquivos pessoais é, como já dito, marcada pela subjetividade de seus produtores, afetada ainda, em boa parte dos casos, pela intencionalidade desses — e de todos que manipularam a documentação antes de sua organização arquivística — de, por meio de tais documentos, promoverem a construção de uma memória "desejada". Logo, há por detrás da lógica de acumulação dos acervos pessoais a ideia de transferência à posteridade de determinados fatos ou visões de interesse de seus produtores, que seriam legitimados pela documentação aí acumulada.

79 Aqui, utilizamos o conceito de arquivo permanente descrito por Belloto (2005), em particular as características dos arquivos institucionais, fundos documentais produzidos por instituições e não pessoas físicas.

Assim, essa intencionalidade é, em boa parte dos casos, o critério principal para guarda e descarte de documentos, desenhando o arquivo segundo a visão particular de seu produtor e/ou daqueles que tiveram tal documentação sob seus cuidados. Em suma, essa manipulação inicial, plena em valores subjetivos, em grande parte é a responsável final por estabelecer o que "merece" ser lembrado e o que "pode" — ou "deve" — ser esquecido, em uma pré-seleção documental que foge ao controle do arquivista.

O arquivo pessoal é, nesse contexto, uma tentativa de *escrita de si*, marcada por uma dicotomia, assim definida por Ângela de Castro Gomes, em outro de seus textos:

De um lado, haveria a postulação de que o texto é uma representação de seu autor, que o teria construído como forma de materializar uma identidade que quer consolidar; de outro, o entendimento de que o autor é uma "invenção" do próprio texto, sendo sua sinceridade/subjetividade um produto da narrativa que elabora. (GOMES, 2002, p. 15-16).

Em resumo, a particularidade de ser um arquivo dotado de uma intencionalidade constitutiva subjetiva, que molda a sua composição, ao mesmo tempo em que tal documentação preservada modela seu objeto, seu autor (que é, portanto, simultaneamente produtor e construção central desse arquivo) afeta não só o trabalho do pesquisador que utilizará sua documentação como fonte. O trabalho que antecede a esse – a organização arquivística do acervo – deve ter em mente essa especificidade, na medida em que ela também o atinge.

Assim, a tarefa de organização de arquivos pessoais deve, além de seguir premissas básicas ao trabalho arquivístico – como o respeito ao princípio da proveniência e o consequente foco nas funções desempenhadas por seu produtor –, também levar em conta, desde que identificáveis, padrões de organização da documentação

utilizados por seu produtor (como correspondências voltadas a um determinado tema destacado das demais pelo autor do arquivo).

O respeito aos padrões de organização deixados pelo produtor do acervo (mesmo que escassos) permite que sua organização reflita, em grande medida, a maneira como esse se relacionava com a documentação e, em último caso, organizava sua "memória", o que permite a construção de arranjos de organização que permitam apreender, em grande parte, a intencionalidade que levou à sua produção (permitindo-nos vislumbrar, por exemplo, alguns dos valores importantes que definiram as razões para guarda de determinados documentos).

Mais especificamente, o ponto em questão é o de como organizar um arquivo pessoal respeitando, da melhor maneira possível, necessariamente princípios presentes nesse trabalho de organização, dentre eles a garantia da manutenção contextualização do documento em seu locus orgânico de produção ou acumulação, tendo em vista que, para tais arquivos, a lógica que determinou esse processo de acumulação quase nunca é do conhecimento de quem o organiza *a posteriori*. Os arquivos pessoais têm aí uma de suas características mais marcantes: o fato de se apresentarem àqueles os organizam, aos arquivistas, ao menos em um primeiro momento, como uma massa de documentos acumuladas aleatoriamente. Como aponta Ariane Ducrot, ao tratar do tema:

Com freqüência (...) o fundo recebido está na maior desordem. Seja porque jamais tenha sido classificado, seja porque a ordem primitiva sofreu alterações tais que é impossível restabelecê-la, seja, ainda, porque é extremamente insatisfatória. (...) (DUCROT, 1998, p. 160).

Vencer essa quase completa ausência de uma ordem pré-estabelecida, reconhecível *a priori*, dos documentos recolhidos em arquivos, é o desafio maior da tarefa de organização dos arquivos pessoais. Nesses casos, o conhecimento biográfico sobre os

produtores do acervo costuma fornecer valiosos caminhos para vencer tais desafios.

Entretanto, biografias, assim como os arquivos pessoais, são obviamente singulares. Diferentes indivíduos constroem trajetórias distintas. Alguns têm a maior parte de sua vida documentada, publicizada; outros são marcados por existências mais "opacas", onde distintas esferas ou momentos de sua existência não são amplamente conhecidos. Logo, o conhecimento mais amplo ou mais restrito dos dados biográficos dos produtores dos acervos afeta diretamente os caminhos adotados na organização de seus arquivos. É o que pretendemos demonstrar a partir de Luiz Cruls e Eugen Hussak, importantes cientistas dotados, entretanto, de biografias com características distintas.

Cruls e Hussak: as diferentes trajetórias de dois cientistas estrangeiros radicados no Brasil e seu uso como caminhos para organização de seus arquivos pessoais

Luis Cruls nasceu em 1848 em Diest, na Bélgica, formou-se em engenharia civil em Gand, também naquele país e ingressou, após formado, no exército belga, atuando no campo da engenharia militar. Em 1873 deu baixa no exército, vindo para o Brasil em 1874, com o objetivo de conhecer novos lugares. Aqui, atuou como engenheiro na Comissão da Carta Geral do Império, entrando, na segunda metade da década de 1870, no Imperial Observatório do Rio de Janeiro, onde galgou vários postos até ser nomeado seu diretor em 1884 (cargo em que vinha atuando, como interino, desde 1881), tendo permanecido na função mesmo com a mudança de regime do Império para a República.

Até o fim de sua vida, em 1908, Cruls atuou no Observatório e em outros cargos e missões ligados ao Estado brasileiro, tendo sido, por exemplo, professor da Escola Militar, chefiado a Comissão

Exploradora do Planalto Central, nomeada pelo governo da República em 1892, e atuado na Comissão Mista dos Limites Brasil-Bolívia, de 1901.⁸⁰

Sobre Hussak sabemos que nasceu em 1856 na Áustria. Formou-se em Leipzig, aparentemente em fins da década de 70 do oitocentos. Produziu uma série de publicações científicas geologia/petrografia nas décadas seguintes (como Introduction to the Determination of the Rock-Forming Minerals, publicado na Inglaterra em 1893). Especificamente sobre sua atuação profissional no Brasil, as informações mais pormenorizadas que possuímos são as relativas à sua participação na Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, entre 1887 e 1895 e, particularmente, sua participação na já citada Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil (também chamada de Comissão Cruls⁸¹) – momento único de atuação conjunta dos dois personagens aqui trabalhados. A Comissão, comandada pelo diretor, a época, do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, o belga Luiz Cruls, tinha por missão estudar a melhor localização para instalação, naquela região, da nova capital do Brasil. Hussak foi o geólogo da mesma.

Além das citadas atividades de caráter oficial/estatal, Eugen Hussak continuou, ao longo de sua vida profissional, a desenvolver pesquisas sobre a geologia brasileira, mantendo, concomitantemente, contatos acadêmicos e profissionais que

- As informações sobre a vida de Luis Cruls aqui utilizadas foram retiradas de Antonio Augusto Passos Videira. *A biografia de Luiz Cruls*: 1848-1908, publicado no Inventário do Arquivo Luiz Cruls (2007).
- Sobre os trabalhos da Comissão Cruls há informações detalhadas, inclusive das atividades desenvolvidas por Hussak, em virtude da publicação de relatório da Comissão o chamado *Relatório Cruls*. Vale destacar que esse relatório foi recentemente republicado pelo Conselho Editorial do Senado (Cruls, Luiz. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central*. Brasilia: Conselho Editorial do Senado, 2003).

envolviam intensa troca de informações e desenvolvimento de pesquisas com distintas empresas, instituições de ensino e pesquisa e cientistas de diferentes partes do mundo, atividades essas que desenvolveu até sua morte, em 05 de setembro de 1911, em Minas Gerais⁸²

Vidas que apresentam semelhanças no seu caminhar – afinal ambos são homens de ciência estrangeiros, que tiveram papel de destaque em suas áreas de atuação, desenvolvendo a maior parte de suas atividades profissionais no Brasil – mas que, todavia, tem uma diferença essencial que afeta sobremaneira o conhecimento de suas biografias: a sua maior ou menor vinculação com o Estado brasileiro. Esse traço dissonante em suas vidas faz com que a organização de seus acervos nem sempre tenham como resposta caminhos semelhantes.

Comecemos analisando o caso de Luiz Cruls. O fato de ter tido uma vida profissional solidamente atrelada ao Estado brasileiro, em diferentes missões a ele atribuídas, e em particular a um órgão específico desse Estado – o Observatório Nacional – relaciona-se não só a natureza da documentação acumulada em seu arquivo pessoal, como também ao arranjo pensado pela equipe do AHC do MAST quando da organização do mesmo.

Tomemos por base as informações contidas no Inventário do Arquivo Luiz Cruls (MAST, 2007). O arranjo ali utilizado dispõe os arquivos textuais em quatro séries. Duas dessas séries (as de números 2 e 3) são dedicadas às atividades profissionais de Cruls no

As informações biográficas aqui disponibilizadas sobre Eugen Hussak foram retiradas de sitios especializados em geologia e petrografia da internet, como <www.minreg.org> (the mineralogical record) e <www.jstor.org>. Fonte importante de informação sobre a vida de Hussak para muitos desses sítios é o obituário de Hussak escrito em 1912 por Miguel A. Lisboa.

Observatório Astronômico (posteriormente Observatório Nacional) e às viagens e expedições profissionais das quais tomou parte. Interessante notar que boa parte dos dossiês que as compõem é formada por documentos oficiais, como oficios, produzidos dentro da estrutura administrativa dos órgãos em que trabalhava.

Logo, o quadro de arranjo pensado para o acervo Cruls, especificamente nas séries ligadas às suas atividades profissionais, obviamente foi influenciado pelas estruturas dos órgãos nos quais atuou, em particular nas séries voltadas às atividades profissionais. Tais estruturas facilitam a identificação das funções as quais estava vinculada a produção documental. Isso possibilita aplicação do modelo de organização que prioriza a classificação dos documentos segundo as funções desenvolvidas pelo produtor do acervo, modelo assim descrito por Paulo Elian dos Santos:

O sistema de classificação de documentos deve ter um único critério no estabelecimento dos elementos de classificação, e esse critério passa obrigatoriamente pelas funções. (...) O método funcional vai exigir do arquivista um esforço de coleta e síntese dos dados que possibilite um profundo conhecimento da administração ou da pessoa produtora dos fundos (SANTOS, 2007, p. 48-49)

Em casos como o do acervo Cruls, onde as funções desempenhadas pelo produtor do acervo são facilmente mapeadas, a aplicação de tal princípio é facilitada. A essa vinculação institucional deve somar-se, como elemento facilitador ao processo de organização do arquivo, o fato de Luiz Cruls ser uma pessoa de atuação pública destacada, o que permite mapear muitas de suas atividades a partir de outras fontes que não a documentação constante de seu acervo ou o conhecimento das estruturas organizacionais nas quais atuou. O relatório da *Comissão Cruls* parece-nos exemplar desses outros caminhos passíveis de serem utilizados como fonte de pistas sobre a o contexto de produção de parte da documentação presente em seu acervo pessoal.

O fato de ser uma figura de grande visibilidade na área científica permite uma melhor identificação daquela parcela da documentação considerada pessoal (e compilada na série 1, pela equipe do AHC responsável por sua organização). Por exemplo, correspondências trocadas com familiares, compiladas em distintos dossiês da série em questão, têm como informações a complementar a sua identificação dados ligados à biografia profissional de Cruls.

Por exemplo, nas informações sobre a documentação constante do dossiê LC.T.1.025, que contem telegramas trocados entre Cruls e sua esposa, sabemos que os mesmos se referem ao período de sua atuação na Comissão Mista de Limites Brasil-Bolívia (1901). Neste caso, como em outros envolvendo documentos do arquivo de Cruls, parece-nos claro que o fato de possuir uma biografia reconhecida publicamente, que atuou em atividades plenamente documentadas no âmbito do Estado brasileiro, torna mais completas as informações sobre sua documentação.

Situação totalmente distinta é a encontrada no arquivo de Eugen Hussak. Ainda em fase de levantamento pela equipe do AHC, o trabalho de organização dessa documentação não conta com o auxílio de uma trajetória biográfica/profissional tão bem mapeada, a ponto de produzir informações em quantidade semelhante àquelas produzidas pelo exame da biografia de Cruls.

Quando comparados à biografia de Cruls, os dados existentes sobre a vida e a atuação profissional de Hussak são mais esparsos. Isso se deve a uma trajetória profissional baseada em um papel secundário e subordinado (no âmbito administrativo), que o mesmo desempenhou nas diversas atividades em que se envolveu.

Deve-se aqui abrir um parênteses: não há, no juízo acima citado, um julgamento do valor profissional de Eugen Hussak. Seu papel de destaque no campo da geologia e, mais especificamente, da

petrografia, é reconhecido mundialmente. Entretanto, Hussak, ao contrário de Cruls, não se caracterizou por uma vida profissional marcada por laços sólidos e duradouros com empresas ou com o Estado, por exemplo. O exame preliminar de sua documentação permite-nos inferir que boa parte de seus trabalhos foram desenvolvidos de moto próprio, motivados não por uma decisão institucional ou em virtude do cumprimento de funções estruturadas segundo laços dessa natureza.

Ao contrário do caso Cruls, onde a "institucionalização" do cientista é fonte de boa parte das informações biográficas sobre o mesmo, o trabalho de organização do acervo Hussak não dispõe desse instrumental para dar conta das lacunas em sua biografia – lacunas essas que acabam por se desdobrar na carência de informações a serem utilizadas na identificação e classificação da documentação.

A leitura dos documentos presentes no arquivo Hussak reforça a imagem de um cientista que desenvolvia distintas atividades em paralelo, com relações de trabalho e acadêmicas, por exemplo, notadamente fluidas. Sua não "institucionalização" profissional (traduzida pela ausência de vínculos fortes a ligá-lo claramente a algum órgão) não permite, ao contrário do que ocorreu no caso Cruls, dotar os instrumentos de busca que venham a ser construídos de informações mais detalhadas que, em última instância, facilitam o trabalho dos pesquisadores de seu acervo.

Esse "silenciamento" biográfico afeta também a documentação de caráter pessoal, familiar, existente no acervo. A ausência de maiores fontes complementares acerca da biografia de Hussak trará dificuldades quando da construção do quadro de arranjo e da descrição documental, na medida em que este contará com um conjunto de dados diminuto, quando comparado às informações disponíveis sobre o acervo Cruls.

A ausência de informações biográficas, particularmente as de caráter profissional, dificulta a organização do acervo, mas não a impede. Como no caso Cruls a solução, no que se refere à documentação de caráter profissional, passa por promover uma classificação onde o elemento norteador seja o quadro de funções/atividades desempenhadas por seu produtor. Se há falta de informações mais detalhadas sobre as atividades desenvolvidas por Hussak em determinado momento de sua vida, essa não impede o mapeamento das funções primordiais de que tratam tal documentação (atividades acadêmicas, documentos profissionais na área geológica, por exemplo). Afinal, o cerne de um sistema de classificação por funções está no caráter primordial dessas:

Na sistematização dos dados levantados será importante, para a organização dos documentos de arquivo, identificar com clareza as funções primordiais assumidas pelo produtor do arquivo (SANTOS, 2005, p. 38).

Considerações finais

Em virtude das singularidades dos arquivos pessoais, fruto de sua subjetividade extrema (constituídos ao longo da vida de um indivíduo, não produzido nem recolhido segundo modelos institucionais prescritos, dando conta de sua vida particular e de suas relações com o mundo) o trabalho de organização dos mesmos busca subsídios continuamente na biografia de seus produtores.

Todavia, biografias são, obviamente, distintas. Mesmo nos casos em que os produtores do acervo tenham trajetórias de vida aparentemente similares, como Luiz Cruls e Eugen Hussak (cientistas estrangeiros, de destacada atuação em suas áreas, que desenvolveram a maior parte de suas carreiras profissionais no Brasil) as especificidades dos caminhos adotados por ambos faz com que suas biografias sirvam de maneira distinta como ferramentas para organização de seus arquivos.

Em nossa opinião, o que tornou a biografia de Cruls como instrumento primordial para organização de seu arquivo pessoal foi o fato do mesmo ter construído sua vida profissional vinculado à estrutura formal do Estado brasileiro, em particular ao Observatório Nacional. O fato de ter assumido posições de mando nessa estrutura facilitou sobremaneira o levantamento de seus dados biográficos, na medida em que a história das instituições nas quais atuou normalmente auxilia na descoberta de informações relevantes sobre sua vida.

O mesmo caminho é impossível de ser adotado no acervo de Hussak. Dono de uma intensa atividade profissional, marcada, entretanto, pela ausência de vínculos exclusivos com instituições, Hussak desenhou assim uma trajetória profissional que tem conseqüências no processo de organização de seu acervo. Afinal o levantamento de informações sobre sua biografia não tenha a auxiliá-lo as fontes institucionais, tão relevantes no caso Cruls.

Apesar das especificidades de seus casos, os acervos de Cruls e Hussak demonstram o papel central que os dados sobre suas vidas possuem na organização da documentação. A subjetividade assume, nesses arquivos, de maneira mais clara que nos demais, seu papel, sempre presente, nos processos de organização de qualquer acervo. Estar ciente sobre esse papel é atentar para o que nos diz Terry Cook:

Assim como os cientistas, os arquivistas são (e sempre foram) parte importante do processo histórico em que se encontram (...). Minha recomendação é que os arquivistas deveriam aceitar, em vez de negar, sua própria historicidade, ou seja, deveriam reconhecer, ao invés de negar, sua própria participação no processo histórico (...). Deveriam, portanto, reintegrar o subjetivo (isto é, a mente, o processo, a função) com o objetivo (isto é, a matéria, o produto documentado, o sistema de informações) em seus constructos teóricos e em suas metodologias estratégicas. (COOK, 1998, p. 142).

Referências

ARQUIVO Luiz Cruls: inventário. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2007.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes*: Tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 151-168, 1998.

GOMES, Ângela de Castro . Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 121-127, 1998.

_____. (Org.). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: ED. FGV, 2002.

PROCHASSON, Christophe. Atenção: verdade! Arquivos privados e renovações das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p.105-119, 1998.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivos de Cientistas*: gênese documental e procedimentos de organização. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A arquivística e os arquivos pessoais de cientistas. *Registro*, Indaiatuba, n 5/6, p. 44-53, jul. 2006/maio 2007.

_____. Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Silva. Avaliação de documentos de interesse para história da ciência. IN: ENCONTROS DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 2003. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2006.

Terry Cook. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21 p. 129-149, 1998.

Tema 4

Usos e usuários dos arquivos científicos: o papel das instituições de custódia de acervos na mediação entre o direito de acesso e as informações com restrições

Users of the scientific records: the role of custodial institutions in mediating between the right of Access and information restrictions

Archivists as tightrope artists: balancing property and privacy rights While putting users first

William Maher

Introduction:

Metaphysical Thoughts on the Utility of Archival Objects

There can be no greater purpose to our professional work than the principle that archives exist to be used. This is more than just a utilitarian imperative, but an ethical responsibility that emanates from a fundamental dual responsibility of all humans to derive heritage, accountability, and learning from the past and allow succeeding generations to benefit from the experience and knowledge from the past. The paramount utility of the past means that all aspects of archival activities should be conducted so that use is the defining value whether for our appraisal/selection criteria, descriptive metadata, or preservation policies.

Nevertheless, to professionally and ethically deliver archival content to users and to ensure that users are empowered to extract maximum value from archives, we must be aware of certain characteristics of archives where absolute or complete access may conflict with individual rights or laws. First, we must remember that archives are about people, and sometimes our documents touch on sensitive matters of a personal nature that should be kept private for a period of time. Second, because we live in a society based on a system of personal property and because archives overwhelmingly

contain creative works, archivists need to understand the basics of intellectual property law and copyright so that we can apply it equitably, explain it to our users, and use our collective voice to influence its formulation at national and international levels.

Unfortunately for us in the twenty-first century, archivists must pursue our mission in a world circumscribed by ever-expanding restrictions emanating from privacy and copyright considerations. Even in this post-Wikileaks world, we see increasing concerns about threats to privacy from today's active information systems, whether relating to health information or consumer purchasing habits and resulting in a rash of data-protection legislation. In terms of copyright, the monopoly rights that served society well in the conventional print world are being extended to the digital world but without the kinds of exemptions and exceptions that exist for analog material. The effect is to prevent archivists from realizing the value of the most revolutionary communication tool since the invention of the printing press. This paper will explore the background of these issues and their implications for fulfilling the sole purpose of archives-use and the exploitation of the riches they contain to benefit society at large.

Archival Foundations

To ensure that we have a common basis for understanding how these issues of personal privacy and intellectual property relate to archival science, let me first make clear some of my assumptions about archives as practiced in an international environment. From a functional perspective, archives include: official records of all types of institutions, publications formally issued by these institutions, personal archives, and artificial and topical collections. To be complete, archives will include a virtually unlimited variety of physical formats: paper, plastic, digital/virtual, and hybrids. Beyond these functional and physical categories, archives contain a

breadth of documentary types or genres, including correspondence, diaries, reports, research notes, logs, data files, images (still and moving), and sound. Issues of privacy and copyright can arise with any combination of these functional, physical, and genre types, and the policy response can vary considerably depending on how these types combine.

Regardless of these differences among archives and the documents archivists hold, there are some important commonalities in their professional management. Proper stewardship of archival legacies depends on the systematic application of theory and best practices in each of seven distinct domains. These are: administrative authorization, authentication, appraisal, arrangement, description, preservation, and use. Although some of these sub-disciplines are found in other fields, such as records management or librarianship, what is unique about our work is that mastering it requires that we integrate all seven of the principles while applying each simultaneously. For example, assessment of the descriptive needs of a body of records is also an essential step in its appraisal, otherwise we cannot properly make the records ready for users. The interrelationships of these areas in archival science is one of the reasons that, for example, a library response to privacy or copyright law revisions can be of very limited value for archival needs.

An archives, of course, is not just a treasure trove, a storage depot, or a dump. Rather, an archives is an actively and effectively managed selection of documents of enduring value with the sole goal that the utility of these documents can be discovered and exploited for whatever reasons and purposes people in the present and future may have. In light of this conference's emphasis on the prime importance of user access, effective management requires not just physical ownership, but also intellectual control of the documents. Yet, intellectual control is more than just a matter of good descriptive inventories and indices. To aid users, we also must

be able to navigate between two types of personal property rights in the content of the documents themselves—privacy and copyrights.

In terms of privacy, archives and archivists have been guarding what we might call a "dirty little secret"- we know that one of the main attractions of being an archivist is that we can read other people's mail. Archives provide behind-the-scenes looks at people's lives and thoughts because the kind of materials we gather are those created for personal or narrow uses rather than publication and widespread presentation. In fact, if we honestly look at our collections, we will see that they contain many things that if the donor knew they were there, the donors might not have allowed us to acquire them. True, some enlightened donors have a general awareness that their archives may contain evidence for an honest assessment of their careers. A few donors might show an enlightened view that the completeness of the record is the best course to a faithful account of their lives. However, for many records creators and donors, I suspect they really have no clear idea of the depth of analysis possible in the material that they donate.

Yet, we and our researcher users know that without the archivist's efforts to seek out and acquire these kinds of "insider" documents, the full record of society and the discovery of truth would be very difficult, if not impossible. At the same time, doing archival work is about being dedicated to people, and we know that full and immediate disclosure of the inside contents of the correspondence and diaries we hold can be intrusive on the privacy of both the creators of the records and others, the third parties who never had a choice in putting these collections in the archives. Thus, we must approach archives as a closed information system, which means we have to understand, recognize, and act to protect privacy interests in the documents we hold, all while making sure we provide

researchers with the most complete record of the past in a way that is consistent with our professional ethos and society's norms. The system needs to be built on mutual trust, and if we want to serve researchers' interests, we need to be especially careful that we balance user access with a respect for privacy. Otherwise, we could lose the participation of the creator/donor community.

Meanwhile, we need to balance yet another property right with users' needs-copyright. Because of the particular history of the rise of western/European society, copyright emerged as the idea that documents are more than just their physical structure. In other words, they embody a work of creative expression that can exist separately from their physical structure. In simple terms, there is a distinction between the physicality of a book's pages and the intellectuality of the work they contain. Emerging out of the history of printing, the Protestant Reformation and the English Civil War, as well as the development of a capitalist and consumer culture, copyright became in the 18th century a mechanism to manage the distribution and use of works by authors, publishers, and the public. Interestingly, as historian Mark Rose has said, "... copyright is not a transcendent moral idea, but a specifically modern formation produced by printing technology, marketplace economics, and the classical liberal culture of possessive individualism. It is also an institution built on intellectual quicksand: the essentially religious concept of originality, the notion that certain extraordinary beings called authors conjure works out of thin air"83. From the time of the very first copyright law in 1710 to the present, the notion of the rights of authors to own and have exclusive control over their

Mark Rose, *Authors and Owners: The Invention of Copyright*, (Cambridge: 1993, Harvard University Press, p. 142.).

writings has expanded to cover virtually every technology by which humans communicate, whether of a serious academic nature or matters quite superficial such as cell phone ringtones⁸⁴.

One can debate whether private or community ownership and control is a better approach for organizing society and managing knowledge, but the fact is that by the start of the 21st century, the entire world was marching to the tune that authors or their assigns should hold a monopoly in copying, distributing, adapting, and performing creative works. Moreover, the idea of a human author with a finite lifetime has become stretched to include large corporations with potentially unlimited lifetimes.

The issues stemming from privacy and copyright can have as much of a negative effect on the usability of archives as can brittle paper, oxide-shedding magnetic tapes, and "bit rot" on CDs and DVDs. We all know that privacy and intellectual-property ownership often limit the utility of archival holdings. Still, there are areas where "safe harbors" can be exploited or created if they do not already exist. There are also important issues on which archivists need to be policy advocates.

Privacy Issues and Archives

One of the core values of archival material is that it is something that is otherwise not widely circulated, and it may contain frank and revealing content. In some cases, it might be material of strategic business value (e.g., recruitment plans, product research and

Great Britain's "An Act for the Encouragement of Learning, by Vesting the Copies of Printed Books in the Authors or Purchasers of such Copies, during the Times therein mentioned" is commonly known as the "Statute of Anne." An excellent account of its passing and its effect on the book publishing industry can be found in Rose, pp. 41-48, especially pp. 46-47.

development, or football plays). In other cases, it can be something of personal sensitivity, such as health information, academic or employment performance, or even sexual preference, which for personal or societal reasons call for discretion or non-disclosure. While we can all understand the reasons that a person might wish to keep certain personal information just to themselves, anyone who has worked with historical documents has seen how, over the fullness of time, some of this information can be very valuable to researches as they seek to understand the past, and to advance and serve mankind. For example, while an employment file may reveal the sexual preferences of one our faculty that in the late 1940s caused him to be sent off to a what was then called a sanitarium for "rehabilitation" and eventually dismissed, now those same documents provide very exactly the kind of evidence today's researchers need to explain the repressive atmosphere of an earlier era when human rights were not as they are now.

Fundamentally, then, privacy is a personal right attached to a living individual, regulated by laws in various jurisdictions. In the U.S. it is managed largely by state statute rather than national law. In Europe, it is governed by EU law. The overall principle is based in the Universal Declaration of Human Rights's Article 12, which states: "No one shall be subjected to arbitrary interference with his privacy, family, home or correspondence, nor to attacks upon his honour and reputation. Everyone has the right to the protection of the law against such interference or attacks." Regardless of the particular law, to assess whether privacy might be at issue, we should consider the idea that privacy involves four "prongs:" 1) Intrusion on a person's seclusion; 2) Public disclosure of private facts; 3) Being publicly placed in a false light; 4) Appropriation of

⁸⁵ Available at: http://www.un.org/en/documents/udhr/>.

one's name or likeness. To be actionable, the disclosure must be offensive and objectionable to persons of reasonable sensitivity.

As archivists, we may have a specific legal obligation to protect privacy in the records we hold by not allowing access or disseminating sensitive content without permission of the person affected. Even if there is not a formal law, institutional standards and the currently emerging International Council on Archives' (ICA) Principles on Access call for us to be respectful of privacy interests. Archivists should approach the management of privacy and access restrictions as a "three-legged stool". Restrictions need to be clear and based on relevant laws, they need to be for fixed and reasonable time periods, and there needs to be a mechanism for persons to apply for access to the materials before the expiration of the restriction term. These traditional benchmarks for restrictions are reflected in ICA draft Principles on Access which are being circulated for comment before their prospective adoption at the Brisbane ICA Congress in August 201286. As to the term of protection, typically it can be a decent interval after the death of the individual, provided that the disclosure would not affect the privacy of a living person.

Copyright and the Use of Archives

As noted above, archives contain not just documents valued for their physical structure, as paper, film, or digital, but because of

For example, principle four states that "Institutions holding archives ensure that restrictions on access are clear and of stated duration, are based on pertinent legislation, acknowledge the right of privacy in accordance with cultural norms, and respect the rights of owners of private materials." Principle seven states that "Users have the right to appeal a denial of access." The principles can be viewed at http://www.ica.org/download.php?id=1583 (English version) and http://www.ica.org/download.php?id=1595 (Portuguese version).

their intellectual form as correspondence, research notes, or images and especially for their intellectual content, such as narrative reports, poetic, musical, or graphical expressions. As governed by the Berne Convention for the Protection of Literary and Artistic Works, it is this latter aspect of our archives—the expressive content of our documents – that is the subject matter of copyright. Both the Berne Convention, last amended in 1979, and the 1996 World Intellectual Property Organization (WIPO) Copyright Treaty provide the broad outline of copyright and authors' rights, but ultimately copyright law is determined by the laws of the nation in which one is operating. A complicating factor is that the international treaties allow nations considerable latitude in how they implement the provisions⁸⁷. Thus, there are variations from country to country in how the laws are structured and how their provisions are phrased. As a result making a decision on any aspect of copyright can be confusing and intimidating. However, to understand the broad ways in which copyright affects our work as archivists, it is useful to start with the basic concepts incorporated into the international treaties.

Fundamentals of Copyright

The following is not a technical or legal exposition of all facets of copyright, but rather a guide to its core concepts and objectives. The basic idea is that the author of a work has an ownership stake in its exploitation, often described as "economic rights." Copyright applies to a broad range of works of creative expression. In the words of the Berne Convention, they "shall include every production in the literary, scientific and artistic domain whatever may be the mode or form of its expression, such as books, pamphlets, writings, lectures, dramatic or dramatic-musical,

87 Berne Article 5.

choreographic, music, cinematographic works..." They can include drawings, paintings, architecture, sculpture, photography, maps, and plans, as well as three-dimensional objects⁸⁸, computer programs⁸⁹, translations, adaptations⁹⁰, and collections⁹¹. To be eligible for copyright protection, an item only needs to be a work of creative expression⁹² and must be fixed (generally) in some form from which it can be retrieved⁹³. In general, eligible works do not include things such as ideas, procedures, methods of operation, and mathematical concepts⁹⁴, news of the day, or facts having the character of mere press information⁹⁵.

The ownership of copyright belongs to the creator, but it can be transferred or assigned, and it can be shared, as in the case of joint authors. Also, it can belong to the employer when the work is something a person is hired to do⁹⁶. Rights, except so-called "moral rights," can be transferred in whole or in part. This ownership is an exclusive right or monopoly to do certain things, such as copying⁹⁷; distributing⁹⁸; writing derivative works such as revisions,

- 88 Berne 2.1.
- 89 WIPO 4.0.
- 90 Berne 2.3.
- 91 Berne 2. BR 7 I-XIII.
- 92 WIPO 2.0.
- 93 Berne 2.2 makes this matter for legislation.
- 94 WIPO 2.0.
- 95 Berne 2.8 BR 8 I-VII, cf. BR 7.3.
- 96 Employer ownership would not seem to be allowed in Brazilian law as per BR 11: "the author of a literary, artistic or scientific work is the natura person who created it."
- 97 Berne 9.1, BR 29.I-II.
- 98 WIPO 6.1 BR 29.VI.

adaptations⁹⁹, and translations¹⁰⁰; making a collection of one's works¹⁰¹; performing and broadcasting¹⁰².

If any of these are done without the author's permission, the action is an infringement, and the author is entitled to legal remedies and compensation for infringements. To claim one's copyright, all that is needed is for the author's name to appear on the work¹⁰³, and it applies whether published or unpublished. So what happens if you violate the exclusive rights of the author? The consequences of infringement can include seizure of the copies, seizure of the profits made, interruption of broadcasts and performances, and destruction of unlawful copies, masters, and the copying equipment itself¹⁰⁴.

Archivists and archives users should be particularly concerned about copyright because it endures for a long time. Indeed, from what the law of 1710 had provided as a term of a maximum of 28 years from publication, it now extends to the life of the author, and to a further 50 or 70 years, depending on the type of work and jurisdiction. For example, in Brazil it is 70 years *post mortem auctoris*¹⁰⁵.

- 99 Berne 12, 14.
- 100 Berne8 BR 29.III.
- 101 Berne 2bis.3.
- 102 Communicating: Berne 11 and 11ter BR 29 VIII. Broadcasting: Berne 11bis.1, BR 29 VII.
- 103 Berne 15.1 cf BR 11-16.
- 104 Seizure Berne 16.1 BR 103, copies and profits made BR 103, participatory infringement in selling BR 104, interruption of broadcasts and performances BR 105, destruction of unlawful copies, blocks, molds, and negatives BR 106.
- Berne 7.1, EU Directive 2006/116/EC. BR 43 and BR 46 for economic rights. Berne 7.6 & 8 does allow countries to make it longer than 50 years *post mortem auctoris* (p.m.a.). Note that in Brazil, it is 70 years after fixation for phonograms and transmissions.

To a limited extent, current treaties allow nations to provide some exemptions to this monopoly of exclusive rights. For example, a country can pass laws to permit quotations compatible with fair practice, copies for teaching consistent with fair practice, or news reporting¹⁰⁶. Overall, exemptions provided by national legislation are supposed to meet a "three-step-test" derived from Article 13 of the WTO's 1994 TRIPS agreement, which states that "Members shall confine limitations and exceptions to exclusive rights to *certain special cases* (Step 1) which do not conflict with a *normal exploitation* (Step 2) of the work and do *not unreasonably prejudice* (Step 3) the legitimate interests of the rights holder"¹⁰⁷.

The Brazilian law articulates a limited number of exemptions, including news or informative articles in the daily press and for the visually handicapped¹⁰⁸. Also allowed are one copy of short extracts for private use without gainful intent of the copier¹⁰⁹; quotation in books and newspapers of passages of works for the purpose of study, criticism or debate, to the extent justified by the purpose, provided the author is identified and source of the quote is given¹¹⁰; and paraphrases and parodies where they are not actual reproductions of the original work and are not in any way derogatory to it¹¹¹.

- 106 Berne 10.1, 10.2 and 10bis.1 (via legislation).
- That is, the provisions of Berne 9.2 require that if a nation legislates any exceptions to the exclusive rights, the exceptions need to be designed narrowly so that they apply only in special cases, that the exceptions do not interfere with the normal economic exploitation of the work by the copyright holder, and that the exceptions do not impair the author's interests in the work.
- 108 BR 46.Ia, 46.Id.
- 109 BR 46.II.
- 110 BR 46.III.
- 111 BR 47.

There is one exemption seems to define an entire category of rights not found in the Anglo-American tradition. Article 46.I.c makes it permissible to reproduce "portraits or other forms of representation of a likeness, produced on commission, where the reproduction is done by the owner of the commissioned subject matter and the person represented or his heirs have no objection to it". This causes the conscientious archivist to wonder what a researcher or archivist can actually do with all those individual and group photographs that have become so common in our collections since Kodak put cameras into everyone's hands.

In addition to the basic copyright issues and penalties noted above, the 1996 WIPO Treaty required countries to create legal prohibitions against circumventing any copy-protection mechanisms that copyright holders have used on their works. These technological prohibitions can make migration and preservation of electronic records very difficult¹¹³.

Meanwhile, the Berne convention also allows what are peculiarly called "moral rights" that deal with the investment of an author's personality into his or her creative works. These include rights to: to claim authorship, to object to distortion or mutilation, and to profit from the sale of their own original manuscripts, artwork, and music. In addition, Article 24.III of Brazilian law appears to allow an author even further "moral rights" including the right to keep a work unpublished, to insure its integrity, to amend or withdraw it, and to obtain access to an item so the author can copy it. These "moral rights" continue after death and are inalienable and

¹¹² BR 46.I.c.

WIPO 11.0, and 12.1 for strictures no interference with rights management information. Cf., Brazil 107 I-IV.

irrevocable¹¹⁴. U.S. copyright law is difficult enough to deal with. I am relieved that the moral rights issues that you have to face are not ones I have to administer.

Policy areas for archives

Given the broad scope of works covered by copyright, the extent of rights granted to copyright holders, and the duration of copyright ownership, it is inevitable that copyright affects how archivists can steward their collections. Indeed, if we say that our primary responsibility is to ensure that our archives are used by researchers, students, and scholars, we must have a solid grasp of policies and skills to manage copyright. The practices we need to adopt are best developed in light of the multiple contexts in which copyright affects archives.

Traditional, in-person examination and note-taking of original documents by researchers does not raise significant issues, but issues begin to arise anytime photocopies are needed and they increase as you consider digital cameras or scanning of documents for users. Copyright problems become even more prominent when we consider any projects to digitize content and present it via the internet because this raises violations of exclusive rights of copying, distribution, and possibly performance and display. This is particularly difficult when it is the research user who wants do such projects and expects us to be able to grant permission. In most cases we will not own the rights to grant such permissions.

Thus, our policies need to explain who owns the copyright in our archival holdings. For example, if it is an institutional archives,

Berne 6bis.1, and Berne 14ter.1, and BR 38 provide the *droit de suite* with allows profit from the future sale of original manuscripts and art of writers and composers.

who within the institution can provide approvals of requests for permission to publish? If the archives holds non-institutionally authored materials, what rights can the repository claim to own and what permissions can it grant? Does the archives routinely negotiate the acquisition of copyrights when it acquires collections?

Then there is the question of photocopying or scanning – services most of our users expect. If staff do the copying for the user, do they risk liability for contributing to infringement? Would self-service copying solve that problem? Regardless, copy order forms and notices need to make clear that copying for or by users is understood to be for private study and fair-use purposes only. They must clearly state that the users bear ultimate responsibility for making sure their subsequent use of any copies does not exceed the limits of copyright exemptions. Even when the archives owns the copyright, you need to know which rights you will and will not grant, and for what purposes. Do you distinguish permission requests depending on whether the user is a doctoral student, faculty member, journalist, or commercial entrepreneur? What kind of citation and credit lines are required when documents are reproduced by the users?

Regardless of ownership issues, the archivist needs to be careful to observe the line separating knowing the law from providing legal advice. The users of the materials must know that they have to assume all responsibilities and risks associated with the use. At the same time, if we are to fulfill our responsibilities to the authors represented in our archives we need to make sure that users know the limits copyright places on them. Likewise, if we are ever to make any headway in mitigating the limits large commercial interests keep trying to enforce, then our researchers need to understand how much of a stake they have in what otherwise might seem like an obscure and bureaucratic issue.

The Need for an Archival Voice in Advocacy

When I started work as an archivist, if I had said it would be possible for an archives to put a document on a machine, push a few buttons and immediately have the document readable throughout the world, people would have said I was hallucinating. Now, we have such tools, but unfortunately copyright law, which was created to spread learning, has gone in the opposite direction by expanding the nature of its constraints. The fundamental problem is that the existing copyright rules, which evolved in a conventional, print world, do not support the opportunities that digital technology provides for access and wide use of our archives. Thus, unless one is willing to ignore the law, the rules deprive us of the use of the most revolutionary communication tool since the printing press, and they inhibit our research users almost as much.

Neither the general public nor most research users have a very good sense of how much the law, written to regulate commercial activity, fails to allow them to take educational advantage of the current information environment. Nor have the public or research users shown any great understanding or readiness to do the political work necessary to change the balance away from a system that fails to serve science, learning, or society. It will take significant changes in international understandings as well as in the provisions of national laws to improve this situation. Archivists, being such a small constituency, are not in a strong position to compete with the large, well-connected commercial interests arrayed against us. However, if we are to be true to our core professional goal of making the past usable for the future, we have little choice but to exploit the moral credibility that comes from our basic mission and then advocate for such changes.

Copyright may be challenging and the current situation may be discouraging, but our immediate responsibilities are clear. First, we need to educate ourselves to all of the ways in which copyright applies to and affects archival goals. Next, while we must make our users aware of their responsibilities to copyright rules, we should also alert them to those areas where the current rules and system work against their interests. We need to identify those aspects in copyright treaties and laws which need to be amended to allow archives and their users to realize their full value to society. As a practical matter, we should develop compelling stories that illustrate the special needs that archives and their users have in

copyright. Finally, we need to learn where and when we can be most effective as advocates for policy and legislative change at the national and international level.

Fortunately, in the past few years, thanks to 2004 and 2008 initiatives by Chile, Brazil, Uruguay, and Nicaragua there has been a call for WIPO to develop treaty language that would require member states to enact exemptions in national law¹¹⁵. More recently, the International Federation of Library Associations (IFLA) as well as the International Council on Archives have given us an agenda to follow. On the international level, the ICA has recently reconstituted a copyright working group to examine these issues and recommend policy positions. It will soon issue a "white paper" on *Current Issues in Copyright for Archives* to identify those issues archivists across all national domains have in common, and thus lay the foundation for coordinated advocacy. Meanwhile, ICA has appointed a representative to send to WIPO in Geneva to monitor developments and speak on behalf of archival concerns.

Thanks in part to efforts from IFLA, there is also the prospect of a WIPO treaty to create an international standard for all countries to enact legislation that creates "library and archives" exemptions to copyright's exclusive rights. These "library and archives" rights are

Brazil, Chile, Nicaragua, and Uruguay in 2008 (SCCR/16/2) called for a 115 formal recognition by SCCR of minimum, mandatory exceptions and limitations. It stated: ". . . exceptions and limitations to copyright are important instruments for defining and protecting a heritage of public property and areas of freedom for the use of knowledge and products of human creativity, . . to guarantee the right of humankind to participate in cultural activity and scientific and economic progress. . . . " And it therefore called for SCCR to devote time to pursue activities, earlier outlined by Chile to develop texts for treaties to create exemptions. ["Proposal by Brazil, Chile, Nicaragua and Uruguay for Work Related to Exceptions and Limitations," available at: http://www.wipo.int/edocs/mdocs/ copyright/ en/sccr_16/sccr_16_2.pdf. The earlier "Proposal by Brazil, Chile, Nicaragua and Uruguay For Work Related to Exceptions and Limitations" can be found at: http://www.wipo.int/edocs/mdocs/ copyright/en/sccr_12/sccr_12_3.pdf

to be the subject of a special Standing Committee on Copyright and Related Rights (SCCR) meeting in Geneva in November, and they are being strongly supported by IFLA. In an unprecedented action, the Society of American Archivists is planning on sending a representative as well. However, getting our concerns voiced in Geneva this November is only the first step—not much will happen unless a treaty is put forward and the votes of enough countries can be secured to adopt it. First, a WIPO member country needs to promote the text of a treaty document. Perhaps the most likely approach would be to follow the model being used to advance a June 2011 draft WIPO Treaty on Exceptions and Limitations for the Persons with Disabilities, Educational and Research Institutions, Libraries and Archives, which is being championed by a block of African countries with a substantial development stake in moderating the restraints in intellectual property¹¹⁶. The Africa Group proposal is parallel to one put forward on behalf of the World Blind Union by Brazil, Ecuador, and Paraguay in 2009, except that the Latin American proposal lacks a component for general library and archives exemptions¹¹⁷. However, the arguments it advanced in regard to the need for broad access to copyrighted materials to further development resonate strongly with the IFLA proposal. The obstacles are significant and the challenge may seem intimidating. but as archivists, we have nothing to lose by advocating for amendments to advance learning and science, and everything to gain. Even if not immediately effective, arguing the case will remind

World Intellectual Property Organization, Standing Committee on Copyright and Related Rights, SCCR/22/12, June 3, 2011, available at: http://www.wipo.int/edocs/mdocs/copyright/en/sccr_22/sccr_22_12.p df.

The World Blind Union has characterized the goal as "same book, same time, same price." SCCR/18/5, available at: http://www.wipo.int/meetings/en/doc_details.jsp?doc_id=133353

the current and future generation of archivists of why we play such an important role in society.

Closing comments

Sometimes we are in conflicting roles. On the one hand, we have to act as a gatekeeper to prevent users from examining materials with personal sensitivity or to not allow copying of materials clearly under copyright when there is a clear risk of violating the rights of a known copyright holder. On the other hand, our purpose is to support the greatest amount and highest quality of research in our archives as possible. In pursuit of that second responsibility, we have to take risks, but they must be informed risks. Meanwhile, we not only need to keep ourselves informed of changing developments in the laws and guidelines that affect our users' ability to access archives, but we have to become more vocal and active in those legal settings where treaties and laws are developed. There is no one better to make the case for the continuing cultural, educational, and scientific value of our collections than archivists, so let us embrace that responsibility and run with it.

References

International Council on archives. Committee on best practices and standards. Working group on access. *Principles of access to archives*. Draft 2011-05-26. Disponível em: http://www.ica.org/download.php?id=1583>.

World Intellectual Property Organization (WIPO). Database of Intellectual Property WIPO. *Legislative Texts*. Berne Convention for the Protection of Literary and Artistic Works. Disponível em: http://www.wipo.int/export/sites/www/treaties/en/ip/berne/pdf/trtdocs_wo001.pdf>.

World Intellectual Property Organization (WIPO). SCCR/18/5-Proposal by Brazil, Ecuador and Paraguay, Relating to Limitations and Exceptions: Treaty Proposed by the World Blind Union (WBU). Disponível em: <www.wipo.int/meetings/en/doc_details.jsp? doc_id=133353>.

World Intellectual Property Organization (WIPO). *Standing Committee on Copyright and Related Rights*. Geneva, June 15 to 24, 2011. Disponível em: <www.wipo.int/edocs/mdocs/copyright/en/sccr_22/sccr_22_12.pdf >.

World Intellectual Property Organization (WIPO). *Standing Committee On Copyright and Related Rights*. Proposal by Brazil, Chile, Nicaragua and Uruguay for work related to exceptions and limitations. Geneva, March 10 to 12, 2008. Disponível em: http://www.ica.org/download.php?id=1583>.

A institucionalização do patrimônio cultural da ciência e tecnologia

Marcus Granato Pedro Louvain de Campos Oliveira

Introdução

Esse trabalho se debruça sobre um objeto que constitui foco das pesquisas nos últimos 5 anos, o patrimônio cultural da ciência e tecnologia. Aqui, faremos um recorte que se relaciona à sua institucionalização, passo primordial para a discussão da temática do acesso a esses bens, franqueado pelo poder público à sociedade em geral. Em determinado momento, chegaremos a um recorte ainda mais estrito, que são os arquivos científicos, parte constitutiva desse patrimônio. Para dar acesso é preciso primeiro que esse patrimônio seja reconhecido, que exista formalmente e que esteja minimamente protegido.

Em um primeiro momento, vamos definir alguns conceitos para propiciar uma base de entendimento para o desenvolvimento da nossa reflexão. É importante esclarecer que, como apresentado por Beatriz M. Kuhl (2006):

Na concepção contemporânea alargada sobre os bens culturais, a tutela não mais se restringe apenas às 'grandes obras de arte', como ocorria no passado, mas se volta também às obras 'modestas' que com o tempo assumiram significação cultural. Nesse sentido, é prudente esclarecer que se utiliza a expressão monumentos históricos, não como obras grandiosas isoladas, mas vinculada ao sentido etimológico de

monumento e como interpretada por Riegl, ou seja: como instrumentos da memória coletiva e como obras de valor histórico que, mesmo não sendo 'obras de arte', são sempre obras que possuem uma configuração, uma conformação.

Complementando esse esclarecimento, o que consideramos como patrimônio cultural são aqueles bens que se destacam dos demais por um processo de significação, que se formaliza quando da escolha para que façam parte desse conjunto. O que os diferencia dos demais, na moderna concepção museológica, inclui a noção de comunicação (VIÑAS, 2005), que pode traduzir-se de formas diferentes: significância, simbolismo, conotação cultural, metáfora etc. Os objetos de nosso interesse aqui têm, portanto, em comum sua natureza simbólica, todos são símbolos e todos têm um potencial de comunicação, seja de significados sociais, seja de sentimentais.

Em seguida, vamos definir o que significa patrimônio da Ciência e Tecnologia (C&T) em nosso entender. Consideramos partes integrantes desse tipo de patrimônio o conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem (aspecto intangível), além de todos aqueles objetos que são testemunhos dos processos científicos e do desenvolvimento tecnológico, aqui incluídas as construções arquitetônicas produzidas e com a funcionalidade de atender às necessidades desses processos e desenvolvimentos. Portanto, além de nos referirmos a equipamentos, instrumentos, apetrechos, montagens, livros, cadernetas, documentos em suporte papel, também incluímos aqui os macro-objetos.

Cabe esclarecer que áreas diversas poderão estar representadas, algumas nas quais a contribuição para o patrimônio de C&T será maior, como a Matemática e a Física, e outras de forma mais relativa. Por ser a área do patrimônio dinâmica e mutável, novos bens poderão ser considerados, por exemplo, o material genético

(CÂMARA, 2008), a partir, por exemplo, dos bancos de tecidos e coleções biológicas.

Quanto à institucionalização, a definição relaciona-se a dar a qualquer coisa o caráter de instituição, dar forma institucional, oficializar (FERREIRA, 1986, p. 953). Portanto, no caso do patrimônio científico, é importante avaliar primeiramente como a presente na legislação trata do tema, que seria uma forma de seu reconhecimento oficial, para em seguida verificar como as instâncias governamentais que definem políticas de estado lidam com o assunto e, finalmente, analisar como as instituições se relacionam com esse conjunto de valores e significados.

Patrimônio de C&T e Legislação

No plano internacional, os bens culturais estão reconhecidos e protegidos pela Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (CURY, 2004), aprovada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em sua décima sétima reunião em Paris, em 16 de novembro de 1972. O Brasil aderiu à Convenção em 12 de dezembro de 1977, pelo decreto 80.978. Para os fins da convenção, são considerados patrimônio cultural:

- Monumentos: obras arquitetônicas, de escultura e pintura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da História, da Arte ou da Ciência;
- Conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da História, da Arte ou da Ciência;
- Lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares

arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Aqui se percebe a menção à Ciência, mas não à Tecnologia. No entanto, no Brasil, conforme dispõe o art. 216 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Podem ser formas de expressão: os modos de criar, fazer e viver; as criações **científicas**, artísticas e **tecnológicas**; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e **científico**.

Na carta magna brasileira, está prevista a noção de patrimônio de C&T, no que concerne tanto às suas criações (objetos, documentos, edificações relacionadas) como àqueles conjuntos naturais ou construídos que tenham valor científico. O patrimônio científico e tecnológico, obviamente, está incluído no âmbito do patrimônio cultural. Aqui percebemos a institucionalização desse tipo de patrimônio em suas diversas manifestações, inclusive os documentos, que incluem os que são arquivísticos.

Mas será que o fato de estar presente na constituição determina uma institucionalização em cascata, nas diversas unidades da federação?

Continuando a nossa reflexão sobre a institucionalização do patrimônio científico e tecnológico, passaremos a avaliar as constituições estaduais e, no que diz respeito aos capítulos relacionados à cultura, sua análise permite verificar que em sete estados não há menção específica ao patrimônio de C&T: Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco,

Ceará e Piauí. Isso se deve basicamente ao fato de não seguirem os moldes do Artigo 216 da Constituição Federal. Dos outros 19 estados, além do Distrito Federal, destaca-se Minas Gerais, que possui mecanismos próprios originais, que ampliam os previstos na Constituição, impedindo a evasão e a destruição, bem como a descaracterização dos bens; também a Constituição Sergipana faz várias menções ao patrimônio de C&T e, além de seguir o modelo do Artigo 216, concebeu mecanismos próprios para proteger, tombar, amparar e promover as criações históricas, culturais e científicas.

Além das seções relacionadas à cultura, na medida em que um instrumento "migra" do seu lugar de origem, de uma instituição de desenvolvimento científico, para um lugar de preservação dos vestígios materiais da memória, analisando as seções de Ciência e Tecnologia percebe-se que não há menção ao patrimônio cultural, com uma única exceção. O estado de São Paulo, com seu Artigo 272, está na vanguarda de todo o país, inclusive até se compararmos com o texto da Carta Maior. Transcrevemos a seguir para melhor esclarecimento:

Artigo 272 - O patrimônio físico, cultural e científico dos museus, institutos e centros de pesquisa da administração direta, indireta e fundacional são inalienáveis e intransferíveis, sem audiência da comunidade científica e aprovação prévia do Poder Legislativo.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica à doação de equipamentos e insumos para a pesquisa, quando feita por entidade pública de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica, para outra entidade pública da área de ensino e pesquisa em ciência e tecnologia (SÃO PAULO, 2009).

Nesse artigo paulista, a novidade constitui-se em que o patrimônio cultural e científico dos museus, institutos e centros de pesquisa é declarado inalienável e intransferível, ou seja, é impossibilitada a sua transferência para o domínio alheio, seja pela troca, venda ou doação, sem audiência prévia da comunidade científica e do Poder

Legislativo. O parágrafo único do Artigo 272 ressalva que o escrito não se aplica à doação de equipamentos feita entre entidades pública de ensino e pesquisa científica e tecnológica. Então podemos concluir que fica permitida sua livre circulação entre entidades públicas de ensino e pesquisa, o que é salutar.

Portanto, em relação à institucionalização do patrimônio de C&T nos estados, apenas seis ainda não fazem menção a esse tipo de bens culturais e, além disso, em pelo menos três estados (SP, MG, SE) encontramos um detalhamento maior do que aquele encontrado na Carta Magna, com mecanismos complementares e inovadores. Assim, podemos considerar que a situação é bastante promissora e que existe o reconhecimento do poder público a esse tipo de patrimônio. Existe uma institucionalização desse tipo de patrimônio em quase todo o território nacional pela dimensão jurídica.

Agora, além de observarmos como o patrimônio de C&T é reconhecido nas legislações estaduais, vamos verificar quais explicitam os arquivos como parte destacada.

As constituições estaduais de São Paulo, Distrito Federal, Acre, Roraima, Pará, Tocantins, Sergipe, Ceará e Amazonas fazem menção explícita a arquivos. Em sua ampla maioria essas menções são feitas no capítulo relacionado à Cultura, à exceção do estado do Amazonas, que o faz na parte relacionada à Ciência e Tecnologia. Em alguns desses estados (AC, DF, RO, TO, SE), as formas de escrita variam um pouco, mas referem-se à função que o Estado deve ter de organizar sistemas integrados de arquivos, bibliotecas e museus. A constituição do estado do Ceará detalha um pouco mais a parte relacionada aos arquivos em geral (artigos 235 e 235) e destacamos a redação do artigo 235, a seguir:

Nenhuma repartição pública estadual ou municipal destruirá ou desviará sua documentação, sem antes submetê-la ao setor de triagem,

instituído pelo Estado, para fins de preservação de documentação de valor histórico, jurídico ou administrativo, assegurando amplo acesso aos interessados.

Algumas poucas dessas referências incluem a palavra acesso (SP, TO, PA) e apenas uma menciona *acesso livre*¹¹⁸ (PA).

Um olhar mais prático sobre a institucionalização e preservação do patrimônio de C&T poderia ser realizado a partir da análise dos livros de tombamento do IPHAN e dos registros nos estados que possuem esse mecanismo de reconhecimento e proteção do patrimônio. A princípio, podemos dizer que são muito poucos os bens científicos inscritos nesses livros, mas essa pesquisa ainda está em andamento e resultados mais consistentes serão publicados em breve. Em princípio, podemos dizer que a institucionalização desses bens via instrumentos legislativos não representou uma maior proteção desse patrimônio. Mas quem é responsável pela preservação desse patrimônio?

A Responsabilidade para com o Patrimônio Cultural de C&T

A responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural relacionado à C&T, em princípio, seria atribuição do Ministério da Cultura (MINC), pois se trata de item relacionado ao patrimônio cultural brasileiro e, como verificado no decreto Nº 6.835¹¹⁹, de 30 de abril de 2009, que aprova a estrutura regimental do MINC, uma de suas competências é a proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro. No entanto, percebem-se, inclusive pela análise dos livros de tombamento, que são raríssimas as iniciativas de proteção efetuadas nessa área a partir de ação do MINC.

¹¹⁸ Art. 285. O Estado promoverá e garantirá o pleno exercício dos direitos culturais e o *acesso livre* à cultura, considerada bem social e direito de todos.

¹¹⁹ Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/231337/decreto-6835-09. Acesso: 30 mar. 2011.

Por outro lado, responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia, o Ministério da Ciência e Tecnologia (recentemente incluiu a palavra "Inovação") tem suas ações pautadas nas disposições do Capítulo IV da Constituição Federal de 1988 e foi criado em 15 de março de 1985, pelo Decreto nº 91.146, como órgão central do Sistema Federal de Ciência e Tecnologia. Sua área de competência abriga: o patrimônio científico e tecnológico e seu desenvolvimento; a política de cooperação e intercâmbio concernente a esse patrimônio; a formulação e implementação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia; a coordenação de políticas setoriais; a política nacional de pesquisa, desenvolvimento, produção e aplicação de novos materiais e serviços de alta tecnologia.

Assim, o MCT (atual MCTI), apesar da concepção de patrimônio acima mencionada não ser a que estamos discutindo aqui, seria gerador e mantenedor do patrimônio científico e tecnológico e, como tal, estaria sim de certa forma envolvido na preservação do patrimônio cultural relacionado. Assim, vamos, a seguir, analisar algumas ações em direção a essa institucionalização na órbita do MCTI.

Em texto anterior (GRANATO; CÂMARA, 2007), foram relacionadas algumas iniciativas do MCT no sentido de se aproximar do tema do patrimônio cultural de C&T, mas todas foram improdutivas. Um fato a ser destacado foi a iniciativa pioneira de cooperação entre o Ministério da Cultura (MINC) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), através uma portaria interministerial¹²⁰, a de número 796, assinada em 28 de outubro 2008 que estabelece uma parceria para formulação de políticas de

¹²⁰ Disponível em: http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/76422.html. Publicada no D.O.U. de 29/10/2008, Seção I, Pág. 3. Acesso em: 30 de Mar. 2011.

integração entre as atividades desenvolvidas pelos Ministérios e entre o Plano Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional. Entre os 18 objetivos listados no documento, destacamos o de número 6 - promover estudos e ações voltadas para a proteção, preservação e a recuperação do patrimônio cultural e científico brasileiro. Esse objetivo tem direta relação com o tema desse trabalho e, apesar de ser um entre tantos objetivos, já permite visualizar algum interesse comum que propicie a preservação do patrimônio sobre o qual nos debruçamos.

A própria portaria institui uma Comissão Técnica Interministerial com prazo de trinta dias, prorrogável por igual período, para apresentar relatório final dos trabalhos realizados. O produto do trabalho dessa comissão ficou pronto em fevereiro de 2009 e enviado para análise aos ministros das áreas relacionadas. Esse relatório está dividido em duas partes, sendo a primeira voltada para ações prioritárias de curto prazo, a serem implementadas em 2009 e 2010; e a segunda voltada para a criação de Grupos de Trabalho Permanentes para desenvolvimento de ações de médio prazo.

No entanto, infelizmente, esse passo parece não ter produzido resultados concretos para a preservação do patrimônio cultural de C&T.

Outra iniciativa relacionada ao tema foi a organização do II Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C&T (28 a 31 de julho de 2009) pelo Grupo de Pesquisa em Preservação de Acervos Culturais (GPPAC), sediado no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST. O Seminário teve por objetivos o intercâmbio de experiências, a discussão e o aprimoramento do conhecimento sobre os estudos relacionados ao Patrimônio

Cultural da Ciência e da Tecnologia, compreendendo experiências desenvolvidas no setor e estudos científicos sobre o tema. A realização do evento teve outra função primordial, divulgar a temática no Brasil e permitir que profissionais brasileiros pudessem ter contato com especialistas estrangeiros, com vistas ao aprimoramento mútuo.

Entre os fatores intrínsecos da área, detectados no evento, e que dificultam seu desenvolvimento, está seu caráter multidisciplinar, que determina a necessidade de muitos profissionais trabalharem conjuntamente, trazendo uma série de problemas, tanto de ordem financeira, quanto de ordem técnica, além da dificuldade de comunicação entre esses profissionais, inerente aos discursos específicos de cada área do conhecimento. Outro fator importante a ser destacado, principalmente na América Latina, é a pouquíssima disponibilidade de textos para divulgação de metodologias cientificamente aprovadas entre os profissionais das áreas correlatas. Por outro lado, foi possível constatar que aquele momento constituía-se na melhor situação para possibilitar a criação de um Plano de Proteção para esse patrimônio cultural, em vista dos discursos realizados pelos representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Cultura, presentes na mesa de abertura do evento.

A plenária do evento decidiu produzir um documento para envio às autoridades competentes dos dois ministérios para embasar ações articuladas em prol da preservação do patrimônio cultural de C&T. Esse texto constituiu-se em um dos documentos de discussão para a 4ª Conferência Nacional de C&T&I, que se realizou entre 26 e 28 de maio de 2010, em Brasília.

Movimentos mais Recentes em prol da Preservação do Patrimônio de C&T

Um evento preparatório para a Conferência mencionada no item anterior foi realizado no MAST em 09 de abril de 2010, a Pré-Conferência Ciência e Patrimônio. O objetivo geral desse encontro foi discutir e propor iniciativas relacionadas à preservação do patrimônio cultural para inserção na 4ª CNCTI e contou com a participação de representantes de diversas entidades/instituições com interesse no assunto (por exemplo, a Associação Nacional de História – ANPUH, a Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP, a Associação Brasileira de Antropologia – ABA, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, a Associação Brasileira de História da Ciência – SBHC, a Casa de Oswaldo Cruz – COC/FIOCRUZ, o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o ICOM – Brasil, a Comissão de Bibliografia e Documentação da IUPHS e o Comitê de Arquivos de Universidade e de Instituições de Pesquisa da AAB).

A discussão se deu em torno de dois temas centrais:

- Política de preservação do patrimônio cultural relacionado à ciência e à tecnologia; e
- Política de preservação de acervos que são fonte para a pesquisa na área das Humanidades.

Ao final do evento, cunhou-se a seguinte frase que resumiria a temática de discussão: "a ciência e a tecnologia produzindo patrimônio cultural, a ciência e a tecnologia como apoio ao patrimônio cultural e a ciência e a tecnologia usufruindo o patrimônio cultural".

A partir das reflexões foram propostas diversas ações e um documento foi produzido para encaminhamento aos organizadores da 4ª CNCTI. Podemos citar algumas das sugestões geradas:

- Introduzir a gestão do patrimônio cultural na ciência e tecnologia e vice-versa;
- Isentar de impostos a importação de equipamentos e material permanente para as instituições relacionadas à preservação do patrimônio cultural e desburocratizar os processos;
- Promover a educação patrimonial em todos os níveis e incluir a educação patrimonial no âmbito da Semana Nacional de C&T;
- Definir uma política nacional de preservação do patrimônio cultural relacionado à ciência e tecnologia, estabelecendo uma instância responsável / comissão de gestão desse patrimônio no âmbito do MCT;
- Criar um livro de tombamento do patrimônio cultural relacionado à ciência e tecnologia, no âmbito do MCT;
- Criar um instituto de pesquisas em conservação do patrimônio cultural, com função também de treinamento e formação de pessoal na área, inclusive técnico. Essa instituição deverá articular uma rede de instituições com competências no tema para otimizar recursos e objetivos de pesquisa;
- Estabelecer fontes de financiamento para a preservação do patrimônio cultural, em especial as agências financiadoras como CNPq. FINEP e FAPs deverão abrir editais específicos para o tema;
- Incentivar as pesquisas relacionadas ao patrimônio cultural, em especial nas pós-graduações.

A partir dessa iniciativa, dentro da sessão temática "Ciência, Tecnologia e Cultura", no âmbito da 4ª Conferência Nacional de C&T&I, foi apresentado pelo relator da sessão, Prof. Paulo

Knauss¹²¹, um relato sobre a reunião preparatória mencionada e sobre o documento produzido. Esse fato possui grande significado. Pela primeira vez o tema do patrimônio cultural de C&T foi discutido numa Conferência Nacional da área com perspectivas de ser incluído no relatório final da Conferência, propiciando que o assunto pudesse estar inserido no Programa do MCT que seria elaborado para o período de 2011 a 2015. Existia assim uma possibilidade real que se apresentava de, finalmente, o MCTI assumir sua responsabilidade com relação à preservação do patrimônio cultural oriundo de sua atividade-fim.

As perspectivas que são apontadas no relato da sessão temática, em especial no que se refere ao debate ali realizado, sobre a relação MCTI / MINC, também são estimulantes. O trecho a seguir, retirado do mencionado relato, destaca a necessidade de articular os recursos dessas áreas para um melhor resultado comum:

O debate realizado com o público reforçou o ponto de vista da importância da colaboração entre Cultura e CT&I. A discussão ressaltou, igualmente, a importância de se garantir investimentos que valorizem a relação entre cultura e ciência, cujo potencial poderia ser incrementado pela colaboração orçamentária entre MINC e MCT&I, ou entre o Fundo Nacional de Cultura e o Fundo Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Em seu desdobramento, isso significaria aprofundar a integração do sistema nacional de cultura e sistema nacional de CT&I, formular políticas em conjunto (KNAUSS, 2010, p. 3-4).

Como produto final da 4ª Conferência Nacional de C&T&I, o denominado "Livro Azul" manifesta as propostas e aspirações para o setor que representam elementos importantes de orientação para a superação dos novos desafios da política de ciência, tecnologia e inovação para que ela se torne uma política de Estado. Finalmente,

121 Professor da Universidade Federal Fluminense e Diretor do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

pela primeira vez numa política de estado, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, identifica-se a menção ao patrimônio cultural de C&T.

Nessa publicação, no capítulo intitulado "C,T&I para o desenvolvimento social", inicialmente percebe-se que a área de C&T&I finalmente assume a importância dos espaços culturais para a sociedade, exemplificados no texto como "museus, centros de ciência, bibliotecas, aquários, jardins botânicos, parques ambientais, zoológicos, sítios arqueológicos, pontos de cultura" (MCTI, 2010, p. 91), dentre outros citados, e que passam a constituir foco das políticas do Ministério. Por outro lado, reconhece que, naquele momento, essas iniciativas estão longe de conduzir à apropriação social da ciência e tecnologia em níveis adequados.

Finalmente, na página seguinte do mencionado Livro, verifica-se a menção ao patrimônio cultural, como apresentamos, na íntegra, a seguir:

Uma interface importante entre C,T&I e a cultura se refere ao patrimônio cultural brasileiro: a C&T é um instrumento essencial para a preservação do patrimônio. Ao mesmo tempo, é também um elemento de produção desse patrimônio e dele usufrui como fonte de pesquisa e de construção da cultura científica. A interação entre ciência, cultura e arte, com valorização dos aspectos culturais e humanísticos da ciência, é uma perspectiva relevante, assim como o é a promoção da interculturalidade na relação entre a ciência e os demais conhecimentos. Saberes populares e tradicionais devem ser reconhecidos e valorizados no processo de construção do conhecimento e em políticas de popularização da C&T (MCTI, 2010, p. 92).

Portanto, temos aqui a formalização do reconhecimento de que a atividade de C&T&I produz patrimônio cultural, constitui interface com a cultura e que é essencial para a preservação do patrimônio cultural como um todo. No entanto, esse documento, apesar do avanço que significa para a área de preservação do patrimônio de

C&T, constitui-se em ato final de um governo que findava. O momento inicial do novo governo que começa, ainda nos deixa em expectativa quanto aos próximos passos na institucionalização do patrimônio científico e tecnológico pelo Estado.

Percebe-se, a partir do que foi exposto, que está em curso um movimento para institucionalizar o patrimônio cultural relacionado à Ciência e à Tecnologia no âmbito do MCT e torná-lo mais visível para a sociedade. Isso ocorre num contexto mais amplo em que Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura parecem finalmente interagir em benefício mútuo. Assim, podemos concluir que a institucionalização desse patrimônio tem percorrido uma trajetória que nos últimos anos constitui um caminho em direção ao reconhecimento pleno, mas que ainda não foi alcançado.

As Instituições que Preservam o Patrimônio de C&T

Outra forma de institucionalização do patrimônio que estamos analisando, seria através de instituições públicas que fazem da sua preservação uma de suas funções principais de atuação. No Brasil, poucas instituições se debruçam sobre esse universo. O Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST foi criado na perspectiva de se constituir em um museu de ciências voltado para a preservação, a pesquisa histórica e a formação de recursos pedagógicos, portanto se insere perfeitamente no perfil mencionado. Assim, podemos mesmo afirmar que o advento do MAST, de certa forma, também colabora para a institucionalização do patrimônio de C&T. Apesar de inicialmente o museu estar muito atrelado ao conjunto patrimonial do Observatório, com o decorrer dos anos amplia sua atuação e passa a desenvolver atividades em escopo mais amplo e a cumprir um papel singular no país.

Um exemplo dessa atuação no MAST se dá através de seu Grupo de Pesquisa em Preservação de Acervos Culturais (GPPAC), que vem desenvolvendo estudos em torno do tema, mas focados nas coleções e conjuntos de objetos de C&T. A motivação para o desenvolvimento desses estudos e análises teve origem nas reflexões desenvolvidas a partir das atividades de preservação realizadas em torno da coleção de instrumentos científicos do Museu e, também, dos estudos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS), que a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e o MAST realizam em parceria.

Um primeiro movimento em direção a esse tema relaciona-se a um convite feito ao líder do GPPAC para apresentar em um evento internacional¹²² um panorama sobre o patrimônio cultural científico brasileiro, especialmente aquele existente e oriundo nas universidades em 2005 (GRANATO, 2010). O resultado desse primeiro levantamento causou impacto no evento e estimulou ainda mais a continuidade dos estudos. Naquele momento, percebemos que o desconhecimento sobre o patrimônio cultural de C&T não existia apenas no exterior, era uma realidade também no Brasil.

Essas primeiras reflexões e pesquisas suscitaram indagações acerca do que constitui esse patrimônio, como está legalmente protegido e da possibilidade de utilização dos itens constituintes como fontes históricas. Por outro lado, os acervos de objetos científicos e tecnológicos são frequentemente percebidos como acessórios ao texto, predominando sempre o seu aspecto ilustrativo. Sua utilização como fontes primárias é muitas vezes questionada e

122 SICU2 - International Workshop on Historic Scientific Instrument Collections in the University, realizado entre 24 e 27 de junho de 2007, em Oxford, Mississipi (EUA), a coordenação do evento solicitou com um ano de antecedência a elaboração do mencionado panorama em vista do total desconhecimento existente sobre o tema no exterior.

muito pouco praticada, especialmente no Brasil. Percebe-se aqui claramente a dificuldade dos historiadores em lidar com esse tipo de fontes documentais, problema que parece se originar na formação desses profissionais, já que nos cursos de graduação em história não existe disciplina que os aproxime dos objetos e ensine uma metodologia de abordagem que permita a sua utilização como fontes primárias de pesquisa (LOURENÇO; CARNEIRO, 2009).

As pesquisas realizadas no MAST, no âmbito do projeto "Objetos de Ciência e Tecnologia como Fontes Documentais para a História da Ciência", permitiram verificar que alguns grupos de pesquisa no exterior já fazem um trabalho interessante e instigante utilizando esses objetos, o que estimulou novas iniciativas do grupo nessa direção (GRANATO e colaboradores, 2007; FURTADO, 2009).

Uma vez que estamos trabalhando com patrimônio cultural, é importante ressaltar que sua preservação se justifica desde que esteja comprometida com a socialização dos bens envolvidos, seja através de exposições, seja através da sua disponibilização para a pesquisa através do acesso livre e gratuito.

Nos dois últimos anos, ainda no âmbito do GPPAC, tem se desenvolvido um levantamento de conjuntos e coleções de objetos de C&T em todo o Brasil. A real noção da existência de inúmeros conjuntos e seu estado crítico, em geral, de proteção, determina um alerta para as instâncias que podem alterar essa situação. Os primeiros resultados foram publicados recentemente (GRANATO e colaboradores, 2010).

No que concerne aos documentos em suporte papel, especialmente os arquivísticos, a situação é um pouco menos crítica. Existe uma política nacional para os arquivos públicos e as normas e metodologias relacionadas têm sido aplicadas, na maioria das vezes, com rigor. Por outro lado, os arquivos pessoais de cientistas estão em geral fora dessa regulamentação e dependem da boa

vontade dos cientistas, ou de suas famílias, em doá-los para as poucas instituições que preservam esse patrimônio. Isso, levando-se em conta que os cientistas acumulem seus documentos, o que nem sempre é a realidade.

Em sua pesquisa de doutoramento, Maria Celina Soares de Mello e Silva visitou uma série de laboratórios de diversos centros de pesquisa pertencentes ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), entrevistando cientistas no sentido de estudar a relação que os mesmos mantêm com os documentos produzidos nos laboratórios científicos e tecnológicos. Seu propósito, com o extenso e detalhado trabalho realizado, foi buscar elementos que contribuíssem para a elaboração de um programa de preservação de arquivos de C&T. No entanto, uma das considerações do trabalho, apresentada a seguir, mostra a amplitude do problema.

Não há clareza sobre quais documentos oriundos da prática científica devem ser preservados. Tão pouco há clareza, por parte de cientistas, de administradores e de historiadores, do que seja documento de arquivo. Muitas vezes, nem os próprios arquivistas possuem um nítido entendimento do que seja documento de arquivo no meio científico (SILVA, 2007, p. 22).

Falta consciência e conhecimento sobre o assunto, mesmo por parte de alguns profissionais que rotineiramente lidam com o patrimônio arquivístico e ainda são poucas as instituições que se ocupam de coletar e preservar arquivos científicos, especialmente os pessoais. Podemos citar instituições que empreendem ações para preservar seu patrimônio arquivístico: o Centro de Memória do CNPq, a Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo e algumas universidades, como a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, a Universidade de São Paulo – USP, a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

O MAST possui uma política ativa de coleta desses arquivos e desenvolveu experiência importante para sua organização e disponibilização para a pesquisa. O acervo arquivístico do MAST é constituído por mais de 500 metros lineares de documentação textual, além de aproximadamente mais de 13.500 documentos iconográficos, 188 exemplares de mapas e plantas arquitetônicas, 522 minutos de gravações em áudio e 1.122 minutos de gravações em vídeos, distribuídos entre arquivos pessoais de cientistas e arquivos institucionais sob sua guarda.

Entre os arquivos institucionais destacamos o arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, o do Observatório Nacional e o arquivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (período entre 1951 e 1986). Por outro lado, o MAST tem se destacado pela sua experiência na guarda e organização de arquivos pessoais de cientistas, dentre os quais destacamos personalidades como Henrique Morize, Luiz Cruls, Lélio Gama, Jacques Danon, Bernhard Gross, Castro Faria, Leopoldo Nachbin, Feiga Rosenthal, Hervásio de Carvalho, Alexandre Girotto, Bartyra Arezzo, Eugenio Hussak, Luiz Cantanhede, Octávio Cantanhede, João Christóvão Cardoso, Henry British Lins de Barros, Fernando de Souza Barros, George Bemski, Joaquim da Costa Ribeiro, Helmut Sick, Allyrio de Mattos, Oscar Matsuura, Simon Schwartzman, Mário Amoroso, Mario Giambiagi e Witold Lepecki, dentre outros. Finalmente, o MAST preserva um fundo específico com a documentação produzida na instituição ao longo de seus 26 anos de existência.

A partir da experiência desenvolvida no MAST de institucionalização de acervos relacionados à ciência e tecnologia, concretizada em suas ações cotidianas e formalizada em sua Política de Aquisição e Descarte de Acervos, recentemente aprovada pela Comissão Permanente de Aquisição e Descarte de

Acervo¹²³, passaremos a destacar alguns aspectos que consideramos ricos para essa discussão. Aqui vamos nos restringir aos aspectos relacionados aos acervos arquivísticos, foco principal dessa discussão.

As origens dos conjuntos arquivísticos a serem incorporados no acervo do MAST referem-se, segundo a Política mencionada, aos arquivos pessoais de cientistas e de instituições científicas e tecnológicas que não estão mais em atividade, ou de associações científicas. Os critérios gerais de aquisição são os seguintes:

- Não há restrições cronológicas, sendo o acervo atual concentrado no século XX;
- Não há restrições quanto ao gênero documental (textual, iconográfico, cartográfico, sonoro);
- Não há restrições quanto ao suporte (papel, eletrônico, digital, magnético), desde que tenham relação entre si;
- Documentos bibliográficos e museológicos, que tenham relação orgânica com o conjunto documental;
- O MAST, excepcionalmente, poderá receber acervos de outras instituições ou pessoas, por meio de Comodato ou Empréstimo.
- O MAST poderá firmar parceria para a realização de consultoria ou coordenação de projetos para organização, preservação e divulgação dos acervos institucionais.

Mais especificamente, podemos citar que são prioritários os arquivos de cientistas, técnicos, professores e gestores de ciência e

123 Compete à Comissão: elaborar a política institucional de aquisição e descarte de acervo e supervisionar sua implementação; emitir parecer sobre a aquisição e descarte de acervo, sempre que solicitado; e assessorar o Diretor em assuntos relacionados ao acervo.

tecnologia, com atuação relevante no cenário científico e tecnológico brasileiro. Poderão ser adquiridos, ainda, arquivos pessoais de diretores e presidentes de associações científicas; de agências públicas de fomento a C&T; de professores com papel importante na formação de pesquisadores; e profissionais com trabalho científico de repercussão internacional.

No que concerne às áreas do conhecimento, aquelas consideradas dentro do âmbito de coleta são as ciências exatas e da terra e engenharias, segundo a classificação das áreas de conhecimento do CNPq, e as áreas das ciências naturais, segundo a classificação por disciplinas da *History of Science Society* (ISIS, 2006).

É importante mencionar que, muitas vezes, os arquivos pessoais de cientistas têm associados documentos bibliográficos e museológicos e estes não serão desassociados, recebendo tratamento pelas respectivas equipes especializadas e sendo armazenados nos locais apropriados.

No caso de arquivos institucionais, os critérios são diversos e somente serão adquiridos nos casos em que as instituições já tiverem sido extintas. A guarda temporária poderá ser aceita em situações excepcionais, até que a instituição tenha condições de manter sua própria documentação. Poderão ser adquiridos arquivos de instituições de pesquisa em C&T, arquivos de associações científicas e tecnológicas que não tenham sede, arquivos de setores institucionais, laboratórios desativados e projetos concluídos.

Ao delimitar o campo de aplicação e determinar os critérios de aquisição (além dos de descarte que não foram aqui apresentados), a política do MAST contribui para a institucionalização de parte do patrimônio de C&T e, por ser dinâmica, está em contínua discussão no âmbito da Comissão que a estabeleceu.

A partir dessa experiência, podemos afirmar que a institucionalização do patrimônio de C&T já se realizou, tanto a nível jurídico quanto em nível das instituições de preservação, mesmo que isso ainda seja de forma tímida.

Considerações Finais

O panorama apresentado sobre a institucionalização do patrimônio de C&T, onde se incluem os arquivos científicos, permite concluir que existe já uma situação que o reconhece formalmente, tanto a partir da legislação vigente, quanto das ações de algumas instituições públicas. Por outro lado, esse universo é provavelmente muito amplo e até desconhecido em sua potencialidade e as instituições existentes são ainda raras e sua ação não é suficiente para propiciar a adequada preservação dessas fontes primárias.

A partir desse panorama, o problema do acesso aos arquivos científicos no país se torna determinado por esse fato, um grande conjunto documental está fora do alcance da sociedade, já que muitas das fontes ou estão ainda de posse de particulares (cientistas, seus familiares etc.) ou se perderam e foram descartadas.

O que falta para que isso aconteça? Podemos identificar como causa mais óbvia a falta de valoração desses bens, de atribuição de significados e, assim, de reconhecimento amplo e de apoio por parte do Estado.

Quem atribui valor a esse tipo de bens? A sociedade em geral reconhece esses bens como sendo importantes na reconstituição da memória ou na reconstrução da história? Os cientistas que geram esse tipo de bens valoram os objetos antigos de seus laboratórios, que já não produzem as medidas mais acuradas, mais exatas? Eles reconhecem o valor de seus cadernos de experimentos e da documentação arquivística que geram em seus contatos e estudos? Os dirigentes das instituições geradoras desse patrimônio –

instituições de pesquisa, universidades etc. – têm consciência do que é patrimônio cultural e dos processos históricos que simbolizam e documentam? Os historiadores, em especial os da ciência, valoram esse tipo de patrimônio e trabalham para seu reconhecimento e preservação? Essas perguntas ficam para a reflexão dos leitores desse texto e podem constituir contribuição importante para a área.

Talvez sejamos nós, profissionais da preservação desses acervos e que trabalham nas poucas instituições que guardam o patrimônio de C&T que normalmente reconheçamos o valor desses artefatos, cabendo-nos conscientizar outros atores envolvidos. A partir da ampliação dessa consciência, inclusive por parte dos gestores das instituições científicas, será possível reverter a situação de perda dessas fontes primárias de pesquisa.

Especialmente, é importante sensibilizar o Estado, em suas várias instâncias, para que se responsabilize em resgatar, manter, preservar, conservar, restaurar, pesquisar, expor e divulgar, bem como garantir os meios de ampliação do patrimônio cultural tangível da Ciência e Tecnologia, assegurando o amplo acesso da sociedade ao mesmo. Mas a perspectiva, segundo a nossa análise, é positiva e, apesar dos muitos percalços aqui apresentados, percebe-se que espaços já foram ocupados e que novas iniciativas estão em andamento que contribuirão para o pleno reconhecimento e preservação do patrimônio científico e tecnológico no Brasil.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil:* promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação brasileira).

CÂMARA, Roberta Nobre da. *A patrimonialização de material genético brasileiro:* o estudo de caso da coleção de fungos filamentosos do Instituto Oswaldo Cruz. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/ MAST, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.unirio.br/cch/ppg-pmus/. Acesso em: 10 set. 2011.

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais*. 3. ed. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Nova ed. rev. e ampl.. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.

FURTADO, Janaina Lacerda. Objetos, coleções e biografia: a história do laboratório de química do Imperial Observatório do Rio de Janeiro. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio Ferreira. *Cultura material e patrimônio de C&T*. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 154-174.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; FURTADO, Janaina Lacerda. Objetos de ciência e tecnologia como fonte documental para a história das ciências: resultados parciais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8.: Salvador. *Anais eletrônicos*. Salvador: ANCIB, 2007. p. 1-15.

GRANATO, Marcus. Collections of scientific instruments in Brazil: current situation and prospects. *Rittenhouse*, v. 22, n. 2, December 2008, p. 169-187.

GRANATO, Marcus; MAIA, Elias da Silva; CAMARA, Roberta Nobre da. Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: concepção e resultados preliminares. In: ENCONTRO

NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* João Pessoa: ENANCIB, 2010. v. 1. p. 1-16.

ISIS: current bibliography. Chicago: The History Of Science Society, v. 97, 2006. Supplement.

KHUL, Beatriz Mugayar. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. REVISTACPC, v. 1, n. 1, nov. 2005/abr. 2006. Disponível em: http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_capa.php?id_revista=2. Acesso em: 14 set. 2011.

KNAUSS, Paulo. *Relato sessão temática ciência, tecnologia e Cultura*, 2010. Disponível: em: http://cncti4.cgee.org.br/index.php? option=com_content&view=article&id=328&Itemid=136>. Acesso em: 10 set. 2011.

LOURENÇO, Marta C.; CARNEIRO, Ana (Ed.). *Spaces, collections and archives in the history of science:* The Laboratorio Chimico Ouverture. Lisboa: Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, 2009.

LIVRO Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ministério da Ciência, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

SÃO PAULO. Constituição (1989). Constituição Estadual de São Paulo, incluindo alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/1990 a 32/2009. São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.corregedoria.sp.gov.br/ adm/App_Cadastro/Uploads/Visualizar.aspx?id=69>. Acesso em: 27 set. 2011.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. *Visitando laboratórios*: o cientista e a preservação de documentos. Tese (Doutorado). São Paulo: Programa de Pós-graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MUÑOZ - VIÑAS, Salvador. *Contemporary Theory of Conservation*. Oxford: Elsevier, 2005.

O direito de autor e o contexto da produção intelectual no âmbito científico

Rejane Beatriz Shneider Adriana Reguete Martins Braga Márcia dos Santos Bastos

Introdução

Alocado no universo da propriedade intelectual a produção, o uso e a difusão do conhecimento científico estão exigindo atenção e entendimento redobrados no quesito direito autoral, na medida em que cresce a complexidade das relações entre sujeitos (autores, destinatários, cessionários, entre outros) e objetos (obras intelectuais). É preciso estar atento ao que diz a Lei de Direitos Autorais

O universo da produção intelectual científica não está imune ao plágio, à usurpação ou à pirataria, entre outras formas de violação da propriedade intelectual, essas representam ameaças constantes aos autores e proprietários de bens culturais, científicos, etc. Numa ponta da relação há autores cada vez mais preocupados com os destinos de suas produções intelectuais, na outra estão instituições – públicas ou privadas – e os destinatários dos bens intelectuais interessados na difusão e no acesso desse conteúdo. Arbitrar sobre este tema é a grande questão.

Pretende-se apresentar e pensar no tema – minimamente, em virtude da amplitude das relações do direito autoral e do tempo que

se dispõe – que trata de viabilização do acesso aos arquivos científicos e discutir relações entre obra, criação intelectual, autor e seus direitos *versus* a demanda – social – por acesso a esse material técnico-científico e cultural.

É sabido que os documentos científicos se diferem dos documentos administrativos, todavia, por definição, ao termo 'documento' nos referimos como a "unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato" (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Em se tratando de documentos científicos, sua produção se dá como resultado da pesquisa de conhecimentos que abrange as verdades gerais ou o funcionamento das leis fundamentais.

Se, de um lado, há os que defendem a ampla e irrestrita difusão do conhecimento científico, de outro estão os que afirmam isso não ser possível, porque haveria choque com os limites da propriedade intelectual, o que seria uma afronta à liberdade e individualidade – conceitos caros à sociedade contemporânea, em especial a sua vertente mais mercadológica.

O caminho é a construção de um entendimento sobre condições mais seguras de comunicar e divulgar documentos científicos – se obras intelectuais – e nessa perspectiva a Lei de Direitos Autorais é um instrumento de viabilização de acesso importante. A partir do seu entendimento poderão ser sanadas questões que envolvem as instituições de custódia que buscam dar acesso, mas devem respeitar as regras de uso e divulgação de conteúdos.

Não são poucos os problemas com os quais todos se defrontam, há aspectos e direitos que só a legislação não pode resolver. Nesse contexto, identificam-se três figuras que se relacionam, se beneficiam e muitas vezes se prejudicam na relação: autor, instituições de custódia e usuário. Como já dissemos, de um lado há os defensores da ampla e irrestrita difusão do conhecimento –

científico, inclusive –, de outro os que se opõem a essa/uma função social do direito autoral, usando para isso argumentos que tem como base certa concepção liberal, o liberalismo "mais puro", esse que diria que isso seria uma afronta à liberdade e individualidade ¹²⁴.

Por fim, trata-se de uma complexa relação de direitos a ser entendida para que a produção científica em geral e aquela sob custódia das instituições públicas e/ou privadas possa ser acessada dentro de possibilidades que atendam às demandas da sociedade e preservem os direitos autorais dos envolvidos.

Sobre o direito autoral

Desde a Antiguidade até o século XV, aproximadamente, o Direito de Autor não havia despertado muito interesse nos juristas. A criação de um arcabouço jurídico relativo à sua proteção teve início há poucos séculos e se deu principalmente em decorrência da evolução incessante dos meios de comunicação e da divulgação volumosa e incontrolável de obras artísticas e intelectuais. No entanto, o plágio era condenado pelos autores literários greco-romanos, demonstrando entenderem, no período, ter direito moral em relação às suas obras.

A mola propulsora do direito autoral teria sido a invenção da imprensa. A partir da larga escala de reprodução de obras, este passou a ser efetivamente estudado e debatido nas sociedades, visando, especialmente, a defesa dos interesses "pecuniários" de

124 Para Kant a liberdade precisa estar diretamente relacionada à responsabilidade. Diz que ninguém pode ser considerado livre se não for considerado responsável, isto é, se não puder responder pelas escolhas que dão origem aos seus atos. As leis naturais não são procedentes da razão, mas as leis morais são. Só quem obedece a si mesmo, diz Kant, pode ser considerado livre. Liberdade é um atributo da vontade inerente a todos os seres racionais. Isso supõe colocar a vontade acima dos instintos.

editores e impressores, que detinham o monopólio das produções artísticas, num sistema de privilégios concedidos por governantes e pela Igreja, que, através dessas concessões, exerciam o controle absoluto, inclusive da censura das obras intelectuais.

Em 09 de setembro de 1886, sob influência francesa e impulsionado pela Associação Literária e Artística Internacional, o grupo político dominante nas questões autorais apresentou um documento conclusivo sobre o assunto. Era a CONVENÇÃO DE BERNA¹²⁵, que teve a adesão de inúmeros países e da qual o Brasil é signatário.

O Direito Autoral no Brasil

Enquanto em nações europeias e nos Estados Unidos as discussões sobre a matéria aconteciam gerando legislações e, posteriormente, convenções de abrangência internacional, no Brasil, mesmo após a declaração da Independência, manteve-se o sistema de privilégios, que só seria extinto com a Proclamação da República. A história brasileira registra que durante todo o período colonial a Metrópole tinha restrições ao que estava relacionado ao tema, o que em certa medida justifica o desinteresse pelo assunto nesse período.

A Constituição do Império nada estipulou sobre direitos autorais, nem na Carta de Constituição de 1824 ou no Ato Adicional de 1837, embora a Constituição de Vinte e Quatro tenha protegido os direitos dos inventores. A primeira manifestação de proteção aos direitos

A CONVENÇÃO DE BERNA (União para a Propriedade Literária) foi revisada algumas vezes: em Paris, de 15.03 a 04.04.1896; em Berlim, de 14.10 a 14.11.1908, em ato assinado em 13 de novembro, entrando em vigor em 09 de setembro de 1910, e sido promulgada, após o aditamento em Berna em 1914, pelo Decreto nº. 4.541, de 06 de fevereiro de 1922; em Roma, no período de 07.05 a 02.06.1928, com assinatura em 02 de junho, e aplicação a partir de 1º de agosto de 1931; em Bruxelas, de 06.06 a 26.06.1948; Estocolmo, em 14.07.1967; e, de novo em Paris, em 24.07.1971, com modificação feita em 28.09.1979.

autorais no Brasil data de 11 de agosto de 1827 e trata da criação dos cursos jurídicos, assegurando aos professores os direitos sobre suas obras, competindo-lhes o privilégio exclusivo de uso por dez anos.

Posteriormente, o Código Criminal do Império, de 1830, tratou dessa matéria estatuindo penas para quem utilizasse obra de autor, ainda vivo ou antes de dez anos depois de sua morte, caso tivesse esse autor deixado herdeiro. O Código Penal da República, promulgado pelo Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890, especificamente com relação aos Direitos Autorais, trata da punição aos crimes de contrafação e plágio, mantendo o prazo de 10 anos e penas pecuniárias, com a perda dos exemplares e pagamento de multa ao autor.

A Constituição de 1891 garantiu aos autores de obras literárias e artísticas o direito exclusivo de reproduzi-las pela imprensa ou qualquer outro processo mecânico deixando aos herdeiros o gozo destes direitos pelo tempo que a lei determinasse – nesse período, as obras científicas ainda não tinham seu direito autoral reconhecido.

Em 1º de agosto de 1898 foi promulgada a Lei nº 496, conhecida como Lei Medeiros e Albuquerque, que garantia a proteção aos direitos autorais por cinquenta anos, contados a partir de 1º de janeiro, subsequente ao ano de publicação da obra. Importante notar que tal garantia exigia o registro¹²⁶ da obra intelectual na Biblioteca Nacional, como uma formalidade constitutiva do Direito Autoral¹²⁷. Alguns anos depois veio o Código Civil Brasileiro, que

- 126 A primeira obra registrada na Biblioteca Nacional *Lithographia e chromolithographia* da empresa León de Rennes & Cia., está sob número 1, Folha 1. Tal pedido foi requerido em 14.10.1898 e deferido em 07.12.1899, tendo seu termo sido lavrado em 16.12.1899.
- 127 A obrigatoriedade do registro, que vigorou pelo período de 1898 a 1917, permitiu um melhor controle sobre a contagem de prazo para os efeitos do Domínio Público, quando, então, a utilização da obra poderia ser feita por

entrou em vigor em 1917, consolidando o Direito de Autor e circunscrevendo-o entre o Instituto do Direito das Coisas e do Direito das Obrigações, tornando o registro facultativo. Do Código Civil de 1917 até o ano de 1973, foram editados vários textos de leis e decretos editados posteriormente consolidados em um diploma legal único, que resultou na edição da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que criou o Sistema Autoral Brasileiro.

Atualmente, está em vigor a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. A Lei abrange o direito de autor e os que lhes são conexos, disciplina o conceito e abrangência das obras protegidas, relaciona os direitos morais, especifica normas sobre os direitos patrimoniais e estabelece prazo de proteção autoral de 70 anos, após 1º de janeiro subsequente à morte do autor, dentre outras discriminações.

Nos dias de hoje não existe nenhuma formalidade que condicione a existência de um direito de autor. O surgimento de um direito de autor se dá com a criação de uma obra intelectual, tenha ela sido registrada¹²⁸ ou não.

qualquer pessoa, sem necessidade de autorização do autor, pois seu prazo de proteção estava esgotado, no decurso dos 50 anos da publicação. A partir do Código Civil de 1917, o registro tornou-se facultativo deixando de ser obrigatório, convertendo-se em ato declaratório e não mais constitutivo de direito. A lei vigente, de nº 9610/98, diz que a proteção dos Direitos Autorais independe de registro e faculta ao autor registrar a sua obra no órgão público definido no caput e no § 1º do artigo 17 da Lei nº 5988/73.

Mesmo não sendo obrigatório, o registro é um instrumento de caráter preventivo, através do qual o autor busca garantir a anterioridade da sua autoria. De posse do registro o autor passa a ter uma segurança a mais gerando presunção de autoria, uma vez que ressalva a prova em contrário, garantindo de forma expressa a inversão do ônus da prova, pela obrigatoriedade do termo de assentamento original.

O que são direitos autorais e quem os tem

A ideia de que os homens têm direitos é moderna e contemporânea, no entanto, não é novo se falar em o que é justo e o que é direito fazer. Nos dias de hoje as leis devem ser obedecidas porque emanaram do povo e não de alguma divindade, elas são justas e auto-impostas e todos devem fazer adesão a elas. Antigos princípios, por exemplo, defendiam que as virtudes naturais seriam aperfeiçoadas pelas escolhas individuais para se tornarem éticas, que como modo de ser se completa com aquilo que cada um descobre como deve ser. Também entendiam que as escolhas que estão ao alcance de todos estão referidas aos meios e seriam estes tanto os instrumentos a serem usados, quanto o ponto intermediário entre o excesso e a falta.

Nessa perspectiva está o direito de *propriedade intelectual*, ele é um direito contemporâneo e é uma resultante do antropocentrismo e do liberalismo econômico, segundo conjectura de Grau-Kuntz (2008), que diz ainda que, para que o compreendamos devemos saber as diferenças entre o 'direito de propriedade sobre as coisas' e o 'direito de propriedade intelectual'.

Uma linha de pensamento é que sejam de cunho ideológico as razões para o uso do termo *propriedade* para designar o direito exclusivo que recai sobre bens intelectuais. Ainda partindo das ideias de Grau-Kuntz (2008):

O reconhecimento estatal da propriedade privada como direito político viabilizaria o desaparecimento das corporações de oficio e dos odiados privilégios ou, em outras palavras, dos meios de controle do Estado mercantilista [...] o reconhecimento do direito de propriedade privada é hoje uma das bases da ordem econômica e seu papel social não é mais revolucionário, mas antes estabilizador da estrutura econômica moderna.

Durante o momento histórico revolucionário pleitear um direito de propriedade sobre **bens intelectuais** foi necessário como argumento transformador [...] superado o momento revolucionário [...] é então

possível proceder a análise do argumento de forma objetiva e as imperfeições despontam, então, evidentes.

Diante disso, podemos dizer que o direito autoral tem duplo caráter: um viés político e outro econômico, codificados, respectivamente, como *direito moral* e o *direito patrimonial*.

O que são obras intelectuais

A criação de uma obra intelectual é, postergando análises e conceitos mais elaborados, a materialização de uma manifestação espiritual, emanada a partir da vontade e necessidade de uma pessoa de expressar suas ideias, crenças, conhecimentos e convicções, sobre a qual e na qual estaria impressa a personalidade do autor. Reiterando, junto com a materialização da obra vem a constituição dos direitos moral e patrimonial sobre a criação, previstos e garantidos no moderno direito positivo.

A partir de um desenvolvimento sócio-econômico e de uma maior complexidade das relações culturais e educativas no Brasil é possível observar também, sensível crescimento da pirataria, da usurpação, do plágio e das várias formas de violação da propriedade intelectual, da qual o direito autoral é um ramo. Nesse contexto representativo de ameaça e perigo estão também as instituições que preservam arquivos com obras intelectuais – de qualquer natureza –, elas precisam atuar nesse universo observando o que sejam as melhores práticas no que tange à preservação de todos os direitos e interesses envolvidos.

Um primeiro passo é saber o que é e o que não é uma obra intelectual. Dentre as preceituadas pelo artigo 7°, da Lei n° 9610/98, onde, a partir da escrita é possível registrar e ter reconhecido o direito autoral sobre, estão:

 Os textos de obras literárias, artísticas ou científicas: obras didáticas e técnicas, romance, poesia, literaturas brasileira,

- infantil e infanto-juvenil, ficção, monografia, teses de mestrado e/ou doutorado, contos, crônicas, mística, esotérica, religiosa, política, filosófica, biografia, autobiografia, publicidade, periódico, auto-ajuda, etc.
- As conferências, alocuções, sermões e outras obras da mesma natureza (palestra, aula, narrativa, resenha etc.);
- As obras dramáticas e dramático-musicais (teatro, ópera etc.);
- As obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma (coreográficas, mímicas, shows coreográficos etc.);
- As composições musicais, que tenham ou não letra (partitura, partitura sinfônica, letra de música, letra e partitura etc.);
- As obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas (argumento e/ou roteiro para filme e/ou programa de cinema, televisão, novela, comercial, documentário, vídeo, slide etc.);
- As adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova (roteirização de um livro, de argumento etc.);
- As obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia (fotos diversas, como de quadro de pintura, de escultura, paisagens etc.);
- As coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual; sites etc.;
- As obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética; as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza (desenhos, personagens, história em quadrinhos, cartas náuticas, mapas etc.).

Em oposição, de acordo com Artigo 8º da mesma lei, não são objeto de proteção do direito autoral: as ideias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais; os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios; os formulários em branco para serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não, e suas instruções; os textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais; as informações de uso comum tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas; os nomes e títulos isolados; o aproveitamento industrial ou comercial das ideias contidas nas obras.

Outro instrumento que deve estar na pauta dos que tratam obras intelectuais está relacionado ao que preconiza o Artigo 49° da LDA, que estabelece que autor ou seus sucessores poderão ceder os direitos autorais total ou parcialmente para terceiros, a título universal ou singular, pessoalmente ou por meio de seus representantes com poderes especiais. A transferência de direitos poderá ser por meio de Licenciamento, Concessão, Cessão, Autorização ou por outros meios admitidos em Lei. A cessão será por escrito, presumindo-se onerosa, devendo constar da mesma, como elementos essenciais, seu objeto, condições de exercício do direito quanto a tempo, lugar e preço. Entende-se que este parece ser o grande recurso a ser utilizado pelas instituições.

Instituições de custódia e a função social do direito de autor

As leis nascem da noção de bem comum presente em cada membro da sociedade, são fruto da racionalidade humana e, por serem fruto da escolha/vontade de todos, obedecê-las cabe a todos. Parece que, ainda como no começo da civilização, os humanos oscilam entre o que são por natureza e o que julgam que devem ser em decorrência da sua razão. Racionalmente sabem elaborar leis e sabem que devem obedecer às leis, o que nem sempre ocorre. Parece que

naturalmente os indivíduos tendem a ter conflitos de interesses que precisam ser resolvidos – o que é muito evidente se observarmos a realidade que nos cerca. Para uma sociedade ser justa é importante promover a estabilidade social – uma sociedade tanto se preserva estável quanto seus membros tenham em mente, e nos atos, a justiça.

Outro princípio que pode ser pensado para esta questão, e que talvez não possa nos escapar, é a sutil diferença, ou não tão sutil assim, que há entre uma norma positiva e uma ação positiva. De um lado a igualdade como direito caracterizada com elementos como lógica do dever moral e a prioridade do justo sobre o bem; de outro está a igualdade como política onde as ações a serem realizadas estejam permeadas pela lógica do "bem" e, é aqui que se pensa em chegar a acordos que sejam bons. Disso se pode pensar que o resultado a ser alcançado pode ser ou justo ou bom, mas que pode ser também tanto justo quanto bom.

Uma demanda da sociedade contemporânea é o acesso à informação, que deve estar na pauta das agendas públicas (institucionais). Os acervos devem ser considerados pelo valor que constituem, pelo interesse que demandam e devem ter disponibilizados seus documentos e informações indistintamente no contexto de formação cultural, educacional e científico.

Entende-se que a preservação de acervos seja uma política, de um conjunto de políticas, fundamental para a promoção da cultura, da educação, do conhecimento etc. A preocupação com a memória coletiva, tendo a conservação integral dos arquivos como uma forma de preservação do patrimônio – científico – não é uma ideia recente.

Para ser considerado um arquivo, o conjunto de documentos deve apresentar um nexo lógico e necessário; ou seja, "um vínculo arquivístico", determinado a partir do fato de que tenha sido produzido e acumulado em função do exercício das atividades de seu produtor, constituindo-se assim uma relação orgânica entres seus documentos, essencial na integridade dos conjuntos arquivísticos.

A questão do acesso aos arquivos no Brasil

No cenário brasileiro as instituições de custódia como prestadoras de serviços ao cidadão devem ser mediadoras dos conflitos que contornam a questão, na medida em que adotem políticas institucionais para cumprir as suas finalidades de acesso. A adoção de políticas institucionais significa planejar e implantar ações conjuntas, com vistas ao bem coletivo. Contudo, pensar no bem coletivo é remeter ao que a Constituição Federal estabelece como garantia de direitos fundamentais. De um lado o Estado, por meio da administração pública, que tem a responsabilidade de atender às demandas da sociedade com serviços de qualidade e transparência. De outro lado, cidadãos que participam como destinatários de direitos e em certa medida podem ser atuantes neste cenário.

No cumprimento de direitos, o Estado atua a partir de sua estrutura enquanto República Federativa do Brasil e através dos poderes da União. No entanto, é possível a prática por organizações não governamentais e, como se verifica mais recentemente, com a iniciativa privada. No entanto, as instituições públicas como prestadoras de serviços ao cidadão, devem ser atuantes, à medida que adotam políticas para cumprir as suas finalidades.

É evidente que a abrangência dos direitos fundamentais inclui uma variedade de atuações, levando à categorização de direitos. Por isso, mediar o cumprimento dos direitos e aplicar políticas que cumpram o que propõem a Constituição e as demais leis é o grande desafio nos dias atuais. Ainda assim, é sabido que todos têm direito

a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

No que diz respeito ao direito autoral este princípio de adequação das estruturas finas à estrutura social envolve diretamente o autor, a indústria de direito autorais, os usuários e o governo em seu papel de garantir educação e acesso à informação. Qualquer desequilíbrio nas relações de forças entre estes mencionados atores da cadeia de direito autoral gera processos autofágicos. (Grau-Kuntz, 2008).

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão'. (Grifo nosso) (Lafer, 1991 *apud* FONSECA, 1999).

O acesso da sociedade à informação, à cultura e à educação propiciada pela obra intelectual é algo inquestionável. Ter a informação conservada e acessível é a questão. No entanto, para Fonseca (1999), "há muitos obstáculos não legais – certamente também políticos – ao acesso aos documentos de arquivo".

Neste sentido, acesso a informação significa acesso do cidadão ao patrimônio arquivístico, entre outros, uma demanda que anseia por definição de ações, normas e leis que garantam direitos. Há necessidade de formulação de políticas públicas que, segundo Souza (2006), "podem ser compreendidas como respostas do Estado aos direitos coletivos da população". Bem sabemos que, o fato de a sociedade contar com dispositivos legais não garante que tenha uma política pública.

O individualismo que sempre esteve presente no direito de autor, com o excesso de proteção do autor e de sua obra, não cabe mais com os atuais ditames, [...] percebe-se que o Direito de Autor, além da sua função de incentivo à criação, possui, também, atualmente, outras funções, que devem atender a fins mais sociais do que exclusivamente individuais. [...] O direito autoral deverá atender o atual contexto constitucional influenciado pelos princípios Constitucionais. Somente assim, poderá ser visto em consonância com os direitos fundamentais coletivos de acesso à informação, à cultura e à educação, como forma de promoção

do desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural da sociedade como um todo, funcionalizando o direito de autor. (Pellegrini; Dias, 2010).

No que tange aos aspectos legais, quando se trata de dar acesso aos arquivos científicos, parece pertinente salientar que, para além de que essa possa ser uma questão difícil de ser conduzida, na qual devem ser avaliados os direitos e interesses dos envolvidos, deve-se também buscar equacioná-los de acordo com o estatuto legal vigente. Nunca é demais lembrar que pode ser fácil infringir artigos da LDA, o que poderá abrir brechas recursais aos detentores de direitos autorais – [...] depende de autorização prévia e expressa do autor a reprodução ou uso da obra intelectual [...]. Por exemplo, numa situação que trate da difusão de uma obra em meio digital, é sempre melhor saber as bases contratados à época da produção, se houver, que devem ser respeitados dentro do que foi acordado a partir dos limites dos direitos dos autores envolvidos na questão. Se assim não for, poderão ser aplicadas sanções às violações dos direitos autorais, lembrando que tais argumentos podem ser usados a favor da suspensão sobre a reprodução e difusão da obra em meio digital. Há ainda outros apelos e preocupações, estão relacionados ao uso de imagem.

Conclusão

Passados dez anos da última alteração da Lei Autoral brasileira não são poucas as insatisfações com o atual modelo de direito autoral¹²⁹, a começar pelos autores, que não se sentem inteiramente protegidos, nem bem remunerados. E acrescente-se o desafio de promover o aprofundamento da democracia e o desejo dos

129 Deve ser informado que há um anteprojeto de reforma da LDA em tramitação no atual governo.

brasileiros de acessar a cultura, como parte de sua formação humana integral.

Hoje, a lei é anacrônica para atender de forma equilibrada tanto autores como consumidores e cidadãos. A simples reprodução de um arquivo musical contraria nossa legislação autoral, que não diferencia cópia privada de cópia ilegal com fins lucrativos. Tanto autores como consumidores concordariam que esta é a forma relevante de circular cultura e promover conhecimento.

Se paramos para pensar, parece que há muitos modos de agir errado e mal e só um modo de agir bem, esta é uma ideia e, ainda que este não seja um pensamento cuja validade seja inquestionável, é preciso ter em conta que o conceito de "bem" é deveras relativo. Mas, supõe-se que ainda hoje seja possível falar em virtudes: individuais, como coragem e prudência, e, sociais, como justiça e amizade. Também, se deve falar em Justiça como sendo a igualdade de vontade entre os seres humanos, onde se busca o equilíbrio entre o que é dado e entre o que é recebido – ninguém é justo consigo mesmo, só se pode ser justo em relação a outro.

É recomendável buscar um meio termo entre os interesses dos indivíduos envolvidos, estes que convergem para uma aproximação entre os interesses próprios com os dos outros, entre a necessidade de auto-preservação e de cooperação com o outro.

Interesses individuais não devem ser suprimidos nem esquecidos, devem, contudo, ser subordinados aos princípios que regem a sociedade. Uma sociedade é tanto mais justa quanto mais os seus membros agem tendo em vista o bem comum e, tanto mais injusta quanto os seus membros agem em defesa dos interesses individuais.

Cada um tem o direito de agir e pensar de acordo e dentro do limite da liberdade do outro, se este pode ser um princípio mediador é possível pensar que devam ser respeitadas regras de contratos e acordos que sejam realizados, onde produtor e autor escolhem e decidem pela forma como vão tratar a questão do acesso e difusão dos arquivos.

Há os que dizem que o que se vê hoje no Brasil é a atuação de uma sociedade à margem da Lei do direito autoral, mas outros dizem algo diferente, para esses, o que vivemos é o melancólico drama de uma lei à margem da sociedade. É preciso encontrar o equilíbrio para esta questão e o respeito aos preceitos universais, tais como imagem, dignidade, identidade, que devem ser respeitados por cada uma das partes envolvidas em questões desta natureza.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/ Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>. Acesso: 10 mar. 2011.

BOBBIO, Noberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRAGA, Adriana R. M.; BRANDÃO, Aira da C. B. A produção de documentos no Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional: uma questão diplomática. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIPLOMÁTICA E PALEOGRAFIA, 1., 2011, Campos dos Goytacazes. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação Cultural do Arquivo Público de Campos dos Goytacazes, 2011.

BRASIL. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos. *Diário Oficial da União*. dez. 1973.

BRASIL. Lei nº 8159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. jan. 1991.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. fev. 1998

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. O público e o privado: contribuição para o debate em torno da caracterização de documentos e arquivos. *Arquivo*: boletim histórico e informativo, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 57-64, jul-dez. 1988.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. Editora Ática: São Paulo, 3ª edição.1995. CONGRESSO DE DIREITO DE AUTOR E INTERESSE PÚBLICO. 4., 2010: Florianópolis, SC. *Anais...*. Florianópolis: UFSC: Fundação Boiteux, 2010. 102 p. Disponível em: <www.direitoautoral.ufsc.br>.

COSTA, Célia Leite. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 189-199, 1998.

FONSECA, Maria Odila. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. *Ciência da Informação.* v. 28, n. 2, p. 146-154, may/aug.1999. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200007&ln g=pt&nrm=iso >. Acesso: 22 ago. 2011.

FREITAS, Lídia Silva de. A privatização das temáticas e do discurso da área de informação. In: FORO SOCIAL DE INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y BIBLIOTECAS,1., 2004. *Anais...* Buenos Aires, 2004.

GIL, Gilberto. A importância dos direitos autorais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 set. 2007. Ilustrada. p. E10. Disponível em:

http://www.cultura.gov.br/site/2007/09/16/a-importancia-dos-direitos-autorais/. Acesso em: 25 out. 2007.

GRAU-KUNTZ, Karin. Algumas considerações sobre a crise do direito de autor. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL. 2008. Disponível em: http://www.ibpi.org.br/. Acesso em: 19 set. 2011.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, p. 5-16, 1995. Disponível em: <www.ibict.br/online/>.

JARDIM, José Maria. Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil. Niterói: EDUFF, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o governo civil*: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

PARANAGUÁ, Pedro; BRANCO, Sérgio. *Direitos autorais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

PELLEGRINI, Grace K. de F.; DIAS, Felipe da V. O Direito de autor a partir dos princípios constitucionais de acesso à cultura, à educação e ao conhecimento. In: CONGRESSO DE DIREITO DE AUTOR E INTERESSE PÚBLICO. 4., 2010. *Anais...* Florianópolis: UFSC: Fundação Boiteux, 2010. 102p. Disponível em: <www.direitoautoral.ufsc.br>.

SCHNEIDER, Rejane Beatris. A preservação do arquivo do Escritório de Direitos Autorais (FBN) como elemento de inserção na perspectiva da gestão de políticas públicas de cultura. Trabalho de conclusão de

Curso (Especialização) - Centro de Educação a Distância., Universidade de Brasília. Rio de Janeiro, 2010.

SILVEIRA, Newton. O sistema de propriedade industrial brasileiro. *Revel*: Revista Eletrônica do IBPI, 2001. Disponível em: http://www.ibpi.org.br/>. Acesso em: 19 set. 2011.

SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2. 2006, *Anais...* Porto Alegre.

Sobre os autores

Adriana Reguete Martins Braga

Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense. Servidora pública atuando como Técnica em Documentação no Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional, desde setembro de 2006.

Caroline Lopes Durce

Graduada em Arquivologia pela Universidade de Brasília. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação *stricto sensu*. Servidora pública, Coordenadora de Arquivos do Centro de Documentação da Universidade de Brasília, onde é membro da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos. Representante da UnB junto ao Grupo de Trabalho Arquivo Nacional, Instituições Federais de Ensino Superior para a elaboração do Plano de Classificação de Documentos de Arquivo e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades Fins das IFES.

Cátia Alves de Senne

Especialista em Organização de Arquivos pela Universidade de São Paulo, possui graduação em História pela Universidade de São Paulo. Atualmente é estudante de mestrado do Programa de História Social da USP, com projeto sobre a história das políticas públicas de saneamento no Estado de São Paulo. É arquivista do Instituto Butantan.

Cleber Belmiro dos Santos

Graduado em Arquivologia pela UNIRIO. Possui Pós-Graduação (Especialização) em Gerenciamento Eletrônico de Documentos pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). É tecnologista em saúde pública do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz.

Cristiane Alves de Sousa

Graduada em Historia pela Universidade Paulista, possui curso de extensão em gestão Introdução à Política e ao Tratamento dos Arquivos da Pontificia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é Pesquisadora Assistente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, onde atuou por 19 anos no Departamento de Acervos e Informações Tecnológicas em acervos de Ciência e Tecnologia. Recentemente vem trabalhando na Assessoria de Marketing Corporativo com projetos de divulgação interna e externa da memória do IPT.

Cristina Strohschoen

Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria. Especialista em Gestão Universitária pela UNIJUÍ do Rio Grande do Sul. Mestranda em Patrimônio Cultural na UFSM. Arquivista da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul de 1994 a 2010. Integrante do Projeto Tecnologias de Informação e Comunicação para Inclusão Social: Cidadania, Educação Ambiental e Agroecologia. Subprojeto Fotografia na Lata: Criatividade com Pinhole e Marmorização, financiado pelo Programa Novos Talentos da CAPES, 2011. Tutora das disciplinas Marketing Aplicado aos Arquivos, Pesquisa II e Gestão e Preservação da Informação na Especialização à Distância Gestão em Arquivos da Universidade Aberta do Brasil, UFSM, 2010.

Everaldo Pereira Frade

Bacharel e mestre em História Política e Social pela UERJ. É Tecnologista em C&T e responsável pelo Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI.

Felipe de Almeida Vieira

Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é historiador do Centro de Memória e Arquivo da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência de pesquisa em temas relacionados à História e Saúde no Brasil e como historiador no Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Flávia Andréa Machado Urzua

Graduada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo e especialista em Organização de Arquivos pela Universidade de São Paulo.

Joe Anderson

Graduado em História e Biblioteconomia, com especialização em administração de arquivos. Atuou na Sociedade Americana de Física (*American Institute of Physics*) desde 1993, onde foi diretor da *Niels Bohr Library & Archives*, e diretor associado do Centro para História da Física. Hoje está atuando na iniciativa de um estudo nacional para documentar a história da física, criado pela Fundação Nacional de Ciência dos Estados Unidos (*U.S. National Science Foundation*).

José Benito Yarritu Abellás

Bacharel e mestrando em História Política e Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É Tecnologista em C&T e atua no Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCTI.

José Mauro da Conceição Pinto

Graduado em História pela UFRJ; mestre em Comunicação, Informação e Imagem pela UFF e pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz na área de gestão de documentos.

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Graduada em Historia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

e em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal Fluminense, e Doutorado em História Social pela da Universidade de São Paulo. É Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros, e Chefe do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Márcia dos Santos Bastos

Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense. Pós-graduada em Docência do Ensino Superior (UCAM/RJ). Servidora pública atuando como Técnica em Documentação no Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional desde setembro de 2006.

Marcus Granato

Graduado em Engenharia Metalúrgica e de Materiais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; mestrado e doutorado em Engenharia Metalúrgica e de Materiais pela COPPE/UFRJ, com a tese Restauração de Instrumentos Científicos de valor Histórico. Atualmente, é tecnologista sênior do Museu de Astronomia e Ciências Afins, atuando no cargo de coordenador de museologia e professor do curso de especialização em Preservação de Acervos da C&T do MAST. É vice-coordenador e professor do curso de mestrado em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST).

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense, com mestrado em Memória Social e Documento pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Atua no Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins e é Coordenadora e professora do Curso de Especialização em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia do MAST/MCTI.

Maria Leandra Bizello

Graduada em História pela Universidade Estadual de Campinas, com mestrado em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas, e doutorado em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas; fez estágio doutoral na Sorbonne Nouvelle - Paris III. Atualmente é professora e coordenadora do Curso de Arquivologia na UNESP/ Marília.

Neiva Pavezi

Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria e Mestre em Patrimônio Cultural pela UFSM. Atuou como consultora na implantação de sistemas de informação em várias empresas da Região Sul, e também como instrutora do Curso de Organização de Arquivos Correntes, de 1994 a 1999. Foi presidente da Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul na gestão 1999-2001, e professora do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual de Londrina de 2001 a 2005.

Nínive Britez Biçakçi

Graduada em Arquivologia pela UNIRIO e Especialista em Gestão de Projetos pela UCAM. É Bolsista do Programa de Capacitação Institucional do Museu de Astronomia e Ciências Afins atuando no arquivo do Observatório Nacional sob a guarda do MAST.

Olga Sofia Fabergé Alves

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1994). Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História/FFLCH/USP, orientada da Profa Dra Maria Amélia Mascarenhas Dantes. É PqC 1 do Laboratório de História da Ciência do Instituto Butantan/Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

Paulo Roberto Elian dos Santos

Graduado em História pela PUC/Rio e doutor em história social pela Universidade de São Paulo (USP); pesquisador e vice-diretor

de Pesquisa, Educação e Divulgação Científica da Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz; coordenador do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Fiocruz e do curso de especialização (*lato sensu*) em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde

Pedro Louvain de Oliveira

Estudante de graduação em História da Universidade Federal Fluminense e bolsista de iniciação científica (CNPq) do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, orientado por Marcus Granato.

Rejane Beatriz Shneider

Graduada em Arquivologia pela Unirio e graduanda de Filosofia pela UFRJ. Pós-Graduada em Gestão de Políticas Públicas de Cultura (CEAD/UnB/MinC). Servidora pública da Fundação Biblioteca Nacional desde julho de 2008 onde exerce o cargo de Responsável Técnica pelo Escritório de Direitos Autorais – órgão da FBN responsável pela execução da política pública de registro e preservação da obra intelectual.

Renata Arovelius

Atua na Universidade Sueca de Ciências da Agricultura (Swedish University of Agricultural Sciences – SLU), no gerenciamento de arquivos (Archives and Records Management), em Uppsala, Suécia. É membro do Comitê de Arquivos Universitários e de instituições de Pesquisa do Conselho Internacional de Arquivos.

Sérgio Conde de Albite e Silva

Arquivista-Conservador, Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia UFF/IBICT. É professor adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Sônia Troitiño

Graduada em História pela Universidade de São Paulo, é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Tem especialização em Patrimônio Cultural pela Fundación Duques de Sória/Ministério de Cultura de España; e Arquivística pela Fundación Sanchez-Albornoz/Universidad de Valladolid (Espanha). Atualmente é professora do Departamento de Ciências da Informação da UNESP-Marília no curso de Arquivologia.

Suzana César Gouveia Fernandes

Graduada em História pela Pontificia Universidade Católica de São Paulo e mestrado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Pesquisadora do Instituto Butantan e Membro de corpo editorial da Cadernos de História da Ciência.

Tânia Maria de Moura Pereira

Graduada em Arquivologia pela Universidade de Brasília. Cursa a Pós-Graduação *lato sensu* Gestão em Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria. Servidora pública, Diretora do Centro de Documentação da UnB. Membro da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da UnB. Representante da UnB junto ao Grupo de Trabalho Arquivo Nacional, Instituições Federais de Ensino Superior para a elaboração do Plano de Classificação de Documentos de Arquivo e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades Fins das IFES.

William Maher

Diretor do Arquivo da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, Estados Unidos. É membro do Conselho Internacional de Arquivos e do Comitê de Arquivos Universitários e de Instituições de Pesquisa do ICA. É autor de livros e artigos na área arquivística.

Yacy-Ara Froner

Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto,

mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo e doutorado em História Econômica, com ênfase em patrimônio cultural, pela Universidade de São Paulo. É especialista em restauração pelo CECOR e em conservação de acervos pelo Instituto Getty. Atualmente é professora associada da UFMG, atuando no Curso de Artes Visuais e no Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis. É consultora e pesquisadora na área de Conservação Preventiva de acervos museológicos. É pesquisadora do LACICOR – Laboratório de Ciência da Conservação – CECOR – Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis – Escola de Belas Artes – UFMG e coordena o grupo de pesquisa ArCHE.

Abstracts

ABELLÁS, José Benito Yárritu; FRADE, Everaldo Pereira

Life as a clue: the role of biographies in the organization of scientists' personal archives – The Hussak and Cruls cases

The organization of personal archives uses the biographical information from the archive's producer as one of its basic tools. Such information has important roles in the organization of the many different scientists' personal archives under the care of the Astronomy and Related Sciences Museum (MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins), the work place of both authors. The main purpose of this paper is to demonstrate how either the presence or absence of such information interferes in the organization of the archives, roughly tracing some of the reasons why some of the biographies are characterized by the enormous amount of information and others, by obscurity. In our work we do a comparative analysis of two archives belonging to contemporary scientists, whose journeys are great examples of either the excess or lack of information: Eugen Hussak, Austrian geologist, who worked in Brazil between the end of the 19th century and beginning of the 20th; and Luiz Cruls, Belgian astronomer, whom worked as the director of the National Observatory and in different positions within public functions in this time frame. While Hussak's archive is a great example of many of the difficulties of gathering the information that allowed the tracing of his life, the Cruls' case had a different scenario, where we find an enormous amount of biographical data about him. Among the reasons for such discrepancy, we can name the difference in their professional activities. While Cruls had his carrier almost exclusively linked to State institutions, Hussak, although he acted in many activities linked to governmental spheres, had a professional life marked by weak links with institutions and companies, both public and private. The presentation of the cases also allows us to compare the different solutions that are available through the organization of those archives, specially the differences caused by the distinct visibility of the producers' biographies.

DURCE, Caroline Lopes; PEREIRA, Tânia Maria de Moura

Turbulence in the university archives: the role of the Documentation Centre (CEDOC) of the University of Brasilia (UNB) in the preservation of archival information

This article describes the changes occurring in the Documentation Centre (CEDOC) of the University of Brasilia (UnB) and discusses the need of strengthening in the debate about the role of archives of scientific institutions in the face of commitment to preservation of archival information. The recent hiring of archivists, for the permanent staff of employees of the Foundation University of Brasília (FUB), prompted a change of approach CEDOC in relation to documents produced by one of the most important universities of the country: the use of classification, appraisal and description of the documents relating to the middles and end activities sent to the record centre or the deposit of historical archives. In addition, planning management strategies, implementation of documents treatment projects in the sectors of work - administrative and academic; strengthening partnerships and expansion of internship opportunities in the evening hours for students of the Archivology of the School of Information Science (FCI) were some of the main changes since 2008. The consequence is the change in the profile of the holdings accumulated by CEDOC characterized by the existence of files on various media: paper, microfilm and digital medium. In this context, the new CEDOC posture as public manager of holdings maintenance policy of UNB aims to provide access to organic information and the good performance of the administrative functions, despite the precariousness of physical spaces, the volume of fiftieth years of documents and the equipment gap. However, the greatest contrast is the corporate culture uncompromising with the scientific theoretical treatment of your files.

FRADE, Everaldo Pereira; ABELLÁS, José Benito Yárritu; BIÇAKÇI, Nínive Britez

The loss of memory and the memory of the loss: the analysis of the accumulation process of the National Observatory's archives

The paper aims to analyze the accumulation process of documents produced either by the Observatory, or linked to it, in the period dating from the structural construction of the institution and the effective beginning of its document production in 1846, until the final installation of the institution in São Cristóvão, Rio de Janeiro, in 1922. Initially, the intention of this paper is to relate the changes in property and custody of the documents, the technical interventions, the diversions and accidents that happened throughout the time to the institution in question, identifying them with the partial loss of the institution's memory in its period of organization. In order to make it possible, we turn to 'the memory of the loss' – stories, researches and reflections upon the same process. We will mainly use the institutional documentation of the National Observatory dated from that period that was preserved and which is currently under the care of the Astronomy and Related Sciences Museum (MAST), being organized by the authors of this paper. This body of documents presents gaps in certain time periods and in order to understand them, when filling them in is possible, besides the stories and reflections previously mentioned, we opted for the search of the Observatory's information and documents related to that time period, which are now dispersed among different archives and institutions, with which the Observatory was institutionally connected, and places where the governmental memory is kept, such as the National Archive and the National Library. With that in mind, the aim of this paper is to demonstrate how this diverse information external to the Observatory's archives have been used in order to comprehend its composition, and especially the gaps, making that information instrumental to the comprehension of the institution's history.

FRONER, Yacy-Ara

Vulnerability of Scientific Collections

The practice of preservation of scientific collections has specific characteristics that must be considered: the damage of information as one of the items of vulnerability; the demand of the dialogue between the areas responsible for research, organization and conservation of collections; and the scope of coordination of scientific collections management projects. Documentation, such as Preventive Conservation Protocol, is discussed in this article as a fundamental principle for the management of scientific collections. The science of conservation, in virtue of its amplitude, widens the field of Preventive Conservation as an area of action guided by the strategic concept that brings together different skills necessary for the practice of a management policy for the preservation of collections. The perception of informational vulnerability implies scientific holdings in creating important documentary management protocols that cover all the areas involved and are indispensable to the development of conservation Diagnostics and diagnostics of risk, as well as in conducting projects aimed at preventive conservation of collections. The deployment of these projects should understand this vulnerability in all its phases. The dialogue between scientists and professionals is primary factor for the definition of the systems, priorities and guiding principles that can minimize the risks of decoupling informational, keeping the voice and the research potential of the scientific collections.

GRANATO, Marcus; OLIVEIRA, Pedro Louvain de

The Institutionalization of the science and technology heritage in Brazil

This paper aims to discuss the process of institutionalization of cultural heritage of science and technology (Sc& Tech) in Brazil. After a more general discussion, it is focused on scientific archives, a constituent part of that heritage. To access you must first have this heritage recognized and

minimally protected. We conclude, from several considerations, that there is already a situation that formally recognizes the assets of Sc& Tech in the country, both from the point of view of the legislation and from the actions of some public institutions. On the other hand, this universe is very large and the institutions that preserve such assets are still rare in Brazil. Finally, the problem of access to scientific archives in the country becomes determined by this fact, a large set of documents is beyond the reach of society, since many of the sources are still in possession of private individuals (scientists, their families, etc.) or lost as they were discarded. However, the outlook is positive and, despite many setbacks presented here, we can see that spaces have been occupied and that new initiatives are underway that will contribute to the full recognition and preservation of scientific and technological heritage in the country.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de

Acquisition policy: A reflection on the issues that guide the process of the expansion of institutional collections

The process of the expansion of collections in Brazilian institutions does not occupy a privileged place in the discussions of Archival Science. The scope of the discussion includes: purchasing policies, collection, transfer and donation programs, accruals resulting from a records management programme, collection development policy, and access to the documents and their use. In our paper we will focus on: the importance of institutional programs for records management and the relationships between society, users and institutions as a basis for the definition of institutional collection development policies.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos; PINTO, José Mauro da Conceição; SANTOS, Cleber Belmiro dos

Archival science at biomedical sciences laboratories: methods and practices of researchers and archivists

This paper presents the results of a study designed to analyze the archives created and maintained in nine laboratories of the Oswaldo Cruz Institute, a center of biological and biomedical research of Oswaldo Cruz Foundation dedicated to research, technological development, collections management, teaching and providing special health services. Taking as reference the field research and the interviews held with a group of twenty-two scientist, it considers the concepts, methods, techniques and practices used by the archival science to deal with the records produced by the scientific activity and attempts to observe the document creation, the documents typologies and the records thereby identified maintenance practices and uses. Based on an analyze that combines the archivist approach with tools of sociology of science, it is believed that the preserved by the archivist knowledge standards and instruments are now, submitted to a technical rationale that is aligned with empirical organizational practices which come up against a more complex documental reality, leading the discipline to deny its foundations and stripping it of scientific status. The investigation reveals the diversity of document types produced by the scientific activity, the intense production of documents and the electronic document conservation, it highlights the function and the different ways the protocols books are recorded and used, stressing the significance of the Quality System in the management of the scientific research, particularly for the laboratories that have biological collections and that provide reference services. A view in favor of the confluence of goals between the contemporary science practices and the meaning of the records and archives management work is also presented.

SCHNEIDER, Rejane Beatris; BRAGA, Adriana Reguete Martins; BASTOS, Márcia dos Santos

The copyright in the context of the intellectual production under scientific scope

Allocated in the universe of intellectual property, scientific knowledge has required attention and understanding in the copyright matter. Besides its development grows the complexity of relationships witch demands increasingly attention to the Copyright Act. To this universe also belongs the plagiarism, theft, piracy, among other forms of intellectual property infringement, which represent constant threats to authors and owners of scientific works. On the one hand, there are authors who are increasingly concerned, on the other, institutions are concerned with dissemination and access - how to resolve this issue is the big challenge. This study will be talking about the restrictions that go under the copyright in order to facilitate access to scientific archives. In this context, discuss relations between work / production / intellectual creation, author and copyright versus the social demand for access. On one side are those who defend the broad and unrestricted dissemination of scientific knowledge, on the other those who claim its impossibility, because it would clash with the limits of intellectual property, which would be an affront to freedom and individuality important concepts to contemporary societies. The path of building an understanding of safer conditions to communicate and show the public scientific papers is open. In this perspective, the Copyright Act is a main tool enabling access. From its understanding can be resolved important issues involving custodial institutions seeking to access. However, it must be respected the rules of use and dissemination content. There are many problems to face as well as aspects and rights that only legislation can not solve, especially when we think about information technology. Finally, this complex relationship of rights needs to be understood in order to enable access to the scientific production in general and also the one under the custody of public institutions within the possibilities that meet the demands of society and preserve the copyrights of those involved.

SENNE, Cátia Alves de; ALVES, Olga Sofia Fabergé; MARQUE, Maria Cristina da Costa

The archive's diagnosis as subsidy to an acquisition policy – the Museu de Saúde Pública Emílio Ribas archive's construction

The Museum of Public Health Emilio Ribas (Musper) of the Butantan Institute was created in the year of 1965 for the Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES) with the objective of reference the memory of the doctor Emílio Marcondes Ribas. Throughout the years it had its extended activities, including the preservation and diffusion of the history of the São Paulo public health. Since 2010 it is tied with the Butantan Institute when it starts to integrate the activities. This work is an integrating part of the first stage of the diagnosis that is being developed at the Museum. The objective it is to do a survey of the institutional history and the process of formation of its archive, identifying how much this trajectory influenced in it formation, constitution and identification. This way, we tried to detect what were the acquisitions politics adopted, contextualizing the archive and its importance for the memory of public health in São Paulo, to establish criterion making available the construction of a new policy, suiting with the museum's new project. The first step of the diagnosis is based on surveying the documents that represent the documents entrance, also interviews with old directors and profissionals who worked in the archives constitucion and idenfitication. As result we identify that the main nucleus of the archive was formed from the works of the Comissão dos 100 anos de Saúde Pública Paulista, in 1984, and after this period the entrance flow was reduced. We perceive that the archive of the museum was formed in the diverse agencies of the SES without any guard criteria established by the State, once the record management process is unfinished.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e

A guide to preservation of archives laboratory: in search of dialogue between scientists and archivists

The text covers research conducted by the Museum of Astronomy and Related Sciences together with scientists and researchers within the Ministry of Science and Technology, aiming at the understanding of scientific practices and the scientists' relationship with the records produced in laboratories. Discusses the relationship of archivists and researchers, showing the possibility of dialogue among professionals, which is critical for the records preservation. Presents the results of research in the form of a guide aimed at researchers with basic recommendations for the preservation of records produced by the activities of the laboratory, as well as guidance for managers regarding the implementation of institutional archives.

SILVA, Sérgio Conde de Albite

Facts, acts and gaps in the archives preservation

Reports and lists facts, acts and gaps observed and studied in archival preservation. It approaches, critically, technical and political aspects of the issue, in an attempt to discuss the uses and misuse of human, technological and financial resources to preserve archives. It notes that the archival science, as a discipline, seeks new paths. In this sense, the question is what is the role of preservation, understood this as an archival function? And in this circumstance, where the preservation can be framed? What is the relationship between records management and preservation? What is the role of the archivist in the preservation of the assets under his responsibility? If to preserve also means to choose and decide, in what way the archivist can participate in these choices and decisions? Are the financial matters, the

budget headings, the disputes by funds, part of the role and responsibilities of archivists in relation to preservation in the archives? If preservation is understood as a "product" that is "sold" today for a "delivery" that never fully materializes, how to proceed? In what the preservation of the collections of scientific institutions does differ?

STROHSCHOEN, Cristina; Pavezi, Neiva

The Preservation of Archival Heritage in University Archives and Extension Policies

Following the view of Pierre Bourdieu, the university can be seen as s site of knowledge where several human knowledge and actions interact to each other. The complete vision of the contemporary university includes the potential of knowledge and the ability to act by its human resources and, therefrom its scientific and technological production. Based on the new understanding context of university extension, the Federal University of Santa Maria [Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)], in the state of Rio Grande do Sul, established its Extension Policy, which was approved by the University Council in 1998. This document included Programs, Subprograms and Extension Areas that were updated in 2003, in accordance to the changes arising from the establishment of a new National Extension Plan. These Programs, Subprograms and thematic Areas are being transformed into extension actions, characterized as programs, projects, courses, events, services, publications and other academic products to be categorized according to the thematic areas and extension lines. According to the institutional policies of information preservation and systematization, the UFSM Rector Resolution number 16 from 2010, has implemented in the university sphere the new Institutional Production Registry System – the modulus Registry, Accompaniment and Evaluation of Projects in the Teaching Information System (SIE). The SIE system has resources for data extraction and its transformation in operational and management information and, the system is conceptually divided in ten application systems. Under the archivist view, the production of information

derived from extension actions into university archives, is part of the institutional memory and the documentary heritage. The General Archive Department (DAG) is making efforts to construct a classification schema that is adequate to this extension policy.

TROITIÑO, Sonia; SOUSA, Cristiane Alves de

Memory Landmarks: oral sources for Science and Technology research in the Institute for Technological Research of the State of São Paulo collection

Many characters were a part of the Institute for Technological Research of the State of São Paulo (IPT) within its 112 years of existence. Anonymous or acknowledged, their history intertwines with IPT's and composes a network of relations that defines the development of science and technology in Brazil. Beyond official documentation, personal testimonies area able to bring up information that test reports, technical sentences, work plans, minutes of meetings, materials certificates, projects plants and others do not deliver. In order to preserve the data which is not documented on its archives, IPT have been developing since 2002 many activities to increase the collection of its Institute's Historical Memory sector; this is done by including testimonies through oral history procedures in order to register, transcribe, catalog and make these memories available on the World Wide Web. This initiative is part of the adoption of a collections procurement policy which have been prioritizing the incorporation of archives and personal collections from researchers linked to the Institute's activities and it seeks to increase the sources of existing researches, improve the searches, and stimulate a culture geared towards the preservations of the Institute's memory.

VIEIRA, Felipe Almeida

The experience of memory of science preservation at Faculdade de Ciências Médicas of Unicamp

The concern with preserving the scientific memory of the nearly 50 years of operation of the Faculdade de Ciências Médicas of State University of Campinas (FCM/Unicamp) has intensified lately, within the institution. In 2008, as part of this process was creating the Center for Memory and Archive (CMA/FCM), an agency archival system that integrates the University Archives (Siarq/Unicamp). Be oriented, in addition to an institutional archive, an "archive of science" – as defined by Paulo Elian dos Santos - the CMA has been involved in setting up a representative collection of documents the activities of the FCM/Unicamp and relevant to the theme of the History of Health Sciences Thus, in conjunction with the Sectoral Committee of Archives of FCM, the CMA has been planning and developing actions "document management" in the various departments, research centers, laboratories and administrative areas of the academic unit, trying to involve in this process, teachers, students and staff. As a result, the CMA/FCM has been a collection that offers possibilities for research about the teaching of health sciences in the levels of undergraduate, graduate and residency of the institution and its administrative history, as well as about scientific publications related to this field of knowledge. Thus, we propose to present and discuss the experience of training scientific collection which is being developed at the Faculdade de Ciências Médicas/Unicamp, taking into account the acquisition policy of the CMA/FCM production and as a means of preserving the memory of this scientific institution.











Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

